UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

CARLOS ALBERTO CORDOVANO VIEIRA

ANTIGO REGIME E TRANSIÇÃO: BREVE ESTUDO EM TORNO DO CAPITAL MERCANTIL E DO ABSOLUTISMO

TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA ECONÔMICA.

PROF. DR. EDUARDO BARROS MARIUTTI – ORIENTADOR

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA POR CARLOS ALBERTO CORDOVANO VIEIRA E ORIENTADA PELA PROF. DR. EDUARDO BARROS MARIUTTI.

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
Maria Teodora Buoro Albertini – CRB8/2142 –
CEDOC/INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

Vieira, Carlos Alberto Cordovano, 1976-
V673a Antigo regime e transição: breve estudo em torno do capital mercantil e do absolutismo/ Carlos Alberto Cordovano Vieira. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Eduardo Barros Mariutti.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.
1. Mercanilismo. 2. Despotismo. 3. Capitalismo – Transição. 4. Economia mundial. I. Mariutti, Eduardo Barros, 1974-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

12-032-BIE

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Old regime and transition: a study on mercantile capital and absolutism
Palavras-chave em inglês:
Mercantile system
Despotism
Capitalism – Transition
World-economy
Área de Concentração: História Econômica
Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico
Banca examinadora:
Eduardo Barros Mariutti
Fernando Antonio Novais
Lígia Maria Osório Silva
Flávio Azevedo Marques de Saes
Leda Maria Paulani
Data da defesa: 26-04-2012
Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Tese de Doutorado

Aluno: **CARLOS ALBERTO CORDOVANO VIEIRA**

"Antigo Regime e transição: breve estudo em torno do capital mercantil e do absolutismo"

Defendida em 26 / 04 / 2012

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. EDUARDO BARROS MARIUTTI
Instituto de Economia / UNICAMP

Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO NOVAIS
Instituto de Economia / UNICAMP

Profª. Drª. LIGIA MARIA OSÓRIO SILVA
Instituto de Economia / UNICAMP

Prof. Dr. FLÁVIO AZEVEDO MARQUES DE SAES
FEA/USP

Profª Drª LEDA MARIA PAULANI
FEA/USP

a Lina Agifu

Agradecimentos

Agradeço principalmente ao Professor Eduardo Mariutti, colega e também amigo, pela orientação e, em particular, pela partilha de seus conhecimentos muito precisos da historiografia da transição. Agradeço também ao professor Plínio de Arruda Sampaio Jr. pela contribuição fundamental a um processo de "formação" que vem desde o mestrado, e, principalmente, pelo exemplo de coerência com que coaduna a vida intelectual e o compromisso político. Agradeço ao professor José Carlos Braga pela leitura rigorosa no curso do trabalho e pelas críticas no exame de qualificação. Sua disciplina, Economia Política, e seus comentários foram centrais para a elaboração da tese.

Agradeço aos membros da banca que, com sua leitura e crítica tornaram mais claros os limites do trabalho e estimulam novos estudos. Ao professor Fernando Novais, de erudição inconteste, cujas disciplinas, Historiografia e História Geral, e cujo curso Historiografia e Materialismo Histórico, ministrado na Maria Antônia, orientaram o sentido mais geral desse trabalho. À professora Lígia Osório, com quem tenho construído um diálogo prazeroso desde o mestrado, cujas reflexões em torno do "Imperialismo" contribuíram muito para um tratamento de conjunto da bibliografia historiográfica. À professora Leda Paulani, que orientou minhas primeiras leituras d'O Capital e dos Grundrisse, fundamentais para o exercício de eleboração conceitual. Enfim, ao professor Flavio Saes, com quem tive o privilégio de estreitar laços desde os tempos da graduação, por, durante esses anos, partilhar, com sua peculiar circunspecção, seus conhecimentos da História Econômica.

Agradeço aos grandes amigos Thomaz, Daniel e Maurício, essencialmente pela amizade – o que incluía, naturalmente, de passagem, conversas em torno do trabalho. Estendo esse agradecimento ao Fabio Luís e ao Vicente, vulgo Viça.

Agradeço ao Marcelo, Priscilla, Simone, João, Lélia e, especialmente, à Frida, que ajudam a dar sentido maior à causa.

Agradeço também aos amigos do grupo de estudos, Renata, Aline, Sabrina, Tadeu, Danilo, Rodrigo e Zé Rodolfo pelas discussões em torno da bibliografia e, em particular, da própria tese.

Um agradecimento especial à Flavia Virginia.

Agradeço à minha família, meus pais, Carlos Alberto e Martha e minha irmã Camila, pelo estímulo e apoio, desde sempre.

Enfim, agradeço à Lina que, em todos os momentos, sobretudo nos mais difíceis, incondicionalmente, ofereceu seu afeto e companheirismo.

"(...) todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja"

Caio Prado Júnior

Resumo

O trabalho propõe uma discussão teórica e historiográfica em torno do *capital mercantil* no período de "transição" entre o "feudalismo" e o "capitalismo" e, sempre que vinculado a esse tema, propõe, também, uma discussão em torno do Estado absolutista. Para tanto, compõe-se de uma sessão teórica, em que discute, principalmente, os conceitos de "capital", "capital mercantil" e "capitalismo" à luz da *crítica da economia política*, bem como os traços gerais da *acumulação primitiva*. Compõe-se, também, de uma sessão historiográfica, em que contrasta duas vertentes, respectivamente ligadas à tradição do materialismo histórico e à historiografia de inspiração braudeliana, procurando, a partir da observação de suas contribuições e limites, propor uma chave para o exame dos nexos entre o capital mercantil e o absolutismo. Com isso, pretende-se demonstrar que a noção de *Antigo Regime*, como período específico *de transição*, permite uma melhor apreensão desses nexos e, pois, da dinâmica subjacente à formação do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Capital mercantil; Acumulação primitiva; Absolutismo; Capitalismo – Transição; Economia-mundo.

Abstract

In this work we propose a theoretical and historiographical discussion on mercantile capital during the transition from "feudalism" to "capitalism" and, since it's concerned with this subject, we propose also a discussion on the absolutist state. This work has a theoretical session, in which we discuss mainly the concepts of "capital", "mercantile capital" and "capitalism", throught the *critic of political economy*, as well as the general aspects of *primitive accumulation*. It also has a historiographical session in which we contrast the tradition of historical materialism and the braudelian historiography concentrated in the connections between mercantile capital and absolutism. We aim demonstrate that the notion of Old Regime, as an specific period of *transition*, is a key to the apprehension of these nexus and of the dynamic of the transition to the capitalist mode of production.

Key-words: Mercantile capital; Primitive accumulation; Absolutism; Capitalism – Transition; World-economy.

Sumário

Introdução..... 1

Parte I: Capital mercantil e capitalismo..... 9
Capítulo I: Capital mercantil..... 11
Capital mercantil..... 11
Subsunção formal..... 20
Capital mercantil e subsunção formal..... 28
Capítulo II: Acumulação primitiva..... 31
Formações pré-capitalistas..... 31
Acumulação primitiva.....46
Acumulação e propriedade privada..... 56
Capitulo III: "Capitalismo" em Fernand Braudel..... 59
Sociedade e mudança social..... 59
"Capitalismo"..... 64
Civilização material, economia e capitalismo..... 75
Hierarquias, Estados e civilização..... 87

Parte II: Capital mercantil e formação do capitalismo..... 97
Capítulo IV: Modos de produção e transição ao capitalismo..... 99
"Renascimento" do comércio..... 99
Debate da transição..... 112
Contribuições de Dobb e Sweezy..... 112
Contribuições de Brenner..... 126
Estado absolutista e revolução burguesa..... 130
Capítulo V: Economia-mundo capitalista..... 147
Sistemas históricos..... 147
Sistema-mundo moderno..... 154
Métodos de controle do trabalho..... 161
"Capitalismo" histórico..... 173
Capítulo VI: Antigo Regime..... 193
Autonomização do "econômico" e história mundial..... 193
Capital mercantil e absolutismo..... 202
Absolutismo e equilíbrio de classes..... 216
Antigo Regime e transição..... 233

Conclusão..... 239

Bibliografia..... 241

Introdução

O presente trabalho propõe uma discussão teórica e historiográfica em torno do *capital mercantil* no período de "transição" do feudalismo ao capitalismo e, sempre que vinculado a esse tema específico, propõe, também, uma discussão em torno do Estado absolutista.

O tratamento teórico e historiográfico traz, desde logo, o complexo problema das relações entre História e Ciência Sociais, ou, mais propriamente, entre História e Economia Política. Posto que a História exprime à necessidade constitutiva de construção da memória, na forma específica da reconstituição, e as Ciências Sociais, a necessidade de explicação racional do mundo com vistas à intervenção, o diálogo entre as duas tradições, estabelecido no século XIX principalmente pelo *materialismo histórico* e institucionalizado no século XX pela fundação da *Escola dos Annales*, revelerá uma permanente tensão.[1] Se o diálogo entre História e Ciências se consubstancia numa tensão entre reconstituição e conceitualização, a História toma o conceito como um meio para reconstituir, sua finalidade precípua, enquanto as Ciência, em contraste, reconstituem com vistas à elaboração conceitual. No entanto, a introdução dos conceitos no discurso histórico esbarra numa impossibilidade de delimitação do objeto da História ao modo das Ciências Sociais – pois que a memória envolve todo o acontecer humano no tempo. Nesse sentido, o conceito deverá ser necessariamente fluído e, mais concretamente, encerrar uma nova dimensão: a *temporalidade*.[2]

Trata-se, pois, de historizar os conceitos. Com efeito, se a História não encerra um objeto delimitado, não é possível tomar as categorias como expressões de um conteúdo finito, passível de ser eternizado. Ao contrário, a construção conceitual deve ser fluída, na mesma medida em

[1] Fernando Novais. *Aproximações*.

[2] "Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. Entretanto, para muitas dentre elas, que, por convenção, o desintegram em fragmentos artificialmente homogênos, ele representa apenas uma medida. Realidade concreta viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, *o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade*. O número dos segundos, anos ou séculos que um corpo radioativo exige para se transformar em outros corpos é, para a atomística, um dado fundamental. Mas que esta ou aquela dessas metamorfoses tenha ocorrido há mil anos, ontem ou hoje ou que deva se produzir amanhã, sem dúvida tal consideração interessaria ao geólogo, porque a geologia é, à sua maneira, uma disciplina histórica; ela deixa o físico frio como gelo. Nenhum historiador, em contrapartida, se contentará em constatar que Cézar levou oito anos para conquistar a Gália e que foram necessários quinze anos a Lutero para que, do ortodoxo noviço de Erfurt, saísse o reformador de Wittenberg. Importa-lhe muito mais atribuir à conquista da Gália seu exato lugar cronológico nas vicissitudes das sociedades européias.". Marc Bloch. *Apologia da história...*, pág. 55 (grifos nossos).

que deve permitir uma apreensão dos objetos como objetos também fluídos, em permanente movimento. Nesse ponto, entendemos que a temporalidade que possibilita tomar a História "como plasma em que se engastam os fenômenos e como lugar de sua inteligibilidade" se consubstancia no próprio movimento do objeto, na transfiguração de seu *sentido*, quando inserido em distintas *totalidades* históricas. Assim, o conceito, como expressão de um objeto essencialmente fluído, terá também movimento quando considerado à luz da totalidade em que opera – sendo, pois, constantemente redefinido.

> A ação recíproca de que se fala aqui tem que ir para além da ação recíproca de *objetos imutáveis*; ela não vai efetivamente além senão na sua relação com o todo; a relação com o todo torna-se a determinação que condiciona a *forma de objetividade* de todo o objeto; toda a mudança essencial e importante para o conhecimento manifesta-se como mudança na relação com o todo e *por isso mesmo* como mudança da própria forma de objetividade. (...) Esta permanente transformação das formas de objetividade de todos os fenômenos sociais na sua ação recíproca dialética contínua, a origem da inteligibilidade de um objeto a partir da sua função na totalidade determinada em que funciona, fazem com que a conepção dialética da totalidade seja a única a compreender a *realidade como devir social*. O conhecimento da verdeira objetividade de um fenômeno, o conhecimento de seu caráter histórico e o conhecimento da sua função real na totalidade social formam, pois, um ato indiviso de conhecimento. (...) É por isso que o método dialético, ao mesmo tempo que rasga o véu da eternidade das categorias, deve também rasgar o seu véu de coisidade para abrir a via do conhecimento da realidade.[3]

Entendemos que o materialismo histórico permite superar os limites das Ciências Sociais como campos diferenciados, autocontidos, porquanto vise à totalidade por meio de uma *teoria da história*. Se a *práxis* define uma unidade entre sujeito e objeto – e, nesses termos, se o exercício historiográfico é constitutivo de sua própria matéria, a História –, o *sentido da história* – e, pois, a sua própria apreensão – revela-se como um processo imanente. Por essa razão, o materialismo histórico constitui-se, não como uma *filosofia da história*, mas como *teoria* que, tratando de um objeto ilimitado, ultrapassa os limites da conceitualização estritamente científica. Reversamente, o enfrentamento da Economia Política só pode ocorrer por meio de sua *Crítica*, no sentido de que a historização dos conceitos revela o caráter histórico e transitório, ou o movimento, do próprio objeto.

[3] Georg Lukács. *História e consciência de classe*, págs. 28 e segs.

O conceito de modo de produção – entendido, portanto, como uma chave epistemológica totalizante a ser desvendada no exame das próprias formações concretas, e não como exercício retrospectivo de uma Economia Política predeterminada – estabelece o nível das "estruturas" e, com isso, permite aproximações às diversas totalidades. Portanto, permite, também, a historização dos conceitos – confere-lhes *sentido*. No caso da formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista, trata-se de observar, à luz das formas concretas de organização da vida social que se elevam desde o movimento das estruturas, o *desenvolvimento das formas*, especialmente, do capital. Mais especificamente, no estudo de sua formação, seria necessário problematizar a precedência do capital em relação ao modo de produção propriamente capitalista.

Concretamente pretendemos discutir, de um ponto de vista teórico e historiográfico – buscando as temporalidades dos conceitos –, a forma especificamente mercantil do capital nos marcos de uma estrutura e de uma dinâmica específica, referidas ao período de "transição" do feudalismo ao capitalismo. Nesse passo, se, como pretendemos sustentar, o Estado constitui um *nexo intrínseco* na conformação dessa estrutura de transição, o capital mercantil só poderia ser examinado em sua ligação orgânica com a monarquia absolutista.

Para tanto, propomos organizar o estudo em torno do contraste entre duas tradições que, pertencendo ao campo da crítica, entendendo o capitalismo como uma estrutura de dominação, apresentam quadros, num certo sentido, opostos, quanto à estrutura e dinâmica do período que vai do século XVI ao século XVIII.

Na historiografia diretamente referida ao materialismo histórico, o problema é tratado nos termos da transição de um modo de produção a outro, cujo momento crítico de ruptura reside na revolução burguesa – e, como seu desenvolvimento, na revolução industrial. Em termos gerais, a considerar o estudo fundante de Maurice Dobb, trata-se da transição da dominância de uma a outra relação de produção basilar, da mudança no caráter do Estado e da posterior constituição de forças produtivas correspondentes às novas relações de produção.[4] Concretamente, o curso da transição percorre os momentos de dissolução da servidão, de passagem definitiva ao predomínio do salariato, da revolução burguesa e, enfim, da revolução industrial. A definição desse momento crítico corresponde a uma tendência a estender o domínio do modo de produção feudal, mesmo

[4] Maurice Dobb. *A evolução do capitalismo*.

em decomposição, ao limiar da revolução – e, pois, a atribuir à monarquia absolutista um caráter essencialmente feudal.[5] Nessas visões, o capital mercantil, constitui-se, a princípio, como uma força ligada à velha ordem. Primeiro, como um bloco mais concentrado, restrito à circulação, nas linhas do comércio monopolista de longa distância e da alta finança, vinculado às monarquias "feudais", e, pois, ao velho modo de produção; depois, como uma nova fração, já subordinando a produção, engendrado principalmente nos espaços de um mercado interno, operando como um "modo de transição", sem, contudo, abrir vias propriamente revolucionárias – embora pudesse, no processo revolucionário opor-se à monarquia e ao capital concentrado das companhias. Assim, procurando preservar posições privilegiadas consolidadas na velha ordem, o capital mercantil, embora, em certos casos, pudesse jogar em favor da transição, termina por, no momento de sua consumação, constituir-se como um obstáculo – contra as posições disruptivas vindas de camadas médias.

Pretendemos sustentar que, se o conceito de modo de produção supõe um contorno mais totalizante que a mera dominância de uma ou outra forma de produção e, enfim, envolve diversas possibilidades de organicidade entre as distintas dimensões constitutivas do conjunto da vida social, a redução da problemática da transição à da passagem de uma forma de produção a outra obscurece os processos que redefinem o estatuto dessas distintas dimensões na reprodução social – em particular, o estatuto do Estado e do capital mercantil. Esse é um ponto fundamental pois que, nas *formações pré-capitalistas*, em que o "econômico" não diferenciado permanece contido no amálgama da vida social, o "extra-econômico" opera, não como parâmetro exterior que marca os limites da reprodução das relações sociais básicas, mas como um *nexo intrínseco*, que rege *diretamente* essa mesma reprodução. Mais que isso, porquanto precisamente esse vínculo entre o Estado e o capital constitui o centro de uma nova organicidade sistêmica, a redução do problema da transição à passagem de uma forma de produção a outra obscurece também o processo de construção da história mundial, como processo constitutivo da transição, que, efetivamente, joga na formação do capitalismo. Se, de um ponto de vista retrospectivo, a construção de uma história mundial é um pressuposto e um desdobramento do desenvolvimento do capitalismo, no nível da reconstituição é necessário considerar os nexos orgânicos que vinculam essa mesma construção ao processo geral da transição. Ora, é sintomático que a perda dessa perspectiva terminasse por

[5] Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista.*

restringir os processos de transição a marcos nacionais. No limite, haveria o risco de tratar o processo como uma mera justaposição de um conjunto de *transições*, em cada formação marcada pela servidão, que tenderiam a reproduzir mecanicamente processos relativamente autônomos de passagem à generalização do salariato, de revolução burguesa e, enfim, de industrialização – tudo como se, sob a formação de uma história mundial os diversos tempos históricos das diversas formações aí envolvidas não se condicionassem reciprocamente.

Daí a necessidade de contrastar essa historiografia com as tendências que estabelecem um primado dos nexos sistêmicos. O conceito braudeliano de *capitalismo* como domínio a princípio circunscrito à órbita da circulação, cuja concreção dá-se na *economia-mundo* e a perspectiva do *sistema-mundo moderno* – a "conexão de sentido" entre uma *economia-mundo capitalista* e o *sistema interestatal* moderno – definem uma espécie de *sistema capitalista* já em funcionamento. Nessa visão, as formas de produção e propriedade constitutivas convertem-se em "métodos de controle do trabalho", funcionais ao circuito do capital. Trata-se de uma *totalidade* em permanente expansão organizada pelo capital, em conexão com a hierarquização do *sistema interestatal*. Uma vez constituída a totalidade sistêmica, toda a problemática é posta, não mais em termos da transição de um modo de produção a outro – do feudalismo ao capitalismo – mas da expansão de um sistema capitalista já constituído. Com isso, diluem-se o pontos críticos de ruptura qualitativa sublinhados no materialismo histórico – a generalização do salariato, a revolução burguesa e industrial etc. – em favor de uma problematização da expansão quantitativa do raio da *economia-mundo* no espaço mundial. Trata-se, pois, de discutir os chamados "ciclos sistêmicos", que marcam os momentos de expansão e crise, os movimentos de consolidação ou recentragens hegemônicas, correspondentes à dinâmica das lutas no centro e dos processos de periferização.[6] Quanto a isso, pretendemos sustentar que, se essa visão, de fato, permite captar o caráter progressivamente sistêmico da estrutura em causa, a dissolução da problemática propriamente da transição – correspondente ao conceito de modo de produção – faz obscurecer determinados traços fundamentais que exprimem a *differentia specifica* da modernidade. No limite, "(...) uma explicação que não dá a *differentia specifica não* é uma explicação"[7]. Nesse ponto, procuramos sustentar que essa visão traria o risco de um tratamento formal do capital e do

[6] Fernand Braudel. *Civilização material...* O tempo do mundo. Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*. Giovanni Arrighi. *O longo século XX*.
[7] Karl Marx. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, pág. 34.

"capitalismo". Naturalmente, o travejamento sistêmico permite ressaltar a organicidade da divisão do trabalho que conforma a estrutura de transição. Mas o tratamento do capital como objeto encerrado em si e a correspondente abstração da forma especificamente social da divisão do trabalho, e, pois, das formas de produção e propriedade fazem obscurecer a particularidade do capital mercantil.

Diante desse contraste, pretendemos propor uma *apropriação crítica* das visões em tela. A partir de uma leitura que permitisse uma formulação mais totalizante do conceito de "modo de produção", e que contornasse os riscos de um tratamento formal da dimensão das formas de produção, procuramos sustentar que os processos de centralização monárquica em conexão com o capital mercantil transformam radicalmente o velho modo de produção, configurando um novo marco estrutural, com uma dinâmica própria, *de caráter sistêmico*. No entanto, porquanto a tese parta da problemática da transição de um modo de produção a outro – e, pois, também procure evitar um tratamento formal do capital, observando a especificidade da forma mercantil – o novo marco sistêmico não poderia ser aqui tomado, estritamente, nos termos de uma "economia-mundo capitalista". Procuramos sustentar que o *sentido* concreto dos vínculos entre o capital mercantil e o Estado deve ser problematizado nos marcos de uma estrutura especifica *de transição* que, expressando em nível fenomênico traços que pudessem remeter ao feudalismo ou ao capitalismo, não poderia ser reduzida nem a um, nem a outro. Ou seja: é possível reconhecer a pertinência dos traços que, na primeira vertente, são traduzidos como expressões do "feudalismo" em processo de decomposição, tanto quanto dos traços que, na outra, surgem como expressões de um sistema "capitalista". Mas, porquanto procuramos incorporar organicamente tais traços como expressões difusas de um período complexo especificamente *de transição*, o quadro final não se resume nem ao "feudalismo", nem ao "sistema capitalista". Sugerimos a formulação "*apropriação crítica*" para expressar justamente que o presente exercício não propõe nem uma filiação a qualquer uma das vertentes, em prejuízo da outra, nem a rejeição peremptória de ambas. A partir do contraste entre as duas posições em tela, do reconhecimento de suas contribuições e limites, procuramos propor um caminho que, incorporando criticamente traços das duas, não se reduz, totalmente, nem a uma, nem outra.[8]

[8] "Na colocação dos problemas histórico-críticos, não se deve conceber a discussão científica como um processo judiciário, no qual há um réu e um promotor, que deve demonstrar, por obrigação do ofício, que o réu é culpado e digno de ser tirado de circulação. Na discussão científica, já que se supõe que o interesse seja a pesquisa da verdade

O presente trabalho se organiza em duas partes. A primeira trata, sobretudo, de problemas conceituais, em que procuramos problematizar noções como as de "capital", "capital mercantil", "capitalismo" e "modo de produção capitalista", a partir das formulações de Marx e Braudel. A parte seguinte trata propriamente da historiografia, confrontando a problemática da transição, tal como se desenvolve no materialismo histórico, e a da formação e expansão do sistema-mundo. O último capítulo, centro da tese, explicita a *apropriação crítica* proposta no presente trabalho.

e o progresso da ciência, demonstra ser mais 'avançado' quem se coloca do ponto de vista de que o adversário pode expressar *uma exigência que deva ser incorporada, ainda que como momento subordinado, na sua própria construção*. Compreender e valorizar com realismo a posição e as razões do adversário (e o adversário é, em alguns casos, todo o pensamento passado) significa justamente estar liberto da prisão das ideologias (no sentido pejorativo, de cego fanatismo ideológico), isto é, significa colocar-se de um ponto de vista 'crítico', o único fecundo na pesquisa científica.". Antonio Gramsci: "A filosofia de Benedetto Croce", pág. 333.

Parte I

Capital mercantil e capitalismo

Capítulo I: Capital Mercantil

Capital Mercantil

O capital precede o modo de produção capitalista. Numa expressão bastante conhecida, é "antediluviano". Marx observou que "(...) não só o comércio, mas também o capital comercial é mais antigo do que o modo de produção capitalista: de fato, ele é o modo de existência livre historicamente mais antigo do capital"[9].

Para discutir observações dessa natureza, é necessário examinar o movimento de construção de categorias como *dinheiro* ou *capital*. A chave reside no modo específico como a *crítica* da economia política empreende essa construção, sempre à luz da *totalidade* das relações que conformam o "*concreto*". Em termos mais gerais, toda a discussão em torno da natureza das categorias básicas culmina num problema central da economia política, qual seja, o problema da "fórmula trinitária". A economia política chega em sua "fórmula trinitária" a partir da passagem de um nível empírico a um universo de categorias abstratas que, sem mais mediações, tornariam o empírico inteligível. Está suposto, pois, que cada elemento constitutivo da "fórmula trinitária" seria definido em si mesmo, cada qual adquirindo uma existência autônoma. Com efeito, *terra*, *capital* e *trabalho* não estabelecem entre si vínculos, senão enquanto elementos que permanecem exteriores, uns em relação aos outros. Encerradas em si, as categorias surgem reduzidas a meros fatores materiais da produção, distinguindo-se como fontes autônomas do *valor*, eternizadas sob formas absolutas. Decorre disso que a especificidade das relações sociais, em particular, das relações de produção, fica dissolvida no universo abstrato da dimensão dos elementos materiais da produção. Justamente por isso, a delimitação de uma estrutura que conforme um conjunto de relações, ou uma *totalidade* – por exemplo, o "capitalismo" – torna-se um exercício desprovido de sentido. E tanto quanto as categorias básicas são eternizadas, também o próprio "modo de produção capitalista". Dissolvida, pois, a totalidade, o problema do capital preceder o modo de produção capitalista não se coloca. Torna-se mera armadilha semântica.

[9] Karl Marx. *O capital*, Livro III, Vol IV, pág. 232.

Na *crítica* da economia política, a "fórmula trinitária" coloca-se em termos radicalmente distintos. Cada elemento constitutivo é parte orgânica de um todo. Somente adquire sentido à luz do todo. E o todo "concreto", constitui-se como "*síntese* de múltiplas determinações", que supera a mera justaposição das partes. As formas sociais básicas que estruturam as diferentes sociedades – a propriedade comunal, entre os povos pastores, as formas da propriedade fundiária no mundo antigo ou no mundo medieval, o capital, na moderna sociedade burguesa – imprimem seu caráter indelével sobre o conjunto da vida social. Nesse sentido, conferem organicidade às relações entre as partes que constituem o todo "concreto". Por isso, Marx afirma, por exemplo, que "o próprio capital – enquanto não seja simples capital-dinheiro – possui na Idade Média, como instrumento tradicional, por exemplo, este caráter de propriedade fundiária.".[10] A rigor, *dinheiro* ou *capital*, "em si mesmos", despreendidos de um substrato de relações concretas, tornam-se expressões vazias. Na verdade, como partes de um todo, devem ser constantemente redefinidos por força dos vínculos orgânicos que estabelecem com o conjunto das relações que conformam o todo "concreto". Assim, os elementos constitutivos da "fórmula trinitária", *terra*, *capital* e *trabalho*, deixam de ter existência "em si", como fontes autônomas do *valor*, para serem transfigurados e ressignificados a partir de suas relações recíprocas, sob o dominio da forma social básica que organiza a totalidade.[11]

Para redefinir os termos da "fórmula trinitária", o método da *crítica*, deve transitar em sentido inverso, agora do abstrato ao *concreto pensado*. E esse trânsito significa a transfiguração das determinações mais abstratas das categorias básicas. Assim, a construção das categorias só se completa no momento da concreção da totalidade, tomando-a, já plenamente desenvolvida, como pressuposto. É precisamente nesse sentido que *método de exposição* distingue-se de *método de*

[10] Karl Marx, *Grundrisse*, pág. 28.

[11] Roman Rosdolsky, demonstra que o sentido da divisão trinitária encontra-se na investigação das condições sociais de existência das três classes fundamentais em que a sociedade burguesa é dividida. Capitalista e trabalhador assalariado constituem elementos diretamente vinculados à produção capitalista. O proprietário de terras constitui elemento indiretamente vinculado, porquanto explica a existência do produtor direto despossuído, pressuposto do trabalho assalariado. Mas isso, ao mesmo tempo, pressupõe o domínio do capital sobre a propriedade da terra e, portanto, a luta do capital contra as formas arcaicas, contra os nexos políticos e sociais constitutivos de formas preexistentes de propriedade. Trata-se de uma transição dialética da categoria capital à propriedade da terra e da propriedade da terra ao trabalho assalariado, como pressuposto histórico e lógico da relação-capital. Assim, a divisão trinitária remete a categorias que somente podem definir-se nos marcos da totalidade da economia capitalista – e, portanto, devem ser consideradas a partir da categoria *capital*. Ver: Roman Rosdolsky. *Gênese e estrutura de "O capital' de Karl Marx*.

investigação.[12] Isso posto, deixa de ser trivial constatar que o capital, sob a *forma* do capital mercantil, precede o modo de produção capitalista. Pois, se as categorias conformam-se na totalidade, essas mesmas categorias não podem constituir-se como *gênese* da totalidade, do "concreto". Desde logo, partindo da *mercadoria*, do *valor* e do *dinheiro*, *O Capital* não tem como objeto de estudo uma *História* do capitalismo.[13] Sob totalidades distintas – mais ou menos desenvolvidas – a "categoria simples", digamos, o *dinheiro*, deve exprimir relações também distintas. Possui, portanto, diversas formas de existência em que se inscrevem os limites e as potencialidades de seu desenvolvimento – ou atrofiamento – sob uma ou outra condição.[14] Enfim, porquanto as categorias sejam despidas de qualquer manto de eternidade para adquirir vida, movimento, também o modo de produção capitalista. Desse modo, o capital mercantil que possui existência autonoma nos "intermúndios" de distintos modos de produção – sem determinar-lhes a natureza –, deverá converter-se em mera forma transmutada do capital industrial quando tornar-se um momento específico do movimento do capital, subordinado à esfera da produção, sob o modo de produção capitalista plenamente constituído. Transita, portanto, da forma de "função *par excellence* do capital" para uma "função específica". Não deixa de ser sintomático que o excurso em torno das "considerações históricas sobre o capital

[12] Karl Marx. *O capital*, Livro I, Vol I.

[13] "A categoria econômica mais simples, como, por exemplo, o valor de troca, pressupõe a população, uma população que produz em determinadas condições, e também um certo tipo de sistema familiar, comunitário, político etc. O valor de troca nunca poderia existir de outro modo senão como relação unilateral, abstrata de um todo vivo e concreto já dado. Como categoria, ao contrário, o valor de troca possui uma existência antediluviana.". Karl Marx. *Grundrisse*, pág. 22.

[14] "O dinheiro pode existir e existiu historicamente antes que existisse o capital, antes que existissem os bancos, antes que existisse o trabalho assalariado. Deste ponto de vista, pode-se dizer que a categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de um todo menos desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que já existiam historicamente antes que o todo tivesse se desenvolvido, no sentido que se expressa em uma categoria mais concreta. (...) De outro lado, pode-se dizer que há formas de sociedades muito desenvolvidas, embora historicamente não tenham atingido ainda sua maturidade, nas quais se encontram as formas mais elevadas da economia, tais como a cooperação, uma divisão do trabalho desenvolvida, sem que exista nelas o dinheiro (...). Além disso, embora o dinheiro tenha, muito cedo e por toda a parte, desempenhado um papel, não assume papel dominante na Antigüidade, senão de modo unilateral nas nações comerciais. E mesmo na Antigüidade mais culta, entre os gregos e os romanos, não atinge seu completo desenvolvimento (...). Esta categoria, que é no entanto bem simples, só aparece portanto historicamente com todo o seu vigor nas condições mais desenvolvidas da sociedade. Mas de nenhuma maneira impregna todas as relações econômicas. (...) De modo que, embora a categoria mais simples possa ter existido historicamente antes da mais concreta, pode precisamente pertencer em seu pleno desenvolvimento, intensivo e extensivo, a uma forma social mais complexa (...).". *Idem*, págs. 23 e 24. Na crítica a Engels, Georg Lukács reconhece o passo proposto no que respeita à fluidez dos conceitos. "Com efeito, Engels descreve a conceitualização do método dialético contrapondo-o à conceitualização 'metafísica': sublinha que, no método dialético, a rigidez dos conceitos (e dos objetos que lhes correspondem) se dissolveu, que a dialética é um processo de constante passagem fluida de uma determinação para outra, uma permanente superação dos contrários, e sua passagem de uma definição a outra (...).". Georg Lukács. *História e consciência de classe*, pág. 17.

comercial" seja tema do Livro III, em que Marx pretendia transitar na direção dos níveis mais concretos.

> A pureza (...) com que aparecem no mundo antigo os povos comerciantes – fenícios, cartagineses – é dada pela própria predominância dos povos agricultores. O capital, enquanto capital comercial ou capital-dinheiro, aparece precisamente sob esta forma abstrata sempre que o capital não é ainda o elemento dominante das sociedades. Lombardos e judeus ocupam a mesma situação diante das sociedades medievais que praticam a agricultura. (...) O próprio conceito de riqueza nacional se insinua entre os economistas do século XVII – a representação subsiste ainda em parte nos do século XVIII – desta forma: a riqueza é criada unicamente para o Estado, e o poder deste mede-se por esta riqueza. Esta era uma forma ainda inconscientemente hipócrita em que a riqueza e a produção da riqueza se anunciava como a finalidade dos Estados modernos, considerados a partir de então unicamente como meio para a produção da riqueza.[15]

O capital comercial tem como único pressuposto básico a circulação mercantil. Porquanto seja uma forma contida na esfera da circulação, como mediador entre pólos que tomam parte nas relações de troca, é indiferente ao modo de produção vigente em cada um dos pólos, sendo necessário somente que, em cada um deles, exista uma produção, em qualquer medida, voltada para a troca. Desde que haja comércio, produção de mercadorias para troca, o capital comercial pode coexistir, como mediador, com qualquer modo de produção. No entanto, a *forma* do capital comercial, sendo, pois, *capital*, é sempre uma forma que abstrai o *valor de uso*, tomando a forma autônoma do *valor de troca*, a forma *monetária*. Vale dizer que, sempre que possa desenvolver-se, o sentido do movimento do capital comercial é orientado para a expansão do valor sob forma monetária, como fim em si. Trata-se da expansão da "riqueza em sua forma social geral".[16] Isso

[15] Karl Marx. *Grundrisse*, pág. 29.

[16] "O comerciante compra e vende para muitos. Em suas mãos concentram-se compras e vendas e, em conseqüência, deixam de estar ligadas à necessidade do comprador (como comerciante). Qualquer que seja, porém a organização social das esferas da produção, cujo intercâmbio de mercadorias o comerciante medeia, sua fortuna existe sempre como fortuna monetária e seu dinheiro funciona sempre como capital. Sua forma é sempre D-M-D'; dinheiro, a forma autônoma do valor de troca, como ponto de partida, e o aumento do valor de troca como o fim autônomo. O próprio intercâmbio de mercadorias e as operações que o medeiam – separados da produção e efetuados por não-produtores – são mero meio de multiplicar não só a riqueza , mas a riqueza em sua forma social geral, como valor de troca. O motivo impulsionador e a finalidade determinante é transformar D em D+ΔD; os atos D-M e M-D', que medeiam o ato D-D', aparecem apenas como momentos de transição dessa transformação de D em D+ΔD. Esse D-M-D' como movimento característico do capital comercial distingue-se de M-D-M, o comércio de mercadorias entre os próprios produtores, que está voltado para o intercâmbio de valores de uso como finalidade última.". Karl Marx. *O capital*, Livro III, Vol IV, pág. 233.

significa que os desenvolvimentos mais remotos do capital comercial correspondem à autonomização da esfera da circulação em face dos pólos extremos produtores de mercadorias e, pois, à autonomização do capital em face da esfera da produção. Nesses limites, produção e circulação não constituem uma unidade, como momentos diversos de um mesmo movimento, mas, ao contrário, confrontam-se como esferas distintas.

Somente sob esse prisma pode-se discutir a origem do lucro mercantil. Naturalmente, é o lucro formado na circulação, nos momentos de compra e venda, segundo a "lei do comércio" que manda "comprar barato" e "vender caro". Contudo, para observar a questão mais a fundo, parece ser necessário tomar a observação de Marx, segundo a qual "o conceito de valor está implícito nisso à medida que as diferentes mercadorias são todas valores e, por isso, dinheiro; pela qualidade, são igualmente expressões do trabalho social" e, no entanto, "não são grandezas de valor iguais".[17] Posto que o desenvolvimento do capital mercantil corresponde à superação do caráter fortuito das trocas em direção a práticas permanentes, reguladas segundo o imperativo da valorização monetária, cumpriria discutir a *forma* do valor aqui implícita.

Novamente, perspectivas que reverberem a tradição da economia política representam um limite estreito para enfrentar o problema. Na economia política, o primado de uma *ordem natural* subjacente à vida social e a centralidade do mercado como instância capaz de coadunar atomização do indivíduo e harmonia social culminam na problemática básica do *valor*, enquanto *fundamento natural* das relações de troca. O problema central reside no *conteúdo* do valor – insistimos, *natural* –, sobretudo em sua dimensão quantitativa, na medida em que um sistema de preços relativos – fundado na equivalência – possa justificar uma tendência a um suposto equilíbrio entre as forças privatistas. A já referida dissolução da historicidade dos elementos constitutivos da "fórmula trinitária", reduzidos a meros fatores materiais da produção, espelha-se no fundamento natural – não histórico – da categoria valor, agora, também eternizada. A valorização do capital mercantil por meio da troca desigual somente poderia representar uma transgressão da ordenação natural das coisas e mais uma expressão, entre tantas, de que qualquer forma social que não a forma especificamente burguesa seria menos conformada à natureza.

No que respeita a Marx, é preciso ter em conta que a construção da categoria valor tem como pressuposto uma determinada sociabilidade – seja a dos "produtores independentes", seja a

[17] Karl Marx. *O capital*, Livro III, Vol IV, pág. 235.

do capital. Desde o primeiro movimento, toda a problemática clássica será reorientada: não se trata de buscar o conteúdo natural do valor, mas de saber sob que relações sociais e históricas os produtos do trabalho convertem-se em mercadorias. Vale dizer: a *forma* social subjacente à mercadoria rege o movimento das próprias mercadorias. Trata-se de conferir centralidade, não ao *conteúdo natural*, mas à *forma social*. Portanto, o fundamento do valor deve remeter à *forma* social e histórica a que corresponde.[18] Desse modo, quando a categoria valor surge no mundo do capital comercial, com todas as suas especificidades, é necessário tomá-la como a expressão da sociabilidade que lhe é subjacente. Porquanto "subverta" uma equivalência nas trocas, o capital comercial não transgride qualquer suposta forma natural do valor, mas, ao contrário, determina a própria forma histórica do valor por força da sociabilidade da cria.[19] Por essa razão, não é possível separar o movimento do capital comercial autônomo dos mecanismos "extra-econômicos" que permitem a consecução das trocas nos termos, a seu modo, correspondentes à valorização. O "econômico" permanece umbilicalmente vinculado à violência explícita.

> Os povos comerciantes da Antigüidade existiam, como os deuses de Epicuro, nos intermúndios ou, muito mais como os judeus nos poros da sociedade polonesa. O comércio das primeiras cidades comerciais e dos povos comerciantes autônomos, formidavelmente desenvolvidos, baseava-se, enquanto comércio intermediário puro, na barbárie dos povos produtores, entre os quais faziam papel de intermediários. (...) O capital comercial, quando em dominação preponderante, representa por toda a parte portanto um sistema de pilhagem, de modo que seu desenvolvimento nos povos comerciantes da Antigüidade como da época mais recente está diretamente ligado a pilhagem violenta, pirataria, roubo de escravos, subjugação nas colônias; assim em Cartago e Roma, posteriormente com venezianos, portugueses, holandeses etc.[20]

[18] Isaak Rubin. *A teoria marxista do valor*.

[19] Marx observa que "(...) aqueles modos de produção pressupõem que o capital comercial se aproprie de uma parte preponderante do mais-produto, em parte como intermediário entre comunidades cuja produção ainda está essencialmente voltada para o valor de uso e para cuja organização econômica a venda da parte do produto que entra em geral em circulação, portanto em geral a venda dos produtos por seu valor, é de menor importância; em parte porque naqueles antigos modos de produção os principais proprietários do mais-produto, com os quais o comerciante transaciona – o escravista, o senhor feudal, o Estado (por exemplo, o déspota oriental) – representam a riqueza de fruição à qual o comerciante coloca armadilhas, como já o vislumbrara corretamente Adam Smith (...)." Entendemos que isso quer dizer que o trabalho abstrato, sendo fruto de uma abstração concreta, pressupõe uma sociabilidade em que a produção é produção de valor. Somente sobre essa sociabilidade constitui-se o valor como expressão da equivalência fundada no trabalho. Karl Marx. *O capital*, Livro III, Vol IV, pág. 236.

[20] *Idem*, págs. 236 e 237.

O capital, portanto, precede o modo de produção capitalista, desenvolvendo-se dentro dos limites de sua forma mercantil. Mas, mais do que uma forma historicamente precedente, o capital é um pressuposto do capitalismo. Primeiro, porque o surgimento do capitalismo pressupõe a concentração da riqueza em forma monetária; depois, porque pressupõe a mercantilização radical da vida – a cisão entre os momentos da produção e do consumo. E mais que um pressuposto, o capital é uma força que opera em favor da mercantilização. Mesmo dentro dos limites da esfera da circulação, o desenvolvimento do capital mercantil tende a corroer as bases da produção dos valores de uso, forçando o caminho para a produção de valores de troca – e não pode fazê-lo sem também imprimir uma tendência cosmopolita, cujo nexo fundamental é o desenvolvimento do dinheiro mundial.[21]

No entanto, tratando-se de formas históricas, o sentido das transformações produzidas por força do capital mercantil, os desdobramentos históricos da mercantilização, dependem, não do capital mercantil em si. Trata-se, naturalmente, de um choque entre capital mercantil e estruturas socias concretas. Dependem, portanto, do modo como as estruturas sociais metabolizam sua ação corrosiva. Ou seja: mesmo que empurre as diferentes formações sociais em direção à produção de mercadorias, o comércio não é, em si mesmo, um fator de dissolução dos modos de produção pré-capitalistas. Tampouco o seu movimento, por si só, conduz essas formações, imediatamente, para o modo de produção capitalista. O tipo de combinação existente entre os desenvolvimentos do comércio e a estrutura escravista que sustentava o mundo antigo, e que levou, por exemplo, Perry Anderson a afirmar que "a precondição desta feição diferenciada da civilização clássica era seu caráter *costeiro*"[22], era muito diferente do tipo de resultados que a expansão do comércio produziria sobre o mundo medieval. No mundo clássico, contribuía para a reprodução da estrutura vigente; no mundo moderno, para sua dissolução.

Nesse ponto, abre-se a discussão que virá reverberar no prolífico debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo.[23] Tomemos, pois, a observação de Marx:

---

[21] "Em síntese, constituem faces do mesmo processo: o desenvolvimento do capital comercial, o incremento da produção de valores de troca, a divisão social do trabalho, a especialização da produção e a expansão dos mercados. Se, por um lado, o capital comercial acentua a divisão social do trabalho e a especialização da produção, estes fatores, por outro, impulsionam a expansão dos mercados, garantindo assim a valorização do capital comercial. (...) Mais ainda, [o capital comercial] foi compelido a romper com a dimensão local dos mercados e sentou as bases do mercado mundial, do qual é elemento fundamental o antigo sistema colonial.". Carlos Alonso Barbosa de Oliveira. *Processo de industrialização*, págs. 31 e 32.

[22] Perry Anderson. *Passagens da antigüidade ao feudalismo*, pág. 20.

[23] Para uma síntese completa do debate ver: Eduardo Mariutti. *A transição do feudalismo ao capitalismo*.

> Não há nenhuma dúvida – e precisamente esse fato gerou concepções completamente falsas – de que, nos séculos XVI e XVII, as grandes revoluções que transcorreram no comércio com os descobrimentos geográficos, e que rapidamente elevaram o desenvolvimento do capital comercial, *constituem um momento principal na promoção da passagem do modo de produção feudal para o capitalista*. A súbita expansão do mercado mundial, a multiplicação das mercadorias em circulação, a rivalidade entre as nações européias pela posse dos produtos asiáticos e dos tesouros americanos, o sistema colonial, contribuíram essencialmente para quebrar as barreiras feudais da produção. No entanto, *o modo de produção moderno se desenvolveu em seu primeiro período, o período manufatureiro*, somente onde as condições para tanto haviam sido geradas durante a Idade Média. Compare-se, por exemplo a Holanda com Portugal. E se, no século XVI e em parte ainda no século XVII, a súbita expansão do comércio e a criação de um novo mercado mundial exerceram influência preponderante sobre o ocaso do modo de produção antigo e a ascensão capitalista, então isso aconteceu, pelo contrário, *com base no modo de produção capitalista, uma vez criado*. O próprio mercado mundial constitui a base desse modo de produção.[24]

Essa breve observação contém pelo menos dois pontos centrais da polêmica entre Maurice Dobb e Paul Sweezy. Por um lado, parece claro que nas discussões sobre os efeitos do comércio, Dobb oferece uma reconstituição histórica minunciosa que corrobora a tese segundo a qual o "modo de produção moderno" teria surgido, como diz Marx, "somente onde as condições para tanto haviam sido geradas durante a Idade Média", no modo de produção anterior.[25] De outro lado, Marx parece sugerir a existência de um primeiro momento da transição, em que surge um "*modo de produção moderno*" cujo "primeiro período", o "*período manufatureiro*", teria emergido a partir da Idade Média. E, mais adiante, parece referir-se a um segundo momento em que o "mercado mundial" teria exercido "influência preponderante" em favor da ascensão do capitalismo "*com base no modo de produção capitalista, uma vez criado*". O fato de Marx referir-se a uma *ascensão do capitalismo com base no próprio capitalismo*, revela, desde logo, a complexidade do processo. E se a expressão "*modo de produção moderno*" não é simplesmente uma saída semântica, então não deve ser de todo errado supor que há, não um, mas dois momentos decisivos na transição – a crise do feudalismo e o surgimento do capitalismo plenamente constituído – mediados por um *período específico de transição*. Nesse caso, é a tese

[24] Karl Marx. *O capital*, Livro III, Vol IV, pág. 238. (grifos nossos)
[25] Maurice Dobb. *A evolução do capitalismo*.

de Sweezy que vem retomar esse caminho, sugerindo que "(...) o período intermediário não foi uma simples mistura de feudalismo e capitalismo: os elementos predominantes não eram *nem* feudais *nem* capitalistas" e que "a transição do feudalismo para o capitalismo não é, portanto um único processo ininterrupto (...) mas constitui-se de duas fases bem distintas que apresentam problemas radicalmente diferentes e exigem análise separada"[26]. Retomaremos o tema.

Por ora, cumpre somente observar que o problema do caráter do período de transição está profundamente vinculado à discussão sobre as distintas vias para a formação do capitalismo. Pois embora Marx faça a distinção quanto ao caráter revolucionário – ou não – dos diferentes processos que constituem a "tríplice transição" – o comerciante torna-se industrial; o comerciante submete o produtor autônomo; o industrial torna-se comerciante – não nega, na própria definição dos termos, que sejam todas, efetivamente, *vias de transição*. O que pode levar à seguinte pergunta: o que seria uma *via não-revolucionária* de transição para o capitalismo? O que parece estar em causa no problema das vias de transição é o sentido do domínio do capital e a posição da esfera da circulação no processo de reprodução. No caso do comerciante que explora o pequeno produtor, o domínio do capital, na forma do capital comercial, começa a penetrar na produção, mas não transforma radicalmente a estrutura técnica. Nesse sentido, a via não é revolucionária. No caso do industrial que vem tornar-se comerciante, trata-se do capital já presente embrionariamente na esfera da produção. Tão logo o capital domine completamente a produção, a circulação tenderá a constituir-se como um mero momento subordinado do processo geral de valorização – do mesmo modo, o capital comercial, como momento específico do metabolismo da valorização, tenderá a subordinar-se ao capital industrial, ou ao capital em geral. Trata-se, portanto, de uma estrutura tipicamente capitalista. Não por outra razão, a valorização do capital sob domínio da forma mercantil permanece na esfera da circulação, sem necessariamente transformar o caráter da produção – concretamente espoliando os produtores em

[26] Paul Sweezy: "Uma crítica". In Paul Sweezy et alii. *A transição do feudalismo para o capitalismo*, pág 49. Perry Anderson demonstrou que não são claras as posições de Marx e Engels a respeito do modo de produção vigente entre a crise do feudalismo no século XIV e a consumação da transição entre os séculos XVIII e XIX. Tampouco são desenvolvidas as posições a respeito do caráter do Estado absolutista. N'*A origem da família*, Engels propõe tratar o Estado absolutista, explicitamente, como um estado fundado no equilíbrio de classes. Ver: Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*. Com efeito, o problema para o materialismo histórico consiste em explicar o surgimento do novo modo de produção a partir da crise do velho. Nesse momento, a Revolução constitui o momento crucial da mudança. Mas no caso da transição do feudalismo para o capitalismo restaria problematizar o fato da crise do feudalismo tomar corpo desde o século XIV, ao passo que as revoluções burguesas, pelo menos na Inglaterra e na França, eclodiram somente entre os séculos XVII e XVIII. Naturalmente, não é possível deixar quatro séculos em suspenso.

cada extremo da relação de troca – e o capital, sob a forma do capital industrial tenderá a criar, sobre as relações sociais tipicamente capitalistas, a estrutura técnica que lhe é adequada.

Se há uma estrutura especificamente de transição, em que predomina a forma mercantil, e que, sendo especificamente de transição, prepara e ao mesmo tempo limita o desenvolvimento do capitalismo, então talvez possamos entender em que medida o domínio do comerciante sobre o industrial, o domínio do capital mercantil sobre a produção, é uma via de transição, porém não-revolucionária – e, ainda assim, uma via de transição.

Subsunção Formal

Para tratar do predomínio do capital sob a forma mercantil no "período manufatureiro" é necessário discutir a *subsunção formal do trabalho ao capital*. Isso porque a subsunção formal na manufatura estabelece um certo limite para o domínio do capital sobre a produção e, portanto, permite o desenvolvimento do capital mercantil autônomo.

No "Capítulo Inédito", Marx define a subsunção formal como o processo correspondente à "(...) forma que se funda na mais-valia absoluta (...)"[27], ao passo que "a subsunção real do trabalho no capital desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais-valia relativa (...)"[28]. Isso significa que a subsunção formal representa o domínio do capital sobre a esfera da produção na medida em que transforma a *forma* social da produção, sem transformar, propriamente, os processos de trabalho[29]. Significa a subordinação da esfera produção à *forma geral* do modo de produção capitalista, uma vez que "o processo de trabalho converte-se no instrumento do processo de valorização"[30]. Mas, tendo um caráter formal, consiste numa *forma particular* do desenvolvimento do modo de produção capitalista uma vez que o capital penetra na produção, sem contudo criar uma estrutura técnica adequada a seu pleno desenvolvimento, enquanto capital.

[27] Karl Marx. *Capítulo VI inédito de 'O capital'*, pág. 94. Ver: Cláudio Napoleoni. *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx*.
[28] Karl Marx. *Capítulo VI inédito de 'O capital'*, pág. 104.
[29] No "Capítulo Inédito", Marx utiliza indistintamente as expressões "modo de produção" ou "modo de trabalho" para referir-se a esses processos técnicos. De nossa parte, procuramos evitar a expressão "modo de produção" nesse sentido restrito.
[30] *Idem*, pág. 87.

O essencial é a mudança da forma de *coerção* para a extração do excedente. O vínculo que materializa a subordinação do produtor direto por parte do "capitalista" é um vínculo essencialmente monetário. Constitui-se num confronto entre produtor direto e "capitalista" como extremos numa relação de troca, de compra e venda de "capacidade de trabalho". Significa que a coerção impõe-se, em princípio, por força do estritamente "econômico" – o que não exclui a produção de formas "extra-econômicas" correspondentes –, em contraste com os velhos vínculos fundados em formas de dominação direta. Reduzido ao nexo monetário, o vínculo entre o produtor e o "capitalista" contrasta, de um lado, com as formas escravistas ou servis, por despir-se dos meios de coerção direta cristalizados no domínio patriarcal ou senhorial, na violência familial, militar, política ou religiosa. Em certo sentido, representa uma emancipação do produtor direto das formas de coerção imediata. Mas o pressuposto de um mecanismo de subordinação dessa natureza é o divórcio entre o produtor e as condições de produção *objetivas* e *subjetivas* – meios de produção e meios de subsistência. E mais que uma cisão entre produtor e condições de produção, há um confronto, porquanto estas tomem a forma, diante do produtor, de capital. Assim, o trabalho torna-se o meio para a valorização. Meio para a produção de mais-valia. Nesse sentido, embora contraste com as formas de coerção diretas, trata-se, ainda assim, de uma forma de coerção, cujo véu monetário faz surgir todas as mistificações próprias da relação-capital, obscurecendo a relação social que lhe é subjacente e, em particular, a fonte última da própria valorização.

No entanto, historicamente, o capital só pode penetrar na produção, subordinando modos de produzir, processos de trabalho, forjados sob formas sociais precedentes. Assim, o capital domina uma estrutura que não lhe é própria, que constitui um limite para o desenvolvimento de suas potencialidades, que constitui um limite para a valorização. Ou seja, se o desenvolvimento pleno da categoria capital impõe o capital como o limite de si mesmo, como uma força capaz de conformar a estrutura técnica – as *forças produtivas* – aos imperativos da valorização, sob a subsunção formal, a própria estrutura técnica constitui um limite do capital. Trata-se, portanto de uma *forma particular* do domínio do capital sobre a produção: uma produção *para o capital*, mas *não pelo capital*. Marx denomina "*subsunção formal do trabalho no capital* à subordinação ao capital dum modo de trabalho tal como se tinha desenvolvido antes de ter surgido a relação

capitalista"[31]. Não por outra razão, sob os limites da estrutura técnica e de uma dada produtividade do trabalho, o capital deverá impor um padrão de extração de mais-valia correspondente à mais-valia absoluta. A esse padrão deverão ajustar-se as novas formas políticas – já não estritamente econômicas – empreendidas na luta do capital contra trabalho, que asseguram a disciplina, prolongam jornadas, restringem salários etc.[32]

No entanto, a subsunção formal do trabalho tem como pressuposto determinado nível de *concentração do capital* e determinado nível de desenvolvimento da *socialização da produção*. Embora signifique, ainda, a subordinação de modos de produzir pretéritos, a subsunção formal pressupõe uma mudança quantitativa nos processos de trabalho que, contudo, caminha já na direção de uma mudança qualitativa. Nesses termos, a forma da *cooperação* distingue-se como um primeiro modo de existência da subsunção formal.

> É a primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital. (...) constitui o ponto de partida da produção capitalista. (...) coincide com a existência do próprio capital. Se o modo de produção se apresenta, portanto, por um lado, como uma necessidade histórica para a transformação do processo de trabalho em um processo social, então, por outro lado, essa forma social do processo de trabalho apresenta-se como um método, empregado pelo capital (...).[33]

A cooperação simplesmente reúne um conjunto de trabalhos artesanais tradicionais. Não transforma, qualitativamente, os velhos modos de produzir. Contudo, a mera justaposição de um número maior de trabalhadores capazes de manusear um número maior de meios de produção e matérias-primas, ou seja, a mera organização da produção sobre a base da cooperação cria uma *força produtiva social* – que já corresponde a um determinado desenvolvimento da socialização da produção – que supera a soma aritmética das forças produtivas individuais. Trata-se, pois, da "criação de uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas"[34]. Com efeito, a sociabilidade que cria uma força produtiva social é pressuposto histórico subjacente à

[31] *Idem*, pág. 89.
[32] Maurice Dobb procura mostrar que no processo de formação do capitalismo a introdução da força do Estado, posta a serviço do capital na luta contra o trabalho, mantém uma relação estreita com as condições de oferta e procura de trabalho. Sempre que a quatidade de trabalhadores for escassa, pressionando por uma elevação dos salários, a força política vem em defesa do capital, restringindo o jogo do mercado. Ao contrário, sempre que quantidade de trabalhadores for suficiente para rebaixar os salários, a força política recua, e o jogo do mercado passa a regular os salários. Maurice Dobb. *A evolução do capitalismo*.
[33] Karl Marx. *O capital*, Livro I, Vol I, págs. 252 e 253.
[34] *Idem*, pág. 247.

própria categoria *valor*, que, em seu desenvolvimento, culmina na *lei de valorização*. Isso porque o *trabalho*, como conteúdo do valor, é sempre medido por uma *média social* – é sempre *trabalho socialmente necessário*. É verdade que a mais-valia que cabe a cada capital em particular deve orbitar em torno de uma *taxa geral de mais-valia*, cujo fundamento último reside na categoria valor, tomada como média social. Mas, desde que seja possível valer-se dessa categoria nesses marcos, essa taxa média de mais-valia só pode constituir-se como um parâmetro objetivamente posto para o capital em particular – mais do que uma média meramente matemática – se o trabalho organizado por esse mesmo capital puder representar, mais ou menos, a média social. Portanto, o movimento de construção da categoria valor e, pois, a valorização, básicas para concretizar o fenômeno da subsunção formal, pressupõe uma sociabilidade em que o capital comanda um número relativamente significativo de trabalhadores.

Que a utilização comum de um conjunto de meios de produção e matérias-primas e que a reunião sob a cooperação dos trabalhos particulares tornam o trabalho mais produtivo é um fato técnico sobre o que nada resta a dizer. Sob o jugo formal do capital, essa *força produtiva social* toma a forma de mais-valia. Sua especificidade reside em que o capital defronta-se com a força de trabalho, como *força de trabalho individual*. O capital compra sempre uma força de trabalho individual. Consumada a troca, esta deixa de pertencer ao trabalhador. Mas o indivíduo – "que só pode individualizar-se em sociedade"[35] – vai diluir-se numa produção de caráter social. Quando utilizada – quando realizada sua dimensão de *valor de uso* – a força de trabalho entra no processo da cooperação. Será dissolvida numa *força produtiva social*, numa *força de massa*, em que o todo supera a soma mecânica das partes. Sob o comando do capital, o produto dos aumentos de produtividade engendrados pela cooperação se convertem em mais-valia – a ser, naturalmente, embolsada pelo "capitalista". Mas, mais que isso, posta em movimento *a posteriori*, depois de consumada a compra da força de trabalho individual, por força do capital, a potencialidade da cooperação aparece como potencialidade do próprio capital. Enfim, a cooperação em si, prática ancestral, aparece como obra do capital.

A cooperação, em que "(...) o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie"[36], tem como contrapatida uma certa *concentração do capital*. Pois trata-se, já dissemos, da reunião de um número significativo de trabalhadores a

[35] Karl Marx. *Grundrisse*, pág. 4
[36] Karl Marx. *O capital*, Livro I, Vol I, pág. 249.

manusear um número também significativo de meios de produção e matérias-primas. Por certo, a concentração já era necessária para permitir que o "capitalista" pudesse desvencilhar-se do fardo do trabalho e refugiar-se na função de dirigente despótico da produção. Mas seria necessária, do mesmo modo, para fazer frente às necessidades de escala impostas pela cooperação. Aqui pode-se delinear a especificidade da cooperação como forma histórica do capitalismo. A cooperação é uma prática ancestral, cujas raízes remontam às "origens culturais da humanidade". Sob a subsunção formal, no entanto, torna-se objeto do capital, mero meio para a valorização. Por isso, toda a força produtiva que engendra por meio do trabalho aparece como força produtiva do capital. Toda a organização e direção que pressupõe impõe-se desde fora, como uma força exterior ao trabalho e em oposição a ele. Enfim, não pode existir sem a concentração do capital. Com efeito, desde a forma mais primeva, o modo de produção capitalista faz reproduzir esse confronto entre o caráter social da produção e o caráter privado da propriedade e da apropriação.

A subsunção formal encontra sua forma mais desenvolvida na *manufatura*, onde velhos modos de produzir são, não somente reúnidos em cooperação, mas também subdivididos. Trata-se da divisão do trabalho artesanal. Noutros termos, trata-se da *cooperação baseada na divisão do trabalho*. "Como *forma característica do processo de produção capitalista* ela predomina durante o *período manufatureiro* propriamente dito que, grosso modo, dura de meados do século XVI até o último terço do século XVIII"[37].

Na manufatura, a *força produtiva social* da cooperação, fundada no trabalho artesanal, é potencializada com a divisão do trabalho. A divisão do trabalho cria uma espécie de *trabalhador coletivo* de que cada trabalhador individual passa a representar uma função específica. Seja por meio da reunião de ofícios autônomos, mutilados em sua abrangência e reduzidos a momentos específicos da produção manufatureira, seja, ao contrário, por meio da mera fragmentação de um mesmo ofício autônomo, na manufatura, o trabalho individual será sempre diluído no trabalhador coletivo.[38] Como pressuposto do modo de produção capitalista, a passagem da cooperação simples à manufatura faz transfigurar a própria categoria básica do *valor*. Pois, se na cooperação a reunião de um número significativo de trabalhadores transformava a *média social* em parâmetro objetivo para o capital, na manufatura, a condensação dos trabalhos individuais no

[37] *Idem*, pág. 254 (grifos nossos).
[38] Marx observa que "(…) essa divisão se apossa, além da econômica, de todas as outras esferas da sociedade, lançando por toda parte a base para aquele avanço da especialização, de especialidades e um parcelamento do homem (...).". *Idem*, pág. 266.

mesmo corpo do trabalhador coletivo, transforma a medida do *trabalho médio*, o "*socialmente necessário*", em imperativo técnico da produção. É certo que na chamada "manufatura heterogênea", a produção final consiste numa mera composição mecânica dos produtos finais de trabalhos parciais. Sendo os trabalhos parciais realizados de forma independente uns dos outros, para serem reunidos somente na composição do produto final, a própria reunião na manufatura não constitui uma necessidade técnica. Mas, no caso da chamada "manufatura orgânica", em que o produto final consiste numa condensação de trabalhos parciais interligados e simultâneos, então a divisão do trabalho torna-se uma questão técnica. Aqui, cada trabalho particular será estritamente regulado pelo ritmo do trabalhador coletivo, dadas as necessidades materiais da divisão do trabalho. Assim, a medida do *trabalho médio*, o "*socialmente necessário*", que, em certo nível, é mediado pela força externa da concorrência, será introjetado pelo próprio processo material de trabalho e assumirá a feição de uma necessidade técnica. Vemos constituir-se, aos poucos, uma sociabilidade própria do "regime do capital", que é, ao mesmo tempo, pressuposto para a construção das categorias que explicam esse mesmo regime.

A manufatura potencializa a cooperação. Impõe, com maior intensidade, as tendências à elevação da força produtiva do trabalho e à especialização das próprias ferramentas, base para o surgimento da maquinaria. E, em decorrência disso, potencializa as tendências à socialização da produção e à concentração do capital. De resto, não discutiremos seus impactos técnicos. Somente cumpre observar de que modo específico a manufatura expressa, mais que a cooperação simples, a tensão entre essas tendências básicas.

N'*O Capital*, Marx diz que a divisão social do trabalho encontra dois caminhos básicos – e opostos. Num caso, pode significar o contato entre organismos sociais caracterizados por uma divisão do trabalho pouco diferenciada. Engels demonstrou como nas comunidades mais remotas o "fisiológico", o "sexual", é condicionante da divisão do trabalho, fazendo das estruturas familiais de parentesco, nexos fundamentais.[39] Pois seria no ponto de encontro desses organismos, a partir do que os faz distintos natural ou socialmente, que uma divisão do trabalho um tanto mais complexa e, no limite, o próprio intercâmbio poderia vir a desenvolver-se. Trata-se da "depentização do autônomo". Noutro caso, ocorre o oposto. Um organismo conexo pode dar vazão a um processo interno de diferenciação, em que os nexos originais se decompõem –

[39] Friedrich Engels. *A origem da família...*

"para cujo processo de decomposição o intercâmbio de mercadorias com comunidades estranhas dá o impulso principal"[40], acrescenta Marx. As partes diferenciadas podem tornar-se autônomas a ponto de estabelecerem, entre si, o próprio intercâmbio – a troca, como um nexo. Nesse caso, trata-se da "autonomização do dependente".

Um processo similar ocorre com a divisão do trabalho na manufatura. Nas origens, a manufatura pode reunir no mesmo processo de produção um conjunto de trabalhos anteriormente realizados como trabalhos autônomos. Ou pode, ao contrário, subdividir um único processo de trabalho. Num caso, torna dependente o que era autônomo; noutro torna autônomo o que era dependente. Mas mais que reproduzir a divisão do trabalho num microcosmo, a divisão do trabalho na manufatura está intimamente vinculada à divisão social do trabalho. Em primeiro lugar, como vimos, porque, como produção capitalista, pressupõe um mercado e uma economia monetária – e, portanto, uma divisão do trabalho em certo grau. Mas também, porque a manufatura retroage sobre a divisão social do trabalho, tornando-a mais profunda. Os efeitos da diferenciação são sempre recíprocos. Porquanto a manufatura separe para si uma fase específica da produção de uma mercadoria, transforma as outras, reciprocamente, em fases autônomas em relação àquela mesma fase. Quando separa para si uma parte específica de um ofício, as outras tarefas que o constituíam em conjunto virão tornar-se, reciprocamente, autônomas, elas próprias, em relação àquela parte específica. Por meio dessas conexões imbricadas, a especialização do trabalho na manufatura estimula a diferenciação na produção de ferramentas e matérias-primas, e, no limite, haverá uma divisão social do trabalho entre as próprias manufaturas. Quanto a isso, Marx é claro: "rico material para a divisão do trabalho dentro da sociedade recebeu o período manufatureiro, com a ampliação do mercado mundial e o sistema colonial, *que pertencem à esfera de suas condições gerais de existência*"[41].

No entanto, os nexos básicos que organizam a divisão do trabalho social e a divisão do trabalho no interior da manufatura são essencialmente distintos. Com o desenvolvimento da mercantilização da sociedade, a divisão social do trabalho toma forma por meio da atomização dos produtores. Esses mesmos produtores confrontam-se, reciprocamente, atomizados, como pólos irredutíveis. A mediação entre os distintos trabalhos que recompõe o caráter social da produção constitui-se na troca monetária, regida pelo valor. No espaço da manufatura dá-se, em

[40] Karl Marx. *O capital*, Livro I, Vol I, pág. 264.
[41] *Idem*, págs. 265 e 266 (grifos nossos).

certo sentido, o oposto. Aqui os produtores individuais fazem parte, diretamente, *sem mediações*, de um mesmo organismo. O trabalho específico de cada produtor está *imediatamente* dissolvido, como vimos, no corpo conjunto do *trabalhador coletivo* – é parte do trabalho total. Vistos por outro ângulo, os trabalhos parciais são interdependentes. Dependem uns dos outros – e cada um, do conjunto. Em certo sentido, os trabalhadores parciais trabalham uns para os outros; fornecem matérias-primas, fornecem produtos do trabalho, ou enfim, trabalho, uns para os outros. E, no entanto, enquanto trabalhos parciais, não produzem mercadorias – mercadoria torna-se, somente, claro, o produto final. Ou seja, a socialização desses trabalhos privados não é mediada pela troca, pelo valor. A força que organiza os trabalhos parciais na manufatura reside, pois, no despotismo do capital. Aqui, chega-se ao contraste entre as esferas social e privada, no que respeita às formas opostas de concretizar a divisão do trabalho. No espaço social reina a "anarquia". No espaço da manufatura, o "despotismo". São faces opostas da mesma moeda.

Marx contrasta a forma social burguesa com as sociedades fundadas sobre estruturas de coesão em que a divisão do trabalho toma a forma de uma assimilação direta – sem mediações – dos produtores como partícipes do conjunto do trabalho social. Sustenta que estruturas de coesão dessa natureza conformam organismos produtivos em que a divisão do trabalho será menos profunda e a existência, de certa forma, menos fragmentada, mais totalizante. A forma burguesa deve oferecer o contra-exemplo: "anarquia" e "despotismo" condicionando-se reciprocamente. Ou seja, a mercantilização da vida e a divisão do trabalho na manufatura consistem em dois processos correlatos, que se condicionam e se potencializam reciprocamente. Parece certo que, para Marx, deve haver uma relação estreita entre o desenvolvimento da manufatura, a concentração de capital monetário e a expansão do mercado mundial – conformado, sobretudo, como observa Marx, textualmente, pelo *sistema colonial*. O conjunto dessas relações diz respeito ao caráter já capitalista da manufatura. Nesse sentido, o contraponto entre, de um lado, "anarquia" e, de outro, "despotismo" parece expressar, desde a forma mais remota da manufatura, o caráter contraditório da modo de produção capitalista. Na dimensão da divisão social do trabalho, em que a produção adquire caráter social, a polarização dos produtores atomizados expressa o caráter privado da propriedade e da apropriação. Na dimensão da manufatura, sobre o que se edifica a propriedade privada, a divisão do trabalho faz emergir, com toda a violência, o carater social da produção.

Capital Mercantil e Subsunção Formal

Marx observa, com certa ironia, que "a maquinaria específica do período manufatureiro permanece o próprio trabalhador coletivo (...)"[42]. Se a ironia reside em identificar trabalhador e maquinaria, denota, ao mesmo tempo, as potencialidades e limites do caráter formal do domínio do capital. De um lado, expressa que a manufatura desenvolve uma *força produtiva social*, *de massa*, que, como vimos, representa aumento da força produtiva do trabalho, da concentração do capital, da expansão dos mercados, do sistema colonial etc. De outro, no entanto, parece sugerir que a valorização do capital esbarra no caráter tradicional da estrutura técnica. Ou seja, a subsunção formal expressa o domínio do capital sobre a produção nos marcos de um conjunto de *forças produtivas* inadequadas ao desenvolvimento das potencialidades do próprio capital. Com efeito, a centralidade do trabalho artesanal no processo técnico torna a produção embebida de uma dose de subjetividade que limita a valorização. O peso da subjetividade constitui um limite para o capital – cujo desiderato último é ser limite de si mesmo.

O domínio pleno do capital sobre a produção pressupõe a superação dos limites impostos pelo peso da subjetividade do trabalho. O próprio *trabalho socialmente necessário*, como *média social*, fundamento básico para a construção das categorias *valor* e, posteriormente, *valorização*, só poderá adquirir a objetividade necessária para uma plena subordinação ao capital, quando for determinado tecnica e mecanicamente. Desde a determinação mais básica, mercadoria, a troca, pressupõe uma abstração dos conteúdos concretos do trabalho. Do mesmo modo, a consumação generalizada da mercantilização da força de trabalho. A supressão da subjetividade, ao criar uma massa amorfa de trabalhadores desqualificados, meros receptáculos de uma força de trabalho despersonificada, indistinta, intercambiável, dará concretude ao *trabalho abstrato*. Não por outra razão, a mecanização da produção representou o rebaixamento do valor da força de trabalho. Sob os imperativos da *valorização*, a força de trabalho é um *meio* para a produção de mais-valia – nisso consiste o seu "valor de uso". Este se realizará mais plenamente, desde que a subjetividade não interponha limites à valorização. O desenvolvimento pleno das potencialidades do capital como "valor que se valoriza" pressupõe uma forma social e uma base técnica que faz do capital o

[42] *Idem*, pág. 262.

limite de si mesmo. Pode-se dizer que a manufatura não pode constituir-se como a base de uma sociabilidade correspondente ao modo de produção capitalista *plenamente constituído*. A própria construção teórica – e concreta – das categorias básicas em que se funda o "regime do capital" pressupõe sua superação. Na manufatura, a força produtiva do trabalho está condicionada à força física e habilidade do trabalhador. A força motriz é sempre humana. A quantidade de ferramentas a serem manipuladas é sempre determinada pela constituição física do trabalhador. O trabalho deverá ser sempre, em parte, exercido por um trabalhador qualificado. Este deverá ser formado – e sua formação é parte do valor da força de trabalho. Ao mesmo tempo, será sempre trabalho humano, com a marca da descontinuidade, da impossibilidade de padronização etc. A completa subordinação do trabalho ao capital pressupõe, enfim, sua subordinação técnica e mecânica, sua subsunção real. Noutros termos, a consumação da transição para o capitalismo deve significar a constituição de *forças produtivas* conformadas às necessidade de valorização sem limites.[43]

> (...) a manufatura nem podia apossar-se da produção social em toda a sua extensão, nem revolucioná-la em sua profundidade. Como obra de arte econômica ela eleva-se qual ápice sobre a ampla base do artesanato urbano e da indústria doméstica rural. Sua própria base técnica estreita, ao atingir certo grau de desenvolvimento, entrou em contradição com as necessidades de produção que ela mesma criou.[44]

Sem penetrar radicalmente na produção, o capital não promoveu a destruição das formas tradicionais de produção pré-capitalistas. Ou seja, a manufatura, sobre uma base técnica estreita foi incapaz de desalojar completamente formas como a da produção independente ou do *putting out* etc. Se estendermos o olhar para um horizonte mais largo, veremos que a manufatura convive com as mais variadas formas de produção, podendo até ter um peso quantitativo relativamente pequeno[45]. No mundo colonial, por exemplo, encontra-se toda a sorte de trabalhos compulsórios. A colonização inglesa produziu os regimes de servidão temporária – *indented servants* – com trabalhadores presos por dívidas e, depois, a escravidão africana; os espanhóis instituiram os regimes de *encomiendas* e *repartimientos* que tendiam à servidão; os portugueses, sabemos, a

[43] Carlos Alonso Barbosa de Oliveira. *Processo de industrialização*.
[44] Karl Marx. *O capital*, Livro I, Vol I, pág. 257.
[45] Paul Mantoux. *The industrial revolution in eighteen century*.

escravidão do índigena, do africano etc. Ora, esse mosaico de formas é articulado organicamente pelo capital mercantil.[46]

Capital mercantil, manufatura e formas "pré-capitalistas" compõem um todo complexo a ser articulado. Revelam o capital, em sua feição cosmopolita, fluindo por entre formas capitalistas ou pré-capitalistas; despojando-se da forma mercantil e penetrando na produção, se infiltrando nos poros de modos de produzir forjados por velhas estruturas. Se existe uma unidade nesse conjunto complexo que permite ligar as partes, essa unidade é obra do capital mercantil.

Pode-se dizer, portanto, que o predomínio do capital sob a forma mercantil corresponde a um marco histórico em que a subsunção do trabalho ao capital tem caráter formal. O domínio limitado do capital sobre a produção representa um entrave para a conversão do capital mercantil em momento subordinado do metabolismo do capital industrial, ou do capital em geral. O capital mercantil permanece autônomo. Mas, mais do que isso. Se, como vimos, a subsunção formal põe em movimento a socialização da produção e a concentração do capital, tendo a mercantilização da vida como ponto de partida e como resultado e, se, de outro lado, o capital mercantil, como vimos, estimula a produção de valores de troca, a divisão do trabalho, então capital mercantil e manufatura, até certo ponto, se potencializam reciprocamente. É certo que materializam formas distintas de valorização e, nesse sentido, se contrapõem. Mas, como diz Marx, manufatura e sistema colonial petencem às mesmas condições gerais de existência.

[46] Fernando Novais: "O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial". João Manuel é enfático ao definir o caráter "capitalista" da produção escravista colonial: "O que há, portanto é uma única totalidade (...). Se economia colonial e economia metropolitana são faces da mesma moeda, empresa colonial e manufatura (tomada como a estrutura que apanha o 'sentido' da marcha rumo ao 'capitalismo industrial') também o são. (...) se na Metrópole há capitalismo porque o capital transfere-se para a esfera da produção, *subordinando formalmente o trabalho ao capital* (...) também na colônia existe capitalismo, ainda que de maneira formal". João Manuel Cardoso de Mello. *O capitalismo tardio*, pág. 42 e 43. Ver: Eric Williams. *Capitalismo e escravidão*.

Capítulo II: Acumulação Primitiva

Formações pré-capitalistas

Postos os termos da discussão conceitual, cumpre retornarmos a um nível mais concreto, fazendo o capital mercantil encarnar em sua historicidade, como forma constitutiva da transição para o capitalismo. Por ora, o primeiro passo nessa direção não consiste, ainda, no tratamento da historiografia e, portanto, não diz respeito propriamente à história. Trata-se somente de discorrer sobre o problema das formações pré-capitalistas e das transformações nas formas de propriedade no curso da formação do capitalismo, como base para posicionar o capital mercantil nos marcos da "chamada acumulação primitiva".

Em síntese, o sentido da acumulação primitiva reside na criação das bases fundamentais para a constituição da *relação-capital*. Trata-se do processo histórico que faz romper a unidade ancestral entre os produtores diretos e as condições de produção – que toma historicamente diversas formas –, de modo a criar, como pólos contrapostos, de um lado, a riqueza sob a forma de capital e, de outro, o trabalho "livre". Ao produzir tais cisões básicas, esse mesmo processo originário conforma a sociabilidade subjacente ao modo de produção capitalista.

> Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõe a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho (...). A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. (...) Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor

> e meio de produção. Ele aparece como "primitivo" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.[47]

Com efeito, as *formas de propriedade* figuram na raíz do problema. Justamente por isso, uma discussão em torno da natureza da problemática da acumulação primitiva remete às diversas formas de propriedade existentes nas *formações pré-capitalistas*.

O exame da construção histórica das formas de propriedade deve ter como fundamento os homens em seu "(...) primeiro ato *histórico* (...)", qual seja, o ato de "(...) *produzir* seus meios de vida (...)" e, "(...) indiretamente, sua própria vida material"[48]. Por suposto, a *produção da vida* envolve o domínio sobre a natureza[49] e a conformação de relações sociais. Nos ordenamentos desses termos encontra-se a base da produção histórica das formas de propriedade, a partir do que pode-se perscrutar as diversas possibilidades de relações entre produtores diretos e condições de produção. Mas deve-se ter em conta que os termos básicos dessa discussão foram permanentemente desenvolvidos no curso da obra de Marx, senão por outras razões, por força mesmo dos diálogos com as observações empíricas da pesquisa histórica. Assim, se o conceito de *forças produtivas* surge com centralidade desde momentos mais recuados, a dimensão das *relações de produção*, que n'*A Ideologia alemã* tem uma expressão embrionária nos termos das *formas de intercâmbio*, encontrará um desenvolvimento mais exaustivo somente em momento posterior, nos *Grundrisse* e n'*O Capital*. No curso desse movimento, adquire novos contornos o conceito basilar de *modo de produção*. Perry Anderson sugere a possibilidade de observar um percurso na formulação dos conceitos centrais do materialismo histórico, que tem como ponto de partida a centralidade das forças produtivas em direção a elaborações mais desenvolvidas sobre a

[47] Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. II, pág. 252.
[48] Karl Marx, Friedrich Engels. *A Ideologia alemã*, pág. 87.
[49] Tal relação deve ser entendida como síntese de um processo contraditório, que pressupõe unidade e oposição entre os dois pólos, homem e natureza. "(...) o homem (a espécie humana) que luta contra a natureza e a subjuga no decurso de um devir próprio não pode separar-se dela. A própria luta é uma relação e o mais estreito de todos os laços. Pela sua atividade, pelo seu trabalho criador, a espécie humana multiplicou suas ligações com a natureza, em vez de as romper (...). O vínculo do homem com a natureza é um vínculo dialético: uma unidade cada vez mais profunda, numa luta cada vez mais intensa, num conflito sempre renovado (...). O homem, portanto, só se desenvolve em conexão com esse 'outro' que ele tráz em si próprio: a natureza. A sua atividade só se realiza e progride fazendo surgir do seio da natureza um mundo humano.". Henri Lefebvre. *O marxismo*, pág. 38.

dimensão das relações de produção. Esse desenvolvimento encontraria seu ponto culminante nos *Grundrisse* e n'*O Capital*.[50]

Nessas observações, parece estar em causa a necessidade de tomar os *Grundrisse* e *O Capital* como momentos fundamentais na construção do materialismo histórico, o que ultrapassa os limites estreitos de uma economia política fechada em si. Quanto aos chamados "capítulos históricos", em primeiro lugar, isso traz à tona o problema do estatuto do "econômico" nas formações pré-capitalistas. N'*O Capital*, em resposta a uma crítica de um certo jornal teuto-americano, Marx afirma:

> Este dizia, minha opinião, que determinado sistema de produção e as relações de produção a ele correspondentes, de cada vez, em suma, 'a estrutura econômica da sociedade seria a base real sobre a qual levanta-se uma superestrutura jurídica e política, e à qual corresponderiam determinadas formas sociais de consciência', que 'o modo de produção da vida material condicionaria o processo da vida social, política e intelectual em geral.' – tudo isso estaria até mesmo certo para o mundo atual, dominado pelos interesses materiais, mas não para a Idade Média, dominada pelo catolicismo, nem para Atenas e Roma, onde dominava a política. (...) Deve ser claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo nem o mundo antigo da política. A forma e o modo como eles ganhavam a vida explica, ao contrário, por que lá a política, aqui o catolicismo, desempenhava o papel principal. De resto, basta pouco conhecimento, por exemplo, da história republicana de Roma, para saber que a história da propriedade fundiária constitui sua história secreta.[51]

Assim, somente no modo de produção capitalista o "econômico" confere organicidade às conexões recíprocas que constituem a totalidade da vida social. Nesses termos, o processo de formação do capitalismo é, também, um processo que caminha para a relativa autonomização do "econômico". Na base, está a especificidade das formas de propriedade. No entanto, esse ponto traz, novamente, a questão, já tratada em capítulo precedente, das conexões entre as formas históricas e as totalidades. Pois, do mesmo modo como o dinheiro ou o capital podem existir transfigurados nos marcos de distintas estruturas, assim também, as formas de propriedade ou relações de produção, adquirindo, numa ou noutra estrutura, sentidos históricos distintos. Nesse caso, a categoria modo de produção só pode dar conta do sentido da história porquanto tenha um significado totalizante, a ponto de captar os sentidos específicos que fazem transfiguar, por força

[50] Perry Anderson. *Teoría, Política e História*. Eric Hosbawm: "Contribuição de Karl Marx para a historiografia".
[51] Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol I, pág. 77.

do todo concreto, uma mesma forma de propriedade, uma mesma relação social de produção. Se uma mesma forma básica pode surgir e ressurgir nos marcos de estruturas históricas diversas, de totalidade diversas, prenhes de sentidos próprios – como, por exemplo, o escravismo clássico e o escravismo moderno; ou a servidão medieval e as formas servis da colonização moderna –, um conceito de modo de produção restritivo, que, circunscrito às relações de produção, tomasse a parte pelo todo, não poderia explicar o sentido histórico específico de cada uma dessas estruturas. Em tudo o mais distintas, tal concepção não poderia apreender o sentido histórico dessas formações, senão recorrendo a dimensões exteriores ao próprio conceito de modo de produção. Nesse caso, poderá esvair-se o próprio materialismo. Sob um conceito restrito de modo de produção, por exemplo, que fosse circunscrito às formas de propriedade ou às relações de produção, como explicar as diferenças fundamentais entre os movimento históricos específicos de estruturas em tudo o mais diversas quando essas estruturas diversas reinventassem historicamente o mesmo *tipo* de relação? Por estranho que possa parecer a um raciocínio ortodoxo, a resposta a essa pergunta só poderia conduzir ao que, a princípio, era considerado epifenômeno.[52]

Mas, se não se trata de uma espécie economia política autocontida, tampouco se trata de história. Com efeito, embora esteja sempre subjacente um determinado sentido da história na demarcação da problemática e na estrutração dos conceitos, o conjunto das discussões propostas nas *Formações* ou nos chamados "capítulos históricos" d'*O Capital* não tem como propósito último a reconstituição propriamente histórica da formação do capitalismo. Ou seja: se não são obras restritas à economia política, também não têm a pretensão das obras de história. Nas *Formações*, Marx parte do modo de produção capitalista já plenamente constituído, para demarcar de modo retrospectivo as formas de propriedade nas formações pré-capitalistas, somente na medida em que, fundadas sempre em diferentes formas de unidade entre produtor

[52] "Esta distinção entre os modos de produção caracterizados por certas relações e as 'formas' de tais relações, que podem existir numa variedade de períodos ou situações econômico-sociais estava, já, implícita no pensamento marxista inicial. *Às vezes, como em discussões sobre o dinheiro e atividades mercantis, era explícita*. Tem considerável importância, pois não apenas ajuda a dirimir certas discussões antigas como as que negavam a originalidade do capitalismo porque os mercadores existiam no antigo Egito, ou porque os feudos medievais pagavam o trabalho de colheita em dinheiro, mas por chamar a atenção para o fato das relações sociais básicas, necessariamente limitadas em número, serem 'inventadas' e 'reinventadas' pelos homens em numerosas ocasiões e de todos os modos de produção monetários (exeto, talvez, o capitalismo) serem complexos feitos de toda espécie de combinações delas". Eric Hobsbawm. "Introdução", págs. 58 e 59 (grifos nossos). Para uma discussão em torno de um caso concreto, ver Carlos Alberto Cordovano Vieira. *Interpretações da colônia.*

direto e condições de produção, possam expressar um contraponto diante dos pressupostos históricos da relação-capital. Assim, embora Marx afirme que "(...) basta pouco conhecimento, por exemplo, da história republicana de Roma, para saber que a história da propriedade fundiária constitui sua história secreta"[53], não desvenda, contudo, essas formas de propriedade, para empreender uma reconstituição propriamente histórica, que tome como ponto de partida as estruturas pré-capitalistas, para desvendar suas dinâmicas específicas e seus processos históricos de superação. Nem Marx, nas *Formações* ou n'*O Capital*, se ocupa de discutir exaustivamente a transição de uma formação à outra. Quanto a isso, é sintomático não haver, nas *Formações*, uma ordenação rigorosamente cronológica das formas de propriedade. O que existe, em contraste, é uma ordenação analítica em que cada formação representa um momento do curso histórico da individualização, ou, como diz Hobsbawm, representa "(...) passos na evolução da propriedade privada"[54]. Ou seja: Marx não apresenta uma história da formação do capitalismo a partir da dinâmica interna e da crise do modo de produção feudal, senão que, somente, destaca os processos que, tomando corpo organicamente vinculados a um movimento histórico de conjunto mais complexo, conformaram as pré-condições da relação-capital. Parece ser esse o significado de expressões como "pré-história do capital". Enfim, Eric Hobsbawm observa que o objeto reside no "conteúdo da história na sua forma mais geral", embora "as *Formen* (...) não constituam 'história' em sentido estrito".[55]

Por ora, cumpre somente observar que nessa *genealogia* – que, insistimos, não é ciência econômica, nem história – está imbricada uma espécie de gênese do próprio indivíduo. Posto que as diversas formas de propriedade correspondem a diversos vínculos que condicionam o lugar do

[53] Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol. I, pág. 77.

[54] Eric Hobsbawm. "Introdução", pág. 38. Notemos, no entanto, que não se trata de qualquer formas de propriedade privada; trata-se da propriedade privada especificamente capitalista – que, por exemplo, não se confunde com a propriedade quiritária romana –, num exercício lógico, não histórico.

[55] *Idem*, pág. 15. "(…) nas *Formen*, não é seu propósito esboçar 'história econômica' (...) não está preocupado com a dinâmica interna dos sistemas pré-capitalistas, exceto na medida em que explicam as condições prévias do capitalismo. Seu interesse reside, simplesmente, em duas questões: por que o 'capital' e o 'trabalho' não puderam emergir de outras formações pré-capitalistas diversas do feudalismo? E por que o feudalismo, em sua forma agrária, possibilitou-lhes a emergência, não impondo obstáculos fundamentais a esta." *Idem*, págs 43 e 44. Nesse mesmo sentido, Hobsbawm também observa que Marx "(...) concentrou suas energias no estudo do capitalismo, dedicando-se ao restante da história em graus diversos de detalhes, principalmente na medida em que o levava às origens e ao desenvolvimento do capitalismo". *Idem*, pág. 23. "Devemos começar concordando imediatamente que *O Capital* não é uma obra de 'história'. Há uma história do desenvolvimento das formas de capital encerrada nele, mas ela raramente é desenvolvida dentro da disciplina histórica (...). As passagens históricas são pouco mais que 'exemplos' e 'ilustrações', mas algo menos que a história real. (...) Marx jamais pretendeu, ao escrever *O Capital*, estar escrevendo a história do capital*ismo*." Edward Thompson. *A miséria da teoria*, pág. 69.

indivíduo nos marcos das diversas formas de sociedade, Eric Hobasbawm, na clássica "Introdução" às *Formações*, observa que o desenvolvimento dessas formas, no bojo da dissolução das formações comunais originais, podia representar um movimento de construção histórica do indivíduo, um processo de *individualização*.[56] Nesse movimento, o surgimento da propriedade privada representa um passo decisivo. Imerso na unidade original entre homem e natureza e no amálgama da vida comunal, o indivíduo permanece diluído. Somente poderá vir à luz como produção histórica. Nesses termos, sedimenta-se a pedra angular da crítica à economia política.[57]

Isso posto, consideremos as formações pré-capitalistas. N'*A Ideologia alemã*, adquire centralidade o desenvolvimento da divisão do trabalho como condicionante de diversas formas de propriedade. O pressuposto de toda a história humana residiria na prática humana da produção dos *meios de vida* e da produção da própria *vida*. Contudo, desde as primeiras formulações, a noção de *produção* parece já conter, embrionariamente, sentidos menos restritos a serem desenvolvidos em momentos posteriores. A esse respeito, Marx é explícito:

> Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (...) Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua

[56] "(…) este processo de emancipação do homem em relação às suas condições originais de produção, é um processo de *individualização* humana.". Eric Hobsbawm. "Introdução", pág. 18.

[57] Não é por acaso que a figura do indivíduo, tomado desde fora da história e como ponto de partida da história, viria ocupar no pensamento moderno uma posição central – e terá, *ceteris paribus*, no *homo economicus* de Bentham e *tutti quanti*, sua expressão mais caricata e estéril. "Quanto mais se recua no história, mais dependente aparece o indivíduo, e portanto, também, o indivíduo produtor, e mais amplo é o conjunto a que pertence. De início este aparece ainda modo muito natural, numa família e numa tribo, que é a família ampliada; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do antagonismo e da fusão das tribos. Só no século XVIII, na 'sociedade burguesa', as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. (...) O homem é no sentido mais literal um *zoon politikon*, não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade. A produção do indivíduo isolado fora da sociedade (...) é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos *juntos* e falem entre si.". Karl Marx. *Grundrisse*, pág. 4. O seguinte parágrafo de Engels sugere a necessidade de enfrentar o difícil problema da articulação entre a dimensão do domínio sobre a natureza e das relações sociais, na construção do processo de individualização. "O regime das gens, no apogeu (...) supunha uma produção extremamente rudimentar e, por conseguinte, uma população muito disseminada por um vasto território – e, portanto, uma sujeição quase completa do homem à natureza exterior, que lhe aparecia como incompreensível e alheia (...). A tribo era a fronteira do homem, para os estranhos como para si mesmo: a tribo a gens e suas instituições eram sagradas e invioláveis, constituíam um poder superior dado pela natureza, ao qual todo indivíduo ficava submetido sem reservas em seus sentimentos, idéias e atos. (...) os homens de então mal se distinguiam uns dos outros; estavam, como diz Marx, presos no cordão umbilical da comunidade primitiva.". Friedrich Engels. *A origem da família da propriedade privada e do Estado*, págs. 108 e 109.

> atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles.[58]

A produção pressupõe e condiciona um certo *intercâmbio*. Novamente, *intercâmbio* pode ter um sentido totalizante encerrando dimensões do *intercâmbio material* e *espiritual*, para tratar do conjunto das relações dos homens entre si.

A partir desse ponto, tomam corpo dois conceitos basilares do materialismo histórico. De um lado, a produção como pressuposto de toda a história permanece subjacente ao conceito de *forças produtivas*. Esta, no curso da exposição, materializa-se profundamente ligada à *divisão do trabalho*. De outro lado, à medida em que pôde-se destacar a dimensão do processo de produção material, elabora-se a idéia de *formas intercâmbio*, que, de certa forma, viria ser desenvolvida, em obras posteriores, nos termos próprios do conceito de *relações de produção*. Muito embora a problematização do conceito de produção possa lançar luzes sobre os caminhos do materialismo histórico nas construções posteriores, n'*A ideologia alemã*, tem centralidade a dimensão das forças produtivas e da divisão do trabalho, como condicionantes do surgimento das formas de propriedade. Marx afirma que "(...) cada nova força produtiva (...) tem como conseqüência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho" e que "as diferentes fases do desenvolvimento da divisão do trabalho significam outras tantas formas diferentes da propriedade (...)"[59].

Essa consideração é fundamental, n'*A Ideologia alemã*, para enfrentar o problema básico do processo de individualização e, como desdobramento, o problema da cisão da sociedade em classes. Isso porque a contradição entre indivíduo e sociedade é entendida como produto de certa divisão do trabalho imposta como uma força superior que, de certa forma, determina a posição do indivíduo, do trabalho privado, no corpo do trabalho social. Embora a divisão do trabalho seja uma produção social dos homens em seu intercâmbio, constitui-se, para o indivíduo, como uma força exterior que condiciona sua atividade produtiva. Ou seja: essa contradição entre indivíduo e

[58] Karl Marx, Friedrich Engels. *A Ideologia alemã*, pág. 87. Um sentido de *produção* totalizante como *produção da vida*, permite entender certos momentos em que parece estar em causa, menos uma defesa unilateral do primado de um suposto "econômico" autônomo, do que uma defesa da necessidade de estabelecer a unidade totalizante em que se constituem *conexões* entre dimensão material e consciência ou dimensão material e política etc. Assim, Marx atenta para as necessidades de "(...) *conexão* entre a filosofia alemã e a realidade alemã(...)", de "(...) *conexão* de sua crítica com seu próprio meio material" ou de "(...) *conexão* entre a estrutura social e política e a produção", observando que "a produção de idéias, de representações, da consciência está, em princípio, imediatamente *entreleçada* com a vida material" ou que, enfim, "a consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real". *Idem*, págs. 84, 93 e 94 (grifoss nossos).
[59] *Idem*, pág. 89.

sociedade, produzida na divisão do trabalho, está subjacente ao que Marx designou como o fenômeno da *alienação*.[60] A contraposição entre o "particular" e o "coletivo" conduz à relativa autonomização do *interesse geral*, na forma de uma espécie de *coletividade ilusória* que se consubstancia no Estado, na ideologia etc. – o que, enfim, pressupõe uma "consciência", uma "representação", relativamente separada da praxis, o que só pode ser produto da divisão entre *trabalho material* e *trabalho espiritual*.[61] Mas, sendo uma autonomização que nasce da própria produção da vida, da forma de intercâmbio entre os homens, as chamadas "superestruturas" políticas, ideológicas etc. terão um fundamento na própria cisão entre classes. O problema da divisão do trabalho será fundamental, também, nesse sentido. A divisão da sociedade entre classes pode ser entendida como produto do desenvolvimento que conduz a uma *divisão desigual do trabalho* e, portanto, dos produtos do trabalho, em suas dimensões quantitativas e qualitativas. Nesse sentido, n'*A ideologia alemã*, o movimento histórico da divisão do trabalho cria as formas de propriedade e condiciona as "formas de intercâmbio".

A forma de *propriedade tribal* corresponde a uma divisão do trabalho de caráter natural, praticamente limitada à divisão sexual no interior dos grupos de parentesco, da família, e que, em certo momento de seu desenvolvimento, começa a criar formas embrionárias de escravidão. A forma seguinte de propriedade, a *propriedade comunal e estatal* da Antigüidade, corresponde à ruptura da unidade da produção no campo, materializada na divisão do trabalho entre, de um lado, indústria e comércio, e, de outro, agricultura, o que conduz à diferenciação do "urbano" – a

[60] Nesse ponto, pode-se antever uma questão fundamental que viria ser desenvolvida nos marcos da discussão em torno da centralidade do fenômeno do fetichismo para a estruturação do capitalismo. No contraste entre escravidão e trabalho "livre" desenvolvido, posteriormente, no "capítulo inédito", o trabalho "livre" representava um passo no sentido da individualização do homem porquanto a forma abstrata do trabalho produtor de valor e da riqueza monetária permitia ao produtor direto desprender-se dos limites concretos de sua atividade produtiva – do conteúdo concreto do trabalho e de seus meios de substência que, sob o salariato, tomam a forma monetária. No entanto, sabemos que o capitalismo não representa a consumação da autonomia do indivíduo. Ao contrário, este permanece subordinado aos desígnios fetichistas do capital. Podemos pensar, portanto, que o capitalismo recria em novas bases a contradição entre indivíduo e sociedade. Pois, se de um lado, o indivíduo insere-se na divisão do trabalho "livre" de qualquer conteúdo concreto – seja do conteúdo do trabalho, seja da forma da riqueza – de outro lado, esta divisão do trabalho está despóticamente determinada pela forma abstrata do capital. Tudo se passa como se a uma forma abstrata ("livre") de inserção do indivíduo na divisão do trabalho, correspondesse uma forma abstrata de regulação despótica dessa mesma divisão do trabalho – o dinheiro, o capital. De certa forma, o problema da *alienação* permite antever o problema do *fetichismo*.

[61] "As formas de sua atividade, do seu poder criador, libertam-se dele e o homem começa a crer na sua existência independente. Desde as abstrações ideológicas e o dinheiro até o Estado político, tais fetiches parecem vivos e reais, e são-no em certo sentido, pois dominam o homem. O ser humano que se desenvolve não pode, pois, desligar-se desse 'outro' que são os fetiches. (...) a relação do homem com os fetiches manifesta-se como desarraigamento de si e perda de si mesmo; é esta relação que o marxismo denomina alienação.". Henri Lefebvre. *O marxismo*, págs. 38 e 39.

oposição entre campo e cidade. Aqui é fundamental a forma da propriedade comunal, nascida da união de grupos tribais, no interior da qual começa a diferenciar-se a propriedade privada, como forma que rege o domínio da coletividade dos "cidadãos", membros de comunidades originárias, organicamente vinculado aos desenvolvimentos das formas embrionárias de escravidão. A divisão do trabalho entre indústria e comércio marca a dissolução da propriedade comunal. Ao contrário do que poderia sugerir um esquema linear, de resto comum, n'*A ideologia alemã*, a *propriedade feudal* ou *estamental* não surge de um progresso precedente da divisão do trabalho ou das forças produtivas, mas como forma regressiva sobre a dissolução da vida urbana e mercantil, na confluência da crise intestina da propriedade comunal do mundo antigo e de conquistas de "invasores". Sobre uma escassa população lançada em vasto território rural, segue-se o desenvolvimento das formas servis do campo, das formas corporativas das cidades, sempre sedimentadas por nexos de uma estrutura estamental.

Nas *Formações*, tem centralidade a dimensão das *relações de produção*. Justamente por isso, a construção do materialismo histórico tomaria novos contornos. Com efeito, porquanto três formações – *oriental*, *antiga* e *germânica* – possam surgir como possibilidades históricas a partir da mesma matriz original, baseada da comunidade primitiva, torna-se ociosa qualquer tentativa de vislumbrar uma conexão unívoca entre os movimentos da divisão do trabalho e as formas de propriedade. Concretamente, as forças que movem a história haveriam de ser encontradas nas estruturas próprias de cada formação em sua especificidade. Mais do que isso, posto que cada formação engendra um conjunto próprio de relações, uma estrutura própria e um movimento histórico especifico, seria necessário entendê-las em sua totalidade. Ou seja: seria necessário desvendar, em cada formação, o estatuto do "econômico" em suas conexões orgânicas no processo de "produção da vida", ultrapassando, assim, os limites estreitos do economicismo. Tomemos a discussão tal como é posta nas *Formações econômicas pré-capitalistas*.

Nesse momento, o exame das formas de propriedade e da produção histórica do indivíduo torna-se mais cincunspecto. As comunidades mais remotas, seja sob a forma *oriental*, *antiga* ou *germânica*, possuem em comum, como traço essencial, uma unidade originária entre homem e natureza, entre produtor e condições naturais de produção. Nos termos de Marx, diante do produtor direto, a natureza – a terra, em particular – tem uma existência como "prolongamento de

seu próprio corpo", como "corpo objetivo de sua subjetividade"[62]. Nesse sentido, o produtor é proprietário. Mas a propriedade sobre as condições de produção tem como condição prévia o pertencimento à comunidade. Vale dizer: o produtor só pode constituir-se como proprietário na condição de partícipe da comunidade; e reciprocamente, em princípio, só pode concretizar a condição de produtor da vida comunal enquanto proprietário. Em termos mais gerais, na base da unidade entre a dimensão privada do trabalho e a dimensão social, o mero pertencimento à comunidade confere imediatamente a seus membros a condição de partícipes do metabolismo social, dos movimentos de produção e da reprodução da vida. Assim, a forma de propriedade que organiza a produção da vida comunal consiste na mediação que vincula o produtor direto e as condições de produção. Nesse sentido, é a estrutura subjacente que permite perscrutar o processo histórico de individualização: a "(...) *propriedade*, portanto, significa *pertencer a uma tribo* (...)"[63]. Como corolário, segue-se que, se existe mesmo uma unidade entre produtor direto e condições de produção, de modo que tais condições tomam a forma de extensão natural do próprio produtor, como contraparte objetiva de sua subjetividade, não será o trabalho – muito menos como categoria que expresse uma atividade natural – a fonte dessa propriedade. Será, sim, a existência do produtor direto como membro da comunidade. Daí porque o "trabalhador livre", personagem da economia política, tomado como indivíduo naturalmente autônomo que produz e que possui a propriedade das condições de produção não é mais que mera abstração. Pois, posto que o homem só pode surgir já no seio de uma comunidade, no curso da produção histórica do indivíduo, a posição do produtor diante das condições de produção é mediada pela comunidade – e esse "indivíduo" terá uma existência como membro da comunidade, que precede e condiciona sua existência como trabalhador.[64]

---

[62] Karl Marx. *Formações econômicas pré-capitalistas*, págs. 85 e 67.

[63] "A *propriedade*, portanto, significa *pertencer a uma tribo* (comunidade) (ter sua existência subjetiva / objetiva dentro dela) e, por meio do relacionamento desta comunidade com a terra, como seu corpo inorgânico, ocorre o relacionamento do indivíduo com a terra, com a condição externa primária da produção (...) como as pré-condições correspondentes à sua individualidade, como seu modo de existência". *Idem*, pág. 86.

[64] "O ponto chave sobre a questão é: (...) apropriação das condições naturais do trabalho (...) não por meio do trabalho, mas como condição preliminar do trabalho (...) significa que o homem mostra-se, desde o princípio, como algo mais do que a abstração do 'indivíduo que trabalha', tendo um *modo objetivo de existência* na propriedade da terra, que *antecede* sua atividade e não surge como simples conseqüência dela (...). A mediação imediata deste atitude é a existência do indivíduo (...) *como membro de uma comunidade*. (...) Um indivíduo isolado, do mesmo modo que não poderia falar, não poderia ser proprietário do solo. (...) O indivíduo, aqui, nunca pode aparecer no completo isolamento do simples trabalhador livre. Tomando como pressuposto que lhe pertencem as condições objetivas de seu trabalho, deve-se também pressupor que o indivíduo pertença a uma comunidade que serve de mediação de sua relação com as condições objetivas de seu trabalho.". *Idem*, págs. 77 e 78.

Portanto, o fundamental na acumulação primitiva é a subversão de quaisquer resquícios dessa unidade original entre produtor direto e condições de produção. É a produção histórica do indivíduo, que não mais existe como membro de uma comunidade, mas, imediatamente, como "trabalhador livre". Noutros termos, é a gênese de uma estrutura, ou de uma sociabilidade, em que o indivíduo será inserido como ser atomizado e despossuído e só poderá ter existência objetiva como trabalhaor – leia-se, trabalhador para o capital.[65] Desfeitos os laços que ligavam os homens como membros de uma comunidade, e generalizada a existência objetiva do indivíduo como trabalhador atomizado, essa transformação representará também um processo que caminha, em certo sentido, para uma autonomização do "econômico".[66] É sintomático que os percalços na obra de Adam Smith residam essencialmente na passagem da sociabilidade de produtores autônomos para outra, propriamente capitalista, o que pressupunha despojar-se do conceito de "trabalho" e da figura do "trabalhador livre", tomados como meras abstrações do pensamento.[67] Enfim, sob as formações comunais em pauta, "(...) o trabalhador tem uma existência objetiva, independente de seu trabalho"[68], o que vale dizer que "a posição do indivíduo como *trabalhador*, em sua nudez, é propriamente um produto *histórico*"[69].

A posição do indivíduo como proprietário membro da comunidade, mais que como mero trabalhador, permite ao produtor postar-se diante da riqueza, ou, do produto do trabalho, dentro de certos limites, como sujeito. Marx observa que, nessas formações pré-capitalistas, a riqueza toma a forma concreta da materialidade do produto do trabalho e é criada para servir às necessidades concretas – que tinham, por exemplo, para o mundo da Antigüidade, o propósito de gerar "melhores cidadãos". A riqueza não era um fim em si; o trabalho era um meio. Desse modo, a criação do indivíduo como trabalhador atomizado no curso da formação do capitalismo representa, também, a gênese de uma estrutura marcada pela cisão entre trabalho privado e trabalho social, pela cisão entre produção e necessidades, e, enfim, por uma sujeição do produtor direto à riqueza abstrata – em última instância, produto do próprio trabalho. Essa dimensão do significado da formação do capitalismo conclui-se com a observação de que, na base da unidade

[65] Portanto, não se trata do indivíduo livre. A contradição reside precisamente no fato de que o capital subsume radicalmente o indivíduo sob o manto ideológico de um individualismo não menos radical.
[66] Na Idade Média, sob uma *produção da vida* essencialmente coletivizada, fundada no trabalho comunal e na concepção de uma comunidade cristã beseada na unidade dos ofícios, o indivíduo existe no plano do espírito, da salvação (ou não). Autonomização do indivíduo e diferenciação do "econômico" constituem um mesmo processo.
[67] Adam Smith. *A Riqueza das nações*.
[68] Karl Marx. *Formações econômicas pré-capitalistas*, pág. 65.
[69] *Idem*, pág. 66.

entre produtor e condições de produção e da posição do sujeito diante da riqueza – do trabalho como meio – a propriedade sobre os produtos finais do trabalho só poderá materializar-se, para o produtor-proprietário, por meio do trabalho ativo. Ou seja, a apropriação decorre da atividade prática sobre a natureza e não por uma relação ideal com as condições de produção. Nesse ponto, parece haver um contraste revelador com a forma capitalista porquanto, para o proprietário do capital, sob o véu do fetichismo, a apropriação da riqueza decorre da propriedade mesmo deste sobre as "condições de produção" – que tomam a forma da riqueza abstrata, de dinheiro. E isso é tanto mais verdadeiro quanto desenvolve-se plenamente a forma do capital portador de juros, em que a mera propriedade da riqueza torna-se, em si mesma, a fonte do direito à apropriação.[70]

Tais são as características comuns às formas básicas. Mas, posto que, nos termos do materialismo histórico tal como desenvolvido nas *Formações*, o movimento histórico concreto deveria ser entendido a partir da especificidade de cada formação, faz-se necessário distinguir as formas oriental, antiga e germânica. Em termos mais gerais, trata-se de distinguir os diversos modos de mediação existentes entre a comunidade e o indivíduo, entre a propriedade comunal e a propriedade privada – ou posse individual, quando for esse o caso. Para tanto, é fundamental especificar o modo como se materializa a existência concreta da comunidade, o que está umbilicalmente vinculado à problemática das relações entre campo e cidade e, em particular, à discussão em torno do estatuto das cidades em cada formação.

Na *forma oriental*, a unidade da vida comunal é personificada na figura do déspota, como força superior, em que permanecem dissolvidos os membros da comunidade. A unidade entre homens e condições de produção e, portanto, a propriedade, toma a forma de uma espécie de cessão por parte da força despótica a cada membro da comunidade. Do ponto de vista do indivíduo ou da unidade familial, trata-se de *posse privada*, mas não de propriedade. Ou seja: na forma oriental, a propriedade é comunal e a posse é privada. Nas comunidades, o trabalho pode ser realizado por unidades familiais ou organizado como um sistema de trabalho diretamente coletivo; mas haverá sempre uma parte do produto excedente a ser convertida em tributo para o déspota ou divindade tribal, em "glória da unidade comunal". Essa estrutura corresponde a uma divisão do trabalho que preservará a unidade entre agricultura e manufatura. Justamente por isso, a forma oriental não pôde desenvolver o fenômeno urbano, as cidades, como corpos

[70] Karl Marx. *O Capital*, Livro III.

diferenciados. Em contraste com a forma antiga, o indivíduo permanece diretamente imerso na comunidade, sob a figura do déspota.

O mundo antigo produziu, em certa medida, o desenvolvimento da *propriedade privada*. Marx definiu como uma espécie de coexistência contraditória a relação entre propriedade comum (*ager publicus*) e propriedade privada no interior da forma antiga. Naturalmente, a comunidade tribal tinha existência concreta como unidade negativa diante do mundo exterior no momento de guerra – o "grande trabalho comunal" –, seja para proteção ou para expansão. O cidadão cumpria funções "militares". Mas o caráter comunal combinava-se com uma diferenciação da propriedade privada no seio da propriedade comum. Essa forma representa um passo decisivo no processo de individualização. De um lado, é certo que pertencer à comunidade continua sendo uma condição para possuir o direito à propriedade sobre as condições de produção. De outro, os membros da comunidade concretizam tal propriedade como proprietários privados – em geral, numa condição de cidadania. Assim, pois, ser cidadão é condição para ser proprietário; e ser proprietário é um direito que concerne ao cidadão.[71] Sob tal forma, a existência da comunidade tem expressão nos vínculos permanentes tecidos entre os proprietários privados, de modo tal que a reprodução dos mesmos produtores por meio do trabalho privado constitui-se como fundamento da reprodução da comunidade. Essa forma de propriedade correspondeu a uma divisão do trabalho entre campo e cidade, entre agricultura, manufatura e comércio, que viria permitir uma certa diferenciação do corpo urbano – muito embora, sempre vinculado à terra.[72] Nesses marcos, a existência concreta da comunidade adquire uma materialidade exterior e diferenciada diante do indivíduo na própria existência do Estado e das cidades. Noutros termos, o indivíduo é partícipe da comunidade, não na condição de um ser diluído, como sob a força despótica, mas, sim, como cidadão, proprietário privado.

Por fim, a base da *comunidade germânica* é o campo. Sob essa formação, a unidade entre produtor e condições de produção toma a forma da propriedade privada. Contudo, imersa nos

[71] "(…) cada gleba é romana em virtude de ser propriedade privada, domínio, de um cidadão romano (...) reciprocamente, o indivíduo é romano só na medida em que possui este direito soberano sobre parte do solo romano." Karl Marx. *Formações econômicas pré-capitalistas*, pág. 72.

[72] "O esplendor e a solidez da antiga *polis* helênica e da posterior República romana, que ofuscaram tantos períodos subseqüentes, traduziam um nível de organização e cultura urbanas que jamais seria igualado em outro milênio. (...) Ao mesmo tempo, esse friso de civilização citadina teve sempre algo de efeito de uma fachada *trompe d'oeil* sobre sua posteridade. Por trás de toda essa organização e cultura não há uma *economia* urbana de alguma forma equiparável a elas: ao contrário, a riqueza material que sustentava sua vitalidade intelectual e cívica era extraída de forma esmagadora do campo.". Perry Anderson. *Passagens da antigüidade ao feudalismo*, pág. 19.

marcos da comunidade germânica, a posição da propriedade, bem como os nexos entre indivíduo e comunidade, terão o seu sentido transfigurado, em contraste com a forma do mundo antigo. Aqui, os produtores vivem dispersos nos campos, organizados em unidades familiais privadas, basicamente autônomas, em vasta medida, auto-suficientes. Além disso, dispõem, em conjunto, das terras comunais. O pertencimento à comunidade continua como condição da propriedade. No entanto, a comunidade praticamente não tem materialidade. Com efeito, existe na liguagem ou na memória coletiva de um passado comum, podendo ter uma existência material, para além da materialidade das próprias terras comunais, somente como *associação* temporária, no encontro entre chefes de famílias para fins específicos. A autonomia da propriedade familial corresponde a uma divisão do trabalho que, à semelhança da forma oriental, exclui a diferenciação das cidades. Assim, em contraste com a forma antiga, não há uma dimensão da vida comunal diferenciada, que tenha existência material permanente exterior ao indivíduo, expressa, por exemplo, no Estado ou na *pólis*. Por essa razão, para Marx, na forma germânica, não há a coexistência contraditória entre o desenvolvimento da propriedade privada e a vida comunal.

Por certo, a existência das formações comunais pressupõe a reprodução de seus membros sob as condições já postas e, pois, a reprodução do conjunto das suas relações constitutivas. Mais que isso, o movimento de reprodução tende a minar as bases estruturais, o conteúdo mesmo das relações constitutivas da vida comunal. Em particular, posto que a conformação das formações é vista sob o prisma das mediações entre a comunidade e o indivíduo, Marx vem sugerir que "em todas estas formas, o fundamento da evolução é a *reprodução* das relações entre o indivíduo e sua comunidade (...)"[73], nos marcos das formas de propriedade e das estruturas estabelecidas. Assim, o momento de ruptura das estruturas básicas e das formas de propriedade define também os limites sob os quais pode desenvolver-se a individualização em cada formação específica. Por isso, Marx afirma que sob as formas comunais remotas "(...) o livre e pleno desenvolvimento do indivíduo ou da sociedade é inconcebível, porque tal evolução entra em contradição com o relacionamento original"[74]. Com efeito, é possível sintetizar os termos da discussão, observando que a comunidade e, em particular, a forma de propriedade guardam correspondência com certo

[73] Karl Marx. *Formações econômicas pré-capitalistas*, pág. 79.
[74] *Idem*, pág. 80. Em suma: "O objetivo de todas estas comunidades é a preservação, *a produção de indivíduos que as constituam como proprietários, no mesmo modo objetivo de existência que, também, forma o relacionamento recíproco dos membros e, portanto, forma a própria comunidade. Mas, esta reprodução é, ao mesmo tempo, necessariamente nova produção e destruição da velha forma*.". *Idem*, págs. 87 e 88.

nível de desenvolvimento das forças produtivas num movimento que responde pela reprodução das formações e, a partir de certo ponto, por sua dissolução. Mas isso não significa preconceber uma determinada enteléquia da divisão do trabalho, movendo-se desde fora da própria história, à revelia das formações concretas. Ao contrário: somente à luz das formações concretas pode-se entender a produção e reprodução das estruturas que podem culminar ou não – no caso da forma oriental, não – no sentido da dissolução.

O caso da formação oriental é emblemático. A unidade entre agricultura e manufatura no campo cria uma auto-suficiência de modo a constituir-se um limite à diferenciação da cidade – que só existe como uma extensão residual direta do campo – e às necessidades de expansão, em particular, por meio da conquista. De outro lado, essa formação seria, de certo modo, resistente diante do desenvolvimento da escravidão. Isso porque, sendo o indivíduo um mero possuidor por força de cessão da unidade despótica – e não um proprietário privado com direitos à cidadania –, permanecendo o indivíduo, portanto, diluído na comunidade, torna-se, como diz Marx, "(...) escravo daquilo que corporifica a unidade da comunidade"[75]. A introdução da escravidão não representaria, pois, uma ruptura decisiva nesse tipo de mediação entre indivíduo e comunidade, entre posse privada e cessão despótica. Desse modo, a forma oriental não engendra tendências a produzir forças disruptivas. Resiste à mudança.

Assim, quando Marx esboça traços básicos do surgimento da *escravidão* e da *servidão*, a partir das formações tribais, como formas contraditórias diante da propriedade comunal, ressalta enfaticamente que "este caráter da escravidão *não* é aplicável ao caso da escravidão no oriente, em geral. É considerada assim *apenas* do ponto de vista europeu"[76]. Ora, se, na forma antiga, o pertencimento à comunidade é condição para a propriedade privada, uma comunidade subjugada representa, para a tribo conquistadora, um contingente de não-proprietários, já desenraizados da vida comunal. E nesse sentido, a propriedade comunal dará origem às formas da escravidão ou da servidão. O surgimento dessas formas dá origem a uma unidade entre produtores e condições de produção de natureza bem diversa. Aqui, sucede o seguinte: para o proprietário privado, transformado em senhor, escravos e servos serão uma parte constitutiva, como matéria inorgânica, das próprias condições de produção. Ou seja: constitui-se uma outra unidade entre produtores e condições de produção em que o produtor direto figura, não como proprietário, mas

[75] *Idem*, pág. 87.
[76] *Idem*, pág. 90.

como, ele mesmo, parte das condições de produção – o escravo como besta de carga ou o servo como extensão da terra etc. Essas formas minam os fundamentos da propriedade comunal. De outro modo, com o desenvolvimento da escravidão, a comunidade de proprietários produtores, dá lugar a uma sociedade cindida entre proprietários e produtores.[77] A própria reprodução da formação comunal, basicamente por meio da conquista, produz a destruição das formas de propriedade que conformam essa mesma estrutura. O novo modo de produção será marcado por cisões entre proprietários e não-proprietários, por formas de coerção correspondentes ao domínio dos senhores sobre escravos e servos e por uma nova posição do indivíduo dentro da sociedade.

Acumulação primitiva

A cisão entre produtor direto e condições de produção pressupõe uma ruptura das formas precedentes de propriedade de modo a produzir, como pólos contrapostos, a riqueza em forma de capital e o trabalho "livre". Isso significa que o domínio do capital impõe a ruptura de todas as formas de sociabilidade em que os indivíduos tenham uma existência imediata na condição preestabelecida de partícipes do metabolismo social. À luz das diversas formas que pode tomar essa unidade entre produtor e condições de produção, pode-se observar que a ruptura deverá ocorrer, basicamente, em duas dimensões. De um lado, é destruída a unidade fundada na propriedade do produtor sobre as condições de produção e, de outro, a unidade fundada na submersão dos produtores às próprias condições de produção – eles mesmos parte da propriedade –, à exemplo das formas escravistas ou servis. Nesse movimento, o produtor termina separado dos meios de produção e de subsistência, deixando de ser partícipe, como condição preestabelecida e *imediata*, do metabolismo social. Desse modo, com as formas precedentes de propriedade, são destruídas, também, as correspondentes formas de sociabilidade.

Sendo a gênese da relação-capital – e, pois, de uma *relação* – a cisão da unidade tem dois significados recíprocos. Trata-se da separação do produtor das condições de produção que cria o trabalho "livre" – o produtor atomizado e despossuído – e, reciprocamente, trata-se, também, da

[77] "(…) somente [a existência do trabalho escravo] poderia liberar uma classe de proprietários de terra tão radicalmente de suas raízes rurais de maneira a ser transmutada em uma cidadania essencialmente urbana que ainda assim continuava tirando as riquezas do solo.". Perry Anderson. *Passagens da antigüidade ao feudalismo*, 23 e 24.

separação das condições de produção em relação à propriedade do produtor, que cria a riqueza "livre", para ser convertida em capital. Para Marx, "o processo que (...) separou a massa de indivíduos de suas anteriores relações afirmativas com as *condições objetivas de trabalho* (...) é, também, o mesmo processo que liberou essas *condições* (...) de suas ligações prévias com os indivíduos"[78]. Ou seja: a ruptura torna os dois extremos da unidade forças estranhas entre si, uma diante da outra, que nesse movimento, sem que materialmente desapareçam, transfiguram-se sob as novas formas de trabalho "livre" e capital[79]. Nesse ponto, descortina-se o centro da crítica às visões da Economia Política, porquanto o problema da "assim chamada acumulação primitiva" – termo cunhado por Adam Smith – não consiste meramente em acumulação prévia da riqueza por parte de espíritos laboriosos e parcimoniosos em detrimento de outros, ociosos ou perdulários. Trata-se, sim, de uma mudança de forma.[80]

Por certo, a atomização dos indivíduos e a ruptura da unidade entre produtor e condições de produção, que conduz ao confronto entre capital e trabalho "livre", pressupõem a existência de nexos de sociabilidade essencialmente mercantis. Destruídas as velhas formas de sociabilidade, expressas na existência de terras comunais ou da produção camponesa autônoma, que reverberam uma unidade anscestral entre o homem e a terra; na produção urbana autônoma

[78] Karl Marx. *Formações econômicas pré-capitalistas*, pág. 99.

[79] "O mesmo processo que contrapõe a massa de trabalhadores livres às *condições objetivas de trabalho* também contrapôs os mesmos a tais condições como *capital*. O processo histórico consistiu na separação dos elementos até então combinados; seu resultado não é, portanto, a desaparição de um destes elementos, mas uma situação em que cada um deles surja negativamente relacionado com o outro: o trabalhador, (potencialmente) livre por um lado, o capital (potencial) do outro. A separação das condições objetivas das classes que agora são transformadas em trabalhadores livres deve, igualmente, surgir no pólo oposto como a autonomização destas mesmas condições.". *Idem*, pág. 99.

[80] Como sugerimos, esse passo revela o "ponto cego" da Economia Política. A necessidade de naturalização da forma burguesa – que tem por base o indivíduo moderno já constituído como ponto de partida da história – obscurece a centralidade da mudança de forma, da ruptura da unidade entre produtor e condições de produção. Assim, quando Smith opera a passagem de uma sociabilidade de produtores autônomos para outra, propriamente capitalista, a categoria *trabalho comandado* como fundamento do valor, necessariamente, viria esfumaçar-se. Pois pressupõe uma relação de propriedade do produtor sobre o produto do trabalho que, efetivamente, não mais existe por força mesmo da mudança de forma. Do mesmo modo, Ricardo terá dificuldades para consumar a distinção entre força de trabalho e valor da força de trabalho. Por isso, o processo não consiste no mero acúmulo quantitativo de riqueza, mas na transformação qualitativa da forma de propriedade. Há que insistir nesse ponto pois, sem isso corre-se o risco de apreciar de modo unilateral o peso do capital mercantil na formação do capitalismo – seja para superestimá-lo, seja para subestimá-lo. Por ora, cumpre somente observar que somente à luz dessa mudança de forma é possível tratar do capital mercantil na formação do capitalismo, pois seu movimento, nesses mesmos marcos, deve ser entendido em conexão, não somente com formas pré-capitalistas que subsistem sob a subsunção formal, mas, também, com as rupturas que criam historicamente as formas de propriedade capitalistas. Nesse sentido, Marx observa que "a única acumulação que é pré-requisito do advento do capital é a da *riqueza monetária* que, considerada isoladamente, é inteiramente improdutiva, emergindo somente da circulação e pertencendo apenas à circulação". *Idem*, pág. 109.

ou corporativa, que, pressupondo certa divisão do trabalho, denotam a unidade entre o artífice e seu instrumento; nas formas de servidão, em que o servo permanece vinculado à terra como parte das próprias condições de produção; destruídas todas essas formas preestabelecidas de coesão, o indivíduo, já atomizado, não pode mais tornar-se, *imediatamente*, partícipe do metabolismo social. Ao contrário, a sua inserção no processo de produção e reprodução da vida deverá ser *mediada* pela troca, pelo dinheiro. Vale dizer: a ruptura da unidade entre produtor e condições de produção corresponde, também, a uma transição da centralidade da produção de *valores de uso* no sentido da centralidade do *valor de troca*, como sua negação, e conseqüentemente no predomínio absoluto do *valor*, como forma que então assumem os produtos do trabalho humano. Com efeito, a mercantilização da força de trabalho, base da relação-capital, só pode tomar corpo no curso de um processo em que o nexo mercantil torna-se progressivamente o fundamento da sociabilidade. Significa que o processo de formação do capitalismo consiste, ao mesmo tempo, numa ruptura violenta de velhos vínculos e de velhas formas de coerção extra-econômica, de modo a criar uma nova ordem em que "econômico", o nexo monetário *fetichista*, passa a conferir organicidade à reprodução da vida. Com isso, o capital poderá encarnar as novas formas de dominação. Noutros termos, a constituição do capitalismo representa a autonomização relativa do "econômico".

N'*A Ideologia alemã*, nos mesmos termos que orientam a discussão em torno das "formas de intercâmbio" pré-capitalistas, o processo de formação do capitalismo teria como eixo central o movimento da divisão do trabalho.

Desde logo, é central a diferenciação da cidade, como um marco na passagem da barbárie à civilização, da organização tribal à formação do Estado, e no desenvolvimento da propriedade privada. Marx designa como *forma secundária* a propriedade especificamente urbana, porquanto, à diferença da unidade original que vincula o homem à terra, na cidade, as próprias condições de produção já são, necessariamente, produtos do trabalho. Assim, n'*A Ideologia alemã*, Marx toma a cidade como espaço do desenvolvimento da propriedade fundada no trabalho e na troca e, mais do que isso, como o *locus* das formas embrionárias do capital. Nesse sentido, a diferenciação da cidade pode ser vista como "(...) o início de uma existência e de um desenvolvimento do capital independentes da propriedade da terra"[81]. Mas, os limites da divisão do trabalho estabelecem os

[81] Karl Marx, Friedrich Engels. *A Ideologia alemã*, pág. 52.

marcos em que, potencialmente, podem desenvolver-se tais formas embrionárias do capital. Com efeito, Marx propõe expressões como "capital natural" ou "capital surgido naturalmente", para referir-se a essas formas primevas em que, na base de um intercâmbio restrito, o "capital", assim entendido, permanece encarnado nas condições de produção, sem abstrair-se indistintamente da materialidade que corresponde ao trabalho concreto, *útil* – não é, a rigor, "capital" plenamente desenvolvido. Assim, nas cidades medievais, o "capital" permanceu como "capital natural", sem ultrapassar os limites da corporação.[82]

O momento crucial na transformação do universo urbano medieval residiria no processo de diferenciação do comércio, o passo na divisão do trabalho que cindiu produção e circulação, criando uma camada diferenciada de comerciantes. O desenvolvimento da divisão do trabalho fez estreitar o contato entre as cidades, ultrapassando limites locais, o que, não só potencializava determinados progressos das forças produtivas, mas também, justamente por que a expansão do intercâmbio oferecia horizontes mais largos, viria conferir-lhes caráter mais permanente. Sobre a expansão do intercâmbio, por força de um comércio que entrelaçava as cidades, surge a unidade de classe de uma burguesia em formação, em que submergem, embora atomizados pela concorrência, os proprietários citadinos, em oposição às forças propriamente feudais. A diferenciação do comércio, por sua vez, realimentava a divisão do trabalho, conduzindo, em certa medida, a uma especialização das cidades. Com isso, produz-se a inflexão decisiva do

[82] N'*A Ideologia alemã*, Marx utiliza a expressão "capital corporativo". No "capítulo inédito", Marx observa que o capital só pode dominar a produção destruindo a forma corporativa. Mesmo no momento em que a estrutura da corporação torna-se mais opressiva, sob domínio mais estreito do mestre, este não é mestre por ser um "capitalista", possuidor de *trabalho objetivado*. A condição de mestre continua sendo o ponto culminante da trajetória do artesão que, tendo sido primeiro aprendiz e oficial, passa a dominar os "segredos do ofício", os "segredos da arte", a ponto de produzir sua própria "obra-prima". Portanto, não é a mera propriedade, mas o trabalho nas artes do ofício que faz do "mestre" essa espécie peculiar de "capitalista". Justamente por isso, os vínculos entre mestres, oficiais e aprendizes, muito embora progressivamente materializados pelo nexo monetário, são também vínculos como os que unem um professor a um aluno. Essas relações revelam a centralidade do *valor de uso* para a vida da corporação medieval. O "capital" está submetido a forma do *valor de uso*, e disso decorrem todas as limitações para o seu movimento. O "capital" monetário pode converter-se em capital produtivo somente dentro dos limites da corporação. Está portanto limitado em suas possibilidades de abstrair-se diante das formas concretas da riqueza. Do mesmo modo, permanecendo o trabalho submetido às normas das corporações, guarda sempre um traço de sua dimensão concreta, útil. Por isso, o capital está limitado para converter-se em "força de trabalho" – estando também limitado para manipular seu preço. Ao mesmo tempo, as corporações estabelecem limites para o volume de capital, para a quantidade de mestres etc. Ou seja, o que organiza a sociabilidade no interior da corporação não é o metabolismo da riqueza abstrata – do valor, do dinheiro, do capital – expresso nos propósitos de enriquecimento privado, mas sim a manutenção de uma certa estrutura hierárquica, fundada em parâmetros "extra-econômicos". A existência do indivíduo é orientada conforme uma posição social preestabelecida. A subsunção formal significa a ruptura dos limites esteritos do *valor de uso*. Significa a afirmação do capital como predomínio da riqueza abstrata. Consumado o domínio do capital, aí sim: "o mestre agora já não é capitalista por ser mestre; é mestre porque é capitalista". Karl Marx. *Capítulo VI Inédito de O Capital*, pág. 100.

surgimento da manufatura: "a divisão do trabalho entre as diferentes cidades teve como conseqüência imediata o nascimento das manufaturas, ramos da produção que ultrapassavam o âmbito do sistema corporativo" – a centralidade do comércio é inequívoca: "o primeiro florescer das manufaturas (...) teve como seu pressuposto histórico o intercâmbio com nações estrangeiras"[83].

O desenvolvimento da manufatura dá-se à margem das corporações, nas cidades em que o domínio corporativo era mais rarefeito e o primado do "ofício" mais rudimentar.[84] Nesses poros, a manufatura cria novas formas de produção que representam, enfim, um passo decisivo – como numa espécie de genealogia que fizesse remontar ao capital comercial e usurário –, no sentido do desenvolvimento do *capital móvel*. Como pressupostos, figuram, não só a expansão do comércio, mas, também, o surgimento de uma massa de trabalhadores "livres", originária da dissolução dos vínculos feudais e coagida ao trabalho. A forma do capital móvel já é a riqueza abstrata que se confronta indistintamente com um trabalho produtor de *valor* e expressa, portanto, o surgimento de uma nova sociabilidade. No entanto, a manufatura só atinge um nível de desenvolvimento verdadeiramente substancial, que tenderia a deslocar a proeminência das corporações, a partir da formação do mercado mundial, em conexão com o sistema colonial. Esse conjunto de transformações corresponderia, enfim, à consolidação de uma alta burguesia ligada à forma do capital móvel – que supera o capital corporativo –, em estreita simbiose com o poder do Estado.[85] No limite, trata-se de uma simbiose entre a alta finança, o dinheiro, e o poder. A partir daí, esse estrelaçamento do mercado mundial e da manufatura – sob o predomínio do capital mercantil –, organicamente imbricado com a consolidação das monarquias e o processo de formação dos Estados nacionais, cristaliza-se na política mercantilista. N'*A Ideologia alemã*,

[83] Karl Marx, Friedrich Engels. *A Ideologia alemã*, pág. 55.

[84] Embora Marx não se detenha nesse ponto, é preciso sublinhar que o "novo", a manufatura, surge nos espaços marginais, onde o domínio da forma "típica" é mais rarefeito. Ou seja, embora a manufatura contenha a forma embrionária das forças capitais que viriam destruir o mundo das corporações, o "novo" não surge, exatamente, no *lócus* do pleno desenvolvimento do "velho".

[85] "A manufatura e, em geral, o movimento da produção experimentaram um enorme impulso graças à expansão do comércio ocorrida com a descoberta da América e da rota marítima às Índias Orientais. Os novos produtos importados desses lugares, especialmente as grandes quantidades de ouro e prata que entraram em circulação, *alteraram totalmente a posição das classes umas em relação às outras e aplicaram um duro golpe na propriedade feudal da terra* e nos trabalhadores, enquanto as expedições de aventureiros, *a colonização e sobretudo a expansão dos mercados até a formação de um mercado mundial* (...) *despertaram uma nova fase do desenvolvimento histórico* (...). Mediante a colonização dos países recém-descobertos, a luta comercial entre as nações ganhou novo alimento e, nessa medida, uma extensão e uma animosidade maiores. A expansão do comércio e da manufatura acelerou a acumulação do capital móvel (...). O comércio e a manufatura criaram a grande burguesia (...).". *Idem*, pág. 57 (grifos nossos).

a grande indústria moderna será um produto direto desses desenvolvimentos, de modo que os desdobramentos da luta comercial, nos marcos do mercado mundial e do sistema colonial, seriam o elemento central para explicar a consumação da transição ao capitalismo. Novamente, o movimento da divisão do trabalho conforma as bases para o surgimento das novas formas.[86]

N'*O Capital*, posto que a dimensão das "relações sociais de produção" viria encontrar um desenvolvimento mais exaustivo, serão, pois, objeto de um exame mais circunspeto, os variados processos de expropriação que destruíram as formas precedentes de propriedade, sobre as quais se fundavam os vínculos servis e senhoriais, os resíduos germânicos, expressos na existência das terras comunais e na pequena propriedade camponesa, as formas corporativas urbanas etc. Nesses termos, tornam-se mais fecundas as discussões sobre as conexões entre o desenvolvimento da esfera da circulação – em particular o sistema colonial e a dinâmica da dívida pública – e as transformações nas formas de propriedade. Vistos em conjunto, esses processos revelam sempre o mesmo sentido: num pólo, a produção histórica de uma massa de indivíduos atomizados, forçados violentamente a encarnar o trabalho "livre", que, expropriados e despossuídos, deveriam confrontar-se com as condições de produção – ou seja, com a riqueza sob a forma de capital –, como um poder exterior; noutro pólo, a concentração da riqueza monetária abstraída de qualquer materialidade que se apropria das condições de produção e do trabalho, já transformados em mercadorias.

Uma das dimensões do processo toma corpo nas profundas transformações ocorridas no campo. Aqui, as formas destruídas no curso do processo de acumulação primitiva já não eram, essencialmente, servis. Embora Marx pudesse afirmar que "a estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal", ou que "a decomposição desta liberou os elementos daquela", observa também que "na Inglaterra, a servidão tinha na última parte do século XIV de fato desaparecido" [87]. Ou seja, o termo da servidão criou, não diretamente

[86] "A concentração do comércio e da manufatura num só país, a Inglaterra (...) criou gradualmente para esse país um relativo mercado mundial e, com isso, uma demanda por seus produtos manufaturados, demanda esta que não podia ser satisfeita pelas forças produtivas industriais anteriores. Essa demanda, que crescera para além dos limites das forças de produção, foi a força motriz que deu origem ao terceiro período da propriedade privada desde a Idade Média, criando a grande indústria (...)". *Idem*, pág. 60.

[87] Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol II, pág. 252 e 253. Parece ser possível depreender daí que o fim da servidão e o surgimento da relação-capital constituem momentos distintos. O primeiro é produzido no bojo da crise do modo de produção feudal no século XIV; o segundo, no processo histórico que toma corpo entre os séculos XV e XVIII. Portanto, a assertiva de Marx segundo a qual a decomposição do feudalismo "liberou os elementos" do capitalismo, pode significar somente que, no fim das contas, visto *retrospectivamente*, o feudalismo foi historicamente sucedido pelo capitalismo. *Nesse caso, estaríamos bem distantes de postular que as formas propriamente capitalistas já se*

formas já capitalistas, mas um mosaico de diferentes formas, cujos traços fundamentais denotam uma certa unidade entre produtores e condições de produção. Assim, é esse mosaico de formas em que coexistem domínios senhoriais, diversos tipos de arrendamentos, pequenas propriedades camponesas, terras comunais, um rarefeito salariato combinado com direitos sobre cotas de terras e *cottages* etc; é esse mosaico de formas que será destruído no curso da formação do capitalismo, criando o trabalho "livre" e transformando condições de produção e de subsistência em elementos materiais constitutivos do capital.

O processo de destruição dessas formas só poderá ser entendido, de um lado, em conexão com o desenvolvimento da manufatura – isto é, com a expansão do comércio textil – e, de outro, em conexão com as transformações técnicas da agricultura. O primeiro movimento da expropriação no campo começa a tomar corpo em fins do século XV, no curso de uma expansão da mercantilização, quando nexos mercantis transmitem estímulos provenientes das manufaturas, sobretudo, de Flandres. A violência direta dos *landlords*, da "nova nobreza feudal", combinará, portanto, expropriação de camponeses e conversão de lavouras em pastagens. Dessa época são emblemáticas as expropriações das terras da Igreja, a partir da Reforma. Sobre esses primeiros movimentos, cumpre observar que a violência direta é, essencialmente, privada, obra do arbítrio dos senhores, muitas vezes, em oposição à própria monarquia. No entanto, o processo adquire vigor qualitativamente distinto a partir de fins do século XVII, ou da "Revolução Gloriosa". Isso, porque consolida-se o vínculo orgânico entre os proprietários de terra, manufaturas nacionais e uma bancocracia, como base do poder Estado. Além disso, prossegue um lento processo de diferenciação de uma camada de arrendatários que, favorecidos pelas expropriações da terras comunais e pelo jogo monetário, tornam-se capitalistas endinheirados. Enfim, tais forças tomam o Estado e, daí em diante, os processos de expropriação passam ser legalmente legitimados, avançando a passos largos: fazem intensificar os *enclosures*, os movimentos de *clearing of Estates* – expropriação de *cottages*, de aldeias, de terras comunais etc. – e, tendo já tomado as terras da Igreja, operam as privatizações fraudulentas das terras do Estado.

As expropriações no campo só adquirem pleno sentido, como momentos da acumulação primitiva, em conexão com as transformações na técnica agrícola. Ora, essa conexão permitiria

---

encontravam necessariamente inscritas no desenvolvimento do modo de produção feudal – e, menos ainda, postular que essa transição fosse movida por determinações teleológicas. Ao contrário, a crise do modo de produção abre um campo de possibilidades históricas, cujo desfecho é indeterminado. No limite, talvez, o capitalismo pudesse nem ter surgido.

expelir trabalhadores expropriados do campo para as cidades, sem comprometer a produtividade das propriedades rurais. Assim, um conjunto de mudanças conflui para dar forma às conexões entre o campo e a manufatura. Pois se os produtores são expelidos para o trabalho na manufatura sem praticamente comprometer a produtividade no campo, isso significa, obviamente, que os meios de subsistência antes consumidos por esses produtores no campo, passam a constituir um excedente liberado, sob a forma de mercadoria, para as próprias manufaturas – para os mesmos produtores, para serem trocados por salário. O mesmo ocorreria com as matérias-primas da velha produção subsidiária de tecidos no campo. Destruída essa produção e mantida a produtividade, as matérias-primas antes consumidas nos espaços da produção subsidiária rural serão liberadas, como mercadorias para as manufaturas. Ora, dito de outra forma, a manufatura cria um mercado potencial para a produção cada vez mais mercantilizada do campo, ao passo que o campo, uma vez destruída a produção subsidiária e mercantilizada a força de trabalho – tudo isso por força da expropriação –, servirá de mercado para a manufatura. Os meios de subsistência e as matérias-primas, muito embora preservem a mesma materialidade, viriam converter-se em substância essencialmente distinta: em *valores* e, no passo seguinte, respectivamente, em elementos constitutivos do *capital variável* e do *capital constante*. Essas transfigurações pressupõem o desenvolvimento da mercantilização da *força de trabalho*.[88] Em suma, isso significa que, historicamente, a mudança na forma das relações de produção é indissociável da consumação do processo de separação entre manufatura e agricultura: "(...) somente a destruição do ofício doméstico rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a sólida coesão de que o modo de produção capitalista necessita"[89].

Outra dimensão do processo apreende-se nas conexões entre a manufatura e a esfera da circulação. Aqui, trata-se, basicamente, da gênese do capital industrial. Desde logo, é necessário observar que, em termos gerais, o capital industrial não é produto de uma lenta diferenciação do

[88] A mercantilização da força de trabalho consiste num processo complexo que pressupõe, não somente a cisão entre produtor e condições de produção, mas também entre produtor e condições de subsitência. A Roma do "pão e circo" é um exemplo de uma forma em que as massas urbanas são despojadas dos meios de produção, e, no entanto, por mecanismos extra-mercantis, podem vir a se apropriar das condições de subsistência. Concordamos com Thompson, quando diz que os homens não são mera encarnação passiva de categarias abstratas. Assim, a expropriação da base fundiária não é condição suficiente para a criação do proletariado urbano. Esses novos despossuídos haveriam de ser expropriados também das condições de subsistência. Ou seja: haveriam de ser despojados de qualquer possibilidade de apropriação, por meios extra-mercantis, dos meios de subsistência. Daí o sentido das "leis sanguinárias" contra a mendicância e a vagabundagem, bem como a pertinência de uma cultura de valorização ética do trabalho etc.
[89] *Idem*, pág. 274.

sistema corporativo ou da produção independente – que Marx qualificava como "marcha de lesma". Ao contrário, essa forma de capital já demonstra, em sua gênese, uma vocação para a concentração e centralização em nível mundial. Assim, é necessário pensar as conexões entre a manufatura, que surge à margem da estrutura corporativa, o sistema colonial, o sistema de crédito mundial e o sistema protecionista. Em cada um desses momentos, pode-se captar uma simbiose indissociável entre o capital mercantil e a monarquia absolutista, entre o capital e o Estado, ou, enfim, entre o "econômico" e o "político".

> A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índia Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue a guerra comercial das nações européias, tendo o mundo por palco. (...) Os diferentes momentos da acumulação primitiva (...) na Inglaterra, em fins do século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica.[90]

De um lado, a construção do sistema colonial, da qual as políticas protecionistas, mais ou menos desenvolvidas, são indissociáveis, faz expandir o circuito de domínio do capital mercantil, posto que potencializa os lucros comerciais monopolistas. Em suas fomas mais desenvolvidas, quando a política mercantilista incorpora definitivamente a defesa das manufaturas, consolida-se o vínculo estreito entre sistema colonial e desenvolvimento manufatureiro, fazendo expandir mercados ou fontes de matérias-primas, sempre em proveito do lucro mercantil. De todo o sistema, no entanto, destaca-se, como uma das linhas comerciais mais profícuas – e mais emblemática quanto a seu caráter de violência –, o comércio de escravos e, seu corolário, a escravidão como sistema de exploração comercial.[91] Naturalmente, esse movimento só pode

[90] *Idem*, pág. 275 e 276.

[91] Para Marx, o sentido histórico concreto da escravidão moderna só pode ser traçado à luz dos nexos mercantis que constituem uma unidade orgânica entre a formação do capitalismo e o sistema colonial, entre o desenvolvimento da

basear-se numa simbiose entre o capital mercantil e o Estado, de modo que o processo de construção do sistema colonial, em estreita ligação com o desenvolvimento manufatureiro, haveria de redundar em guerra permanente entre os Estados em formação, no espaço do mercado mundial. Desse modo, a luta "hegemônica" entre os Estados em formação é a tal ponto constitutiva do processo histórico de formação do capitalismo que Marx chega a afirmar que "os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se então, mais ou menos em ordem cronológica, a saber pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra"[92]. No limite, é "(...) a supremacia comercial que dá o predomínio industrial"[93].

De outro lado, é constitutivo do processo de formação do Estado moderno, o nexo entre o circuito do endividamento público e a consolidação de uma bancocracia. Esse circuito do capital estritamente usurário, portador de juros, potencializa a acumulação primitiva, na mesma medida em que pode materializar-se como expansão de uma riqueza, a seu modo, ficitícia, relativamente autonomizada face à esfera da produção. A dívida pública "(...) dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de

---

manufatura e as formas específicas construídas no mundo colonial. Assim, Marx observa que "enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, o impulso para transformar a economia escravista dos Estados Unidos que antes era mais ou menos patriarcal, num sistema de exploração comercial". E resume o ponto, numa síntese magistral: "(...) a escravidão encoberta dos trabalhadores assalariados na Europa precisava, como pedestal da escravidão *sans phrase*, no Novo Mundo". *Idem*, pág. 281. Na verdade, o trabalho compulsório nas colônias, no limite, a escravidão, era a contrapartida da transição ao trabalho "livre" nas metrópoles. Peça fundamental da "economia" colônial, revela a própria natureza do trabalho "livre" como produção histórica da acumulação primitiva. Na ausência de processos de expropriação que pudessem criar o monopólio absoluto sobre a terra, o espaço colonial permitiria, na hipótese do trabalho "livre", o surgimento do pequeno proprietário camponês o que, conferindo outro sentido à produção que não a exploração em larga escala para o capital mercantil, faria subverter o "sentido da colonização". Nessas condições, um sistema salarial que pudesse atrair para as plantagens esses supostos proprietários autônomos, faria desaparecer o lucro mercantil. De outro lado, nos casos em que o trabalho compulsório toma a forma da escravidão africana, é o próprio tráfico, como negócio mercantil dos mais lucrativos, que está em causa. Ver: Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. Para uma discussão concreta em torno dos percalços nas tentivas de pensar o escravismo colonial, em si mesmo, como modo de produção específico, ver Carlos Alberto Cordovano Vieira. *Interpretações da colônia*.

[92] Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol II, pág. 275.

[93] *Idem*, pág. 278. "O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As 'sociedades *monopolia*' foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital. (...) Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava então. Era o 'deus estranho' que se colocava sobre o altar ao lado dos velhos ídolos da Europa que, um belo dia, com um empurrão e um chute, jogou-os todos por terra. Proclamou a extração de mais-valia como objetivo último e único da humanidade.". *Idem*, págs. 277 e 278. "Esporadicamente, a *manufatura* pode desenvolver-se localmente em uma estrutura pertencente a um período bem diverso, como nas cidades italianas, *lado a lado* com as corporações. Mas se o capital destinar-se a ser a forma dominante de uma época, suas condições terão de desenvolver-se não apenas localmente, mas em grande escala". Karl Marx. *Formações econômicas pré-capitalista*, pág. 102.

se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial (...)"[94]. Como desdobramento, ganha força uma vasta circulação de papéis, de títulos, letras de câmbio, notas bancárias etc., que no curso de seu metabolismo – como no caso do Banco da Inglaterra, que possuía direitos de emissão de notas, com base em títulos públicos, adquiridos, ao cabo, com essas mesmas notas – produzem uma valorização, a seu modo, fictícia, como um poderoso meio de concentração e centralização de riqueza social. Naturalmente, *esse movimento deságua num sistema de crédito internacional, por meio do qual o capital dos financistas vincula-se ao comércio mundial – mais propriamente, ao comércio colonial*.[95] Como contrapartida contábil do circuito do endividamento público e do metabolismo do capital a juros, deve desenvolver-se um sistema tributário que enfim, consuma, sob a forma de tributos, a expropriação de uma parte da riqueza do conjunto da sociedade, em favor do rentismo. Essa é uma outra face da simbiose entre capital e Estado no processo de valorização, nos marcos da acumulação primitiva.

Acumulação e propriedade privada

Vista num horizonte mais largo, a acumulação primitiva consititui uma transfiguração no caráter da propriedade privada. Aqui, cumpriria distinguir duas formas polares que, demarcando limites extremos de uma multiplicidade de possibilidades históricas, negam-se reciprocamente: a propriedade privada do produtor, fundada no próprio trabalho, e a propriedade privada do "não-produtor", que encontra um momento crucial de seu desenvolvimento na relação-capital. À luz do desenvolvimento da propriedade privada, a formação do capitalismo, por força da acumulação

[94] Karl Marx. *O Capital*, Livro I, Vol II, pág. 278.

[95] A esse respeito, Marx sugere, de passagem, uma espécie de tendência à metamorfose na forma da riqueza, no sentido da conversão de um predomínio da forma manufatureira e industrial para um primado da finança, estaria vinculada a deslocamentos dos fundamento das construções "hegemônicas" e, mais que isso, às próprias tendências à transição de uma "hegemonia" a outra. "Com as dívidas do Estado surgiu um sistema internacional de crédito, que freqüentemente oculta uma das fontes da acumulação primitiva neste ou naquele povo. Assim, as vilezas do sistema veneziano de rapina constituem uma das tais bases ocultas da riqueza de capital da Holanda, à qual a decadente Veneza emprestou grandes somas em dinheiro. O mesmo passou-se entre a Holanda e a Inglaterra. Já no início do século XVIII, as manufaturas da Holanda estavam bastante ultrapassadas e ela havia cessado de ser nação dominante do comércio e da indústria. Um de seus principais negócios de 1701 a 1776 torna-se, por isso, emprestar enormes capitais, especialmente a seu poderoso concorrente, a Inglaterra. Uma relação análoga existe hoje entre a Inglaterra e os Estados Unidos. Muito capital que aparece hoje nos Estados Unidos, sem certidão de nascimento, é sangue infantil ainda ontem capitalizado na Inglaterra.". *Idem*, pág. 279.

primitiva, significa a negação da propriedade fundada no trabalho, no sentido da criação histórica da propriedade privada especificamente capitalista. Mas, consolidados os fundamentos do modo de produção capitalista, o movimento mesmo do capital, concretizado na órbita da concorrência, produz um processo de expropriação, agora, da propriedade capitalista, expresso na concentração e centralização do capital. Nesses termos, pode-se tomar a acumulação primitiva como a "primeira negação" da propriedade privada; o passo subseqüente, o movimento mesmo do modo de produção capitalista constituído, caminha no sentido de uma "segunda negação".

O sentido do desenvolvimento da propriedade privada conduziria, portanto, à sua própria negação: concentração da propriedade e, contraditoriamente, expropriação dos proprietários.[96] Isso significa que o processo de expropriação dos produtores é, reciprocamente, um processo de concentração da propriedade sobre as condições de produção; e que, no passo subseqüente, a expropriação dos capitalistas por capitalistas, é reciprocamente, um processo de concentração do capital. Sob outro prisma, a concentração da propriedade – e, pois, das condições de produção – tem como contrapartida, uma transformação no caráter do trabalho. Assim, conforme afirma-se a potência produtiva criada na concentração das condições de produção – ou, do capital – também o trabalho, sob o comando desse poder concentrado, tenderá a organizar-se, mais e mais, como uma potência social. No universo da fragmentação da propriedade, por suposto, nos marcos de uma sociabilidade mercantil, os trabalhos dos produtores atomizados – em princípio, trabalhos privados – só poderiam converter-se em trabalho social com a mediação da troca. Em certo sentido, o caráter privado da propriedade dos produtores corresponde ao caráter imediatamente privado do trabalho, da produção – e, portanto, da apropriação. A concentração da propriedade conduz à uma condensação, numa única potência produtiva sob comando do capital concentrado, dos trabalhos antes atomizados. Como vimos no capítulo precedente, ao contrário da corporação, a manufatura internalizava a divisão do trabalho, conferindo-lhe uma organicidade, não pela via da mediação da troca, mas por força do despotismo do capital. Concluímos, naquela passagem, que, quanto à concreção da divisão do trabalho, a forma da manufatura manifestava um contraste entre a esfera social e privada, porquanto no espaço social reinava a "anarquia" do mercado, ao passo que, no espaço privado, reinava o despotismo imediato do capital. Ora, esse contraste pode

[96] O desenvolvimento da propriedade privada encontra uma expressão plena na língua portuguesa, já na duplicidade contida em termos tais como "privado", que significa, também, "despossuído", ou "privar", que pode significar "despojar", "desapossar".

ser entendido como uma expressão da contradição básica produzida no bojo do desenvolvimento da propriedade privada: enquanto a propriedade privada torna-se progressivamente concentrada, a produção – postos em movimento a cooperação, a divisão do trabalho na manufatura, a formação do mercado mundial etc. – torna-se progressivamente social. A correspondência entre o caráter privado da propriedade e da produção, do trabalho, que existia na primeira forma da propriedade privada, converte-se em contradição na forma da propriedade capitalista. Enfim, posto que está em causa o metabolismo de um capital já *socializado*, como potência social, não mais capital *individual*, no curso da monopolização e dos desenvolvimentos do crédito – por meio do que o capital monopolista pode mobilizar a massa do capital social – sob as formas da apropriação do capital monopolista, *trata-se, pois, da contradição entre o caráter privado da propriedade (e da apropriação) e o caráter social da produção*.

Esse desenvolvimento atinge um ponto crítico sob o domínio do capital financeiro.[97] Aqui, toda potência produtiva, expressa no aumento da composição orgânica, no progresso técno-científico, nas escalas produtivas etc., o que tornaria a produção profundamente socializada, tem, como contrapartida, a condensação de massas de riqueza, outrora pulverizadas, sob a forma do capital financeiro. Esse processo corresponde a um desenvolvimento qualitativamente distinto da concentração e centralização dos capitais – e, pois, do poder financeiro – que, por fim, na forma do chamado capitalismo monopolista, significa a destruição de velhos padrões de concorrência e sociabilidade, potencializando as contradições constitutivas, no monopólio, nas crises, guerras, novas colonizações etc.

[97] Rudolf Hilferding. *O capital financeiro*.

Capítulo III: "Capitalismo" em Fernand Braudel

Sociedade e mudança social

No estudo da história mundial moderna, entre os séculos XV e XVIII, Fernand Braudel denomina como *capitalismo* um domínio diferenciado na órbita da *circulação*. Em Braudel, o termo *capitalismo* designa um domínio circunscrito no conjunto da vida social e, nesse sentido próprio, não encerra uma *totalidade histórica*. Distingue-se, pois, do conceito de "modo de produção". Nesses termos, problematizar o *capitalismo* consistiria em examinar esse domínio circunscrito, não só em si mesmo, mas em conexão com o conjunto da sociedade, o que pressupõe um entendimento subjacente do seja esse mesmo conjunto social e suas bases estruturantes – sua "ossatura", constituída de um mosaico de "hierarquias". Por isso, o capítulo deve discutir como ponto de partida a visão de Braudel sobre o conjunto da "sociedade" e sua correspondente estrutura "hierárquica".

Braudel pensa a sociedade concreta como um *conjunto de conjuntos*:

> Para o historiador, sob a dependência estrita do concreto, a sociedade global só pode ser uma soma de realidades vivas, ligadas *ou não* umas às outras. Não um continente, mas continentes, e conteúdos. Foi nesse sentido que adquiri o hábito de falar da sociedade, na falta de termo melhor, como *conjunto dos conjuntos* (...).[98]

A idéia de *conjunto de conjuntos* põe em causa a *unidade* fundamental do corpo social. Mas, para Braudel, o problema reside precisamente nos limites à possibilidade de conceber de modo pleno a *unidade* ou a *totalidade* do conjunto. Diante disso, impõe-se um método conduzido por *aproximações*, por meio de um pensamento – de uma *História* –, não propriamente global, mas "(...) *globalizante*, isto é, pretendendo-se total, tendente a sê-lo, mas nunca o conseguindo plenamente (...)"[99]. Assim uma distinção das *partes* constitutivas do *todo* que permitisse delimitar o "econômico", o "sociológico", o "político", o "cultural", é o *momento preliminar* e

[98] Fernand Braudel. *Civilização material...* Os jogos das trocas, pág. 408.
[99] *Idem*, pág. 409 (grifos nossos).

necessário de "fragmentação artificial" do real. Mas, numa história que se pretenda "globalizante", o momento posterior deverá reconsiderar as distintas esferas da existência à luz de suas conexões recíprocas, num movimento que *tenderá* a recriar ou *aproximar-se da unidade*.

> É portanto uma divisão banal distinguir, como fazemos, no interior do grande conjunto que é a sociedade, vários conjuntos e dos mais bem conhecidos: o econômico, evidentemente, em lugar de destaque; o social hierárquico (...); o político; o cultural – decompondo-se cada um desses conjuntos, por sua vez, em subconjuntos, e assim por diante. Nesse esquema, a história global (ou melhor, globalizante, isto é, pretendendo-se total, tendente a sê-lo, mas nunca o conseguindo plenamente) é o resultado de, pelo menos quatro "sistemas" em si mesmos, depois em suas relações, suas dependências, as suas sobreposições (...). O ideal impossível seria apresentar tudo num único plano e num só movimento. A prática recomendável é, ao dividir, conservar na mente uma visão globalizadora: ela surgirá forçosamente na explicação, tenderá a recriar a unidade (...).[100]

No entanto, notemos que, mesmo essa *unidade* construída por *aproximações* constitui-se como "realidades vivas, *ligadas ou não*"; vale dizer: a possibilidade de existência de domínios objetivamente autônomos é posta pelo próprio concreto. Ou seja, uma definição nos termos de *conjunto de conjuntos* parece procurar dar conta da possibilidade de que esse *conjunto* não se conforme como *totalidade orgânica* – decorre daí o *capitalismo* como *domínio cricunscrito*. De todo o modo, como regime do capital, a totalidade concreta só pode ser uma produção histórica que se consuma definitivamente na forma totalizante do próprio modo de produção capitalista. Daí a pertinência de considerá-la como construção em movimento nas estruturas que precedem o modo de produção capitalista plenamente constituído. Essa é a base, como veremos, do diálogo entre o *capitalismo* braudeliano e o conceito de *capital mercantil* de Marx, como formas concretamente autônomas. Mas o diálogo se encerra tão logo passamos ao que Marx chamou modo de produção capitalista. Pois, mesmo aqui, o *capitalismo* braudeliano, não obstante pernetre na órbita da produção, permanece um domínio circunscrito.

Além disso, em Braudel, não há nenhuma determinação ontológica que possa estabelecer o predomínio de um campo específico sobre os outros. É o próprio concreto, ou a História, de que é constitutivo o jogo entre as partes, que está na base da primazia de uma ou outra esfera – e,

[100] *Idem*, pág. 409.

quanto a isso, a modernidade européia será marcada por uma relativa ascensão do "econômico" sobre o todo.[101] Mas, mais do que isso, as tensões entre os *conjuntos* e a própria complexidade de *subconjuntos* de que cada qual se compõe deve consubstanciar-se num jogo de *temporalidades*: medem-se pela *duração*. Com efeito, em cada sociedade, não só coexistem os diversos domínios, como, cada qual e, portanto, o conjunto, se compõe de uma coexistência de temporalidades, de múltiplas durações que também se confrontam, em suas dependências e sobreposições. Assim, por exemplo, essa mesma vida econômica, sobretudo mercantil, que avança sobre outras esferas na formação da modernidade, sofreria injunções, não só das dimensões do "hierárquico", do "político" ou do "cultural", como também de uma camada circunscrita do próprio conjunto do "econômico" – um *subconjunto*, portanto – que remete principalmente às heranças ancestrais, de longa duração, de uma vasta produção de subsistência, fora do mercado, que Braudel chama de *vida material* ou *civilização material*.

Ora, se a totalidade permanece como um horizonte inatingível, os distintos conjuntos que compõem a sociedade, embora considerados, enfim, uns à luz dos outros, não deixarão de ser realidades em si, que estabelecem entre si conexões exteriores. E, do mesmo modo, as distintas temporalidades que se consubstanciam em estruturas, conjunturas etc., embora entrelaçadas, terão sempre seu movimento próprio. Em suma: para Braudel, embora seja possível reconhecer certas primazias de esferas de existência e durações sobre o conjunto, não está em causa buscar a força capaz de conferir *organicidade* ao conjunto, e nesse caso, à *totalidade*, senão enquanto horizonte inatingível, nos termos de uma História, não global, mas *globalizante*. Enfim, não está em causa definir o *capital*, como faz Marx, como o nexo que organiza a *totalidade* no mundo moderno. O que Braudel procura demonstrar é a sua *expansão* violenta e decisiva na modernidade, por entre um emaranhado de *não-capitalismos*.[102]

---

[101] "Na Europa, onde vemos as coisas melhor do que nos outros lugares, nesta Europa avançada em relação ao mundo, a economia em rápido desenvolvimento sobrepujou muitas vezes os outros setores a partir do século XI ou do XII, mais seguramente ainda a partir do século XVI; obrigou-os a definir-se relativamente a ela e, sem sombra de dúvida, tal primazia é uma das raízes da modernidade precoce do pequeno continente. Mas seria vão pensar que, antes desses séculos de arrancada, a economia não tivesse muita importância (...). Seria também vão pensar que, diante da força ascendente da economia, prenhe de mutações múltiplas, revolucionárias, os outros setores, toda a sociedade não tivessem desempenhado o seu papel, constituído (raramente) aceleradores, mais freqüentemente barreiras, contraforças, freios que se mantiveram séculos a fio.". *Idem*, págs. 409 e 410.

[102] Quanto às dificuldades de determinar a unidade do mundo feudal, ou ao "parcelamento da soberania" de que fala mesmo Perry Anderson, posto que a expressão *feudalismo* pudesse ter validade somente no diz respeito ao *feudo* em si, e não a todas as outras formas autônomas, como, por exemplo, as cidades, Braudel afirma que "não tem mais lógica subordinar a esse vocábulo [feudalismo] toda a sociedade da Europa, entre os séculos XI e XV, do que à

Isso está estreitamente vinculado a sua visão da *mudança social*. Quanto a isso, Braudel define *hierarquia* como uma ossatura estruturante da vida social, que expressa as tendências à concentração da riqueza, do poder político e da hegemonia cultural em qualquer "sociedade densa" – entendemos: em qualquer sociedade em que foram rompidos os nexos comunais mais primevos. Para Braudel, a noção de *hierarquia* permitiria situar a problemática da dominação num plano mais generalizante que o conceito de *classe*, porquanto fizesse fundamentá-la, não necessariamente nas diferentes posições engendradas desde a órbita da produção, mas em quaisquer outras bases.[103] Desse modo, a multiplicidade de *conjuntos* constitutiva do *conjunto* da sociedade encarna numa pluralidade de *hierarquias*, contrapostas entre si ou entrelaçadas.[104] Esse jogo constante de contraposições ou entrelaçamentos, de tendências ao predomínio de uma *hierarquia* sobre as outras, se consubstancia nas tensões entre forças de transformação e forças de represamento, que por fim, podem (ou não) dar vazão à mudança social – como se o centro do movimento residisse, não exatamente na *luta de classes*, mas nas *lutas e entrelaçamentos de hierarquias*. Naturalmente, não se tratando de uma opção semântica ou estilística, mas de uma tomada de posição quanto à própria mudança social, a noção de *hierarquia*, em lugar de *luta de classes*, termina por dar relevo às estruturas mais permanentes, que tendem a represar as transformações mais profundas. Numa palavra: Braudel não vislumbra a possibilidade de uma sociedade densa que não seja estruturada por sistemas hierárquicos, fundados numa "(...) *desigualdade intrínseca* que divide a massa do topo à base, segundo a escala da riqueza e do poder. (...) desigualdade visceral que é a *lei contínua das sociedades*"[105].

---

palavra *capitalismo* a totalidade dessa mesma sociedade entre os séculos XVI e XX". *Idem*, pág. 413. Ver também Perry Anderson. *Passagens da antigüidade ao feudalismo*.

[103] Parece tratar-se, pois, da tentativa de dar conta, nos termos próprios da visão braudeliana, das contribuições tanto de Marx quanto de Weber, posto que essa noção mais geral de *hierarquia*, englobaria *castas*, *estratos*, *classes* etc.

[104] "Em suma, portanto, várias sociedades que coexistem, que se apóiam melhor ou pior umas nas outras. Não um sistema, mas sistemas; não uma hierarquia, mas hierarquias; não uma ordem, mas ordens; *não um modo de produção, mas modos de produção*; não uma cultura, mas culturas, tomadas de consciências, línguas, artes de viver. Deve-se por tudo no plural.". Fernand Braudel. *Civilização material...* Os jogos das trocas, pág. 414 (grifos nossos).

[105] *Idem*, pág. 415. Esse é o cerne do debate de Braudel com Sartre. "Quando Jean-Paul Sartre escreve que é preciso romper com a hierarquia, vedar que um homem dependa de outro homem – diz, na minha opinião, o essencial. Mas será possível? Parece que dizer sociedade é sempre dizer hierarquia. Todas as distinções que Marx não inventou, a escravatura, a servidão, a condição operária, evocam sempre grilhões. O fato de não serem sempre os mesmos grilhões não muda grande coisa. Suprime-se uma escravatura, surge outra. Eis que as colônias do passado se tornam livres. Todos os discusos o dizem, mas os grilhões do Terceiro Mundo fazem um barulho infernal.". *Idem*, pág. 458. "Jean-Paul Sartre pode sonhar com uma sociedade de que tenha desaparecido a desigualdade, onde deixe de haver dominação de um homem sobre o outro. Mas ainda nenhuma sociedade do mundo atual renunciou à tradição e ao uso do privilégio. Para obter essa renúncia seria necessário derrubar todas as hierarquias sociais, e não só as do dinheiro, não só as do Estado, não só as dos privilégios sociais, mas também o peso disparatado do passado e da

Para enfrentar o problema, é necessário observar que essa concepção da sociedade como *conjunto de conjuntos* pode desdobrar-se, nesse plano, nos termos de uma reunião das diversas *hierarquias* numa única topologia social que, abstraindo os distintos fundamentos subjacentes que pudessem organizar cada domínio específico, permitisse demarcar uma cisão geral, dada por uma tendência estrutural à concentração do poder econômico, político e cultural (ou ideológico), que separasse, definitivamente – seja no sentido das *castas*, *estratos* ou *classes* –, ricos e pobres, poderosos e subalternos; e, abaixos destes, sempre uma massa de miseráveis. É essa *hierarquia* geral que, em última instância, sempre se mantém. Assim, para Braudel, cumpre problematizar, não os deslocamentos de uma classe por outra, mas as razões pelas quais "(...) o pequeno número de privilegiados (...) consegue se manter, mesmo em meio a revoluções? Como impõe respeito à enorme massa que se desenvolve abaixo dele? Por que, na luta que às vezes o Estado trava contra os privilegiados, estes nunca perdem por inteiro ou definitivamente?"[106].

Por certo, mudanças na base sócio-econômica produzem deslocamentos na dimensão das estruturas hierárquicas. Mas, em Braudel, isso não implica em tendências a rupturas da ordem social. Ao contrário, deverão produzir ou uma metamorfose das camadas superiores ou mesmo uma certa mobilidade social que ocorre, em geral, não no eixo vertical, entre pisos inferiores e superiores de uma hierarquia específica, mas horizontalmente, entre pisos correspondentes de diferentes estruturas hierárquicas. Assim é o caso das transformações no sentido da mercantilização moderna que conduzem, ora elementos da nobreza às explorações mercantis, ora uma alta burguesia a buscar uma condição de nobreza ou mesmo os cargos nas burocracias monárquicas.[107]

---

cultura. (...) Uma revolução lúcida – mas poderá existir alguma (...)? – uma tal revolução teria muita dificuldade em demolir tudo o que é preciso demolir (...)". Fernand Braudel. *Civilização material...* O tempo do mundo, pág. 583. Essa redução das formas escravistas, servis e capitalistas a um mesmo denominador comum, dado na noção generalizante de *hierarquia*, expressa uma tendência à abstração das formas sociais concretas da produção, seja das formas de propriedade ou das relações sociais nelas implicadas, que se estende por toda a visão de Braudel, reaparecendo em diversos momentos. À luz das discussões em torno das *formações pré-capitalistas* desenvolvidas em capítulo precedente, pode-se perceber que essa generalização obscurece o problema das conexões entre as formas sociais da produção e curso histórico da individualização – tema central para enfrentar o problema moderno da *liberdade*, legado desde o Iluminismo.

[106] Fernand Braudel. *Civilização material...* Os jogos das trocas, pág. 420.

[107] No limite, a própria noção braudeliana de capitalismo termina por negar qualquer possibilidade de um caráter revolucionário da *burguesia*. De todo o modo, mesmo certa historiografia marxista procurou demonstrar o caráter policamente reacionário de uma *burguesia especificamente mercantil*. Veremos que, nesse ponto, as visões confluem. Para uma discussão sobre o tema, ver: Lígia Osório Silva e Milena Fernandes de Oliveira: "Capitalismo e Imperialismo em Schumpeter".

"Capitalismo"

Como dissemos, para Fernand Braudel, o termo *capitalismo* designa, não o conjunto da vida social, mas um domínio circunscrito. Nesse sentido específico, só pode ser plenamente definido em face de outros domínios *não-capitalistas*. Como patamar limitado do corpo "econômico", conforma, em princípio, uma camada diferenciada na órbita da *circulação*, situada, numa espécie de imagem topográfica, no "piso superior", contraposta às dimensões do que Braudel chamou de *civilização material* – o universo da produção de subsistência – e do *mercado concorrencial*. Mas tomando-se o "econômico" como um subconjunto da vida social diante das outras esferas da existência – basicamente, diante das "hierarquias sociais", do "político" e do "cultural" – o *capitalismo* designaria o substrato de uma determinada *hierarquia social*, ora contraposta, ora entrelaçada a outras.

> (...) o capitalismo de ontem (ao contrário do de hoje) ocupava apenas uma estreita plataforma da vida econômica. Então como é que se falaria, a seu respeito, de 'sistema' extensivo ao conjunto social? Nem por isso deixa de ser um mundo em si, *diferente e até estranho em relação à globalidade social e econômica que o rodeia*. E é em relação a esta última que se define como 'capitalismo', não apenas em relação às novas formas capitalistas que surgirão mais tarde. Com efeito, ele é o que é em relação a um não-capitalismo de proporções imensas.[108]

A definição de *capitalismo* como um domínio circunscrito conduz à necessidade de uma problematização de sua própria temporalidade. A seu modo, como vimos, Marx considera que o *capital* precede o *modo de produção capitalista* e, sob a forma mercantil, restrito à circulação, pode mesmo possuir uma existência autônoma nos interstícios de quaisquer modos de produção. Em contraste, a idéia de *modo de produção capitalista* põe em causa uma determinada *totalidade* histórica, organizada objetivamente, em seu conjunto, como *regime do capital*.[109] Sob esse

[108] *Idem*, pág. 207 (grifos nossos).
[109] "(...) não devemos deixar implícito que as fronteiras entre os sistemas devam ser traçadas nas páginas da história como uma linha divisória bem clara. Como têm insistido corretamente aqueles que desconfiam de toda a falação sobre épocas, na realidade os sistemas jamais se encontram em sua forma pura, e, em qualquer período da história, elementos característicos, tanto de períodos anteriores, quanto dos posteriores, podem ser achados, às vezes, misturados numa complexidade extraordinária. Elementos importantes de cada nova sociedade, embora não forçosamente o embrião completo da mesma, acham-se na matriz da anterior, e as relíquias de uma sociedade antiga

prisma, a questão semântica que encerra a utilização braudeliana da expressão *capitalismo* conduz à diluição de tudo mais que pudesse distinguir a mera existência do capital e um modo de produção capitalista, tomado como uma totalidade historicamente limitada, *differentia specifica* da modernidade – é sintomático que, não sendo a palavra de uso generalizado à época, Marx não a tenha empregado. Daí decorre que, nesses termos, o *capitalismo* braudeliano possa traspassar a história no curso da *longa duração*, como força latente, desde tempos remotos para penetrar na modernidade, sem transfigurar-se em seus conteúdos básicos.[110] "O capitalismo, certo capitalismo, existe desde sempre, até mesmo na antiga Babilônia, que conheceu banqueiros, mercadores engajados em negócios distantes e todos os instrumentos de crédito: letra de câmbio, nota promissória, cheque... Nesse sentido, a história do capitalismo vai 'de Hamurábi a Rockfeller'"[111]. Do mesmo modo, a definição conduz ao problema de sua espacialidade. As mesmas razões que permitiriam dizer que o *capitalismo* traspassa a história no curso da *longa duração* – ou seja: que o *capitalismo* pode subsistir em potência nos marcos de diferentes estruturas sociais – poderiam fundamentar a sua existência em diversas geografias. De certa forma, para um conjunto de tradições fecundas no pensamento moderno, que passam pela economia política, pelo materialismo histórico ou pela sociologia weberiana, demarcar a *differentia specifica* do mundo moderno era conferir uma especificidade ao Ocidente e, mais

---

sobrevivem por muito tempo na nova. O que se acha implicado numa concepção de capitalismo como a por nós adotada é que, a não ser por intervalos de transição comparativamente breves, cada período histórico é modelado sob a influência preponderante de uma forma econômica única, mais ou menos homogênea, e deve ser caracterizado de acordo com a natureza desse tipo predominante de relação socioeconômica. Daí mostrar-se mais esclarecedor em qualquer período dado falarmos em termos de um sistema homogêneo, e ignorarmos as complexidades da situação, pelo menos como primeira aproximação, do que proceder do modo contrário." Maurice Dobb. *A Evolução do capitalismo*, págs. 20 e 21.

[110] Sombart e Weber utilizam a expressão – que só vem generalizar-se no século XX –, fazendo-a remontar a tempos remotos. Weber, no entanto, embora num percurso bem diverso do de Marx, procurando delinear o fio condutor do processo de racionalização da vida e a especificidade ocidental, termina por demarcar também a distinção entre o *capitalismo antigo* e o *capitalismo moderno* – ocidental –; enfim, a seu modo, a *differentia specifica* da modernidade.

[111] Fernand Braudel. *A gramática das civilizações*, pág. 351. "(...) um capitalismo em potencial se esboça desde a alvorada da história, se desenvolve e se perpetua ao longo de séculos. (...) Com grande antecedência, há sinais que anunciam o capitalismo: o desenvolvimento das cidades e das trocas, o surgimento de um mercado de trabalho, a densidade da sociedade, a difusão da moeda, o aumento da produção, o comércio longínquo ou, se quisermos, o mercado internacional...". Fernand Braudel. *Civilização material...* O tempo do mundo, pág. 576. Em *Memórias do Mediterrâneo*, Braudel também faz o "capitalismo" recuar à Antigüidade: "(...) o que surpreende é que, em Cartago, a vida econômica caminha para o futuro, enquanto a vida religiosa se detém séculos e séculos atrás, e as próprias 'revoluções' (...) não a libertam, de modo nenhum desta desumana e terrível devoção. É flagrante o contraste com a abertura grega que harmoniza o homem com o mundo exterior. Neste aspecto, uma intensa vida de negócios, de espírito 'capitalista' (...) alia-se a uma mentalidade religiosa retrógrada. Que teria pensado Max Weber?". Fernand Braudel. *Memórias do Mediterrâneo*, págs. 226 e 227.

propriamente, ao "capitalismo moderno" da Europa ocidental. Em Braudel, quanto à vigência do *capitalismo*, mesmo que embrionária, à diluição das fronteiras temporais soma-se uma diluição das fronteiras espaciais. Como domínio circunscrito, um *capitalismo* latente poderia existir, com maiores ou menores potencialidades, em diversos momentos da história, diversos espaços geográficos; enfim: em diversas sociedades.[112]

Nesse universo, não há sentido para uma problemática da *transição*. Se um conjunto de transformações de fato toma corpo entre os séculos XV e XVIII, para, enfim, culminar na mudança profunda da Revolução Industrial, para Braudel, o que está em causa não é a gênese de uma totalidade que pudesse ser demarcada como um modo de produção capitalista; tratar-se-ia de uma expansão de sua órbita, sem transfiguração de seus conteúdos básicos, em determinado tempo e espaço – conduzindo, entre outros processos, à subordinação direta da produção. Para enfrentar esse problema, seria necessário examinar as conexões entre o domínio propriamente *capitalista* e os outros domínios da vida social; ou seja, examinar em que medida, nas diferentes sociedades, esse *capitalismo* sempre latente, quase em qualquer tempo e lugar, num jogo de contraposições ou entrelaçamentos com os outros domínios da vida social, será potencializado ou bloqueado por outros *subconjuntos* do próprio corpo econômico, ou por diferentes *hierarquias sociais*, estruturas de poder e, em última instância, estruturas civilizacionais.[113] Na quadra histórica que preprara a modernidade, entre os séculos XV e XVIII, esse jogo de estímulos e bloqueios deve ser descortinado comparativamente desde dentro de cada uma das diferentes sociedades que coexistem, mas também na dimensão das relações que se edificam sistemicamente – presididas pelo próprio capital –, entre essas mesmas sociedades ou, mais que isso, entre diferentes civilizações – o que Braudel chamou *tempo do mundo*. Voltaremos ao tema.

---

[112] "Quando a Índia, no primeiro século de nossa era, toma a longínqua Insulíndia ou pelo menos penetra nela; quando Roma detém em seu poder mais do que o Mediterrâneo inteiro; quando a China, no século IX, inventa a moeda de papel; quando o Ocidente, entre o século XI e o século XIII, reconquista o mar interior; quando, com o século XVI, se esboça um mercado mundial, a 'biografia do capital' começou, de um modo ou de outro...". *Idem*, pág. 576.

[113] "Tal como a Europa, o resto do mundo é há séculos obcecado pelas necessidades de produzir, pelas obrigações da troca, pelas precipitações da moeda. Será absurdo procurar, no meio dessas combinações, sinais que pronunciem ou realizem um certo capitalismo? Gostaria de dizer, como Deleuze e Guattari, que 'de certo modo, o capitalismo esteve presente em todas as formas de sociedade', pelo menos o capitalismo tal como o concebo. Mas, reconheçamo-lo sem rodeios, a construção triunfa na Europa, esboça-se no Japão, fracassa (as exceções confirmam a regra) em quase todos os outros lugares – melhor seria dizer que não se consuma. (...) esses fracassos evidentes e semitriunfos testemunham sobre o capitalismo, tanto como problema de conjunto quanto como problema específico da Europa." Fernand Braudel. *Civilização material...* Os jogos das trocas, pág. 519. Ou seja: "Se há lugares onde ele [o capitalismo] se implantou por eleição, não por inadvertência, é, com efeito, porque estes eram *os únicos favoráveis à reprodução do capital*". *Idem*, pág. 207.

Isso posto, o que caracteriza essa camada diferenciada na esfera da circulação?

A dinâmica do que Braudel denominou de *capitalismo* tem como fundamento uma noção de *capital* cuja natureza remete às manifestações concretas do que Marx definiu como a forma mercantil do capital, como *capital mercantil*. Em Braudel, *capitalismo* consiste no exercício do *poder* discricionário sobre os diversos circuitos mercantis – comerciais, monetários ou financeiros – o que, numa camada diferenciada na esfera da circulação, permite a exploração das diferenças de "voltagens" da vida mercantil – espaciais ou conjunturais –, por força de encadeamentos de "troca desigual", cujo sentido último residiria num processo contínuo de acumulação de *riqueza na forma monetária*, *na forma líquida*, como um *fim em si*. O conceito braudeliano de *capitalismo* encerra, pois, uma conexão orgânica entre *dinheiro* e *poder*.

Naturalmente, tratando-se de *acumulação na forma monetária na órbita da circulação relativamente autonomizada*, o processo econômico – ao menos nessa camada diferenciada – não pode ser visto sob o prisma da troca presidida pelo *valor de uso*, que, supostamente, organizaria a distribuição dos recursos escassos; e nem o dinheiro, portanto, será visto como um mero meio de troca. A circulação, nessa camada, é o meio para a valorização e o dinheiro, a forma privilegiada da riqueza. Mas uma acumulação mercantil sistemática, a ponto de produzir e reproduzir a diferenciação de uma camada, nesses termos, *capitalista*, mais do que o mero lucro comercial ou financeiro fortuito, pressupõe que a exploração das diferenças de "voltagens" da vida mercantil seja fundada sobre o *monopólio* – de certo modo, sobre um *poder*. *Desde logo: em Braudel, capitalismo é monopólio. O seu fundamento residiria na propriedade concentrada do dinheiro, ou seja, no controle sobre a liquidez*. Esse controle é o requisito básico para manipular as condições de compra e venda, de mercadorias e de moedas, ou para enredar as cadeias de financiamento, de modo a fazer frente às barreiras concretas da rotação do capital ou do circuito do endividamento público. No limite, como se se tratasse do *capital como tal capital*, o dinheiro funciona como a própria fonte do direito a mais dinheiro e, enfim, do direito a se jogar o jogo do crédito: "é, em suma, graças à massa dos seus capitais que os capitalistas conseguem preservar os seus privilégios e reservar para si os grandes negócios (...)"[114]. Mais que isso: sob o domínio

[114] Fernand Braudel. *A dinâmica do capitalismo*, pág. 65. Para Braudel, o dinheiro "é a consideração social, donde uma série de garantias, de privilégios, de cumplicidades, de proteções. É a possibilidade de escolher entre os negócios e as ocasiões que se oferecem – e escolher é ao mesmo tempo uma tentação e um privilégio –, entrar à força num circuito reticente, defender vantagens ameaçadas, compensar perdas, afastar rivais, aguardar retornos muito lentos mas promissores, obter até os favores e as complacências do príncipe. Enfim, o dinheiro é a liberdade

da riqueza em forma abstrata, para Braudel, *capitalismo* consiste no poder e mesmo na necessidade de transitar, conforme as condições de valorização, de uma cadeia mercantil a outra, ou de um monopólio a outro. Em contraste com uma divisão do trabalho e com uma especialização que tomam corpo na "base", na dimensão da produção ou mesmo nas cadeias do pequeno comércio local, o capital, cujo metabolismo orienta-se no sentido da forma abstrata, líquida, caracteriza-se sobretudo por sua fluidez, por sua mobilidade.[115]

A definição não é trivial. Ao contrário, faz transpor limites de correntes paradigmáticas. O que parece estar em causa é a crítica a uma vasta tradição que procura conferir à modernidade um fundamento equalizador, correspondente a uma certa racionalidade. Em certa medida, esse fundamento tende a corresponder a tentivas de demarcar a diferenciação do "econômico", a ponto de torná-lo um campo autocontido. Nessas correntes, se as formas econômicas *típicas* mais remotas podiam caracterizar-se por uma unidade entre as esferas do "econômico" e do "político", ou entre o *capital* e a *violência direta*, o advento da modernidade faria extirpar o *poder* – tomado como constitutivo do "político" – do universo dos nexos, agora, estritamente econômicos e, com isso, das noções – quaisquer que fossem – de *capitalismo*. O problema de fundo consistia em

---

de ter mais dinheiro ainda, pois só empresta aos ricos. E o crédito é cada vez mais a ferramenta indispensável do grande mercador.". Fernand Braudel. *Civilização material...* Os jogos das trocas, pág. 338.

[115] "Essa pirâmide mercantil, essa sociedade à parte, nós vamos encontrá-la, sempre igual, por todo o Ocidente e em todas as épocas. Tem seus movimentos próprios. A especialização, a divisão do trabalho operam-se habitualmente de baixo para cima. Se chamamos modernização, ou racionalização, ao processo de distinção das tarefas e fragmentação das funções, é uma modernização que se manifestou primeiro na *base da economia*. (...) Não é curioso que o negociante, por sua vez, não siga a regra e, por assim dizer, só muito raramente se especialize? (...) *Tornar-se* e sobretudo *ser* negociante é ter, não o direito, mas a obrigação de lidar, quando não com tudo, pelo menos com muitas coisas. (...) Em suma, há, na constante reestruturação da sociedade mercantil, uma posição por muito tempo inatingível que, na sua inexpugnabilidade, não cessa de se elevar, de se valorizar à medida que se vão operando divisões e subdivisões inferiores: é a do negociante polivalente.". *Idem*, pág. 336. Nesse sentido, Giovanni Arrighi faz uma releitura da formula de Marx D-M-D', tomando D, como a forma líquida da riqueza e o movimento D-M, como a transição da forma líquida à forma concreta, como uma espécie de negação da liquidez. Enfim, o movimento M-D' expressaria o retorno à forma líquida como fim em si. As reversões cíclicas seriam os momentos críticos em que o capital, diante da "incerteza" trava o movimento D-M, refugiando-se na forma líquida – desse modo, os últimos estágios dos ciclos sistêmicos são de potencialização das formas de valorização estritamente financeiras. Enfim, a possibilidade de diálogo com Keynes parece inequívoca: "Assim entendida, a fórmula de Marx nos diz que não é como um fim em si que os agentes capitalistas investem dinheiro em combinações específicas de insumo-produto, com perda concomitante da flexibilidade e da liberdade de escolha. Ao contrário, eles o fazem como um *meio* para chegar à finalidade de assegurar uma flexibilidade e uma liberdade de escolha ainda maiores num momento futuro. A fórmula também nos diz que, quando os agentes capitalistas não têm expectativas de aumentar sua própria liberdade de escolha, ou quando essa expectativa é sistematicamente frustrada, o capital *tende* a retornar a formas mais flexíveis de investimento – acima de tudo, à sua forma monetária. Em outras palavras, os agentes passam a *"preferir" a liquidez, e uma parcela incomumente grande de seus recursos tende a permanecer sob forma líquida*.". Giovanni Arrighi. *O longo século XX*, pág. 5 (grifos nossos).

buscar uma determinada especificidade, traduzida como primazia do Ocidente, que faria da modernidade ocidental o ponto de chegada de um processo evolutivo.[116]

Em contraste com o pensamento mercantilista, na economia política clássica, o sentido de fundar a "economia" como um campo diferenciado de reflexão que desse conta de iluminar a natureza da modernidade, entra em choque com uma construção teórica em que os mecanismos econômicos funcionam sobre o substrato de uma ossatura social que se consubstancia no conflito entre classes. Essa tensão basilar da economia clássica se expressará de forma mais aguda nos embaraços postos à elaboração – nesses marcos – de uma teoria do valor. No entanto, para enfrentar o problema da manutenção da coesão social face a uma modernidade caracterizada pela "autonomização" do indivíduo de quaisquer nexos de sociablidade "extra-econômicos" predeterminados – no curso de uma transição rumo à mercantilização total da vida – a economia política delimitou o mercado autorregulado como a instância capaz de coadunar o privatismo e a harmonia social.[117] Por sua vez, os desenvolvimentos do utilitarismo, ou mais propriamente do marginalismo, promoverão uma purificação definitiva do "econômico" de quaisquer intervenções estranhas. Reduzidos, o capital e o trabalho, a meros fatores técnicos da produção, e o dinheiro a um meio de troca, o "econômico" seria contido na órbita da circulação, na qual os indivíduos se defrontam, *ceteris paribus*, como compradores e vendedores, livres e iguais, sob o desiderato último das necessidades humanas, do *valor de uso*. Nesse universo, o *poder* só poderia confrontar-se com a ordem econômica como injunção exterior, mas nunca conformá-la, como força que lhe fosse constitutiva. Ora, para Braudel, essa visão, se contribui para delinear traços de uma camada circunscrita da topologia econômica, a do *mercado concorrencial*, de

[116] "Qualquer explicação do capitalismo equivale, tanto para [Weber] como para Sombart, a pôr em causa uma superioridade estrutural e indiscutível do 'espírito' ocidental. (...) o capitalismo parece a Max Weber uma conseqüência, a descoberta de uma terra prometida da economia, o desabrochar final do progresso. Nunca (...) como um regime frágil e transitório. Atualmente, a morte ou, pelo menos, mutações em cadeia do capitalismo já nada têm de improvável. Estão diante de nós. Pelo menos, ele 'já não nos parece a última palavra da evolução histórica'.". Fernand Braudel. *Civilização material...* Os jogos das trocas, pág. 518.

[117] Esse problema era formulado de forma diversa no pensamento precedente. Inserido numa sociedade compósita, marcada pelo conflito entre os resíduos feudais e as formas burguesas em desenvolvimento, o pensamento político, sobretudo o de Hobbes, entendia o Estado absolutista como instância civilizatória, capaz de viabilizar coesão social, por força de um limite à autonomia do indivíduo – ou seja, à *liberdade*. Nessa perspectiva é impossível combinar *civilização* e *liberdade*. O primeiro contraponto liberal a essa perspectiva passa por uma requalificação da "natureza humana", pautada, em síntese, por um *sentido de humanidade*. Em Smith, essa "natureza humana" retornaria a seu caráter privatista (egoísta). No entanto, seria possível coadunar os interesses dos indivíduos atomizados com o interesse da sociedade tomada em seu conjunto, precisamente por meio dos mecanismos do *mercado autorregulado*. Assim, conferindo centralidade à diferenciação do "econômico" na instância do *mercado*, o liberalismo imagina reconciliar *civilização* e *liberdade individual*.

outro lado, obscurece o essencial no *capitalismo* e, pois, na modernidade – o *poder* discricionário sobre os circuitos mercantis.[118]

Visto o diálogo num enquadramento sociológico mais largo, é possível examinar de perto as conexões ou tensões entre *capitalismo* e *violência*, entre o "econômico" e o "político". Assim, numa tipologia weberiana, *capitalismo*, tomado também como um domínio circunscrito da vida social que pode remontar a tempos remotos, viria identificar-se com o ganho mercantil por força da violência direta; mas a especificidade do *capitalismo moderno* residiria, precisamente, na diferenciação do "econômico", no curso de um processo de racionalização da vida, o que conduz à exclusão das dimensões da *violência* e da *dominação* do campo de uma definição ideal-típica.[119] Novamente, o *poder* somente poderia confrontar-se com o *capitalismo*, ao menos no que respeita à sua feição *moderna* e *ocidental*, como uma injunção exterior.[120] Por ora, importa observar somente que por trás da delimitação da problemática posta no pensamento econômico ou no enquadramento weberiano, que viria ecoar na diferenciação do "econômico" como *lócus* do exercício pacífico e, enfim, na compreensão da especificidade do capitalismo moderno ocidental como momento da racionalização da vida – vinculada a uma ética – fundado nas "(...) possibilidades (formalmente) pacíficas de lucro"[121]; por trás disso tudo, há o princípio segundo o

[118] Notemos, no entanto, que, se Braudel considera a vertente liberal como explicação válida para o domínio circunscrito da circulação autorregulada, é porque, no passo inicial fez diluir a totalidade, cindindo produção e circulação.

[119] Weber estabelece, já nos marcos de seu fundamento *ideal-típico*, que a *gestão econômica* é "(...) o exercício *pacífico* do poder de disposição que *primariamente* é economicamente orientado"; o que vale dizer que, numa oposição entre o *meio econômico* e o *meio político*, "a orientação prática para a violência se opõe fortemente ao espírito da 'economia'" e que "por isso não cabe designar a apropriação imediata e violenta de bens alheios e a imposição real e imediata de determinado comportamento de outros por meio da luta como gestão econômica". Max Weber. *Economia e sociedade*, Vol. I, págs. 37 e 38. Na base dessas definições, há um conceito de *troca*: "Se Weber define a ação econômica por seu caráter pacífico, não é tanto por algo de aconflitual, como demonstra sua definição de troca. (...) Weber definiu a troca como o resultado de um conflito de interesses, de uma luta que ele até julga indispensável à existência de um 'cálculo racional em termos de mercado', mas a questão da disparidade dos que trocam importa-lhe menos. Não que ele a despreze, pois explicitamente a leva em conta ao tratar do monopólio, mas ele não a integra em sua definição ideal-típica da troca e do capitalismo.". Philippe Steiner: "Capitalismo e modernidade: a controvérsia sobre Max Weber". In Yves Lacoste (coord.) *Ler Braudel*, págs. 138 e 139.

[120] "Já que Weber acredita que o capitalismo tenha existido em todos os períodos da história de uma ou outra forma, ele deve distinguir o capitalismo moderno de suas formas antigas (...). Formas que existiram por toda a parte há milênios, mas que supõe uma ligação privilegiada com os agrupamentos políticos ou precisamente essa intrusão de relações assimétricas nas relações econômicas (...). Portanto, Weber exclui a disparidade e a dominação de sua definição do ideal-tipo do capitalismo moderno para distinguir o capitalismo moderno de suas formas antigas. (...) Weber, muito fiel a si mesmo, vê o capitalismo desenvolver-se sob a égide da honestidade, sob a multiplicação da troca entre equivalentes que excluem a intrusão das relações de força.". *Idem*, págs. 139, 140 e 155.

[121] Max Weber. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, pág. 4.

que o advento da modernidade encarna um sentido equalizador[122]. De certo modo, esse sentido equalizador estaria vinculado à concepção do *capitalismo moderno* como uma forma própria das *classes médias* que, sem poder lançar mão de qualquer poder arbitrário, tomam as condições do mercado (de preços etc.) e das normas formais racionalmente estabelecidas, como parâmetros restritivos exteriores capazes de balizar a conduta racional.[123]

Numa definição braudeliana de *capitalismo*, deve esfumaçar-se qualquer fronteira que pudesse distinguir o *capitalismo antigo* e o *moderno*, ou seja, a *violência direta* e o *capitalismo*, retirando, enfim, à modernidade o sentido equalizador. Ao contrário, essa camada diferenciada na esfera da circulação em que tal *capitalismo* se consubstancia seria o substrato material da reprodução de um círculo social absolutamente restrito de privilegiados no topo de uma determinada estrutura hierárquica, cuja conduta pauta-se pelo exercício do arbítrio. Nesses termos: *capitalismo é privilégio*. Portanto, não diz respeito às camadas médias da modernidade – puritanas ou não – submetidas a parâmetros econômicos e sociais dados, mas, sim, aos *grandes senhores* do comércio e da finança, capazes de manipular à revelia esses mesmos parâmetros – gente, numa expressão conhecida, "além do bem e do mal". Em suma: porquanto subtraia-se à modernidade o sentido equalizador, o *capitalismo* (contemporâneo ou não), constitui o substrato de uma estrutura hierárquica de dominação – e, pois, desigual – que reproduz, sem transfigurar-se, suas formas mais primitivas. Concretamente, essa condensação orgânica entre o "econômico" e o "político", tenderá a materializar-se de modo sistemático no entrelaçamento entre o *capital* e o Estado. Isso significa que a violência do capital se materializa, enfim, por meio da violência concentrada e pretensamente legítima do Estado: "será necessário dizer que, quer no Islão quer nos países cristãos, esses capitalistas são amigos do Príncipe e aliados ou exploradores do Estado?"[124].

Em suma: a problemática da acumulação *capitalista* combina-se com a da reprodução de estruturas sociais hierárquicas, em conexão com o domínio do Estado.

---

[122] Alexis de Tocqueville. *O antigo regime e a revolução*.

[123] É sintomático que uma tradição significativa da historiografia marxista pense a transição à modernidade sob o prisma de uma afirmação das classes médias. Dobb procura sublinhar nas origens da Revolução Industrial uma contraposição fundamental entre o grande capital mercantil e o capital industrial. Hobsbawm sustenta, de um lado, que a Revolução Industrial teria sido desencadeada por setores das classes médias excluídos dos negócios coloniais – banidas do linho e empurradas ao algodão – e, de outro, destaca o protagonismo das classes médias democráticas nas Revoluções Burguesas clássicas. Ver: Maurice Dobb. *A evolução do capitalismo*; Eric Hobsbawm. *As origens da Revolução Industrial*; *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*; *A era das revoluções*.

[124] Fernand Braudel. *A dinâmica do capitalismo*, pág. 64.

Nesse sentido, para Braudel, é necessário examinar o tema da racionalidade. Pois, seja na economia política, seja no enquadramento weberiano, o vínculo entre modernidade e equalização tende a corresponder a uma certa concepção de racionalidade que leva a tomar o "econômico", visto sob o prisma do mercado autorregulado, ou do chamado *capitalismo moderno*, como matriz do equilíbrio e do progresso material. No entanto, se o problema diz respeito ao nexo entre *meios* e *fins*, deverá haver múltiplas racionalidades, entre as quais, uma própria ao *capitalismo*. Para Braudel, novamente está em causa a separação no domínio econômico entre o que chama de *mercado* e *capitalismo*. Ao contrário da lógica no nível do mercado autorregulado, a racionalidade do monopólio *capitalista* não poderia coadunar privatismo e harmonia social, nem ser portadora do progresso. Com isso, Braudel faz esfumaçar o nexo entre modernidade e equalização – e, enfim, entre *capitalismo* e progresso.[125]

É justamente em torno das tensões entre uma superfície de equalização e um fundamento de dominação, que se desenvolve a *crítica da economia política*. Quanto à especificidade das formas burguesas de dominação, não é necessário retomar o exame do *capital em geral*, em particular a construção do conceito de *mais-valia*, por meio do que Marx demonstrou que a equivalência na superfície da circulação contém uma desigualdade essencial fundada na cisão entre produtores e condições de produção – uma tensão entre propriedade e expropriação. Com efeito, no momento da concreção do *capital em geral*, no curso do processo de acumulação, no movimento no qual o capital, como forma social da riqueza, converte-se objetivamente em sujeito e nega a sua própria substância – o trabalho vivo –, a tensão entre desenvolvimento da propriedade privada capitalista e expropriação tende a tornar-se mais aguda na mesma medida em que se desenvolvem as tendências à concentração e à centralização, e o predomínio da forma

[125] O fundamental no paradigma do *equilíbrio* é sustentar a existência de uma confluência entre as racionalidades privadas e a racionalidade do conjunto. Ou seja, que a busca da satisfação do interesse privado produza, por meio dos mecanismos do mercado autorregulado, a harmonia social – e, de certa forma, a equalização. Ao contrário, observar a *instabilidade constitutiva* da economia capitalista é demonstrar a cisão entre a racionalidade privada e a harmonia do conjunto. Ora, em última instância, quando Keynes descortina o problema da *preferência pela liquidez*, está demonstrando, efetivamente, que, diante da incerteza radical, a racionalidade privada – ou seja, a preferência pela liquidez – tem um conteúdo anti-social. Para Braudel, o equilíbrio é próprio do que chamou de *economia*, não do *capitalismo*. No que se refere ao *progresso*, a crítica retorna à problemática da acumulação. Nesse ponto, há uma cisão profunda entre Braudel e Marx. Isso porque, embora os dois pensem o "capitalismo" sob o prisma da acumulação sob a forma monetária – e mesmo Marx demonstre a tendência à autonomização da forma financeira –, é certo que em Marx, a reprodução do modo de produção capitalista significa também o desenvolvimento de forças produtivas que lhe sejam próprias. Mesmo a forma financeira autonomizada revela um nível de concentração e centralização do capital correspondente a níveis elevados de progresso técnico. Ora, em Braudel, a circulação é a órbita privilegiada do capital – e seu metabolismo é fundado no ganho mercantil. Isso explica porque nessa visão a fonte do progresso reside, não no nível do capitalismo, mas no da economia.

financeira, o que revelaria, enfim, o aprofundamento da contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação. Sendo, pois, constitutivas do capital, a dominação e a violência seriam potencializadas.[126] Isso poderia vir à superfície sob o predomínio da forma financeira, no momento de inflexão em que os processos de concentração e a centralização do capital ganham contornos qualitativamente distintos. No chamado "capitalismo monopolista" a luta contra a equalização da taxa de lucro, nos marcos de uma estrutura técnica profundamente desenvolvida e monopolizada, converte a violência própria do capital em violência direta – no neocolonialismo, guerras, crises etc. – e a democracia burguesa em plutocracia, numa simbiose entre uma burguesia rentista e o Estado.[127] Por certo, um entendimento da dominação e, no limite de seus desenvolvimentos, da violência direta como constitutivas do movimento do capital e, pois, da modernidade, pode ser a base para buscar pontos de confluência entre o materialismo hitórico e a visão braudeliana.

No entanto, essas confluências encontram limites definidos posto que *modo de produção* envolve uma *totalidade*, enquanto o conceito braudeliano de *capitalismo* refere-se a um *domínio circunscrito*. Como vimos, para Marx, o prisma da totalidade colocava como problema o capital preceder o modo de produção capitalista. Daí porque o estudo do capital mercantil dizia respeito às formas do capital e as potencialidades de desenvolvimento dessas mesmas formas em diferentes totalidades. Enfim, tratava-se de examinar os limites da forma mercantil, relativamente

[126] Karl Marx. *O Capital*. Não por outra razão, a consolidação do modo de produção capitalista verá a corrosão das velhas formas da democracia burguesa. À concentração e centralização do capital – da propriedade – corresponde uma centralização do poder que culmina, no momento crítico de diluição das tradições burguesas revolucionárias, no predomínio de uma burguesia conservadora e de um Estado burguês relativamente autônomo e, enfim, contraposto à sociedade. Ver: Karl Marx. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*; *Revolution and counter revolution*; *The civil war in France*.

[127] "(...) o capital financeiro não quer liberdade, mas dominação; não tem interesse pela autonomia do capital industrial, mas exige seu atrelamento; detesta a anarquia da concorrência e quer a organização, certamente apenas para poder retomar a concorrência numa escala mais alta. Mas para impor isso, para manter e ampliar sua superioridade, precisa do Estado que lhe assegure o mercado interno mediante a política aduaneira e de tarifa, que deve facilitar a conquista de mercado estrangeiros. Precisa de um estado politicamente poderoso que, na sua política comercial, não tenha necessidade de respeitar os interesses opostos de outros Estados. Necessita, em definitivo, de um Estado forte que faça valer seus interesses financeiros no exterior, que entegue seu poder político para extorquir dos Estados menores vantajosos contratos de fornecimento e tratados comerciais. Um Estado que possa intervir em toda a parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento para seu capital financeiro. O capital financeiro finalmente precisa de um Estado suficientemente forte para praticar uma política de expansão e poder incorporar novas colônias. (...) O postulado de uma política expansionista, porém, revoluciona toda a concepção de mundo da burguesia. Deixa de ser pacífica e humanitária. (...) O capital financeiro perdeu há muito tempo essa crença. Não acredita na harmonia dos interesses capitalistas; sabe, porém, que a luta pela de concorrência torna-se cada vez mais uma luta pelo poder político. O ideal de paz se desvanece; no lugar do ideal humanitário irrompe o ideal do poder e da força do Estado. (...) No lugar do ideal democrático de igualdade aparece o ideal oligárgico da dominação.". Rudolf Hilferding. *O capital financeiro*, págs. 314 e 315.

autonomizada nos marcos de diferentes estruturas, e o sentido de sua transfiguração na passagem ao modo de produção especificamente capitalista – de forma autonomizada para forma subordinada à reprodução do capital global. Sem conter em si o essencial do modo de produção capitalista, essas formas primitivas do capital poderiam, quando muito, constituir-se como uma força, vinculada a outras, no processo de gênese dessa mesma totalidade, digamos, "capitalista". Para Braudel, o problema é outro. *Se o conceito braudeliano de capitalismo faz esfumaçar a totalidade, fazendo estender sua temporalidade e espacialidade, nesse caso, não há sentido em distinguir uma forma especifica do capital, por exemplo, o capital mercantil: há somente, desde sempre, capital*. Mais que isso, o que Braudel chama de "topologia antiga" do capitalismo não pode reduzir-se, claro, a um momento da gênese de uma totalidade, numa então suposta transição ao "modo de produção capitalista"; será, sim, a chave para entender o *capitalismo* em si mesmo, e, nesses termos, posto que a esfera de domínio do capital tenderá a alargar-se com sua penetração na produção, a modernidade. Mas, mesmo depois da ruptura da Revolução Industrial, o *capitalismo* permaneceria como domínio circunscrito, em coexistência com outros domínios *não-capitalistas*. Quanto a isso, Braudel afirma que "(...) recusar admitir essa dicotomia da economia de ontem, a pretexto de que o "verdadeiro" capitalismo dataria do século XIX, é renunciar a compreender o significado, essencial para a análise desta economia, do que se poderia chamar a topologia antiga do capitalismo"[128].

> Às vezes, raramente, intervêm também grandes rupturas. A Revolução Industrial é uma, com certeza. Mas, com ou sem razão, defendo que através dessa grande mutação o capitalismo se manteve, no essencial, igual a si mesmo. Pois a regra, para ele e por natureza, não é manter-se pela própria mudança? (...) O erro seria imaginar o capitalismo como um desenvolvimento por fases em saltos sucessivos: capitalismo mercantil, capitalismo industrial, capitalismo financeiro... É claro, com progressão contínua de uma fase para outra, o "verdadeiro" capitalismo começando tarde com o domínio da produção. Antes dele só se deveria falar em capitalismo mercantil, até de pré-capitalismo (...) O leque mercantil, industrial, bancário, isto é, a coexistência de várias formas de capitalismo abre-se já em Florença no século XIII (...). No princípio do século XIX, o maquinismo decerto fez da produção industrial um setor de grande lucro e o capitalismo aderiu, portanto, maciçamente. Mas não ficará estacionado aí. (...) houve retorno ao capitalismo financeiro, ao banco, à especulação bolsista mais ativa do que nunca, ao grande comércio

[128] Fernand Braudel. *Civilização material...* Os jogos das trocas, pág. 207.

> internacional, aos lucros de uma exploração colonial, aos empréstimos ao Estado etc.[129]

Isso posto, a discussão deve caminhar no sentido de uma problematização da dinâmica do *capitalismo* frente aos outros *subconjuntos* do corpo econômico, ou seja, a *civilização material* e a *economia*, e frente a outros *conjuntos* da vida social, as *hierarquias*, o Estado e a cultura – naturalmente trata-se de uma "fragmentação artificial", como recurso de exposição, de dimensões que haveriam de ser consideradas simultaneamente. O sentido desses confrontos é prescrutar o jogo de estímulos e bloqueios que explicam as possibilidades de expansão do *capitalismo* na Europa, entre os séculos XV e XVIII.

Civilização material, economia e "capitalismo"

O "esquema tripartido" braudeliano é bem conhecido: o universo da *civilização material*, espaço de uma produção de subsistência ancestral; o nível da *economia*, das trocas reguladas nos termos dos mecanismos de livre mercado; e, no "piso superior", o nível do *capitalismo*, do poder discricionário dos monopólios mercantis.[130]

O sentido desse esquema deve ser considerado à luz da multiplicidade de temporalidades em que se consubstancia o tempo histórico e do significado, quanto a essas mesmas temporalidades, das diferentes dimensões constitutivas da ação humana.[131] Isso porque na demarcação dos limites das *estruturas* – dos "limites entre o possível e o impossível" numa determinada época – e da superfície das *conjunturas* seria necessário problematizar a espessura

[129] Fernand Braudel. *Civilização material...* O tempo do mundo, pág. 577.

[130] "(...) a dinstinção entre o que eu chamo 'economia' (ou economia de mercado) e 'capitalismo', não me parece uma característica nova, mas uma constante da Europa, desde a Idade Média. (...) é preciso acrescentar ao modelo pré-industrial um terceiro setor – o andar térreo da não-economia, espécie de humo onde o mercado lança suas raízes, mas sem o prender integralmente. Este andar térreo é enorme. Acima dele, a zona mais representativa da economia de mercado multiplica as ligações horizontais entre os diversos mercados; nela um certo automatismo liga habitualmente oferta, procura e preços. Finalmente, ao lado, ou melhor, acima desta camada, a zona do contramercado é o reino da esperteza e do direito do mais forte. É aí que se situa por excelência o domínio do capitalismo – ontem como hoje, antes como depois da Revolução Industrial.". Fernand Braudel. *Civilização material...* Os jogos das trocas, pág. 197.

[131] Jobson Arruda: "O império da história". "Assim, chegamos a uma decomposição da história em planos escalonados. Ou, se quisermos, à distinção, no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social, de um tempo individual. Ou se preferirmos ainda, à decomposição do homem num cortejo de personagens." Fernand Braudel. *Escritos sobre a história*, pág. 15.

de cada uma das camadas na conformação da topologia econômica, em toda sua densidade. Com efeito, o nível da civilização material é o espaço de um tempo lento, em que o homem, sem manifestar sua potência de sujeito transformador das condições de produção da vida, como sujeito da história, permanece sujeito a estruturas remotas sedimentadas na longa duração, reproduzindo-as, praticamente sem a mediação explícita da potencialidade criativa de sua própria consciência. Trata-se de um movimento posto desde "(...) fora da consciênca clara dos homens, que, nesse jogo, são muito menos atores do que agidos"[132]. Não por outra razão, Braudel esboça o limite entre o universo da *civilização material* e a *economia* – o mercado – como uma linha divisória, naturalmente imprecisa, entre "a rotina e a decisão consciente"[133]. No espaço da *economia*, muito embora os jogos das trocas remetam também a tempos remotos, toma corpo uma temporalidade mais dinâmica, em que as dimensões potencialmente criativas e transformadoras da ação do homem sobre a história e, portanto, a mediação de sua própria consciência, se revelam de modo mais agudo: "(...) a economia de mercado surge-nos como a ligação, o motor, zona apertada, mas viva, de onde brotam os estímulos, as forças vivas, as novidades, as iniciativas, as múltiplas tomadas de consciência, os fenômenos de crescimento, e, até, o progresso"[134]. A questão é que, diante de uma "dialética" que tomasse os homens como *sujeitos da história* e, ao mesmo tempo, *sujeitos às estruturas*[135] – "simultaneamente criativos e rotineiros" – Braudel procura sublinhar a centralidade das forças estruturais de *longa duração* como obstáculo à mudança. Em contraste, a circulação, embora também ancestral – e, a partir de certo momento, como veremos, o próprio *capitalismo* – constitui-se como um domínio mais dinâmico.

Naturalmente, portanto, as formas econômicas são vistas sob o prisma da *circulação*; seja para distinguir a *civilização material*, como universo de uma espécie de *economia natural*, seja para definir os níveis da *economia* ou do *capitalismo* como espaços da *economia monetizada* e *monetária*. Ora, a tripartição do corpo econômico nesses termos implica uma generalidade tal, que termina por obscurecer as especificidades das diversas formas sociais que historicamente

[132] Fernand Braudel. *A dinâmica do capitalismo*, pág. 14. "Tentei dar conta de tudo isso chamando-lhe de forma cômoda mas pouco exata, como acontece sempre com as palavras cuja significação é demasiado lata, *vida material*. Trata-se apenas, bem entendido, de uma parte da vida ativa dos homens, por natureza, simultaneamente criadores e rotineiros.". *Idem*, pág. 15.
[133] *Idem*, pág. 23.
[134] *Idem*, pág. 25.
[135] Perry Anderson. *Teoría, política y história*.

encontram-se subjacentes à cada um desses níveis – em particular, as formas de propriedade. Assim, o esquema tripartido pressupõe um jogo de temporalidades que tende a traspassar os limites históricos estabelecidos no enquadramento dos *modos de produção*. Nesse ponto, as mesmas discussões em torno das temporalidades do *capitalismo* braudeliano desdobram-se numa consideração sobre as temporalidades implícitas no próprio esquema tripartido, em seu conjunto, posto que, tanto quanto o *capital* – ou o *capitalismo* –, a "economia natural" e o mercado podem existir sob diversas formas sociais.[136]

Nessa dimensão, como dissemos, é necessário problematizar a órbita especificamente capitalista, não somente em seus próprios domínios, mas, também, à luz do jogo de estímulos e bloqueios implícitos em suas conexões com os outros níveis da topologia econômica, ou seja, com a *civilização material* e a *economia*. Trata-se, portanto, de dimensionar ou posicionar o *capitalismo* nos marcos do conjunto do esquema tripartido. Nesse sentido, desde logo, o quadro estrutural presente em todo o movimento da vida econômica entre os séculos XV e XVIII seria marcado pelo predomínio quantitativo do nível da *civilização material*. Noutros termos: o peso relativo do domínio *capitalista*, seja em face da *vida material* ou mesmo da *economia*, é rigorosamente limitado.

> O que me parece efetivamente primordial na economia pré-industrial é a coexistência da rigidez, das inércias e do peso de uma economia ainda elementar e dos movimentos limitados e minoritários, mas vivos e poderosos de um crescimento moderno. Por um lado, os camponeses nas aldeias, vivendo de uma forma quase autônoma, quase autárquica; por outro lado, uma economia de mercado e um capitalismo em expansão, que, como uma mancha de óleo, vão elaborando, pouco a pouco, e prefiguram já este mundo em que vivemos. Temos assim dois universos, pelo menos, dois tipos de vida alheios um ao outro, e cujas massas, no entanto, se explicam mutuamente.[137]

[136] Se isso é correto, cumpriria questionar os critérios de periodização que permitem demarcar o mundo entre os séculos XV e XVIII. A esse respeito, Alain Caillé é enfático ao afirmar que Braudel "(...) procura interpretar um 'período' que não foi precisado no início a não ser por limites cronológicos necessariamente arbitrários (...)". Alain Caillé: "A dominância do mercado". In Yves Lacoste. *Ler Braudel*, págs. 97 e 98. O problema da periodização não é trivial porque já condiciona a medida em que o período em causa poderá ser interpretado à luz da especificidade de sua própria dinâmica interna, ou, ao contrário, interpretado, sob um olhar retrospectivo, à luz da estrutura posterior, que dele resulta.

[137] Fernand Braudel. *A Dinâmica do capitalismo*, pág. 14.

No entanto, se é certo que a dinâmica do *capitalismo* engendra "movimentos limitados e minoritários", não obstante, esses mesmos movimentos "prefiguram" toda história subseqüente. Assim, essa forma de problematizar a temporalidade do *capitalismo* permite considerar esse domínio circunscrito, embora, entre os séculos XV e XVIII, quantitativamente restrito e praticamente alheio à reprodução da vida de grandes massas submersas na *vida material* e na *economia*, como uma força dinâmica que conduz às mudanças posteriores e, pois, à conformação, em certa medida, do mundo contemporâneo.[138]

Concretamente, os limites estruturais impostos pelo conjunto da topologia econômica, em particular, por força da espessura da *civilização material*, fazem restringir o raio do *capitalismo* praticamente à órbita da *circulação*. A entrada na *produção* é meramente circunstancial. Nesses marcos, a estrutura produtiva, tanto no campo, como nas cidades, presa a condicionantes de *longa duração*, originários da *civilização material*, não pode constituir-se como espaço para o lucro capitalista. Mais do que isso, o próprio domínio do capital na órbita *circulação*, até certo ponto, contribui para a reprodução dessa mesma estrutura, porquanto o lucro mercantil drena para si as possibilidades de acumulação da *produção*. Assim, entre os séculos XV e XVIII, o *capitalismo* estará "em casa" na *circulação*: na finança, no comércio de longa distância e na especulação monetária; e estará "em casa alheia" na *produção*: na terra e na "pré-indústria".

O pressuposto da diferenciação de um domínio capitalista no interior da esfera da circulação é o próprio desenvolvimento da vida mercantil, a própria expansão do mercado que,

[138] Numa crítica a esse passo, Alain Caillé procura sustentar que Braudel teria relegado a um plano secundário o entendimento do período em causa à luz de sua própria especificidade, em favor de um discurso, de certo modo, retrospectivo, construído a partir da dinâmica de uma estrutura posterior. Ou seja: se o capitalismo corresponde a um domínio limitado entre os séculos XV e XVIII, sua importância residiria, sobretudo, no fato de que viria tornar-se um domínio definitivamente proeminente a partir do século XIX, da Revolução Industrial. Braudel teria procurado "(...) comparar o presente do período não a seu presente propriamente, nem a seu passado, mas a seu futuro. Em outras palavras, com Braudel estamos diante de uma *história implicitamente retroditiva*, que decide sobre a importância relativa dos acontecimentos ou instituições em função do que ela conhece de seu futuro posterior e de sua significação atual. (...) Portanto, Braudel nos entrega essencialmente uma história retroditiva (...). Essa história, que se pretendia uma reconstituição sintética da economia mundial entre os séculos XV e XVIII, em sua essência não é senão a história de um grupo particular, dinâmico e portador do futuro talvez, mas bastante limitado (...)." Alain Caillé: "A dominância do mercado", págs. 98 e 111. Por tudo o que dissemos nos capítulos anteriores, concordamos quando Alain Caillé afirma que "(...) era essa a opção de Marx, baseada no postulado de que a anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macado" e que, no entanto, "Marx preocupava-se mais em esclarecer o capitalismo moderno do que em fazer história." *Idem*, pág. 98. Mas entedemos, de outro lado, que o capital sob a forma mercantil pode, sim, constituir-se como uma força dinâmica na transição do feudalismo ao capitalismo, contribuindo para conferir organicidade a uma sociedade compósita. Isso não seria, em si, anacrônico, desde que fosse problematizada a especificidade da *forma do capital*, inserida na construção da referida *totalidade*. O problema de Braudel seria menos o de sublinhar a dimensão do *capitalismo*, mesmo que circunscrita, do que a de abstrair o desenvolvimento das formas do capital justamente por diluir a totalidade.

posto que remonta à *longa duração*, é vista, quase em sentido smithiano, como um "(...) desenvolvimento *espontâneo* da vida econômica (...)"[139]. Dessa expansão surge uma espécie de divisão do trabalho mercantil, correspondente a consolidação de uma certa hierarquia nesse *subconjunto* específico da vida social, em que contrastam, num "piso inferior", um "proletariado mercantil" especializado, dedicado ao comércio local de mercadorias – à *economia* – e, no "topo", uma camada propriamente capitalista, nos termos já definidos, possuidora de um poder de monopólio, em especial, sobre a liquidez, que tende a transitar, sem especializar-se, entre as diversas linhas do comércio de longa distância, da especulação monetária e dos negócios bancários e financeiros. Esse movimento do capitalismo por si mesmo tende a fazer reproduzir a estrutura hierárquica porquanto o dinheiro, mais que um mero meio de troca, é um meio de garantir privilégios, em particular, como dissemos, o de partipar do jogo do crédito.[140]

Se, como vimos, o *capitalismo* se consubstancia na valorização da riqueza sob a forma monetária, nesse caso, o metabolismo do capital só poderá ser pleno se tiver como pressuposto e, mais que isso, como momento fundamental, o desenvolvimento de um sistema de crédito de modo a permitir que parte substancial da riqueza monetária existente possa entrar no circuito de valorização. Ou seja: que o dinheiro possa converter-se, de fato, em capital. Naturalmente, o monopólio sobre a liquidez face às barreiras à rotação do capital faz com que a finança seja espaço privilegiado para a exploração monopolista das diferenças de voltagens da vida mercantil. Quanto às potencialidades e limites do crédito, em particular dos bancos, entre os séculos XV e

[139] Fernand Braudel. *Civilização material...* Os jogos das trocas, pág. 336 (grifos nossos).

[140] É fundamental não perder de vista que a reprodução da dinâmica do *capitalismo* braudeliano é ao mesmo tempo a reprodução de uma hierarquia mercantil, como um estrato privilegiado, numa duração tal que permita um processo de acumulação sistemática. Nesse ponto, é necessário estabelecer um diálogo com a tese de Henri Pirenne, exposta no artigo clássico "The stages in the social history of capitalism". Aqui Pirenne procura sustentar que cada estágio no desenvolvimento capitalista corresponde ao predomínio, limitado no tempo, de um grupo específico de capitalistas. O momento de transição a um determinado estágio de desenvolvimento capitalista corresponde à ascensão de uma nova burguesia vinda de baixo, imbuída de um espírito de transformação da ordem, de traços liberais; a consolidação dessa mesma forma de desenvolvimento corresponde à consolidação econômica dessa mesma burguesia e, pois, a sua conversão para uma posição conservadora, de traços aristocráticos. Do mesmo modo, a transição a um estágio posterior corresponde ao declínio da burguesia aristocrática dominante e à ascensão de novos grupos burgueses liberais – e, assim, sucessivamente. Ver: Henri Pirenne: "The stages in the social history of capitalism". Ora, essa tese diluiria o caráter essencialmente hierárquico constitutivo do *capitalismo* no sentido braudeliano. Assim, em sua crítica a Pirenne, Braudel procura demonstrar que o próprio movimento do capitalismo contribui para reprodução da estrutura hierárquica que lhe é subjacente e, pois, para a cristalização do poder monopolista dos capitalistas, a ponto de permitir, ainda que sob formas variadas, uma acumulação sistemática e permanente. Mais do que isso: qualquer mudança na composição do "piso superior" não será, de modo geral, resultado da ascensão dos de baixo – para quem o capitalismo impõe-se como um estrato impermeável – mas, sim, da transmutação de camadas superiores, por vezes, originadas em outras hierarquias sociais.

XVIII, é certo que houve uma expansão dos negócios financeiros desde o século XI, chegando a um apogeu no século XVIII. Mas, de outro lado, essa expansão, nos marcos de uma economia caracterizada por uma profunda incerteza e por largos prazos de rotação do capital – sobretudo nos negócios à longa distância – é limitada por uma tendência estrutural ao entesouramento, à esterilização da riqueza monetária, dos metais.[141] Claro que, mesmo dentro desses limites, é possível dizer que a expansão financeira esteve no centro dinâmico da economia mundial, vinculando suas partes constitutivas e ditando-lhe o ritmo.

Ao mesmo tempo, novamente, se o *capitalismo* tem como pressuposto a mercantilização e se consubstancia na valorização da riqueza monetária, terá, como outra esfera privilegiada, o comércio de longa distância. Aqui, as necessidades de volumes vultosos de capital diante de barreiras materiais à circulação e, pois, à rotação, num marco de incerteza estrutural, bem como os obstáculos materiais para o conhecimento das condições de troca, e, por fim e em virtude de tudo isso, as necessidades de vínculos estreitos com o Estado, fazem desse comércio um espaço para a exploração monopolista de diferenças de voltagens. Novamente, essa exploração encontra limites na economia entre os séculos XV e XVIII. De um ponto de vista estritamente quantitativo é possível dizer que esse comércio tem peso reduzido em relação ao comércio local e, sobretudo à espessura da *vida material*. Mas, como vimos, o minoritário pode ser, ao mesmo tempo, o mais dinâmico, o que conduz às transformações posteriores: "tal como hoje, as decisões históricas do passado não são tomadas segundo as normas racionais do sufrágio universal", portanto, é possível que "(...) o fato minoritário possa prevalecer sobre o majoritário"[142]. Desde logo, esse comércio ocupa uma posição estratégica no corpo econômico, comandando uma vasta circulação de matérias-primas e de produtos finais, vinculando diversas partes do conjunto da economia, em

[141] "Devemos, pois, evitar considerar a poupança e a acumulação como fenômenos puramente quantitativos, como se determinada taxa de poupança ou determinado volume de acumulação fossem, de algum modo, dotados do poder de desencadear quase automaticamente o investimento criador de nova taxa de crescimento. As coisas são mais complicadas. Cada sociedade tem suas maneiras de poupar, suas maneiras de gastar, seus preconceitos, seus incentivos ou seus entraves ao investimento.". Fernand Braudel. *Civilização material...* Os jogos das trocas, pág. 352. Aqui, desde que observados os riscos de anacronismo, o diálogo com Keynes é evidente. Numa economia monetária, a incerteza radical potencializa a "preferência pela liquidez" o que, através da mediação das taxas de juros, constitui uma barreira para a conversão do dinheiro em capital e, pois, para sua reintrodução nos circuitos de valorização. Nesse nível, o *capitalismo* braudeliano conflui para uma noção keynesiana de "economia monetária". Não por outra razão, à luz dessa tensão entre valorização e entesouramento (leia-se, "preferência pela liquidez"), Braudel aponta o desenvolvimento mercantil entre os séculos XV e XVIII, apesar do entesouramento, identificando tendências ao declínio das taxas de juros, pelo menos nos centros nervosos do sistema. Ver John M. Keynes. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*; e Dudley Dillard. *A teoria econômica de John Maynard Keynes.*

[142] Fernand Braudel. *Civilização material...* Os jogos das trocas, pág. 356.

particular, fomentando a vitalidade da economia urbana, explorando-lhes as diferença de voltagens e, com isso, representa um poder de concentração de riqueza e de capitais em contraste com a pulverização da riqueza no vasto pequeno comércio local. Essa concentração permite movimentos de valorização mais violentos o que potencializa o processo de acumulação e, enfim, realimenta o próprio circuito mercantil. Ora, se, como vimos, isso decorre justamente do monopólio, que por princípio é privilégio de um círculo restrito, é compreensível que o setor de maior potencialidade de concentração e acumulação seja, nesse período, quantitativamente minoritário. Mas, uma vez concentrada e mobilizada em setores estratégicos, essa riqueza, no conjunto menor, do ponto de vista dinâmico e à luz das tranformações posteriores, teria um significado qualitativo mais decisivo – isso é compreensível posto que as grandes massas imersas na *vida material* estão fora dos nexos mercantis e que, sobre essa base, os lucros do pequeno comércio são rarefeitos, com baixo potencial de acumulação.[143]

Enfim, se o *capitalismo* reside nos circuitos financeiros e no comércio de longa distância, que trazem a necessidade de manipulação de diversos meios circulantes, seria um desdobramento imediato que o capital se enredasse no jogo da especulação monetária. Por suposto, a forma monetária não é neutra, sobretudo no sistema bimetalista ou trimetalista, em que os movimentos de abundância ou escassez dos metais, uns em relação aos outros, produzem constantes flutuações, em particular quanto ao ouro e à prata, permitindo ganhos especulativos. Novamente,

[143] O comércio de longa distância encontra seu pleno desenvolvimento na forma das *sociedades* e, sobretudo, das *companhias*. O surgimento de formas progressivamente sofisticadas de organização das *sociedades* correspondem à necessidade de dar conta de negócios cada vez mais complexos, que implicam em maior concentração e maior poder de drenagem de capitais. Assim, às formas mais elementares da associação temporária de dois comerciantes para a realização de um único negócio ("sociedades gerais") e às associações permanentes de caráter familial ("sociedades em comandita"), somam-se as "sociedades por ação" organizadas por um mercado autônomo de papéis. Contudo, a inflexão qualitativa reside no desenvolvimento das *companhias*. Aqui, está em causa, não só um capitalismo vigoroso, que envolve comércio de longa distância e sistemas de crédito vultuosos, como vínculos estreitos com o Estado. O sistema de privilégios garante o domínio monopolista de vastas zonas de comércio de longa distância a um círculo restrito de grandes blocos de capital, em luta uns contra os outros, que, em contrapartida, contribuem decisivamente para fortalecer as monarquias em formação, também em suas lutas, umas contras as outras, e, em particular, para sustentar, por mecanismos fiscais, os déficits públicos. Trata-se de um processo típico de uma forma reprodução da riqueza criada pelos lucros da circulação – daí porque esse arranjo só funciona plenamente porquanto a força do Estado não sufoque a hierarquia mercantil e, pois, os lucros comerciais. Dentre as experiências mais emblemáticas, destacam-se as *companhias* holandesas e inglesas, cujos negócios centrais orientavam-se para o espaço asiático. Aqui fica evidente o caráter monopolista e parasitário desse tipo de empresa, pois que, nas formações orientais o domínio se faz por força de uma sobreposição a estruturas há muito consolidadas, o que permite explorar as linhas mercantis – mesmo do próprio comércio interno oriental – sem a necessidade de criar novas estrutras socioeconômicas. O contraste é oferecido por grande parte da colonização americana: "Em vez de criar, como na América, a Europa explora e capta no Extremo-Oriente o que está solidamente construído. Sua prata permite, por si só, forçar as portas da casa." *Idem*, pág. 395.

o fundamento da especulação é um determinado monopólio: conhecer e poder manipular os próprios meandros dos jogos monetários, as diferenças de voltagens entre espaços distantes e entre diversas conjunturas. E, naturalmente, o pressuposto disso seria um monopolio prévio da liquidez, nesse caso, a possibilidade de mobilizar diferentes formas de riqueza, o ouro, a prata etc.[144] "Seja como for, está demonstrado que a moeda não é o fluido neutro de que os economistas ainda falam. A moeda, maravilha da troca, sim, mas também embuste a serviço dos privilégios"[145].

Nesse universo pré-industrial, a órbita da *circulação*, mais propriamente, os circuitos financeiros, o comércio de longa distância, de que é indissociável o próprio sistema colonial, e a especulação monetária seriam, portanto, pólos de atração do capital. Em menor medida e sempre de modo superficial, o capital poderia transboradar para a órbita da *produção*. Mas aqui, como dissemos, estaria limitado pelo peso das estruturas de *longa duração*, em especial, da *civilização material*. No campo, o *capitalismo* se choca contra a base de uma "economia natural" ou com estruturas hierárquicas senhoriais; na "pré-indústria", contra os limites da divisão do trabalho e, em virtude disso, por conta da própria fraglidade da estrura técnica, contra a precariedade do capital fixo, que embaraça a lucratividade das inversões produtivas.

No primeiro caso, a terra torna-se objeto do capital. Isso pode ocorrer desde dentro da própria estrutura, se o senhor ou o camponês enriquecido tornam-se capitalistas, ou desde fora, se capitalistas adquirem direitos de propriedade. De todo o modo, esse movimento representa uma fissura pela qual o universo rural vincula-se, de uma forma ou de outra, ao mercado. No entanto, isso não significa que, a partir daí, o capital transforma a estrutura preexistente nos termos de uma forma propriamente capitalista. De um lado, como mecanismo de passagem de uma estrutura hierárquica a outra, a conversão do capital à terra pode significar, para esse estrato da burguesia mercantil, uma possibilidade de entrar, tanto quanto possível, no universo senhorial ou nobiliárquico, por meio da obtenção do direito a uma renda em moldes tradicionais. De outro, considerando um cálculo estritamente econômico, pode ser tão somente um meio de preservar o valor da riqueza – a terra como "reserva de valor", não obstante a pouca liquidez – ou, mais que

[144] Aos de baixo, é vedado o acesso aos metais, a não ser o cobre e as moedas de bilhão (cobre com porções de prata). A esse respeito cabe observar que o cobre – a "reserva de valor" dos pobres – sofre constante desvalorização entre os séculos XV e XVIII. Porquanto isso possa significar constantes descompassos entre os preços e os salários – em prejuízo dos salários – temos, pois, como contrapartida dos ganhos com a especulação monetária dos grandes, a expropriação dos de baixo, como mecanismo bem típico da acumulação primitiva.
[145] *Idem*, pág. 376.

isso, um modo de obter ganhos patrimoniais que permitissem um maior acesso ao crédito. Em nenhum desses casos, no entanto, o capital tende a converter a estrutura da terra no sentido de uma exploração tipicamente capitalista.

Os limites a essa transformação, então marginal, residem no peso da *vida material*. No entanto, embora, como vimos, o esquema tripartido terminasse por obscurecer a dimensão das formas especificas da produção, os limites impostos pela *vida material* ao capital são vistos sob o prisma da resistência de uma hierarquia senhorial fundada sobre uma massa camponesa; ou seja: sob o prisma daquilo que talvez se pudesse chamar, fazendo reverberar de um modo particular a problemática marxista da transição – desde que consideradas mediações que dessem conta da complexidade conceitual – de *formas feudais*. De outro ângulo, para Braudel, o capital só pode transformar a estrutura da terra no sentido de uma exploração propriamente capitalista sob a condição da dissolução das formas medievais, ou seja, do regime senhorial e das liberdades camponesas, em particular sobre as terras comunais. As condições para o capitalismo são "difíceis de realizar (...) porque não se entra nos campos conforme se quer, porque a superestrutura senhorial é uma realidade perene, resistente, e sobretudo porque o universo camponês costuma se opor à inovação"[146].

Nesse movimento, Braudel procura conferir especificidade à forma concreta da *vida material* e, com isso, captar as mudanças e resistências que operam no nível das estruturas.[147] Quanto às mudanças, entre outras, parece central a tendência à comutação e, sobretudo, à dissolução da servidão: "toda longa duração se interrompe mais dia menos dia, nunca de uma vez, nunca em sua totalidade, mas surgem fraturas"; entre as quais, "é decisivo que a liberdade camponesa caminhe através de uma certa Europa como uma epidemia (...) tudo isso é decisivo: uma única destas reviravoltas altera em profundidade a situação de milhares de homens"[148]. A

[146] *Idem*, págs. 218 e 219.

[147] "Há mil maneiras de ser camponês, mil maneiras de ser miserável. (...) Mas o mundo também se chama diversidade. Há o solo, há o clima, há as culturas, há as 'variações' da história, as escolhas antigas; e *há também o estatuto da propriedade e das pessoas*. *Os camponeses podem ser escravos, servos, foreiros livres, meeiros, rendeiros*; podem depender da Igreja, do rei, de grandes senhores, de fidalgos de segunda ou terceiras ordem, de grandes rendeiros. E, *todas as vezes seu estatuto pessoal se revela diferente*.". *Idem*, pág. 222. (grifos nossos).

[148] *Idem*, pág. 223. Sem desenvolver o tema, Braudel parece conferir centralidade às cidades e ao mercado, sobretudo à usura, como solventes do equilíbrio da estrutura senhorial – dando a impressão de que o que está em causa é a transposição de certas massas submersas na *civilização material* para o mundo da *economia*. Isso é particularmente importante porquanto Braudel, embora, insistimos permanecendo fora das problemáticas que envolvem o conceito de "modo de produção", parece identificar "sistema feudal" a "economia natural", o que dilui a centralidade da servidão. Assim, pode por exemplo, definir o mundo da segunda servidão como uma conexão entre

fratura mais definitiva ocorre, naturalmente, na Inglaterra, que produziu a destruição total do sistema senhorial, com a dissolução dos direitos feudais e da servidão e com a consolidação da propriedade moderna, abrindo campos para uma divisão vertical do trabalho, materializada nos sistemas de arrendamentos a capitalistas e, enfim, na generalização do salariato. Somente aqui, o capital pode penetrar na terra a ponto de transformar as estruturas no sentido de uma exploração propriamente capitalista. No entanto, fora dali, entre os séculos XV e XVIII, a maior parte da terra está sob um regime senhorial de poucas mudanças – além de uma "periferia européia", em que o sistema permanece intacto. Enfim, nesse momento o regime senhorial ainda funciona como um sustentáculo da ordem social.[149]

Na "pré-indústria", o capital enfrenta o peso da *vida material* sobre a divisão do trabalho e a estrutura técnica. Entre as diversas formas de organização da indústria da época[150], é preciso observar a vigência de um vasto artesanato rural voltado para o autoconsumo. Com efeito, entre os séculos XII e XVIII, o que ocorre é uma oscilação entre momentos de diferenciação de uma indústria urbana e momentos de recuos para o artesanato rural, como zona de resistência face a conjunturas, sobretudo de preços e salários, desfavoráveis. Assim, de início, a "pré-indústria" se afirma em espaços marginais. Nesses marcos restritos, o capital estará presente, sobretudo, nas

---

o regime senhorial de base servil e o capitalismo, dizendo a respeito dela que "não é um sistema feudal, uma vez que, longe de ser uma economia mas ou menos auto-suficiente, se trata de um sistema em que (...) o senhor procura (...) aumentar as quantidades de trigo comercializáveis". *Idem*, pág. 236. Faz ecoar, em certa medida, as teses clássicas de Henri Pirenne. Ver: Henri Pirenne. *História econômica e social da Idade Média*.

[149] São exemplos típicos as diversas combinações em que o capital se entrelaça com o regime senhorial na Europa Ocidental, ou com a chamada segunda servidão na Europa Oriental, ou mesmo com a escravidão nas plantagens escravistas e mercantis da América, sem entrar diretamente na produção. As fazendas escravistas da América "(...) são criações capitalistas por excelência: o dinheiro, o crédito, os tráficos, as trocas ligam-nas à margem oriental do oceano. É de Sevilha, de Cádiz, de Bordeaux, de Nantes, de Rouen, e Amsterdam, de Bristol, de Liverpool, de Londres que tudo é controlado à distância. (...) Com efeito, como o *Exclusif* impede as ilhas de negociar com o estrangeiro, estas ficam à mercê do monopólio metropolitano. (...) Todavia o item mais importante deste ponto de vista continua a ser, efetivamente, o item financeiro, o pagamento dos juros e o reembolso dos empréstimos.". Fernand Braudel. *Civilização material...* Os jogos das trocas, pág. 241.

[150] Braudel destaca as formas coetâneas das "oficinas familiares": unidades diminutas e pulverizadas, restritas ao comércio local; "fábricas disseminadas": unidades pulverizadas mas vinculadas entre si e a mercados mais distantes pelo mercador; "fábricas aglomeradas": unidades maiores que concentram no mesmo espaço uma divisão do trabalho (manufatura). Claro que, quanto à espacialidade dessas experiências, é necessário observar que, se as "oficinas familiares" ou as "fábricas disseminadas" são tipos mais ou menos generalizados, a África e a América – embora os engenhos de açúcar sejam uma espécie de "fábrica aglomerada" ou "manufatura", nesse sentido restrito – são privadas, por força de monopólios mercantis metropolianos, de um vasto universo de produção artesanal, tal como o que subsiste, na base do corpo econômico, na Europa. De outro lado, se este vasto artesanato, organizado como "fábricas disseminadas", existe no Oriente, em particular na Índia e na China, o excesso de trabalhadores móveis tornariam desnecessárias as "fábricas aglomeradas", bem como progressos na estrutura técnica. Enfim, mesmo na Europa, em que se encontram os três primeiros tipos entre os séculos XV e XVIII, isso não significa, por si só, a necessidade imediata de surgimento das "fábricas", propriamente ditas, o que só viria ocorrer no século XIX.

formas do "trabalho a domicílio" – *putting out system* ou *verlagsystem*. As diversas unidades do trabalho doméstico produzidas no curso da diferenciação do sistema corporativo, enredam-se nas teias do capital mercantil, vinculando-se entre si e, por fim, ao comércio de longa distância. "O trabalho a domicílio redunda assim em redes de oficinas corporativas ou familiares, ligadas entre si pela organização mercantil que as anima e as domina. (...) As redes do sistema são as primeiras características inegáveis de um capitalismo mercantil cujo intuito é dominar, e não transformar a produção artesanal. Na verdade, o que mais lhe interessa é a venda"[151]. No entanto, quando se considera a forma da manufatura[152], o sistema doméstico passa a ser parte de uma articulação mais vasta. Isso porque a manufatura constitui-se essencialmente como concentração do trabalho artesanal, mas também estende seus raios a produtores a domicílio, urbanos ou rurais. Em geral, a manufatura concentra as etapas finais de uma cadeia produtiva constituída em grande medida por trabalhadores domésticos. O controle das etapas finais é estratégico para o capital, de um lado, porque envolvem uma estrutura técnica que pressupõe certa concentração, permitindo mais espaço à monopolização, de outro, porque garante o domínio sobre o momento posterior, da circulação. Enfim, a utilização do sistema doméstico permite explorar diferenças de salários e manipular de modo mais imediato o número de trabalhadores e, com isso, o custo de produção face às variações da procura. Na verdade, esse vínculo com trabaho a domicílio denota a fragilidade da estrutura da manufatura. Não por outra razão, permenecerá como uma experiência, embora progressista, quantitativamente restrita, cujo desenvolvimento dependerá essencialmente do suporte do Estado mercantilista – novamente, o vínculo entre capital e Estado. "E a cota-parte modesta da produção manufatureira prova mesmo assim uma coisa: as dificuldades encontradas pela pré-indústria no contexto em que se desenvolve. É para romper esse círculo que o Estado mercantilista intervém tantas vezes; que financia e conduz uma política nacional de industrialização"[153].

---

[151] *Idem*, págs. 277 e 280.

[152] Aqui, manufatura é definida, não em termos das relações de produção, mas do ponto de vista da concentração e divisão do trabalho artesanal. "Em geral, na Europa central, as manufaturas recrutam muitas vezes trabalhadores entre os servos camponeses (…), o que prova de passagem, uma vez mais, que uma forma técnica se mostra indiferente ao contexto social que encontra. Aliás, no Ocidente, também há esse trabalho escravo, ou quase, uma vez que certas manufaturas utilizam a mão-de-obra das *workhouses*, das casas onde são presos os ociosos e os delinqüentes, os criminosos, os órfãos.". *Idem*, pág. 288.

[153] *Idem*, pág. 290. Além do sistema doméstico e da manufatura, cumpriria citar o domínio do capital sobre a produção mineira – na Europa ou na América. A passagem da extração para camadas geológicas mais profundas, exige concentração o que abre espaço para uma exploração capitalista monopolista – no mais das vezes, dadas as necessidades de mobilização do capital, por meio de empresas por ações. Nessas explorações, o capital chega à

Uma dificuldade, em particular, que também remete a estruturas de *longa duração*, reside nos sistemas de transporte – também, uma espécie de indústria. Aqui, novamente, sobre uma estrutura técnica precária, o capital não domina plenamente, a não ser os circuitos mais lucrativos, em especial do transporte marítimo. Nesses marcos, não ocorre a diferenciação de um setor de fretes. É certo que o transporte terrestre, por organizar-se em torno do comércio local, sobre um trabalho quase sempre eventual de camponeses, ou, por vezes, de pequenos empresários, mobiliza, quantitativamente, um volume maior de circulação. Mas nessa esfera os lucros são reduzidos por força de uma profunda concorrência, preservada, em última instância, em benefício do lucro mercantil do comércio – o que parece uma forma indireta de drenagem do capital em favor da órbita da *circulação*. De outro lado, no transporte fluvial, onde a estrutura técnica é mais elaborada, a concorrência cede lugar a resistência de uma estrutura corporativa pouco diferenciada. Quanto ao transporte marítimo, coexistem diversas formas que expressam diferentes níveis de concentração de capital.[154] No limite, viria desenvolver-se um sistema de propriedade de navios por ações, potencializado pelo mecanismo do empréstimo de *câmbio marítimo*, em que o capitalista empresta ao navegador a juros (em geral, empréstimos segurados) a serem deduzidos do lucro da operação mercantil, quase sempre no comércio de longa distância. Esse é o espaço do grande capital que, do ponto de vista do capitalista, permite uma operação meramente financeira.

Nesse quadro, de lucros relativamente reduzidos, o domínio do capital sobre a indústria será limitado. E, pode-se dizer que esses limites são constantemente repostos porque, justamente por isso, o capital tende a permanecer na circulação o que faz drenar as fontes de dinheiro que poderíam ser postos à disposição do investimento industrial, ao mesmo tempo em que potencializa, por conta mesmo do monopólio da liquidez e do controle dos mercados de longa distância, a exploração sobre a "pré-indústria" por parte dos financistas e comerciantes, enfim, do capital mercantil: "(...) o lucro, o ganho do mercador todo-poderoso, corrói continuamente o

---

permitir uma generalização do salariato – na Europa, claro. No entanto, nas conjunturas em que prevalece a força dos "rendimentos decrescentes", o capital deixa a produção ao Estado e passa a monopolizar a circulação – distribuição, comercialização. Contudo, é necessário observar, em vista do que será a Revolução Industrial, que, entre os séculos XV e XVIII, o capital terá dificuldades de dominar as minas de ferro e carvão.

[154] O "piso inferior" funciona como o transporte terrestre camponês, a exemplo da *gestão per loca*, caso de navios que pertencem a usuários, que embarcam suas mercadorias, dividindo os custos e mesmo as terefas de navegação. Como desenvolvimento dessa forma, no caso de navios de estrutura técnica mais complexa, a *gestão per loca* dá lugar à *gestão per partes*, em que o navio pertence não mais a usuários, mas a acionistas.

'capitalismo' industrial"[155]. Concretamente, esses limites surgirão como descompassos derivados da falta de sinergia entre os diversos setores, o que reverbera em gargalos estruturais quanto a matérias-primas, trabalhadores, fragilidade da estrutura técnica, energia, crédito, mercados etc. As experiências serão localizadas e circunstanciais, expressando um padrão estruturalmente instável, em que expansões e declínios sucessivos, seja na dimensão dos diferentes ramos da produção, seja na dimensão das diferentes economias nacionais, demonstram a impossibilidade de um verdadeiro sistema industral. Diante disso, os limites são repostos: o capital permanece na superfície e realiza sua tendência à mobilidade, empreendendo uma exploração temporária em cada onda sucessiva, sem fixar-se definitivamente na órbita da produção.

Hierarquias, Estados e civilização

O último passo procura situar domínio circunscrito do capitalismo em suas conexões com o conjunto das esferas da existência, mais propriamente, com o "sociológico" ou as hierarquias sociais, o "político", em particular o Estado, e o "cultural" ou as estruturas civilizacionais. Nesse ponto entra em causa uma outra dimensão dos jogos de estímulos e bloqueios que, a partir de um determinado momento e espaço, permitem a expansão – o "triunfo", na expressão de Braudel – do *capitalismo*. Posto que o domínio do *capitalismo* braudeliano constituti uma potência em estado latente que traspassa a história na longa duração, em diversos espaços, enfim, em diversas estruturas sociais, o problema da modernidade, como vimos, reside, *não na transição a uma nova totalidade histórica, mas, sim, nas forças que permitem o alargamento dos horizontes desse domínio especificamente capitalista, naturalmente entre os séculos XV e XVIII, precisamente na Europa. Enfim, trata-se de problematizar os estímulos e bloqueios sociológicos, políticos e culturais que explicam o "triunfo" do capitalismo na Europa ou, reversamente, seus limites praticamente intransponíveis fora dela – à exceção do Japão*.[156] Basicamente, o problema reside

[155] *Idem*, pág. 300.

[156] Notemos entretanto que, posto que a própria expansão ou triunfo do capitalismo caminha no sentido da construção de um sistema mundial, que põe em choque as diferentes hierarquias, sistemas políticos e estruturas civilizacionais e, com isso termina por ser ele mesmo – o próprio sistema – uma força decisiva tanto como estímulo ao capitalismo europeu quanto como limite ao capitalismo nos pólos subordinados, o estudo da expansão do capitalismo só pode completar-se com uma discussão em torno do próprio sistema mundial. Isso será feito na próxima parte.

em discutir a medida em que a estrutura da sociedade como *conjunto de conjuntos*, nas tensões e entrelaçamentos de suas partes constitutivas, pode criar espaço para o desenvolvimento de uma hierarquia especificamente mercantil, capaz de acumular riqueza monetária de um modo permenente e sistemático.

No plano das hierarquias sociais, a sociedade tradicional européia caracteriza-se por uma combinação peculiar entre uma restrita mobilidade em favor de camadas superiores de uma hierarquia especificamente mercantil, naturalmente, tendo como pressuposto um processo estrutural de mercantilização, e uma estrutura de preservação de privilégios. Com efeito, se era possível para uma camada privilegiada de capitalistas ascender, ou mesmo penetrar nos estratos senhoriais ou nobiliárquicos por meio da compra de terras ou de títulos ou, enfim, entrar nas burocracias monárquicas por meio da compra de cargos, ao mesmo tempo, essa estrutura barrava qualquer possibilidade de ascensão dos de baixo. Assim, as conjunturas de expansão da base econômica como as dos séculos XVI e XVIII, possibilitam a mobilidade em favor dos círculos de capitalistas privilegiados – naturalmente, os momentos de reversão, como no século XVII, correspondem a barreiras à mobilidade e agudização da concentração da riqueza e do poder.[157] Como contrapartida dessa mobilidade restrita no topo, impera a violência direta e o predomínio ideológico sobre os de baixo. Apesar da recorrência, as revoltas camponesas e, em menor medida, de trabalhadores urbanos, serão sempre esmagadas.[158] São movimentos dispersos, sufocados por um Estado progressivamente centralizado, que não têm condições de produzir fraturas profundas nas estruras de privilégios, em particular, dos privilégios mercantis – aqui, um horizonte ideológico que conduz a luta social contra os provilégios nobiliárquicos, obscurecendo a estrutura de privilégios mercantis, joga em favor da burguesia. Ademais, a sombra permanente

[157] Nesse ponto torna-se decisiva a crítica à tese dos "estágios do capitalismo" de Henri Pirenne a que nos referimos. Para Braudel, é fundamental sublinhar a estabilidade da estrutura hierárquica, mesmo diante da mobilidade – sempre limitada – para explicar as possibilidades de uma acumulação monopolista sistemática. Mais do que isso, o trânsito da burguesia mercantil a formas rentistas de valorização que, nesse caso, podem confluir, até certo ponto, no sentido de sua absorção numa hirarquia senhorial ou nobiliárquica – como vimos nos casos das compras de terras por grandes mercadores – significam, não uma transfiguração da burguesia e um distanciamento da dinâmica do capitalismo que abrisse portas a novos burgueses de espirito liberal, mas sim, expressam a própria mobilidade e volubilidade do capital e, pois, nos termos braudelianos, do *capitalismo*. Ver Henri Pirenne: "The stages in the social history of capitalism".

[158] Notemos que em Braudel, a *luta de classes*, de fato, existe; mas muito mais como ocorrência lateral do que como motor da história. É sintomático como fica em segundo plano o efeito das revoltas camponesas sobre o processo de dissolução da servidão na Europa ocidental. A isso, Braudel dedica menos que uma linha: "(...) a supressão dos direitos feudais não foi um presente irrisório.". Fernand Braudel. *Civilização material...* Os jogos das trocas, pág. 443.

de uma massa de miseráveis funciona como um elemento de contrangimento da luta de camponeses e trabalhadores urbanos.

No plano das estruturas do Estado, o truinfo do capitalismo moderno significa uma primazia do "econômico" na dimensão do espaço mundial sobre as estruturas políticas. Se o mundo medieval caracteriza-se por uma composição entre poderes locais autônomos, como senhorios, cidades, estados provinciais, que Perry Anderson definiu nos termos de uma "fragmentação da soberenia"[159], e o poder universal esclesiástico, a modernidade européia significa o sufocamento dos poderes locais, e, ao mesmo tempo, as derrotas definitivas das tentativas de reconstrução da unidade da Cristandade.[160] As monarquias modernas, matrizes do Estado nacional, se consolidam por essa fratura entre o "local" e o "universal", como um poder, nesse sentido, intermediário – como uma nova forma de concretizar as mesmas funções clássicas: monopólio da violência e preservação das estruturas hierárquicas; organização da economia, em particular da tributação e do sistema monetário; preservação das estruturas civilizacionais ou culturais. O quadro do mundo moderno será o de tensões e entrelaçamentos entre uma primazia do "econômico" no plano mundial organizado pelo próprio capital e um sistema de poder "político" no plano de matrizes nacionais organizadas pelo Estado. Essa seria uma especificidade da Europa subjacente à expansão do *capitalismo*. No Oriente, a solidez do domínio do Estado imperial sufoca as possibilidades de primazia do "econômico" e, pois, do *capitalismo*.

> A evolução, porém, não vai até o fim: nem a Espanha de Carlos V, nem a de Filipe II, nem a França de Luís XIV, que se quer imperial, conseguem recriar e confiscar em seu proveito a antiga unidade da Cristandade. Para esta, a monarquia é um chapéu que, decidimente, já não lhe cai bem. Todas as tentativas são frustradas, uma após outra. Será que está velho demais o jogo praticado por essas políticas ofuscantes de ostentação? É chegada a hora das primazias econômicas, cuja realidade discreta ainda escapa ao olhar dos contemporâneos. Aquilo que Carlos V não consegue – tomar a Europa –, a Antuérpia obtém com maior naturalidade. Onde Luís XIV falha, a minúscula Holanda triunfa: ela é o coração do universo. Entre o jogo velho e novo, a Europa escolhe o segundo ou, mais precisamente, este impõe-se-lhe. O resto do mundo, pelo contrário, continua a baralhar suas velhas cartas: o Império dos turcos osmanlis, vindo do fundo da história, repete o Império dos turcos seljúcidas; o

[159] Perry Anderson. *Passagens da antigüidade ao feudalismo*.
[160] Fernand Braudel. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*.

> Grão-Mogol aproveita a mobília do sultanato de Delhi; a China dos manchus continua a China dos Ming, à qual abateu selvaticamente. Só a Europa inova politicamente, e não só politicamente.[161]

Em síntese, para Braudel, o Estado ocidental é uma estrutura "inacabada". Não chega a dominar tudo. De certa forma, constitui-se como uma hierarquia específica, entre outras, que tem paralelismos com a hierarquia mercantil. Assim, do mesmo modo como no corpo "econômico" o *capitalismo* constitui-se como um domínio circunscrito face a um *não-capitalismo*, no corpo "político" o Estado conforma-se como uma estrutura de poder que procura sobrepor-se a velhas estruturas senhoriais ou eclesiásticas remanescentes. Dito de outra forma: o *poder* é mais vasto que o Estado; é a cadeia de vínculos entre hierarquias políticas, econômicas, sociais e culturais, em que o Estado constitui um entre outros elos, por vezes o fundamental.[162]

Mas esse processo significa uma subversão da base material do poder. Pois, se as estruturas do poder tradicional fundavam-se na propriedade dos próprios senhores, príncipes ou da própria Igreja, o Estado terá necessidade de fundar-se e, no limite, exercer monopólio, sobre a circulação de riqueza do conjunto da sociedade – impondo a moeda, a tributação, a justiça etc. Nesse movimento, constitui-se um dos nexos essenciais entre o capital e o Estado. Quanto a isso, há dois processos fundamentais: o circuito do endividamento público e o mercantilismo. A expansão do Estado choca-se contra os limites materiais da tributação, dando curso ao circuito do endividamento. Com o desenvolvimento desses circuitos, a hierarquia do Estado se consolida e estende seus domínios, entrelaçada a um processo de diferenciação de uma camada de financistas que, em seu pleno desenvolvimento, tende a tornar-se internacional.[163] De outro lado,

---

[161] Fernand Braudel. *Civilização material...* Os jogos das trocas, pág. 459.

[162] "A conclusão que se deve reter, por ora, é que o aparelho do poder, força que traspassa e envolve todas as estruturas, é muito mais do que o Estado. É uma soma de hierarquias, políticas, econômicas, sociais, culturais, um amontoado de meios de coerção em que o Estado sempre pode fazer sentir a sua presença, em que é muitas vezes o próprio Estado a pedra angular do conjunto e quase nunca o único senhor.". *Idem*, pág. 494.

[163] Os circuitos do endividamento público se generalizam a partir do século XIII. Sem prejuízo da complexidade dos diferentes sistemas, é possível tipificar dois mecanismos básicos; o Estado remunera o capital por meio de uma fonte de renda, como é caso de Veneza; ou o Estado franqueia ou "privatiza" a própria fonte de renda ao capital, como é o caso típico de Gênova, em que a famosa Casa de San Giorgio torna-se uma espécie de Estado dentro do Estado. Assim, os *asientos* de Castela, generalizados a partir do século XVI, permitem franquear as rendas do Estado a financistas internacionais da Alemanha, de Gênova e, posteriormente, dos Países Baixos, podendo ser, mesmo sem um mercado de papéis sistematicamente organizado, negociáveis e, portanto, objeto de valorização fictícia. Os exemplos de constantes bancarrotas e retomadas dos circuitos demonstra como as finanças e, no limite, a monarquia tende a ser dominada pela banca internacional: "O capitalismo em escala internacional já pode agir como dono do mundo.". *Idem*, pág. 466. Na Inglaterra do século XVIII os circuitos do endividamento público chegam a seu pleno desenvolvimento. Trata-se de um processo secular de maturação que começa no século XVII, com a centralização

essa mesma expansão choca-se contra a necessidade objetiva de riquezas sob a forma metálica, sobretudo para o financiamento a guerra.[164] A política mercantilista garante o fortalacimento dos Estados em formação, em sua luta uns contra os outros, ao mesmo tempo em que potencializa a valorização mercantil na órbita da circulação; no limite, o desenvolvimento do metalismo rendunda numa política em favor da indústria. Enfim, trata-se de uma estrutura estatal "inacabada", que não pode consolidar-se sem entrelaçar-se com as hierarquias mercantis.

Na verdade, esta é uma crítica frontal a vertentes interpretativas consolidadas, sobretudo a partir de Sombart, que procuram ver no Estado o demiurgo da modernidade e, pois, do *capitalismo*. Para Braudel, a construção Estado favarece a expansão do *capitalismo* porquanto, sendo um entre outros *conjuntos*, uma entre outras hierarquias, necessita do entrelaçamento não só com a hierarquia mercantil, mas com os outros conjuntos constitutivos da estrutura social; em sintese: o Estado favorece os deslocamentos que marcam a modernidade e, pois, o *capitalismo*; mas isso, menos por sua força, do que por seus limites. Assim, a monarquia é vinculada à hierarquia feudal e nobiliárquica por força da formação da corte, de uma nobreza à mercê do Estado, que pode prestar-lhe serviços de armas; às cidades e às hierarquias mercantis, pois a

---

ou "nacionalização das finanças", o que inclui o controle do Estado sobre o Banco da Inglaterra, e culmina, no século XVIII com a consolidação de um mercado sistemático de títulos de longo prazo que, enfim, tendiam a tornar-se perpétuos. O credor tem direito à remuneração sob forma de juro, mas o reembolso do principal ocorre no momento de negociação privada do título no mercado: "é o milagre: o estado não reembolsa, o credor recupera o dinheiro à vontade.". *Idem*, pág. 469. Ao Estado cumpre criar novas fontes de rendas via tributação, em prejuízo de proprietários fundiários ou comerciantes para fazer frente aos pagamento de juros. O que Braudel sintetiza aqui é nada menos que um dos mecanismos básicos da acumulação primitiva discutida em capítulo precedente: "(...) a dívida portanto só podia existir em virtude da criação, pelo Parlamento, de rendimentos novos, destinados, a cada vez, ao pagamento regular de juros. Esse jogo dá a certas camadas da população, os proprietários fundiários (que entregam ao Estado, como *land tax*, um quinto de seu rendimento), os consumidores ou os mercadores deste ou daquele produto taxado a sensação de arcar com os custos da operação, diante de uma classe de parasitas, de oportunistas: capitalistas, financistas, negociantes (cujos rendimentos não são tributados), os *moneyed men* que se pavoneiam e zombam da nação trabalhadora." – digno de nota é a penetração de um capital financeiro holandês no sistema financeiro inglês, precisamente no momento em que toma corpo uma recentragem da hegemonia. *Idem*, pág. 470.

[164] Braudel observa que há uma circulação de alta voltagem em dois níveis: uma circulação de papéis monopolizada por circuitos financeiros superiores; e uma circulação de metais voltada ao financiamento dos exércitos. Assim, contesta a tese tradicional de atribuir o *metalismo* a uma concepção primária da natureza da riqueza. O acúmulo de metais, ao contrário, responde a uma necessidade objetiva no plano militar de consolidação de um Estado face a outros – e, porquanto esse enfretamento redunda na luta por espaços no sistema mundial, que culmina no sistema colonial, o metalismo favorece a própria acumulação mercantil. Trata-se da expressão concreta de uma estrutura em que a valorização do capital se funda na circulação e, portanto, a riqueza toma a forma objetiva de riqueza monetária, em especial, na forma metálica – mas Braudel não chega a formular completamente essa tese. Além disso, Braudel observa que se há uma certa tendência dos centros hegemônicos à "liberalizar" a circulação monetária, isso não representa uma negação do metalismo, mas justamente o contrário: a própria dinâmica do sistema, por si só, favorece o fluxo metálico em direção aos centros hegemônico – mas, mesmo assim, em sua luta contras os outros Estados do sistema, os centros hegemônicos empreendem, sim, políticas mercantilistas.

garantia de monopólios que potencializa o enriquecimento da burguesia ou a venalidade dos cargos que possibilita seu enobrecimento jogam em favor da tributação e dos cofres públicos. Esses entrelaçamentos concorrem para a "fabricação de uma sociedade nobiliárquica", cuja base cultural reside no predomínio do Estado sobre a Igreja e, enfim, numa cultura em torno do rei. A monarquia termina por envolver toda a sociedade; mas o faz, potencializando a expansão do *capitalismo*. No entanto, por tratar-se de um jogo de hierarquias, um fortalecimento do poder do Estado poderia significar um domínio totalizante a ponto de sufocar o conjunto de hierarquias, e mais propriamente, as possibilidades de acumulação de hierarquia mercantil, da burguesia – tanto mais porque, como vimos, a conexão entre capital e Estado é ao mesmo tempo uma conexão entre diferentes espacialidades. Mas, na Europa, posto o caráter "inacabado" do Estado, isso não chega a acontecer.

> Enfim, e, sobretudo, deveríamos deixar para trás, sem resposta formal, a pergunta tantas vezes formulada: o Estado promoveu ou não o capitalismo? Deu-lhe impulso? Mesmo fazendo restrições à maturidade do Estado moderno, se, arrimados no espetáculo da atualidade, tomarmos distância com relação a ele, teremos de constatar que, entre os séculos XV e XVIII, ele abarca tudo e todos, é uma das forças novas da Europa. Mas será que explica tudo, que submete tudo à sua ordem? Não, mil vezes não. (...) O Estado favorece o capitalismo e vem em sua ajuda, sem dúvida. Mas inverta-se a afirmação: o Estado desfavorece o desenvolvimento do capitalismo que, por sua vez, o pode prejudicar. Ambas as coisas são exatas, sucessiva ou simultaneamente (...). Favorável, desfavorável, o Estado moderno foi uma das realidades por onde o capitalismo abriu caminho, ora dificultado, ora favorecido, muitas vezes progredindo em terreno neutro. (...) o capitalismo, por seu lado, encontra-se sempre na faixa da economia que tende a inserir-se no meio das correntes mais rápidas e mais lucrativas dos negócios internacionais. Acontece-lhe, assim, jogar num plano muito mais vasto do que o da economia comum de mercado, como dissemos, e do que o do Estado e das suas preocupações particulares. Por isso é natural que os interesses capitalistas, ontem como hoje, passem por cima dos interesses restritos da Nação. Issa falseia ou pelo menos complica o diálogo e as relações entre o Capital e o Estado.[165]

Por fim, a expansão do capitalismo se dá sobre uma determinda base civilizacional, ou cultural, essencialmente de longa duração. O problema, portanto, reside em discutir a medida em que a eclosão das temporalidades mais dinâmicas da mercantilização e do capital, desde o século

[165] *Idem*, pág. 494.

XI, choca-se contra as resistências civilizacionais de longa duração. Para Braudel, no nível das estruturas, o desenvolvimento do capital deve ser um processo de fratura dessas resistências.

No plano da cultura, a civilização europeía ocidental não constitui uma base fecunda para o desenvolvimento da mercantilização e do capital. Trata-se de uma crítica à tese do primado da racionalidade weberiana ou do protestantismo no surgimento de um suposto "espírito do capitalismo". Por tudo o que foi dito, é claro que o *capitalismo* braudeliano como monopólio mercantil, não encarna uma racionalidade especificamente ocidental pautada num sentido de equalização. Ao contrário, a cultura ocidental é, a princípio, resistente ao capitalismo, e só poderá moldar-se às realidades mercantis por empréstimos ao universo islâmico.[166] Aqui, há dois movimentos em jogo. De um lado, como vimos, a reconsideração da temporalidade e espacialidade do *capitalismo* termina por diluir a especificidade do Ocidente, pelo menos na medida em que pode existir como força latente, sem necessariamente triunfar em diversas sociedades – concretamente, a base cultural ocidental subjacente à expansão do capitalismo é menos uma herança civilizacional romana do que uma pernetração da cultura islâmica. De outro lado, essa visão torna necessário problematizar os limites ao capitalismo no Oriente. Ora, posto que não se trata de um limite cultural, parece que a discussão caminha para a centralidade das especificidades quanto às dimensões das hierarquias sociais e, em particular, do Estado. No Ocidente cristão, o diálogo entre o "econômico", ou a mercantilização, e o "religioso" é mais difícil: somente na escolástica, sob pressão da própria mercantilização, abre caminho para a legitimação do comércio e do dinheiro, ou seja, do lucro e mesmo do juro.[167] Essa fratura será fundamental.

[166] Com efeito o Islã é desde o princípio uma vasta civilização comercial que já possui as formas do comércio de longa distância e seus instrumentos em particular monetários, as formas das cidades autônomas, do sistema corporativo, do trabalho doméstico etc. Sobre essa base, a própria religião muçulmana, ao contrário do cristianismo tradicional, embora contrária à usura, é legitimadora do comércio e do lucro mercantil.

[167] Nesse ponto, cumpre observar a crítica subjacente a Weber. É certo que Weber procura estabelecer, não uma relação de determinação mecânica entre protestantismo e "espírito do capitalismo", mas, sim, por força de "afinidades eletivas", pelo menos, uma confluência num determinado momento e espaço, vista sob o prisma de uma *sociologia retrospectiva*, que parte do presente para o passado. Naturalmente, partindo de conceitos de capitalismo radicalmente distintos, Weber e Braudel chegam à visões também distintas sobre as conexões entre capitalismo e cultura na formação da modernidade. Ora, se o capitalismo braudeliano é o monopólio mercantil – desde Veneza ou Gênova, a Amsterdam ou Londres – nesse caso, o capitalismo pode coexistir plenamente tanto com o catolicismo do Mediterrâneo, quanto com o protestantismo dos Estados do Norte (daí a importância crucial dos desenvolvimentos teológicos da escolástica). Portanto, o que Weber vê como surgimento da modernidade na confluência entre capitalismo e protestantismo, para Braudel, seria uma, entre outras, recentragens da hegemonia mercantil – do eixo do Mediterrâneo para o Norte –, por força, não da cultura, mas de condicionantes econômicos: "o espírito não está

Uma visão comparativa traz luzes ao modo como distintas estruturas civilizacionais potencializam ou limitam a expansão do *capitalismo*. Em síntese, Braudel procura um diálogo com Marx porquanto a expansão do "capitalismo" será precisamente um desenvolvimento a partir do mundo medieval – para Marx, do *feudalismo*. Contudo, tanto quanto os fundamentos conceituais são radicalmente distintos, essencialmente em virtude da totalidade, também os termos em que se consubstancia o movimento da matriz *feudal* ao *capitalismo* são diversos. Ora, em que pese toda a complexidade da historiografia marxista, a transição do feudalismo ao "capitalismo" é um movimento de transição de uma totalidade a outra, de crise estrutural e destruição do velho modo de produção e formação do novo. Trata-se, pois, em qualquer sentido que lhe possa dar o materialismo histórico, de um processo *revolucionário*. *Em Braudel, não: a expansão do capitalismo – insistimos, não a transição a uma nova totalidade – é produto direto da própria matriz civilizacional européia forjada desde os marcos medievais. O mundo medieval europeu constitui-se sobre uma estrutura civilizacional fundamental no ocidente, qual seja, uma estrutura de "liberdades" que, constituindo-se como liberdades de determinadas hierarquias, significam simultaneamente uma estrutura de "privilégios".*[168] Nesse universo é possível o desenvolvimento e a consolidação de uma hierarquia diferenciada, simultaneamente como um corpo realtivamente autônomo – de certa forma "livre" – e privilegiado. Concretamente, é possível a diferenciação de uma estrutura hierárquica mercantil, capaz de incrustar-se nas hierarquias nobiliárquicas ou monárquicas, mas também de diferenciar-se – por vezes à custa da

---

sozinho no mundo". *Idem*, pág. 509. A importância do protestismo será lateral: principalmente a corrosão de hierarquias tradicionais entre as quais, naturalmente, a da própria Igreja.

[168] "*Por liberdade, são todas as formas de liberdade que se deve entender, inclusive as abusivas*. Essas liberdades, na verdade, não param de ameaçar-se umas às outras. Esta ou aquela dentre elas limita uma outra, que por sua vez sucumbirá diante de um novo adversário. Essa sucessão nunca pacífica foi um dos segredos dos progressos da Europa. (...) As liberdades, em verdade, são conjuntos de *franquias*, de privilégios, ao abrigo dos quais esta ou aquela coletividade de pessoas e de interesses se refugia e depois, fortalecida por essa proteção, investe contra as demais, não raro sem nenhum pudor. (...) Há também liberdades arrancadas ao Estado, que não poderia fazer tudo ou tudo reter.". Fernand Braudel. *Gramática das civilizações*, págs. 294, 295 e 302. Assim, à luz da conexão essencial entre "liberdade" e "privilégio" como base da própria resistência da visão braudeliana à possibilidade de supressão das hierarquias, e à luz do conceito mesmo de *capitalismo*, parece evidente que tomar o sistema de "liberdades" como terreno fecundo para a expansão do capital não é o mesmo – e, em certo sentido, é o oposto – que tomar o *liberalismo* como fundamento do sentido equalizador e progressista do Ocidente. "(...) o liberalismo, durante toda a primeira metade do século XIX, serve de biombo ao advento político de uma burguesia e de uma aristocracia de negócios, de uma classe capitalista. (...) O liberalismo econômico, que supõe de início uma luta igual entre os indivíduos, não passa de uma mentira piedosa. Quanto mais o tempo passar, mais a enormidade dessa mentira aparecerá. (...) Em suma, essa pretensa busca da liberdade parece juntar-se, sem embargo das aparências, aos velhos combates de grupos por *liberdades* que são outros tantos privilégios.". *Idem*, pág. 306.

própria nobreza, por meio de monopólios sobre os circuitos mercantis – e, por fim, de acumular riqueza de um modo sistemático e se expandir sobre o conjunto da sociedade. [169]

O ponto central reside portanto nessa estrutura de liberdades e privilégios das hierarquias e se consubstancia concretamente na posição das estruturas hierárquicas diante do Estado. Numa palavra: o "Estado totalitário" sufoca as hierarquias e, em particular, a possibilidade de um desenvolvimento ou de uma acumulação sistemática por parte de uma hierarquia mercantil; e, nesse sentido constitui-se como um obstáculo decisivo à expansão do *capitalismo*. Nesse ponto, os limites à expansão do capitalismo no Oriente trazem luzes a seu triunfo na Europa ocidental. Na China, o Estado domina tudo: hierarquias, economia, cultura etc.[170] De uma parte, não há uma hierarquia senhorial nos moldes feudais, mas, sim, uma camada não-hereditária de mandarins que centralizam as corveias e tributos como representantes do Estado; de outro, não há uma hierarquia mercantil autônoma, mas uma camada de mercadores e industriais sob domínio do Estado. Isso sufoca "liberdades" e "privilégios", estabelecendo limites à concentração extrema da riqueza nos topos da hierarquia social, a não ser em favor do próprio Estado.[171] No Islã, do mesmo modo, a diferenciação da estrutura hierárquica é limitada por um Estado que pode compor e recompor à revelia as herarquias nobiliáquicas e não-hereditárias, para conformação de um corpo guerreiro de uma sociedade medularmente militarizada. Assim, no Oriente há um *capitalismo* latente e restrito em pontos isolados, muito embora com praticamente todos os seu traços constitutivos: capital, dinheiro, mercadoria, circulação marítima, comércio de longa distância, estruturas financeiras e bancárias, instrumentos de comércio, artesanato, trabalho a domicílio, e mesmo, a seu modo, manufaturas. Esse capitalismo

[169] Nesse ponto revela-se de modo decisivo a diferença entre o prisma da *luta de classes* e o das *hierarquias* no que diz respeito à mudança social. Contudo, é certo que essa hierarquia mercantil braudeliana poderia ser traduzida na tradição do materialismo histórico nos termos uma classe burguesa mercantil, ou seja, como uma burguesia fundada no próprio capital mercantil; e, posto que, como vimos, o capital sob a forma mercantil pode existir no interior de qualquer sociedade, de qualquer modo de produção, essa burguesia não é necessariamente – para Dobb, por exemplo, não será efetivamente – revolucionária.

[170] O Estado controla as cidades, o comércio, a indústria, a finança e os circuitos monetários; organiza um vasto sistema de obras públicas em particular os sistemas de irrigação; tem monopólio da propriedade do solo e das corveias e da tributação; organiza a luta contra as fomes etc.

[171] "Em tal sistema, a acumulação só é possível ao Estado e ao aparelho de Estado. Finalmente a China terá vivido sob certo regime 'totalitário' (se retirarmos da palavra o sentido odioso que recentemente adquiriu). E, a dado momento, o exemplo da China vem apoiar nossa obstinação em distinguir fortemente *economia* e *capitalismo*. Pois (...) a China tem uma sólida economia de mercado (...). Na base, portanto, trocas muito ativas e volumosas, favorecidas por um governo para quem os bons resultados agrícolas são o essencial; mas, *acima*, a tutela onipresente do aparelho de Estado – e sua nítida hostilidade contra qualquer indivíduo que enriqueça 'anormalmente'. (...) Então, não há capitalismo a não ser no interior de grupos definidos, caucionados pelo Estado, por ele vigiados e sempre mais ou menos à sua mercê (...)". Fernand Braudel. *Civilização material...* Os jogos das trocas, pág. 525.

não pode florecer plenamente porque é em última instância sufocado pelo poder totalizante do Estado.[172]

> A Europa teve uma alta sociedade, no mínimo dupla, que, apesar das transformações da história pôde desenvolver suas linhagens sem dificuldades insuperáveis, pois não teve diante de si a tirania totalizante nem a tirania do príncipe arbitrário. Assim, a Europa favorece a acumulação paciente das riquezas e, numa sociedade diversificada, o desenvolvimento de forças e hierarquias múltiplas cujas rivalidades podem jogar em sentidos muito diversos.[173]

[172] Uma espécie de "feudalismo" no Japão, teria produzido uma estrutura de "liberdades" e "privilégios" e, em certa medida, o desenvolvimento tardio de um capitalismo paralelo à Europa. "Por que o capitalismo não é universal? (...) É o que sobressai do questionamento sempre retomado sobre as razões pelas quais o capitalismo não explode na Índia, na Turquia ou na China. Em cada um desses casos seriam razões particulares que entravam seu surgimento. Por outro lado, note-se que essas razões particulares são na verdade estranhamente semelhantes, a ponto de não parecerem, de modo algum, tão particulares. (...) a constante é uma realidade central. Aliás ela é a marca dos impérios-mundos. O Estado e, de maneira mais geral, a ordem social de conjunto não podem tolerar a acumulação de riqueza a não ser que essa seja claramente integrável no simbolismo tradicional – riquezas que não sejam sucetíveis de questionar as bases da legítima dominação.". Alain Caillé. "A dominância do mercado", págs. 122 e 123.

[173] Fernand Braudel. *Civilização material...* Os jogos das trocas, pág. 534. "Por essa perspectiva, a transição realmente importante, que precisa ser elucidada, não é do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado. E o aspecto mais importante dessa transição é a fusão singular do Estado com o capital, que em parte alguma se realizou de maneira mais favorável ao capitalismo do que na Europa.". Giovanni Arrighi. *Idem*, pág. 11.

Parte II

Capital mercantil e formação do capitalismo

Capítulo IV: Modos de produção e transição ao capitalismo

"Renascimento" do comércio

No campo do materialismo histórico, o debate em torno da transição é marcado por um conjunto de tensões que, reverberando diferentes possibilidades de leitura do próprio movimento da obra de Marx, tendem à polarização entre a centralidade, de um lado, do desenvolvimento das forças produtivas e, de outro, dos conflitos de classe correspondentes a determinadas relações de produção.[174] Como vimos no capítulo precedente, o sentido da história nas primeiras formulações, condensadas n'*A ideologia alemã*, põe em relevo a correspondência entre as forças produtivas e a divisão social do trabalho, cujo progresso estaria na base da sucessão de diversas "formas de intercâmbio" e de propriedade, que, por seu turno, corresponderiam às diversas etapas no desenvolvimento da propriedade privada e, nessa base, do processo de individuação. Nas formulações subseqüentes, em particular nos *Grundrisse* e, enfim, n'*O Capital*, consolida-se definitivamente o conceito de *modo de produção*, o que traz ao centro a especificidade das formas de produção e reprodução de determinadas relações sociais básicas em cada totalidade, que condicionariam, por sua vez, o próprio movimento das forças produtivas e da divisão do trabalho. No debate da transição, as tensões entre essas tendências tomam corpo nas polêmicas em torno do estatuto do capital mercantil, mais concretamente do desenvolvimento do comércio de longa distância e da alta finança na explicação da crise do feudalismo e dos processos que culminariam, por fim, na constituição do modo de produção propriamente capitalista. Quanto a isso, viriam polarizar-se, duas tendências na historiografia que, respectivamente, viriam conferir centralidade, num pólo, ao conteúdo supostamente corrosivo do chamado renascimento comercial e urbano – no mesmo espírito das teses de Henri Pirenne – e, noutro, a determinados limites estruturais postos à reprodução da servidão e seus correspondentes conflitos de classe. Assim, na vertente que toma como referência básica os estudos clássicos de Maurice Dobb, a reprodução da relação social básica, a servidão, se choca contra seus próprios limites estruturais, dado um certo estado das forças produtivas, e precipita os conflitos de classes subjacentes. No

[174] Para uma síntese do debate, ver: Eduardo Mariutti. *A transição do feudalismo ao capitalismo*.

curso dessas tensões, cujo epicentro reside na luta de classes, viriam produzir-se a dissolução das velhas formas e a criação de novas – o que engendraria, por sua vez, novos parâmetros para o movimento das forças produtivas. Noutro pólo, na senda das teses de Pirenne, a crítica de Paul Sweezy postula, em última instância, que os progressos da divisão do trabalho e da troca tendem a dissolver as velhas formas de produção e propriedade estabelecidas, produzindo deslocamentos no sentido da constituição de novas, mais adequadas ao novo estágio das forças produtivas.

O debate em torno da transição, ou da revolução das estruturas, põe em causa o problema crucial do *sentido* na história.[175] Nesse ponto, cumpriria observar que, o materialismo histórico não poderia tomar esse sentido – e o próprio exercício de apreensão do sentido – senão como um movimento essencialmente *imanente*, construído e reconstruído no curso concreto da própria história; e, justamente por essa razão, não poderia tomar a *teleologia*, ou mais precisamente, o *anacronismo*, senão como problema. Numa visão que concebesse o universo como ordenamento revelado, uma espécie de encarnação de um *telos* transcendente de natureza divina haveria de conferir à história um sentido dado desde o exterior da própria história. Aqui, o sentido transcendente traduz-se diretamente em teleologia – e a história, em *teodicéia*. Na Ilustração, o sentido é secularizado. No entanto, sob o prisma de um ordenamento racional que tendia a converter a história em progresso, esse mesmo sentido, já não mais transcendente, permanceria preso a uma nova teleologia. Quanto a isso, é emblemática a visão da chamada *escola escocesa*, base da Economia Política clássica, já estreitamente ligada aos movimentos que culminariam na consumação da transição ao capitalismo. Isso porque, porquanto a secularização significasse uma concepção do mundo como ordem natural, em que a vida social submergia na natureza e em que o pensamento tomava das ciências naturais, sobretudo da física, seus fundamentos metodológicos e conceituais, o sentido da história haveria de ser determinado em última instância por leis naturais e, portanto, novamente, desde fora história[176] – no limite, no momento

[175] "Todo o povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo 'sentido'. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, debastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação.". Caio Prado. *Formação do Brasil contemporâneo*, pág. 19.

[176] Nesse sentido, os pressupostos do pensamento econômico liberal, definidos nos termos de uma propensão natural à troca, e que culminam na concepção do *homo economicus*, são perfeitamente compatíveis com o sentido teleológico da história subjacente à idéia força de que a sociedade burguesa constitui a forma correspondente à natureza humana. Daí porque o problema da transição à forma burguesa moderna reduz-se à supressão de bloqueios

em que o darwinismo permitisse reconciliar natureza e movimento, ordem natural e progresso, a história poderia, enfim, surgir, definitivamente, como *evolução*.[177] A ruptura com as visões do mundo como ordem revelada e, mais diretamente, como ordem natural, base para uma crítica da Economia Política, destrói quaisquer fundamentos que pudessem justificar um sentido dado desde fora da própria história, transcendente ou natural, e, portanto, deveria significar uma problematização radical da teleologia e do anacronismo.

Posto que toda a discussão em torno da centralidade da divisão do trabalho ou da luta de classes remete ao problema do sentido da história no materialismo histórico, é à luz desse ponto, do *sentido*, que se deve perscrutar os termos que balizam o conjunto do debate.[178] Em termos gerais, n'*A ideologia alemã*, na base do desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho, a transição tem como eixo a expansão do comércio de longa distância que conduz à diferenciação de uma classe burguesa às margens dos domínios senhoriais, num movimento que se consuma, enfim, na revolução burguesa. Nesse sentido, a revolução significaria uma espécie de remoção definitiva das estruturas feudais, tomadas como bloqueios ao desenvolvimento das forças produtivas, e, simultaneamente, a consolidação de uma nova estrutura, correspondente ao novo estágio de domínio do homem sobre a natureza. A transição é vista como desobstrução e, simultaneamente, liberação de forças latentes.

Uma leitura do materialismo histórico que circunscrevesse um suposto progresso autorreferido da divisão do trabalho como determinante mecânico de uma sucessão de "formas de intercâmbio" haveria de considerar o "feudalismo", encravado entre as formas dinâmicas do escravismo antigo e o chamado "renascimento" comercial e urbano, como uma espécie de interrupção secular, de certo modo "artificial", desse mesmo progresso – daí a idéia de um posterior "renascimento".[179] Sob esse prisma, os novos estímulos à divisão do trabalho e a

---

que, em formas pretéritas, limitariam a realização plena dessa mesma natureza. Mais precisamente, poderia reduzir-se à supressão dos bloqueios que no quadro medieval limitavam o pleno desenvolvimento das trocas.

[177] Edward Carr. *Que é história?*. Josep Fontana. *História: análise do passado e projeto social*.

[178] Robert Brenner: "Marx's first model of the transition to capitalism". Aqui, Brenner propõe uma cisão peremptória entre os primeiros escritos de Marx e os posteriores. Como primeira aproximação, entedemos que tal enquadramento contribui para balizar as posições no debate. No entanto, posto que a dimensão da divisão do trabalho ou, mais propriamente, a expansão do mercado mundial jogam um papel decisivo mesmo nas formulações d'*O Capital*, nesse ponto, parece exagero postular a existência, no movimento da obra de Marx, de dois "materialismos históricos" irreconciliáveis.

[179] Como vimos, se as formas comunais produziam certa divisão do trabalho correspondente aos desenvolvimentos da coleta, caça, pastorícia e agricultura; as formas antigas corresponderiam, pois, à divisão entre cidade e campo e entre manufatura e comércio. Sob esse prisma, o feudalismo, entre o declínio romano e o "renascimento" comercial

correspondente expansão do comércio de longa distância seriam, por si só, suficientes para converter a produção de valores de uso em produção de valor, para troca, e, nesse sentido, operariam como solventes das formas feudais.[180] A chave do problema residiria no modo de considerar a própria gênese da forma feudal. Pois, essa forma seria produzida, não como uma superação, a partir de um determinado ponto crítico, de um desenvolvimento da divisão do trabalho engendrado no escravismo, que extrapolasse os limites da própria forma escravista; mas, sim, como decorrência da destruição de forças produtivas e da interdição dos nexos constituídos da divisão do trabalho, imposta por uma força exterior à dinâmica do próprio escravismo – a forma feudal seria, pois, regressiva.[181] Ora, se a forma feudal se estrutura desde a gênese desvinculada dos condicionantes do desenvolvimento da divisão do trabalho e se move nesses limites, sem que a expansão da troca constitua uma necessidade estrutural, torna-se problemático postular, sem quaisquer outras mediações, que essa mesma forma seja radicalmente transformada em suas estruturas básicas por força exclusiva de um suposto "renascimento" comercial. A não ser que se tomasse a produção feudal, ao modo da produção burguesa, como uma forma já estruturalmente suscetível à dinâmica do mercado; mas nesse caso, o racícionio estaria tomando como pressuposto justamente a existência embrionária da forma cuja gênese precisaria ser explicada. No limite, é claro o risco de se converter o feudalismo, de uma forma regressiva "aritificial", em bloqueio a uma tendência já pressuposta – e, nesse caso, seria óbvio o risco de anacronismo. Mais concretamente, essas mesmas ponderações permitiriam problematizar os

---

expressaria um movimento regressivo. Quanto a isso, é sintomática a proximidade dessas leituras com a visão da Ilustração, da *escola escocesa* e da economia política clássica. Sintetizando a visão tradicional da Ilustração e da escola escocesa, Smith vê a evolução dos modos de subsistência, na base do progresso da divisão do trabalho, à luz de estágios sucessivos, que se enquadram na economia de caça e coleta; na pastorícia; na agricultura; e, como termo dessa evolução, no desenvolvimento do comércio. Para Smith, o "feudalismo" constitui-se como uma interrupção do desenvolvimento do estágio comercial, empreendida por forças externas.

[180] Na economia política clássica, o caráter mecânico dessa construção não engendra maiores problemas pois o *telos* do desenvolvimento da divisão do trabalho funda-se sobre a base de um ordenamento natural, em que o ponto de partida da história é já o homem abstraído na idéia de um produtor atomizado, naturalmente propenso à troca. Assim, se o feudalismo é uma interrupção "artificial" dessa divisão do trabalho, produzida por uma força exterior, o "renascimento" comercial surge como a ruptura de um bloqueio que permite a plena realização de uma natureza humana dada *a priori*. Para o materialismo histórico, que conforma-se como crítica desse ordenamento natural da economia política, os traços teleológicos de uma determinação mecânica da divisão do trabalho sobre as formas da produção deveriam ser objeto de problematização.

[181] "Os últimos séculos do Império Romano em declínio e sua conquista pelos bárbaros destruíram uma enorme quantidade de forças produtivas; a agricultura havia diminuído, a indústria decaíra pela falta de mercados, o comércio adormecera ou fora violentamente interrompido, as populações da cidade e do campo haviam diminuído. Essas condições preexistentes e o modo de organização da conquista por elas condicionado desenvolveram a propriedade feudal (...)". Karl Marx; Friedrich Engels. *A ideologia alemã*, págs. 90 e 91.

raciocínios mecânicos que postulassem que o conflito de classes originado do movimento das forças produtivas devessem redundar necessariamente na substituição da propriedade feudal pela propriedade especificamente capitalista, orientada para a produção de valor.

Postos nesses termos, o problema do primado da divisão do trabalho sobre a dimensão das "formas de intercâmbio" vincula-se a uma concepção unívoca em torno do estatuto da luta de classes e das formas de propriedade. Pois, se a divisão da sociedade em classes é um resultado linear da divisão entre trabalho manual e intelectual, nesse caso, corre-se o risco de tomar a formação e o movimento das classes e de suas correspondentes formas de propriedade como uma expressão passiva do desenvolvimento autorreferido das forças produtivas. Assim, embora essas leituras, de fato, procurem conferir, em contraste com a economia política clássica, um estatuto orgânico à dimensão da luta de classes e das formas de propriedade, essas, contudo, permanecem subordinadas ao movimento autônomo da divisão do trabalho; e, com isso, crítica fica a meio do caminho.

Para problematizar o modo como essas leituras entendem os efeitos das transformações, no campo ou na cidade, é necessário observar precisamente isso: para enfrentar o problema da formação do capitalismo não se pode supor a existência da propriedade privada burguesa já desenvolvida – justamente a forma cuja gênese precisa ser explicada.

Quanto às transformações no campo, nessas leituras, estariam em causa os efeitos da expansão do comércio no processo de diferenciação de um consumo conspícuo das casas nobres, que terminariam por drenar uma parte substancial do excedente destinado à manutenção do controle sobre os servos; e essas pressões teriam conduzido à racionalização da produção, por via do progresso técnico, e sua orientação para o mercado. Nesse raciocínio, essas transformações corresponderiam à dissolução da servidão e, pois, do modo de produção feudal. Mas se, como se sabe, comércio pode coexistir com diversas formas pré-capitalistas – novamente: não se pode confundir produção para a troca e capitalismo, existência do capital e constituição de um modo de produção capitalista – cumpriria considerar a hipótese de que a necessidade de novos excedentes fosse enfrentada por via, não da dissolução da servidão, mas de seu recrudescimento; ou de que mesmo que requerida pelo senhores, a generalização das expropriações nem sempre fosse possível. A esse respeito, novamente: por que razão os conflitos entre senhores e camponeses não poderiam redundar numa forma de propriedade privada camponesa, orientada para a produção de "valores de uso"? O mesmo problema ressurge no mundo urbano. Nessa

visão, as cidades produziriam a sucessão das formas típicas da corporação, da manufatura e da maquinofatura como formas correspondentes, na esfera da produção, às etapas sucessivas do desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho – em particular, do comércio de longa distância. A essas formas corresponderiam respectivamente a sucessão da comuna urbana, da monarquia, que tende a estreitar os laços entre a manufatura e o capital mercantil, e, enfim, da democracia burguesa. Na mesma medida em que o desenvolvimento da divisão do trabalho leva à transição da manufatura à maquinofatura, o novo arranjo de classes daí decorrente conduziria à transição da monarquia à democracia burguesa. Nesses termos, a revolução burguesa deveria ser vista como uma espécie de ajustamento político, correspondente a um novo estágio da divisão do trabalho, de modo a destruir as formas correspondentes a estágios precedentes, que, nesse momento crítico, convertem-se em entraves ao progresso das forças produtivas. Concretamente, nesse momento crítico, a monarquia, porquanto, de um lado, reproduzisse o entrelaçamento entre manufatura e capital mercantil, e, de outro, subsumisse uma velha nobreza já destituída da servidão e de um corpo político próprio, passaria a encarnar os próprios entraves feudais; nesse sentido, a revolução burguesa significaria, naturalmente, a destruição definitiva desses mesmos entraves. No entanto, ao procurar estabelecer uma correspondência direta entre a luta contra as estruturas feudais e a luta em favor do pleno desenvolvimento da sociedade burguesa, essa visão traz o risco, novamente, da pressuposição da forma cuja gênese precisaria se explicada – nesse caso, as cidades seriam, desde sempre, o *lócus* de uma espécie de desenvolvimento burguês paralelo ao predomínio das formas feudais.

Na economia política, como sugerimos, o fundamento de um ordenamento natural que toma como o ponto de partida da história produtores atomizados naturalmente propensos à troca, confere ao primado da expansão da troca e da divisão do trabalho um conteúdo teleológico. Para Smith, sempre que não houver bloqueios, a troca deverá se expandir, potencializando a divisão do trabalho e o progresso, e, no limite, conformando mesmo uma sociabilidade correspondente à realização dos princípios predeterminados que conduzem os homens à troca mercantil.[182] Na

[182] Daí a centralidade da circulação: "Segundo a história bem documentada, as primeiras nações a serem civilizadas foram obviamente as localizadas no Mediterrâneo. (...) Dentre todos os países localizados na costa do Mediterrâneo, o Egito parece ter sido o primeiro no qual a agricultura e as manufaturas foram praticadas e puderam acusar um grau considerável de aperfeiçoamento. Em parte alguma o alto Egito dista mais do que algumas milhas do rio Nilo; e no baixo Egito, o Nilo se ramifica numa multiplicidade de canais, que, com alguma habilidade, parece ter assegurado uma comunicação fluvial (...); mais ou menos da mesma forma como isso ocorre hoje na Holanda, em relação aos rios Reno e Mosa. A extensão e a facildiade dessa navegação interna constituiu provavelmente uma das causas

historiografia, esse mesmo primado, a centralidade do reestabelecimento das linhas de comércio na transição ao capitalismo, se consolida no chamado "modelo mercantil". Não por outra razão, é possível dizer que "o mais controverso problema na polêmica entre Dobb e Sweezy refere-se à validade das teses de Pirenne sobre o papel desempenhado pelo comércio, em suas várias formas, no desenvolvimento e decadência da sociedade feudal"[183].

Para que se possa examinar a posição do debate da *transição* posto pelo materialismo histórico – transição que põe em causa o conceito totalizante de modo de produção – diante dessas teses clássicas, cumpre observar que, em Pirenne, não há, evidentemente, lugar para um conceito de modo de produção e, nesse sentido, o *capitalismo* não se constitui como fundamento que dá organicidade a uma totalidade histórica. Desde logo, em termos que viriam ecoar, em momento posterior, na visão de Fernand Braudel, *capitalismo* significa, sobretudo, o domínio específico do *comércio de longa distância*. Trata-se do comércio que transcende os limites locais das cidades, que controla os fluxos de exportação e importação, que domina o espaço da grande navegação e as linhas do transporte terrestre, os jogos monetários e financeiros, a especulação, e que, nessas esferas, exerce uma tendência monopolista de manipulação das condições de troca. Esse domínio, é, enfim, o domínio dos grandes lucros. Nesse sentido, essa visão corresponde a uma periodização específica que, à margem de uma visão totalizante, faz o capitalismo transpor diversas épocas – para se firmar, enfim, pelo menos, desde o século XII.

> Nossas fontes, por deficientes que sejam, não nos permitem duvidar de que o *capitalismo* se firmou desde o século XII. Indiscutivelmente, o comércio a longa distância produziu desde então fortunas consideráveis. (...) O espírito que o anima é, em toda a força da expressão, o dos *capitalistas de todos os tempos*. Raciocina, calcula, e o seu único objetivo é acumular lucros. Não são estas as características desse capitalismo a respeito do qual certa escola fez tanto mistério, mas que, não obstante, *se encontra com idêntico fundamento em todas as épocas*,

---

primordiais do antigo progresso e aprimoramento do Egito. Os aperfeiçoamentos na agricultura e nas manufaturas parecem ter sido muito antigos também nas províncias de Bengala, localizadas nas Índias Orientais, e em algumas das províncias orientais da China (...). Em Bengala, o Ganges e vários outros grandes rios formam grande número de canais navegáveis, da mesma forma que o Nilo no Egito. Também nas provícias orientais da China, vários grandes rios formam, com seus diversos afluentes uma multidão de canais. (...) Em contrapartida, todas as regiões do interior da África, e toda a parte da Ásia localizada a uma distância maior ao norte dos mares Euxino e Cáspio – a antiga Cítia, a Tartária e a Sibéria modernas – em todas as épocas ao que parece, permaneceram no estado de barbárie que ainda hoje as caracteriza.". Adam Smith. *A riqueza das nações*, vol. I, pág. 55.

[183] Giuliano Procacci: "Uma sinopse do debate". In Paul Sweezy *et alli. A transição do feudalismo para o capitalismo*, pág. 129.

> conquanto difira de uma a outra pelo grau do seu desenvolvimento, *pois corresponde à tendência natural do homem em eriquecer-se*?[184]

A visão do "feudalismo" como um interlúdio nos desenvolvimentos do intercâmbio que, nesses termos, ligam o mundo antigo ao moderno, traduz-se num corte de caráter essencialmente civilizacional. Desde logo: "(...) o caráter mais legítimo e essencial da civilização antiga (...)" é "(...) o caráter mediterrâneo"[185]. Quer dizer que – reverberando uma tradição historiográfica que situa a cisão entre o espaço ocidental e oriental na época medieval[186] – há uma unidade em todo o espaço mediterrâneo, cimentada por uma divisão do trabalho e, pois, pela organicidade de uma circulação mercantil, que só seria cindida com a expansão dos muçulmanos. Assim, em Pirenne, é necessário observar que, se a penetração dos chamados "reinos bárbaros" nos limites do Império Romano, desde o século V, principalmente a penetração germânica, não significaram a destruição das bases essenciais da civilização antiga – seu "caráter mediterrâneo" –, mas, ao contrário, levaram a um processo de submersão desses reinos no universo na cristandade, de outro lado, a expansão dos muçulmanos no século VII, levou a uma ruptura. Isso porque, ao contrário dos chamados "reinos bárbaros", em particular os germânicos, as bases civilizacionais dos muçulmanos, que remetem em última instância à natureza da unidade entre a religião e as estruturas sociais e políticas, seriam radicalmente incompatíveis com as bases do mundo antigo cristão.[187] Se, sob um estado de guerras e pilhagens permanentes, um comércio entre cristãos e muçulmanos jamais podia florescer, nos espaços já sob domínio muçulmano, praticamente toda a circulação mercantil era reorientada na direção de seus próprios domínios orientais. Primeiro, o domínio sobre as regiões da Síria e do Egito, quando Damasco torna-se o primeiro centro do Califado no Mediterrâneo, e, depois, sobre a Sicília, significava, sobretudo, o sufocamento da circulação bizantina no Mar Egeu; depois, o domínio sobre Cartago, com a fundação de Túnis e, enfim, da Espanha, significava o domínio sobre a circulação na África, e o fechamento da costa francesa – nesses domínios, a circulação era reorientada para Bagdá, centro cujas linhas de

[184] Henri Pirenne. *Historia econômica e social da Idade Média*, pág. 163 (grifos nossos).
[185] *Idem*, pág. 7.
[186] Ver Perry Anderson. *Passagens da antigüidade ao feudalismo*.
[187] "Aqui, o grande problema é explicar porque os árabes, que certamente não eram mais numerosos do que os germânicos, não foram, como esses últimos, absorvidos pelas populações que eles conquistaram, que possuíam uma civilização superior a sua própria. Só há uma resposta a essa questão e que recai sobre a ordem moral. Enquanto os germânicos não tinham a opor ao cristianismo do Império, os árabes eram estimulados por uma nova fé. Foi isso, e somente isso, que impediu sua assimilação.". Henri Pirenne. *Mohammed and Charlesmagne*, pág. 150.

comércio penetravam na Ásia e chegavam à Índia e à China. Nesse movimento, a Europa cristã será definitivamente isolada.

Na Europa ocidental, a ruptura do chamado "caráter mediterrâneo" teria significado um estancamento substantivo do comércio de longa distância, da circulação monetária e, porquanto se postulasse o caráter mercantil das cidades, a corrosão da vida urbana. Nesse tipo de visão, como sugerimos, isso conduzia a um movimento regressivo de cristalização de uma civilização essencialmente rural, cujo nexo fundamental da sociabilidade transitava, principalmente a partir do século VIII, para uma forma específica de propriedade da terra. Em Pirenne, o núcleo da problemática parece recair sobre a centralidade do estancamento do comércio na explicação das raízes da dissolução das bases da monarquia centralizada. Na transição à monarquia carolíngia – que Pirenne vê como momento crítico de ruptura – o estancamento do comércio e da circulação monetária, em particular do ouro, teria representado a destruição das bases das finanças públicas e, pois, a fragilização da monarquia diante dos potentados locais. Se as dinastias merovíngias, na tradição romana, constituiram um corpo político sobre a base de uma circulação monetária, que permitia a tributação do comércio, as nova disnastias – e justamente por isso o período carolíngio representa uma ruptura – possuíam somente rendas derivadas de seus próprios domínios e, nesse quadro, só podiam constituir-se como corpo político por meio da cessão de partes desses mesmos domínios – o que viria generalizar-se com a consolidação dos nexos de suserania e vassalagem. Diante de um quadro de "anarquia", ou seja, de dissolução do poder central, a camada dos senhores de terra se consolidava como uma espécie de conglomerado de nódulos fragmentados de poder privado. Aqui, Pirenne procura estabelecer as conexões entre a constituição de uma economia de subsistência e o fenômeno da "fragmentação da soberania".[188] Enfim, justamente em virtude do bloqueio da circulação mercantil e da correspondente decadência da monarquia central, as dinastias carolíngias caracterizam-se pelo reconhecimento de limites às pretensões de um poder centralizado de caráter absoluto. Distinguem-se de seus predecessores merovíngios pela necessidade de um entrelaçamento, de um lado, com o poder espiritual da Igreja e, de outro,

[188] "Os reis da nova dinastia, como os reis da Idade Média muito depois deles, não tinham recursos regulares, além das rendas de seus domínios. (...) Os reis não tinham mais finanças; isso, veremos, era uma coisa nova. Os reis merovíngios compravam ou pagavam homens com ouro; os reis carolíngios tinham que doar-lhes fragmentos de seus domínios. (...) E aqui, é preciso dizer, houve ua ruptura definitiva com as tradições financeiras dos romanos." Henri Pirenne. *Mohammed and Charlesmagne*, págs. 267 e 268. "Os senhores não tinham necessidade de segurança, posto que não se engajavam no comércio. Essa forma de propriedade é perfeitamente consistente com a anarquia. Os que possuíam a terra não tinham necessidade de reis". *Idem*, pág. 274.

com o poder militar de uma aristocracia já em processo de diferenciação, o que culminaria na conformação dos nexos de suserania.

Esse panorama permite explicitar o conceito de feudalismo em causa, que, naturalmente, passa à margem das formas sociais da produção: uma economia de sobretudo de subsistência, não necessariamente natural, que corresponderia à "fragmentação da soberania", sob o manto da unidade civilizacional da cristandade. No limite, a ruptura da unidade do Mediterrâneo significava o surgimento de uma nova unidade, a da Europa ocidental cristã. "Não havia mais Bárbaros. O que havia era uma grande comunidade cristã circunscrita pela *ecclesia*. (...) O Ocidente vivia agora sua própria vida. Estava se preparando para revelar suas possibilidades e virtualidades, livre do mundo exterior (...)".[189]

Nessa visão, o processo de dissolução da estrutura feudal seria produto da confluência do crescimento demográfico e do "renascimento" do comércio e da vida urbana, como forças que se potencializam reciprocamente. De fato, há um desenvolvimento mercantil exterior à estrutura feudal dado pela continuidade, mesmo sob domínio muçulmano no espaço mediterrânico, das linhas do comércio venziano, ligado à economia bizantina, e flamengo, diferenciado a partir do comércio escandinavo. Para Pirenne, esses nódulos mercantis, exteriores à estrutura feudal, viriam produzir, num movimento linear, uma sinergia tal, a ponto de estimular o surgimento de novos centros de comércio, novas cidades etc. – num percurso retilíneo, como uma espécie de coluna vertebral européia, que conectava os pólos comerciais venezianos e flamengos. O desenvolvimento das cidades, pelo menos nos espaços mais próximos da influência mercantil, seria o momento crítico de uma lenta dissolução do feudalismo.[190] Para Pirenne, se o crescimento

[189] *Idem*, pág. 283.

[190] Em Pirenne, é fundamental observar que a diferenciação das cidades constitui um movimento essencialmente vinculado ao desenvolvimento mercantil e manufatureiro; as cidades possuem um caráter essencialmente burguês. "Em nenhuma civilização a vida urbana evolui independente do comércio e da indústria. Nem a Antigüidade, nem os tempos modernos são exceções a essa regra. (...) Sua universalidade se explica por uma exigência. De fato, um conglomerado urbano só pode viver com a importação de alimentos do exterior. Mas a essa importação deve corresponder, de outro lado, uma exportação de produtos manufaturados, como sua contraparte em valor. Com isso, se estabelece, entre a cidade e o campo circunvizinho, uma estreita relação de troca. Comércio e indústria são indispensáveis para a manutenção dessa dependência recíproca.". Henri Pirenne. *Medieval cities*, pág. 93. Há aqui, uma inadvertida correspondência direta entre a divisão do trabalho em geral e sua forma especificamente mercantil, o que naturalmente, expressa a tendência à teleologia do conjunto da tese. Nesse sentido, o "renascimento" comercial e urbano se identificam, sem mais mediações e a especificidade da cidade medieval remete somente à radicalização com que se teria processado sua diferenciação diante do campo. "Que a origem dessas cidades está diretamente relacionada, como efeito e como causa, ao renascimento do comércio de que falamos está fora de dúvida. A prova pode ser encontrada na estreita correspondência entre a expansão da troca e o surgimento das cidades.". *Idem*, págs. 94 e 95. Nesse ponto, diante das diferentes possibilidades de caracterização das cidades

demográfico já era, por si, uma força de transformação da estrutura feudal, ao mesmo tempo "(...) o abrandamento do regime senhorial foi proporcional ao desenvolvimento do comércio", ou seja: "(...) foi muito mais rápido nas regiões de grandes cidades e de tráfico intenso"[191]. O "renascimento" da circulação mercantil teria levado, nos espaços mais diretamente ligados à órbita das cidades, a uma transformação nos modos de vida, sobretudo, das camadas senhoriais, manifesta numa tendência à diferenciação do consumo.[192] Essa tendência levaria a certa racionalização da produção, em termos da constituição de uma nova divisão do trabalho, correspondente à especialização do campo e, pois, à destruição do caráter fechado da economia. No entanto, não obstante a elevação da produtividade que pudessem ter representado, por si só, os avanços da divisão do trabalho e a diferenciação do consumo das casas senhoriais chocava-se contra os limites estreitos do excedente, determinado pelas tradições, usos e costumes – e isso, potencializado pela tendência à elevação geral dos preços decorrente do aumento da circulação monetária, dados os limites estruturais à expansão da oferta. Para Pirenne, do ponto de vista dos senhores, a alternativa ao endividamento progressivo e ruína definitiva era a dissolução deliberada do regime de servidão. Se a extração da renda feudal era constitutivamente limitada, a venda da liberdade e a posterior conversão do servo em colono ou arrendatário, já em novos termos, poderia representar um aumento dos ganhos dos senhores.

> A profunda transformação das classes rurais no decorrer dos séculos XII e XIII não é somente conseqüência da crescente densidade da população. Deve-se, também, em grande parte, ao renascimento comercial e ao crescimento das cidades. A antiga organização senhorial, que convinha a uma época em que a falta de mercados exteriores obrigava a consumir os

---

medievais, seja como resquícios romanos, ou como núcleos comerciais, senhoriais ou eclesiásticos, e, mais que isso, diante da necessidade de evitar uma conexão teleológica entre a existência do capital e a constituição do "capitalismo", mesmo que embrionário, parece mais adequada a posição "eclética" de Maurice Dobb. "Em vista do conhecimento limitado de que dispomos, teremos provavelmente de nos contentar por enquanto com uma explicação eclética do surgimento das cidades medievais: uma explicação que atribui peso diferente à diversas influências nos diferentes casos.". "Mas, embora tais comunidades urbanas (...) se constituíssem em corpos estranhos cujo crescimento contribuía para a desintegração da ordem feudal, seria errôneo encará-las, nesse estágio, como microcosmos do capitalismo.". Maurice Dobb. *A evolução do capitalismo*, págs. 84 e 81.

[191] Henri Pirenne. *História econômica e social da Idade Média*, pág. 87.

[192] Entendemos que essa tendência à diferenciação do *consumo conspícuo* das camadas senhoriais devesse ser vista, não como uma manifestação ahistórica do *homem econômico*, produto do cálculo racional subjetivo com vistas à maximização de utilidades; mas, sim, nos termos de Thorstein Veblen, como traço constitutivo da existência de uma *classe ociosa* numa estrutura hierárquica. Nesses termos, a tendência à diferenciação do consumo seria, não uma decorrência direta da expansão do comércio, em si, mas o resultado dessa mesma expansão sobre uma estrutura hierárquica específica – respondendo, pois, a condicinantes "internos" da própria estrutura feudal. Ver: Thorstein Veblen. *A teoria da classe ociosa.*

> produtos do solo no próprio lugar onde eram cultivados, teria necessariamente que desmoronar quando se estabelecessem mercados permanentes que lhes garantissem vendas regulares. Foi isto o que aconteceu no dia em que as referidas cidades começaram a absorver, por assim dizer, a produção dos campos que asseguravam sua subsistência.[193]

A tendência a tomar o "renascimento" do comércio como uma remoção de bloqueios que permitisse o lirve desenvolvimento de um "capitalismo" embrionário latente que "corresponde à *tendência natural* a enriquecer-se", traz, nos mesmos termos das críticas aos riscos de um primado unilateral do progresso das forças produtivas e da divisão do trabalho, a necessidade de problematizações dessa mesma "tendência natural". Para tanto é necessário retomar, uma vez mais, a seguinte observação de Marx:

> O comércio age por isso em todas as partes mais ou menos como solvente sobre as organizações preexistentes da produção, que, em todas as suas diferentes formas, se encontram principalmente voltadas para o valor de uso. *Até que medida, porém, ele provoca a dissolução do antigo modo de produção depende, inicialmente, de sua solidez e articulação interna. E para onde esse processo de dissolução conduz, ou seja, que novo modo de produção entra no lugar do antigo, não depende do comércio, mas do caráter do próprio modo antigo de produção*. No mundo antigo, o efeito do comércio e o desenvolvimento do capital comercial resultavam sempre em economia escravista; conforme o ponto de partida, também na transformação de um sistema escravocrata patriarcal, voltado para a produção direta de meios de subsistência, num sistema voltado para a produção de mais valia. No mundo moderno, no entanto, ele desemboca no modo de produção capitalista. *Deduz-se daí que esses resultados foram condicionados ainda por outras circunstâncias muito diferentes, do que pelo desenvolvimento do capital comercial*.[194]

A tese de que o bloqueio da circulação mercantil, por si só, correspondente à formação das estruturas especificamente feudais, deveria supor, ao menos implicitamente, alguma conexão estrutural entre a circulação, em particular, a circulação no conjunto do espaço mediterrânico, e as formas escravistas clássicas. E, se o que está em jogo, é, tão somente, o bloqueio e o posterior desbloqueio da circulação, nesse caso, cumpre questionar, por que razões, esse "renascimento" do comércio teria produzido, no curso de seu desenvolvimento, uma forma especificamente

[193] Henri Pirenne. *História econômica e social da Idade Média*, pág. 82.
[194] Karl Marx. *O capital*. Livro III, vol IV, pág. 237 (grifos nossos).

"capitalista" em vez de, por exemplo, o "renascimento" também do escravismo, pelo menos no espaço europeu. Sem considerações em torno da natureza da própria estrutura e dinâmica do modo de produção feudal, o problema permanece obscuro. Como vimos, Pirenne mesmo, ao discutir os efeitos do comércio sobre o modo de vida, sobretudo, dos senhores, considera central observar os limites estruturais para um aumento da extração do excedente sob o regime senhorial – se as formas da produção fossem de outra natureza, é possível que o desfecho fosse também outro. Do mesmo modo, se o bloqueio do comércio para o espaço europeu cristão significava, como contrapartida necessária, a reorientação das linhas de comércio para um novo centro, Bagdá, e, pois, a expansão do comércio e da divisão do trabalho no mundo muçulmano, nesse caso, cumpriria questionar também por que razão as formas especificamente capitalistas não se desenvolveram plenamente justamente na confluência entre o Mediterrâneo europeu, a África e a Ásia, ou seja, no Oriente Médio, já a partir do século VIII. É sintomático que, na própria tese de Pirenne, haja encadeamentos que permitem reencontrar pelo menos certos traços da especificidade da estrutura feudal. Primeiro, o papel, quase tão fundamental quanto o "renascimento" do comércio, conferido ao crescimento demográfico. Naturalmente, o movimento demográfico deveria ser entendido à luz da dinâmica da própria estrutura feudal; mas, mais do que isso justamente esse crescimento é a base da formação de uma nova classe de mercadores.[195] Mas, mais do isso, se é possível traçar uma linha de continuidade de uma vida comercial exterior à estrurua feudal e que tende a se espalhar, como no casos extremos de Veneza e Flandres, também é certo que as lutas contra os muçulmanos, os movimentos das cruzadas, foram momentos fundamentais para a reabertura do Mediterrâneo, à exemplo da expansão de Genova ou Pisa. Quanto a isso, é necessário observar que, embora o "renascimento" comércio seja visto como um móvel "externo", Pirenne termina por reconhecer que o movimento

[195] Nesse ponto, tão importante quanto a discussão em torno do caráter das cidades, é a discussão sobre a origem das classes urbanas. Para Pirenne, o crescimento demográfico tedia a chocar-se contra a estrutura rígida da propriedade feudal, produzindo uma massa de despossuídos, fora dos nexos senhoriais. Em correspondência com o primado do caráter mercantil das cidades, essa visão procura criticar as teses em torno da origem senhorial das classes dos mercadores. Precisamente é essa correspondência entre a autonomia das cidades e a origem marginal dos burgueses, habitantes dos burgos, que permite tratar o desenvolvimento do comércio e das cidades como uma força "exterior" à estrutura feudal. "Foi no curso do século X que reapareceu, na Europa continental, uma classe de mercadores profissionais cujo progresso, muito lento de início, se intensificou no século seguinte. O aumento da população, que se manifestou no memo período, está certamente em relação direta com esse fenômeno. Esse processo teve como resultado a separação de um número substancial de indivíduos da terra, levando-os a uma existência marginalizada, característica dos muitos que, nas civilizações agrícolas, não econtram raízes na terra. (...) É entre essa população de desterrados aventureiros que os primeiros adeptos do comércio devem, sem dúvida, ser procurados." Henri Pirenne. *Medieval cities*, págs. 80 e 81.

de conjunto das cruzadas só poderia ser entendido à luz da estrutura e dinâmica "interna" do feudalismo[196] – nesse ponto, talvez seja possível dizer que a luta contra os muçulmanos, ou as cruzadas, traduz-se como uma das mediações da luta de classes que permite transitar da estrutura à dinâmica feudal e que permite reconsiderar o estatuto da divisão do trabalho na transição.

Debate da transição

Contribuições de Dobb e Sweezy

O conceito de *modo de produção* encerra uma problemática da *transição*. Nessa chave, feudalismo e capitalismo marcam totalidades distintas, exprimindo especificidades determinadas. Só nesses termos, há uma problemática da *transição* de um modo de produção a outro, de uma totalidade a outra.

Nos estudos de Maurice Dobb, embora a construção do conceito de "modo de produção" postulasse determinada organicidade entre as dimensões das relações de produção e das forças produtivas, há uma tendência a se estabelecer o primado das primeiras.[197] Isso significa que, nos modos de produção feudal e capitalista, as chaves epistemológicas para uma circunscrição da totalidade residiriam, respectivamente, no predomínio da servidão e do salariato. Portanto, o conjunto da problemática da transição se consubstancia no processo de cisão entre os produtores diretos e as condições de produção e a correspondente mercantilização da força de trabalho, como pressupostos da gênese e desenvolvimento da relação-capital. Nessa visão, o movimento

[196] "Considerada desse ponto de vista, a Cruzada foi essencialmente a grande guerra feudal, em que a feudalidade ocidental agiu como um corpo, e, por assim dizer, em comum acordo. (...) Não surpreende que a Cruzada tenha recrutado sua tropas principalmente das regiões em que o sistema feudal era mais avançado – da França, Inglaterra, Países Baixos, e da Itália normanda. (...) Sem a cavalaria a Cruzada seria impossível, porquanto fosse, acima de tudo, uma empresa de cavaleiros e nobres.". Henri Pirenne. *A history of Europe*, vol I, págs. 176 e 177.

[197] Quanto ao conceito de modo de produção, Marx "(...) não se referia apenas ao estado da técnica – ao que chamou de estágio de desenvolvimento das forças produtivas – mas ao modo pelo qual se definia a propriedade dos meios de produção e as relações sociais entre os homens que resultavam de suas ligações com o processo de produção.". Maurice Dobb. *A evolução do capitalismo*, pág. 17. "Seria engano, no entanto, supor que tais relações sociais fossem o reflexo passivo de processos técnicos e ignorar a medida em que as modificações nelas ocorridas exercem uma influência recíproca, às vezes decisiva, sobre a forma de desenvolvimento. Na verdade, elas são a concha dentro da qual tem lugar o próprio crescimento técnico. (...) pareceria seguir-se que qualquer modificação nas circunstâncias que afetam a venda dessa mercadoria decisiva, a força de trabalho (...) deve afetar vitalmente a prosperidade do sistema e com isso o ímpeto de seu movimento (...) e a marcha da técnica.". *Idem*, págs. 31 e 32.

dos modos de produção seria condicionado pela reprodução de um conjunto predominante de relações entre classes, que engendra mudanças quantitativas – referidas também à dinâmica das forças produtivas –, que, por sua vez, em certo ponto, confrontam-se com as próprias formas de dominação estabelecidas. No momento de crise estrutural, a dinâmica da luta de classes seria a mediação fundamental que revelaria as possibilidades históricas de represamento das mudanças quantitativas em curso ou de ruptura qualitativa da estrutura em causa. Assim, o movimento subjacente à crise do feudalismo, ponto de partida da transição, estaria na própria reprodução das relações feudais – nessa chave, praticamente, reduzida à reprodução da servidão.

Em particular, isso conduz à crítica de concepções que fazem circunscrever o *capitalismo* como um domínio próprio da circulação, como o faz Pirenne – e, como vimos, posteriormente, a seu modo, Braudel. Se o comércio e o dinheiro – e, no limite, o capital – existem nas formações mais remotas, como no caso do próprio feudalismo, uma definição de "capitalismo" que recaísse sobre a esfera da circulação terminaria por sugerir um nível de generalidade tal que faria diluir a própria *differentia specifica* da modernidade. Nesse ponto, fica evidente a necessidade, discutida noutro capítulo, de problematizar a precedência do capital em relação ao modo de produção propriamente capitalista. Ao contrário, em Dobb, o capital mercantil, como forma autônoma, estaria em conexão estreita com a estrutura feudal e, mesmo que, em certa medida, operasse em favor das mudanças, no momento crítico de consumação da transição, revelar-se-ia como força contrária às transformações correspondentes à constituição definitiva do capitalismo. Essas formulações contém a crítica de teses clássicas como as de Pirenne, e que viriam ser retomadas por Sweezy, que postulam que um suposto "renascimento" do comércio e da circulação monetária – como vimos, correspondente a um "renascimento" das cidades – teriam operado como o móvel fundamental da dissolução do "feudalismo".

> O que diferencia o uso dessa definição quanto às demais é que a existência do comércio e do empréstimo de dinheiro, bem como a presença de uma classe especializada de comerciantes ou financistas, ainda que fossem homens de posses, não bastam para constituir uma sociedade capitalista. Os homens de capital, por mais aquisitivos, não bastam – seu capital tem que ser usado na sujeição do trabalho à criação de mais-valia no processo de produção. (...) significa que, se estivermos certos, o aparecimento de uma classe puramente mercantil não terá por si só significado revolucionário; que seu surgimento exercerá influência muito menos fundamental sobre a configuração econômica da sociedade do que o surgimento de uma classe de capitalistas cujas fortunas estejam

> intimamente ligadas à indústria; e que, embora uma classe dominante, quer de proprietários de escravos, quer de senhores feudais, possa passar a comerciar ou entrar em aliança íntima com comerciantes, é improvável que uma classe mercantil, cujas atividades são essencialmente as de intermediário entre produtor e consumidor, procure converter-se em uma classe dominante naquele sentido radical (...). Como sua riqueza tenderá a se prender ao modo de produção existente, será mais provável que seja induzida a preservar esse modo de produção, ao invés de transformá-lo. Ela deverá esforçar-se por "entrar" numa forma existente de apropriação do trabalho excedente, mas não é provável que tente modificar essa forma.[198]

Em Dobb, o modo de produção conforma-se como um complexo de formas que, em particular, podem ser também germes de novas formações ou resquícios de velhas, de maneira que, o nexo central que confere organicidade a determinado modo de produção é uma forma específica que, não sendo a única, exerce uma "influência preponderante" sobre as outras. Nesse sentido, para Dobb, o ponto crítico da transição não é propriamente o surgimento de uma nova forma, mas o momento em que se redefinem as relações de dominância de umas sobre as outras. São precisamente esses o pontos críticos que correspondem às revoluções sociais. Naturalmente, se o "capitalismo" é tomado como uma força latente que traspassa a história, como no exemplo das definições que reduzem toda a problemática à mera existência do capital, nesse caso, fica esfumaçada a mudança qualitativa – o problema propriamente da "transição" – e a especificidade da modernidade será vista sob o prisma da mera expansão quantitativa do domínio do capital.[199] Em contraste, aqui, trata-se essencialmente da transição da dominância da servidão à dominância da mercantilização da força de trabalho, base da relação-capital.

Nesse movimento, Dobb considera a possibilidade da vigência de períodos de transição "comparativamente breves", em que haveria um equilíbrio entre as velhas e as novas formas, como combinações de elementos "inerentemente instáveis".[200] Sob esse prisma, reverberando uma sugestão já contida n'*O Capital*, haveria, não um, mas dois momentos fundamentais na

[198] *Idem*, págs. 17 e 27.
[199] "A opinião de que o desenvolvimento se caracteriza por revoluções periódicas permanece, portanto, em contraste com as opiniões de desenvolvimento econômico exclusivamente modelado em termos de variação quantitativa contínua, que vêem a mudança como uma simples função de algum fator crescente, seja ele população, produtividade, mercado, divisão do trabalho ou estoque de capital.". *Idem*, pág. 21.
[200] "(…) a não ser por *intervalos de transição comparativamente breves*, cada período histórico é modelado sob a influência preponderante de uma forma econômica única (...). há uma qualidade nas situações históricas que, ao mesmo tempo, propicia a homogeneidade de configuração a qualquer tempo dado, e torna *os perídos de transição, quando existe um equilíbrio de elementos discretos, inerentemente instáveis*.". *Idem*, págs. 21 e 22 (grifos nossos).

transição, de modo que, a crise do feudalismo no século XIV e o domínio definitivo do capital na esfera da produção, entre os séculos XVI e XVII, especificamente na Inglaterra, constituem processos distintos. Nesse ponto, entendemos que essa distinção talvez pudesse contribuir para evitar um raciocínio teleológico, porquanto permitisse considerar a possibilidade de que a crise estrutural representasse um quadro geral de indeterminação cujo desfecho fosse definido no espaço da luta de classes – como vimos noutro capítulo: reconstituir a história da formação do capitalismo supõe que se considere a hipótese de que o próprio capitalismo não tivesse surgido.[201] No entanto, sempre que o conceito de "modo de produção" em causa terminasse por circunscrever-se à dimensão das relações de produção, haveria o risco de um tratamento mecânico do "período de transição". Entendemos que esse tipo de definição traria o risco de uma mera justaposição dos "modos de produção" em causa – o "feudalismo" em decomposição e o "capitalismo" em desenvolvimento –, o que faria obscurecer a possibilidade de conexões orgânicas entre os dois e, entre estes e todas as demais formas "intermediárias". Mas, para tanto, seria necessário que o conceito de "modo de produção" adquirisse um sentido mais totalizante. É sintomático que, mesmo tendo definido esse período como "transitório", Dobb, enfim, terminasse por lhe atribuir um caráter predominantemente "feudal".[202]

A questão não é meramente semântica e diz respeito à identificação da classe dominante e, pois, como veremos, do caráter do Estado no período. Por ora, cumpre somente observar que esse tratamento corresponde a uma posição que, embora considere a crise do velho modo de produção e o predomínio definitivo do novo como processos distintos, de outro lado, procura estabelecer um nexo entre a mudança qualitativa nas formas de produção e propriedade e a revolução social. Nesse sentido, Dobb propõe três momentos fundamentais na constituição do capitalismo e que se seguem à crise: no século XVI, a expansão da subsunção formal do trabalho

[201] Entendemos que, na medida em sugiram a mesma separação entre os momentos da dissolução do feudalismo e da constituição do capitalismo, certas formulações de Marx em torno do problema permitem essa leitura. Em particular, ao considerar as possibilidades criadas pelo estabelecimento da forma monetária da renda fundiária, Marx observa duas formas extremas de propriedade, entre um conjunto de formas intermediárias, que emergem da dissolução do feudalismo, a propriedade de livre – ou seja: a autonomização do "pequeno modo de produção" – e a propriedade tipicamente capitalista. "Em seu desenvolvimento ulterior, a renda em dinheiro deve levar – abstraindo-se de todas as formas intermediárias, como por exemplo, o pequeno arrendatário rural –, quer à transformação do solo em propriedade camponesa livre, quer à forma do modo de produção capitalista, à renda que o arrendatário capitalista paga.". Karl Marx. *O Capital*, livro III, vol V, pág. 240.

[202] Nesse ponto, é preciso ter em conta a observação de Sweezy de que essa periodzação correspondente à Inglaterra. Sua transposição para o continente, exigiria que se considerasse o período entre os séculos XVII e XVIII. Ver: Paul Sweezy: "Uma tréplica". In Paul Sweezy *et alii*. *A transição do feudalismo para o capitalismo*, nota 5

ao capital, que corresponde à ascensão das formas capitalistas e à diferenciação de uma burguesia revolucionária; no século XVII, a revolução burguesa, que cria um novo marco histórico para o desenvolvimento do capital e da burguesia; na passagem do século XVIII ao XIX, a revolução industrial e, pois, a subsunção real, que, como decorrência do novo marco histórico criado pela revolução burguesa, exprime o desenvolvimento das forças produtivas correspondentes às novas formas.

Isso posto, cumpre destacar os pontos do debate entre Dobb e Sweezy mais diretamente ligados a este trabalho.

Ao definir feudalismo sob o primado do nexo fundamental da servidão, e esta como "(...) obrigação imposta ao produtor pela força e independente de sua vontade para satisfazer certas exigências econômicas de um senhor, quer tais exigências tomem a forma de serviços a prestar ou de taxas a pagar em dinheiro ou em espécie (...)"[203], à luz de uma leitura do capítulo de Marx em torno da renda diferencial que procura observar o fundamento comum das diversas formas de renda, Dobb desloca o eixo da discussão da problemática da comutação das prestações para a da ruptura da forma de propriedade feudal. Ou seja: definitivamente não se trata da transição da produção de valores uso para a produção de mercadorias; mas, sim, da cisão da unidade entre os produtores diretos e as condições de produção. Se isso supõe, portanto, a possibilidade de uma coexistência entre a forma feudal, baseada essencialmente no trabalho servil, e o mercado, no limite, o próprio capital, o motor da transição não estaria no chamado "renascimento" do comércio. A exemplo da "segunda servidão" típica da Europa oriental, o trabalho servil pode, ou não, combinar-se com a produção de mercadorias. Nesse sentido, é possível observar conexões entre o modo de produção feudal e o capital mercantil.

Com efeito, toda essa construção leva à centralidade do conflito de classes constitutivo da relação social básica do modo de produção, o conflito entre senhores e servos, como o móvel fundamental da crise e da transição – um problema que, no debate, tomou a forma de uma contraposição entre a centralidade dos móveis *internos* ou *externos*. Naturalmente, Dobb não desconsidera o papel da expansão do comércio – dos "fatores externos" –; sustenta, sim, que numa "interação" entre o conflito de classes e a expansão da mercantilização, foi a primeira dimensão que condicionou os termos dos efeitos da segunda, que enfim, moldou o sentido geral

[203] Maurice Dobb. *A evolução do capitalismo*, pág. 44.

do processo. Noutros termos, a "influência" dos "fatores externos" se faz por meio dos "fatores internos".[204]

O suposto é que o feudalismo tem uma dinâmica interna, determinada na dimensão das relações de produção. No entanto, embora Dobb tenha proposto uma definição geral de servidão, que sublinha os traços comuns à todas as formas de extração da renda feudal, reconhece que, para a apreensão da dinâmica "interna", é necessário distinguir suas expressões mais específicas, nas formas da renda em trabalho, em produto ou dinheiro – sendo esta última, a forma realmente dinâmica.[205] Dados os limites das forças produtivas, a necessidade crescente de rendas leva a uma pressão progressiva sobre os produtores. O crescimento demográfico, a generalização da guerra e do banditismo, a diferenciação do consumo, a elevação dos custos envolvidos na coerção dos camponeses etc.; tudo isso leva a uma potencialização da tendência à exploração, o que cria um estado crônico de revoltas, fugas e, no limite, a exaustão dos camponeses. Retroativamente, esse quadro corrói as bases da produção, ao mesmo tempo em que faz aumentar a necessidade de rendas, o que, novamente, potencializa as pressões sobre camponeses, reproduzindo as tensões etc. Enfim, o resultado final foi a crise estrutural do modo de produção feudal. Diante disso, em função das condições concretas da luta de classes, ou, da correlação de forças entre senhores e camponeses, em que têm papel fundamental a quantidade relativa de trabalhadores à disposição, bem como o eventual valor da força de trabalho, as camadas

[204] "(…) houve uma *interação* dos dois, ainda que a ênfase, na verdade recaia sobre as contradições internas; pois essas, acredito, operaram em todos os casos (ainda que em época bastante diferentes), e tendo em vista que elas determinaram a forma e a direção particulares dos efeitos provocados pelas influências externas. (...) O que afirmo é que comércio exerceu sua influência na medida em que acentuou os conflitos internos no antigo modo de produção.". Maurice Dobb: "Uma réplica". In Paul Sweezy *et alii*. *A transição do feudalismo para o capitalismo*, pág. 60.

[205] Entendemos que este é um problema que deriva da restrição do conceito de modo de produção à forma da produção – que obscurece o fato de que as formas são criadas e recriadas em totalidades distintas e que, em cada totalidade ganham um sentido próprio. Nesse ponto, revela-se o problema. Dobb é levado a conceber um modo de produção feudal, onde quer que tenha existido a servidão. Mas, posto que as diversas totalidades que contém quaisquer tipo de forma servil produzem também diversos processos históricos, diversas dinâmicas, nesse caso, corre-se o risco de se procurar os determinantes fundamentais em forças "exteriores" ao próprio conceito de modo de produção, por mais que se proponha explicitamente o contrário. Nesse ponto, por exemplo, Dobb precisa enfrentar o problema das formas de renda no chamado "modo de produção asiático" e explicar por que razão, ao contrário da forma européia, essa é uma formação essencialmente estática. E Dobb recorre justamente àquilo que de início, considerou perfunctório à definição: a existência no feudalismo europeu de uma forma monetária da renda, em contraste com a variante asiática em que predomina a renda em produto. De todo o modo, parece não haver, no conjunto da explicação, um tratamento mais sistemático do modo como essa especificidade confere um dinamismo particular ao feudalismo. O problema tem desdobramentos mais profundos. As dificuldades de explicar a evidente especificidade da dinâmica de um suposto "feudalismo" colonial latino-americano face ao "feudalismo" medieval europeu, ou do "escravismo" colonial moderno face ao "escravismo" clássico, revelam os limites desse tipo de conceitualização. Voltaremos ao tema. Ver: Carlos Alberto Corodovano Vieira. *Interpretações da colônia*.

senhoriais poderiam encontrar uma saída, paradoxalmente, numa mitigação das exações ou, no limite, na manumissão, com a substituição da exação pelo contrato. A mitigação da servidão levou à emancipação do chamado "pequeno modo de produção"; seria, precisamente, por força de uma diferenciação nos marcos desse "pequeno modo de produção" – diga-se: potencializada pelo comércio – que a forma do salariato viria tornar-se predominante, demarcando a transição ao capitalismo.[206]

Somente num estágio avançado de decomposição do feudalismo, o capital, efetivamente, penetra na produção. Nesse ponto, Dobb propõe retomar a discussão de Marx em torno das duas vias. Como vimos, na primeira, a via verdadeiramente revolucionária, o processo de acumulação é engendrado na esfera da própria produção, por meio da diferenciação de uma camada de pequenos capitalistas enriquecidos. Na outra, embora o capital tenda a exercer o domínio progressivo sobre a produção, o processo de acumulação permanece centrado nos circuitos da circulação. Aqui, é necessário observar que, em Marx, se o capital o mercantil nasce restrito à esfera da circulação, explorando, como mediador, os extremos das trocas, no curso de seu desenvolvimento, tende a ligar-se, como forma autônoma, ao velho modo de produção.[207] A segunda via constitui-se, na verdade, como um "modo de transição", que cumpre um papel central na acumulação primitiva. Mas, no momento crítico da ruptura – ou seja: na revolução burguesa e na revolução industrial – tende a cristalizar-se como um obstáculo à mudança. Concretamente, mesmo que o capital mercantil tenda a subordinar a produção, como no caso do sistema de trabalho a domicílio, o eixo da acumulação permanece o domínio monopolista dos circuitos mercantis, no sentido de que essa subordinação da produção visa basicamente potencializar lucro obtidos na circulação. Assim, o capital mercantil opera em favor do movimento geral de transição, mas não revoluciona a esfera da produção. Em contraste, a diferenciação dos produtores, pequenos capitalistas, só pode consolidar-se pela criação de uma

[206] "Ninguém está sugerindo que a luta de classes dos camponeses contra os senhores deu origem, de maneira simples e direta, ao capitalismo. O que ela fez foi modificar a dependência do pequeno modo de produção em relação à suserania feudal e, com o tempo, libertar o pequeno produtor da exploração feudal. Foi, portanto, do pequeno modo de produção na medida em que ele assegura independência de ação, e em que a diferenciação social, por sua vez, se desenvolve no seu interior) que o capitalismo nasceu." Maurice Dobb: "Uma réplica". In Paul Sweezy *et alii*. *A transição do feudalismo para o capitalismo*, pág. 59.

[207] Nesse ponto, é preciso observar que esse capital mercantil que se vincula à produção corresponde, em geral, a uma fração menos concentrada, ligada aos circuitos do mercado interno. Nesse espaço, a pressão da concorrência leva o capital mercantil a pressionar para baixo os custos de produção. No que se refere ao comércio de longa distância, em que a força dos monopólios garante o lcro estritamente mercantil, o capital tende a permanecer na órbita mesmo da circulação.

nova estrutura técnica correspondente às necessidades de exploração da força de trabalho – o que culmina na revolução industrial. No entanto, se o poderio do capital mercantil em conexão com as monarquias e com o sistema colonial permite uma acumulação sistemática substancial, o processo metódico de diferenciação de uma classe de pequenos capitalistas produtores permite uma acumulação mais lenta, o que Marx chamou de "marcha de lesma". Justamente por isso, dirá Dobb, a primeira via precisa abrir caminho com o suporte de um Estado efetivamente burguês. Nesse ponto, Dobb estabelece o nexo fundamental, dada a transição à forma especificamente capitalista, entre a revolução burguesa e a revolução industrial, o que permite qualificar a primeira via como revolucionária – e a segunda, como mero "modo de transição".[208]

Para Dobb, essa penetração do capital na produção é o ponto crítico da transição:

> A posição do artesão começava já a se aproximar da de um simples assalariado, e, nesse particular, o sistema estava muito mais próximo da "manufatura" do que dos artesanatos urbanos mais antigos, ainda que tanto a indústria doméstica quanto a "manufatura" se assemelhassem à indústria da guilda na natureza do processo produtivo e dos instrumentos usados, partilhando assim um contraste comum com a produção fabril da Revolução Industrial. A subordinação ao capital e o aparecimento dessa relação de classe entre capitalista e produtor devem, portanto, ser encarados como o divisor crucial entre o antigo modo de produção e o novo, mesmo se alterações técnicas por nós associadas à Revolução Industrial fossem necessárias tanto para completar a transição quanto para dar horizonte ao amadurecimento completo do modo de produção capitalista e do grande aumento do poder produtivo do trabalho humano que lhe está associado.[209]

Quanto a isso é necessário observar que o caráter essencialmente formal da subsunção do trabalho ao capital corresponde a um metabolismo determinado. Somente sob forças produtivas

[208] Nesse ponto, fica evidente um vínculo entre a revolução burguesa a uma tendência ao liberalismo – embora o conceito de modo de produção em tela permita a distinção entre os dois termos. De todo o modo, nas visões como as de Dobb, a passagem à modernidade põe em causa a ascensão de uma certa burguesia que vem de estratos médios, contraposta ao caráter nobiliárquico do Antigo Regime – a que se vincula a conexão estreita entre violência direta e acumulação, por meio dos monopólios comerciais e do mais puro rentismo, próprios do capital mercantil – e que encarna um projeto progressista. De certa forma, conquanto os conceitos de capital e, mais propriamente, de mais-valia – fundada na expropriação prévia dos produtores –, ponham em causa uma estrutura de dominação, em que a equalização restrige-se a um fenômeno de superfície, a visão de uma burguesia média progressista contraposta à grande burguesia mercantil e ao Estado absolutista, à pilhagem pura, traz à modernidade um traço de equalizador – ainda que somente em comparação com as velhas estrutura nobiliárquicas. No entanto, entendemos que, a posterior transição ao capitalismo monopolista sob domínio da forma financeira do capital traz à tona, de volta, a natureza de certo modo oligárquica da alta finança e da grande burguesia.

[209] Maurice Dobb. *A evolução do capitalismo*, pág. 148.

especificamente capitalistas, o movimento do capital pode recriar permanentemente as condições de sua própria reprodução, recriando, em cada momento, a relação-capital. É nesse sentido, que propomos traduzir formulações tais como "(...) amadurecimento completo do modo de produção capitalista (...)". Mas isso exige um exame do estatuto das conexões entre produção e circulação, bem como, entre as diversas dimensões da vida social. A subsunção formal, ligada a um regime de mais-valia absoluta, revela o quadro de uma produção já radicalmente mercantil, mas que não reproduz, no curso de seu próprio metabolismo, a expansão dos mercados. Em contraste com o capitalismo plenamente constituído, que converte a circulação num momento subordinado do movimento autorreferido do capital, na subsunção formal, a produção depende de uma expansão prévia e relativamente autônoma dos mercados. Mas, posto que essa expansão é obra do capital mercantil, cujo movimento, como vimos, também não é autorreferido, as dinâmicas da produção e da circulação dependem do concurso da coerção "extra-econômica". Nesse sentido, dependem também de uma certa rearticulação entre as diversas dimensões da vida social – em particular, da posição central do Estado. Não está, pois, em causa um "regime do capital" em que, por força de uma expansão autorreferida do próprio capital, o "econômico" se constituísse como dimensão diferenciada, relativamente autônoma. Daí porque, não é possível pensar o "período transitório" como mera justaposição mecânica de dois modos de produção – não se trata, pois, somente, de um "capitalismo em ascensão" contido pelo parasitismo de um "feudalismo em decomposição". Mas esse entendimento supõe um conceito de modo de produção que não fosse, praticamente, restrito à dimensão das formas da produção, bem como uma problematização da transição que não se resumisse na passagem de uma forma econômica a outra. Voltaremos ao tema.

Por ora, cumpre observar que, em Dobb, a consumação da transição ao capitalismo deve-se à capacidade desse novo capital subverter a velha ordem. De um lado, seria necessário que o capital industrial destruísse o domínio do capital mercantil, para desviar o curso da acumulação em favor da produção, libertando o circuito capitalista do círculo vicioso da circulação mercantil. De outro, seria preciso que uma agricultura tipicamente capitalista dissolvesse os resquícios da propriedade feudal, para potencializar a criação de um proletariado e de um mercado interno para essa mesma produção, para a indústria. Mas, postos os limites a seu crescimento quantitativo, esse novo capital só poderia abrir caminho por meio da revolução – naturalmente, em oposição a um entrelaçamento entre o capital mercantil concentrado monopolista e a grande propriedade da

terra[210]. No embate político, a monarquia encarnava a velha ordem feudal, ao mesmo tempo em que se vinculava ao capital mercantil concentrado em virtude de nexos financeiros.[211] Para Dobb, a revolução, sob uma nova política mercantilista, de caráter efetivamente nacional, destruía velhos monopólios, consolidava a propriedade capitalista no campo, promovia a conexão entre o novo capital mercantil e a produção, principalmente o capital manufatureiro, e, enfim, abria caminho para o predomínio do capital industrial. Em suma: a "(...) revolução burguesa na Inglaterra do século XVII (...) conseguiu o bastante para acelerar muitíssimo o crescimento do capital industrial no meio século seguinte – crescimento que ultrapassava em muito o de outros países, os quais ainda careciam de um levante político semelhente – e preparar o terreno para a Revolução Industrial do século seguinte"[212].

Na crítica de Sweezy, basicamente referenciada na tese de Pirenne, retorna a centralidade do "renascimento" do comércio. No entanto, mais do que isso, a discussão em torno do "móvel externo" põe em causa o difícil problema das tensões entre conceitualização e reconstituição que marcam o materialismo histórico. Nesse ponto específico, entendemos, que a crítica de Sweezy abre caminho para uma problematização fecunda da concepção de Dobb. Desde logo, para enfrentar a polêmica dicotomia entre "móvel interno" e "externo", cumpre questionar, em primeiro lugar, "interno" ou "externo" a quê. Ou seja: no cerne da discussão há uma problematização do próprio conceito de modo de produção. A crítica de Sweezy é fecunda, entendemos, na medida em que observa que a tendência à restrição do conceito de modo de produção à dimensão das relações de produção predominante obscurece o fato de que, como vimos, as mesmas formas são criadas e recriadas em totalidades distintas e, com isso, tomam parte em movimentos históricos também distintos, prenhes de *sentidos* distintos. De tal sorte que,

[210] Nesse ponto, Dobb reconhece a presença de um novo capital mercantil revolucionário, excluído dos circuitos monopolistas. Para um tratamento exaustivo do tema, ver: Robert Brenner. *Merchants and revolution*.

[211] "(...) o desafio parlamentar às concessões feitas pelos soberanos em privilégios e monopólios econômicos constituiu a questão central na irrupção da revolução no século XVII. (...) Em linhas gerais, parece ser verdade que aqueles setores da burguesia que tinham qualquer raiz na indústria, fossem fabricantes de roupas provinciais ou mercadores de uma Livery Company londrina que tinham usado seu capital para organizar a indústria no campo, constituíam adeptos sem reservas da causa parlamentarista. (...) Por outro lado, os elementos mais distantes da participação ativa na indústria, que tinham investido em terras e títulos e se tornado predominantemente *rentiers* e ociosos (...) sentiram seus interesses ligados à estabilidade da ordem existente e tenderam a dar seu apoio ao rei. (..) Mas o novo exército cromwelliano e os independentes, que eram a verdadeira força impulsora da revolução, extraíam seu poder principal dos centros manufatureiros provinciais e, como se sabe, de alguns setores da *squirearchy* e dos tipos menor e médio do pequeno fazendeiro, que preponderavam no Leste e no Sudeste.". Maurice Dobb. *A evolução do capitalismo*, págs. 172 e segs.

[212] *Idem*, pág. 180.

se o conceito é restrito, se o "escravismo" e o "feudalismo" encontram-se onde quer que haja formas "escravistas" ou "servis", a necessidade de procurar as especificidades históricas pode conduzir à chaves postas fora do que se designa como modo de produção – e o conceito deixa de ser central.[213]

> *Alguma* forma de servidão pode existir em sistemas que nada têm de feudal; e mesmo como relação dominante de produção, a servidão tem estado associada com diferentes formas de organização econômica em diferentes épocas e em diferentes regiões. (...). Segue-se daí, penso eu, que o conceito de feudalismo segundo Dobb é demasiadamente genérico para ser aplicável diretamente ao estudo de uma região determinada num período determinado. Ou, em outras palavras, o que Dobb está definindo não é em verdade *um* sistema social mas uma família de sistemas sociais, todos baseados na servidão. Ao estudar problemas históricos específicos, é importante saber não apenas que se está lidando com feudalismo, mas também com qual membro dessa família. (...) Parece-me, portanto, que ele deveria apontar com grande clareza quais são, para ele, as principais características do feudalismo da Europa ocidental, fazendo em seguida uma análise teórica das leis e tendências de um sistema dotado dessas características.[214]

Justamente na tentiva de enfrentar esses limites, Sweezy propõe, em lugar desse conceito específico de modo de produção, uma definição em termos de um "*sistema* de produção". Não há, contudo, um tratamento mais circunspecto de tal definição. Em certo ponto, fazendo ecoar a idéia do "caráter mediterrâneo" de Pirenne, Sweezy sugere que o "feudalismo" ocidental devesse ser enquadrado nos marcos mais vastos de uma "economia europeu-mediterrânea" o que, enfim, parece permitir que se confira centralidade às tensões derivadas da coexistência de *sistemas de produção* para o *uso* e para *troca*. Nesses termos, o comércio seria "móvel externo" ao "modo de produção", mas simultaneamente "interno" ao espaço da "economia europeu-mediterrânea". Com isso, Sweezy pretende tratar a transição sob o prisma da transformação de um sistema de produção para o *uso* num sistema de produção para a *troca*, destacando como eixo fundamental o caráter solvente do comércio e do dinheiro. Naturalmente, tanto quanto Dobb, Sweezy também entende que, historicamente, as conexões entre os conflitos constitutivos do regime servil e a

[213] É sintomático como esses problemas são contornados com saídas semânticas como a recorrência a uma suposta "forma clássica", ou, principalmente nos debates sobre os "modos de produção coloniais", a "formas semi-feudais", "formas híbridas" etc. Carlos Alberto Cordovano Vieira. *Interpretações da colônia.*

[214] Paul Sweezy: "Uma crítica". In Paul Sweezy *et alii*. *A Transição do feudalismo para o capitalismo*, págs. 33 e 34.

expansão do comércio se materializam por meio de influências recíprocas, num processo de "interação". No entanto, Sweezy postula, claro, a centralidade do comércio. A opção por *sistema* e, pois, a ênfase no caráter de produção para o uso na definição do feudalismo – o que corresponde à centralidade do "móvel externo" – não é arbitrária. Sweezy procura sustentar que, justamente esse caráter de produção para o uso, mais do que a especificidade da forma servil, estaria na base dos limites postos à necessidade de engrendrar-se, digamos, uma "reprodução ampliada" e autorreferida da "economia" feudal. Isso daria ao feudalismo, no que respeita ao movimento das forças produtivas – e, pois, à contradição entre essas e as relações de produção – um caráter essencialmente estável. Ou seja, num *sistema* orientado no sentido das necessidades dos senhores e dos camponeses, essas, por sua vez, delimitadas por um regime de produção e de apropriação do excedente dado segundo as tradições do direito consuetudinário e da religião, não haveria estímulos "internos", ou, pelo menos, estímulos que fossem fortes o suficiente para levar a transformções estruturais, ao progresso das forças produtivas ou à agudização dos conflitos de classes. Noutros termos, a magnitude do mais-trabalho é um dado. Por isso, para Sweezy, o centro é o caráter da produção para o uso, o que está estreitamente ligado à necessidade de um "móvel externo" para a mudança.

Quanto à mudança, se o que está em causa é o efeito corrosivo do comércio e do dinheiro sobre a produção para o uso e, se, naturalmente, o capitalismo não é a troca simples, nesse caso, Sweezy, em confluência com Dobb, postula uma separação entre os momentos de dissolução do feudalismo e de predomínio do capitalismo. No entanto, o fato de Dobb conferir centralidade à transição nas formas da produção em conexão com a revolução burguesa – e a revolução como pressuposto para que a "primeira via" culminasse na grande indústria – o leva a definir o período "transitório" como essencialmente feudal. De outro lado, Sweezy, que procura na transição à produção para a troca a chave de uma nova dinâmica, com necessidades próprias de expansão *vis-à-vis* a produção para uso, trata o período como, de fato, *transitório*; um período que "(...) não foi uma simples mistura de feudalismo e capitalismo: os elementos predominantes não eram *nem* feudais *nem* capitalistas"[215]. Entendemos que essa é uma senda fecunda para que se possa superar os riscos de tratar o período transitório como mera justaposição mecânica de modos de produção e, com isso, perder nexos que pudessem conferir uma organicidade a esses dois ou três

[215] *Idem*, pág. 49.

séculos "suspensos". Mas posto que, em Sweezy, o conceito de "sistema" se ressente de um tratamento mais circunspecto, não ficam suficientemente explícitas as teias dessa organicidade. Sweezy define o período transitório como "produção pré-capitalista de mercadorias", como um *sistema* que corrói o feudalismo – a produção para o uso – ao mesmo tempo em que cria as condições para o capitalismo.[216] Esse sistema, justamente por ser *transitório*, não possui a estabilidade de um modo de produção, pois que não é conformado por uma estrutura de dominação sedimentada, sendo antes o produto de um equilíbrio de classes constitutivamente instável – que, para Sweezy, reverberando Engels, seria a base da monarquia absolutista.[217]

Nesses termos, para Sweezy, o móvel fundamental da transição é a retomada do comércio de longa distância, que teria levado à diferenciação das cidades, como centros produtores de mercadorias – em princípio, para esse mesmo comércio. Essa diferenciação exigia uma produção subsidiária, o que significava o desenvolvimento de uma divisão do trabalho entre o campo e a cidade e, pois, a transformação, nos velhos nódulos feudais circunvizinhos, da produção para o uso em produção de mercadorias. Como contrapartida da divisão do trabalho e da especilização, o campo também teria a necessidade de uma produção subsidiária localizada nas cidades. Ou seja: destrói-se progressivamente a unidade entre a agricultura e a indústria rural, de modo a que se criassem teias de um comércio local. Assim, se o comércio de longa distância e, pois, o capital mercantil, constitui-se como um primeiro "móvel externo" que precipita as mudanças, uma vez dinamizado o comércio local, estabelece-se um jogo de determinações recíprocas entre a produção para o uso e a produção para troca já consolidada, de forma que o próprio capital mercantil, força efetivamente demiurgica, poderia deslocar-se, pelo menos na superfície, a uma posição secundária. Nesse movimento, os avanços da divisão do trabalho e da especialização

[216] "Chamarei o sistema que prevaleceu na Europa ocidental durante os séculos XV e XVI simplesmente de 'produção pré-capitalista de mercadorias' para signifcar que foi o crescimento da produção de mercadorias o que primeiro solapou o feudalismo e que, um pouco mais tarde, depois desse trabalho de destruição se encontrar praticamente concluído, preparou o terreno para o desenvolvimento do capitalismo.". *Idem.* Aqui, é preciso observar que essa "produção pré-capitalista de mercadorias" não significa "produção simples de mercadorias", nos termos do primeiros capítulos d'*O Capital*. Isso porque esse passo *lógico* de Marx, funcional à construção da teoria do valor, pressupõe uma sociabilidade de produtores atomizados em certo plano que abstrai o problema da propriedade sobre as condições de produção. Naturalmente, isso não está em causa quando se transita ao plano do *processo histórico concreto* – e, aqui, não se trata de uma sociedade de produtores proprietários atomizados. Ver: Isaak Rubin. *A teoria marxista do valor*.

[217] "Estamos certos, penso eu, em concluir que, se bem a produção pré-capitalista de mercadorias não fosse nem feudal nem capitalista, tampouco era um sistema autônomo viável. Era bastante forte para minar e desintegrar o feudalismo, mas fraco demais para desenvolver uma estrutura independente própria: tudo o que poderia realizar de positivo era preparar o terrenos para o avanço vitorioso do capitalismo nos séculos XVII e XVIII.". Paul Sweezy: "Uma crítica". In Paul Sweezy *et alii*. *A transição do feudalismo para o capitalismo*, pág. 51.

levariam a uma potencialização da produtividade do trabalho, nos termos da economia política clássica – ou seja: já pressupondo uma predisposição ao jogo do mercado – o que destruiria o velho ofício rural, tragando o campo, progressivamente, para à órbita do mercado; criando crescentes necessidades de compras e, pois, de vendas. Tudo isso traz a necessidade constitutiva de mobilização da liquidez, o que explicaria, em oposição à estabilidade dos rendimentos na produção para o uso, a conexão entre o comércio, a comutação das prestações e a pressão pelo aumento das rendas – tanto mais porque o próprio comércio estaria na raíz na diferenciação do consumo da camadas senhoriais.

O passo subseqüente seria a passagem da produção de mercadorias para o capitalismo.[218] Aqui, novamente, as mudanças são condicionadas quase diretamente pela expansão do comércio. Quanto à dissolução da servidão e a transição ao salariato, de um lado, Sweezy procura qualificar a tese de Dobb em torno do papel da resistência ou da fuga dos camponeses na dinâmica da luta de classes, observando que, mais que o conflito em si, seria preciso considerar o papel das cidades, como posssibilidade de refúgio no fortalecimento de suas posições – leia-se: o papel do do comércio e, pois, dos novos termos da divisão do trabalho como condicionante final da luta de classes; de outro, o comércio exigiria uma nova racionalização da produção, incompatível com o regime de servidão – nesse sentido, a ruptura da servidão teria sido também um projeto da própria classe senhorial como forma de adequação das relações de produção à nova divisão do trabalho. Quanto à transição à grande indústria, Sweezy critica a tese da "via revolucionária", também buscando referência em Marx, no tópico em torno da "gênese do capitalista industrial", procurando sustentar que o ritmo da transição é ditado pela expansão do mercado mundial e que, portanto, a chave não poderia residir na marcha lenta empreendida pelos pequenos produtores. Para Sweezy, o problema das duas vias diz respeito, não à contraposição entre duas frações distintas do capital, uma revolucionária e outra não, mas tão somente à velocidade das mudanças empreendidas no espaço do trabalho a domicílio ou da produção madura diretamente capitalista, constituídas por capitalistas de quaisquer origens.

[218] "(...) o triunfo da economia de troca não implicou necessariamente o fim da servidão ou da agricultura dominial. Essa economia é compatível com a escravidão, a servidão, o serviço do trabalhador independente autônomo ou o trabalho assalariado. A história é rica de exemplos de produção para o mercado mediante todas essas modalidades de trabalho. Dobb está correto ao rejeitar a teoria de que a ascensão do comércio automaticamente traz consigo o fim da servidão; e se a servidão se identifica com o feudalismo, o que é verdadeiro *ex-definitione*, o fim do feudalismo também". *Idem*, pág. 44.

Contribuições de Brenner

Num momento posterior, a crítica de Robert Brenner procura radicalizar o primado da reprodução das relações sociais básicas do feudalismo e seus correpondentes conflitos de classes, como móveis "internos" da transição. Nesse sentido, propõe desenvolver o ponto de partida da tese de Dobb.[219]

Para Brenner, trata-se de criticar o caráter teleológico do "modelo mercantil".[220] Observa, pois, que, nos modos de produção pré-capitalistas, edificados sobre diversas formas de unidade entre produtores diretos e condições de produção e, portanto, dinamizados por meio da coerção "extra-econômica", a órbita da circulação de mercadorias não poderia condicionar, como nexo intrínseco, a reprodução do conjunto das relações básicas – sobretudo, porquanto fosse restrita à produção excedente. Decorre daí que, nessas formações, a reprodução das relações de produção não responde diretamente aos estímulos do mercado. Da mesma forma, não haveria quaisquer mecanismos automáticos que convertessem a riqueza engendrada na circulação em capital, de tal modo que a reiteração das trocas conduzisse à acumulação sistemática, como um fim em si. Para

[219] Em sua crítica a Dobb, Brenner observa uma tensão entre a pretensão de conferir centralidade à reprodução das estruturas feudais e a tese em torno do confronto entre dois modos de produção coexistentes. Para Brenner as explicações que tendem a tomar a transição como uma remoção de entraves a forças capitalistas embrionárias e, portanto, preexistentes, terminam por tomar como pressuposto justamente o que deveria ser explicado: o próprio surgimento do capitalismo. Em síntese, Brenner procura questionar uma suposta passagem da centralidade do conflito entre senhores e servos à do confronto entre o feudalismo e o capitalismo já existente. Especificamente, essa crítica procura problematizar o jogo entre esses supostos modos de produção em confronto. De um lado, Brenner questiona a tendência a se estender a vigência do modo de produção feudal, entendido, como vimos, como dominância da servidão, até o limiar da revolução, no século XVII. De outro, observa um certo mecanicismo contido no tratamento do processo de diferenciação da burguesia a partir da libertação do pequeno modo de produção. Como vimos, é necessário considerar a hipótese – de resto muito plausível – de que os supostos estímulos produzidos pelo comércio no sentido das tentativas de elevação das rendas fossem respondidos, a princípio, não por meio da supressão da servidão, mas, ao contrário, por seu recrudescimento. Do mesmo modo, seria preciso problematizar a possibilidade de que, uma vez liberto, o pequeno modo de produção viesse a operar de modo muito distintos de uma forma propriamente capitalista; por exemplo, como uma pequena propriedade camponesa livre, de produção para a subsistência. A conversão do pequeno modo de produção em produção capitalista é, para Brenner, precisamente o que precisaria ser explicado. Ora, se o feudalismo já não mais existe e se não há passagem mecânica da propriedade livre à propriedade capitalista, nesse caso, deveria ser profundamente reformulado o problema do bloqueio estabelecido por um parasistismo feudal no campo contra um capitalismo embrionário, porém progressivo, nas cidades. Robert Brenner: "Dobb on the transition from feudalism to capitalism".

[220] "Como Smith, Sweezy e Wallerstein, implícita ou explicitamente, identificam capitalismo e divisão do trabalho baseada no comércio. Assim, entendem a dinâmica específica da acumulação por meio da inovação como função dos imperativos da troca no mercado e dos efeitos produtivos da especialização. Como resultado, suas considerações sobre a transição do feudalismo ao capitalismo terminam por pressupor o problema fundamental da transformação das relações de classe – e a luta de classes que acarreta –, de modo que a ascensão de relações de classe e de produção especificamente capitalistas não são vistas como a *base* para desenvolvimento capitalista, mas como seu *resultado*.". Robert Brenner: "The origins of capitalist development: a critique of neo-smithian marxism", pág. 38 e 39.

Brenner, precisamente nesse ponto, o "modelo mercantil" revela-se como uma explicação que toma como pressusposto justamente o que deveria ser objeto de problematização: a existência de relações de produção que respondessem à dinâmica do mercado nos termos próprios da relação-capital – e, com isso, perde de vista o ponto central da transição relativo à mudança qualitativa. Concretamente, procura observar que a tese de Sweezy estaria fundada nos pressuspostos da mobilidade da força de trabalho em função das flutuações salariais – e, portanto, na própria dominância da forma salário – e da possibilidade de genralização sistemática da incorporação do progresso técnico, como meio para uma elevação da produtividade, em função da expansão dos mercados.

Naturalmente, porquanto essas críticas caminham no sentido da radicalização do primado do "móvel interno", terminam por conferir às frações mais concentradas do capital mercantil e, pois, à expansão do comércio, um estatuto secundário na transição. Aqui, portanto, o movimento das forças produtivas é determinado diretamente como decorrência da reprodução sistemática da relação de produção fundamental. O estado permanente de precariedade das forças produtivas vem, de um lado, dos efeitos corrosivos da exploração senhorial sobre a propriedade camponesa; e, de outro, do constante drenagem de recursos necessários para reproduzir uma "superestrutura" político-militar que viabilizasse a própria extração do excedente. Posto que esta é produto da coerção extra-econômica, diretamente, no confronto entre senhores e servos, e, mediatamente, na luta entre os próprios senhores – concretamente, na luta pela terra – impõe-se, como elemento intrínseco à reprodução do modo de produção feudal, o imperativo do que Brenner denomina como *acumulação política*. Nessa dinâmica, a acumulação política tende a uma espécie de, digamos, "reprodução ampliada", posto que as necessidades de expansão das rendas levam ao desenvolvimento da "superestrutura" político-militar, o que, por sua vez exige a expansão das rendas. Nos marcos dessas relações especificamente feudais, verifica-se uma tendência a um acirramento dos conflitos, seja entre senhores e servos, seja entre os próprios senhores, que, no curso da diferenciação dessa "superestrutura" político-militar, leva a constituição de um Estado feudal – que limita o arbítrio dos nobres, mas preserva a nobreza como classe. A estagnação das forças produtivas, cronificada por essa forma de reprodução das relações sociais, está na raiz das

crises e dos colapsos demográficos.[221] Esse é o condicionante estrutural da crise, que corrói as bases da servidão e da propriedade feudal, num conflito em que, de um lado, os servos lutam pela dissolução das obrigações servis, em favor da consolidação da propriedade camponesa e, de outro, os senhores buscam elevar as exações. O desfecho dependeria, enfim, da luta de classes, do equilíbrio de forças entre senhores e servos. Em suma, a chave da reprodução social está na tensão entre a "reprodução ampliada" da acumulação política e o nível das forças produtivas, de modo que os avanços e recuos da servidão seriam condicionados pelas formas específicas do desenvolvimento do Estado feudal.

Isso posto, para Brenner, seria necessário procurar a especificidade do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra, não no confronto direto entre dois modos de produção, "feudal" e "capitalista", mas numa metamorfose de suas relações sociais básicas. Assim, em contraste com visões como as de Wallerstein, a chave estaria, não na dinâmica e estruturação hierárquica do sistema mundial, mas na bifurcação que separa definitivamente os destinos da Inglaterra e do resto do continente, determinada pela conversão ao capitalismo ou manutenção das formas feudais no plano das relações de produção "internas". Na Inglaterra, paradoxalmente, a dinâmica da luta de classes culminou numa dissolução dos controles feudais sobre a mobilidade dos camponeses, mas, no entanto, principalmente por força da violência direta, como no caso dos cercamentos, no cerceamento da propriedade livre camponesa. "Carecendo de habilidade para reconstituir os sistemas de exações extra-econômicas sobre os camponeses, os senhores eram obrigados a usar seus poderes feudais remanescentes para promover o que, no fim, corverter-se-ia no desenvolvimento capitalista"[222]. Se o fim das exações significava uma diminuição decisiva dos rendimentos de uma camada de grandes proprietários, de outro lado, porquanto essa camada garantisse e mesmo expandisse a propriedade da terra por meio da violência direta, viria ser possível, no longo prazo, caminhar para a via dos arrendamentos. Ao mesmo tempo, a própria dissolução dos controles feudais criava, entre os camponeses empobrecidos, um mercado de trabalho. Assim, a velha nobreza experimenta uma metamorfose decisiva que, progressivamente, conduziria à forma clássica dos vínculos entre proprietários, arrendatários capitalistas e

[221] Com isso, Brenner responde às tradições que, em analogia com o "modelo mercantil", buscam nas variações demográficas as causas exógenas da crise. Para Brenner, o problema demográfico deve ser visto à luz da estagnação das forças produtivas, determinada, em última instância, pelas relações de produção.
[222] Robert Brenner: "The agrarian roots of European capitalism". In Trevor Aston; Charles Philpin. *The Brenner debate*, pág. 293.

trabalhadores assalariados. Para Brenner precisamente a metamorfose nas relações de produção básicas teria estimulado os processos de inversões sistemáticas que viriam, enfim, potencializar o desenvolvimento das forças produtivas.[223]

Para Brenner, precisamente, é a metamorfose no plano da relações de produção, ou seja, é a especificidade das estruturas socioeconômicas "internas", e não uma posição determinada na hierarquia do chamado "sistema mundial", que explica a condição privilegiada da Inglaterra para o enfrentamento da crise do século XVII – e, pois, o seu dinamismo peculiar no século XVIII. Concretamente, as raízes desse dinamismo residiriam nas transformações fundamentais ocorridas no campo: no vínculo orgânico entre propriedade senhorial, arrendamento capitalista e salariato, que estimulava elevações sistemáticas da produtividade, como base para a consolidação de um mercado interno dinâmico. Brenner procura sustentar que, no quadro de uma crise generalizada, que limitava as possibilidades de expansão do mercado mundial, o centro dinâmico que conduziria a economia, enfim, à industrialização, deveria residir, não, como veremos a propósito das teses de Wallerstein, na reprodução do sistema mundial, mas na solidez do mercado interno; e, mais propriamente, nas sinergias criadas entre o campo e a indústria – insistimos: tudo isso condicionado, em última instância, por força da especificidade das relações de produção.[224] Como veremos, a exemplo do que dissemos a propósito da tese de Dobb, seria necessário questionar a possibilidade de um regime de mais-valia absoluta prescindir de uma expansão horizontal dos mercados, também no espaço mundial.

[223] Na França, por exemplo, em contraste, a luta de classes e a evolução do Estado feudal culminaram na preservação dos controles feudais e da propriedade camponesa. Para Brenner, isso decorria do caráter essencialmente senhorial da monarquia, que conformava-se numa espécie de luta com a própria nobreza pelo controle das massas camponesas e, pois, do excedente. Assim, porquanto fizesse prevalecer sua força, tendia a limitar o poder senhorial e, pois, as exações, ao mesmo tempo em que preservava a propriedade camponesa, como base para um sistema de tributação de caráter naturalmente feudal, para seu próprio sustento. Em lugar de uma metamorfose, ocorria, nesse caso, uma fratura da classe dominante, que, sob a prevalência da monarquia centralizada, concorria para cristalizar a estrutura feudal. Para Brenner, à revelia do que se passasse com as dinâmicas mercantis ou demográficas, o padrão específico de reprodução dessas relações determinava um limite estreito para as inversões produtivas e, reciprocamente, reiterava a luta por um excedente praticamente dado.

[224] A Holanda daria o contra-exemplo de uma economia proeminente no mercado mundial, despojada de um mercado interno dinâmico. Embora ocupasse uma posição hegemônica no chamado "sistema mundial", a radical extroversão de seu sistema econômico lhe impõe uma vulnerabilidade extrema que tornaria impossível o enfrentamento da crise. Com isso, Brenner procura sustentar que um acúmulo da riqueza mercantil na fase de expansão cíclica precedente não criaria, por si só, um dinâmica que levasse a economia à industrialização e, pois, a um capitalismo plenamente constituído.

Estado absolutista e revolução burguesa

Posto que a consideração da crise do feudalismo e da consumação definitiva da transição para o capitalismo, como processos distintos, trazia a necessidade de problematizar o caráter do "período transitório", o que correspondia também a uma problematização em torno do estatuto da "revolução burguesa", a definição da natureza das monarquias absolutistas torna-se um passo subseqüente fundamental. Quanto a isso, a tendência a estender o modo de produção feudal ao limiar das revoluções, com o que estas convertem-se em ponto crítico da ruptura – o momento da destruição definitiva do Estado feudal como pressuposto para o desenvolvimento pleno do capitalismo – supõe, evidentemente, que essas monarquias fossem, enfim, Estados feudais. Nesse sentido, os estudos mais sistemáticos de Perry Anderson, ainda que fundados numa leitura própria do materialismo histórico, confluem para esse tipo de visão: "(...) a conseqüência lógica de se batizarem os Estados absolutistas como burgueses ou semiburgueses seria negar a natureza e a realidade das próprias revoluções burguesas na Europa ocidental"[225].

Mas, a definição das monarquias como Estados tipicamente feudais não é trivial. Desde logo, Anderson reconhece a dificuldade de tratar o absolutismo como um fenômeno que, por si, designasse uma determinada homogeneidade espacial e temporal. Ao examinar os problemas da passagem do *nível geral* ao *concreto*, Anderson observa que as monarquias desenvolvem-se em diferentes *temporalidades* escalonadas e que, em particular, os diferentes momentos de suas crises se estendem por um período de vários séculos – o caso da Espanha no século XVI, da Inglaterra no século XVII, da França no século XVIII, da Prússia no século XIX e da Rússia no século XX. Esse escalonamento de temporalidades, por sua vez, confere às diversas monarquias especificidades quanto a sua composição e seu movimento. Em termos mais concretos, significa que, se num plano, digamos, *analítico*, as monarquias contituíssem "Estados feudais", no plano *cronológico* que lhes corresponde, esse conteúdo só poderia concretizar-se em conexão com os diferentes estágios dos processos fundantes referidos à transição do feudalismo ao capitalismo; em particular: à fratura da unidade da cristandade, à expropriação e posterior proletarização dos camponeses, à construção, expansão e crise do antigo sistema colonial, à revolução industrial etc.

[225] Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*, pág. 23, nota 12.

– são precisamente esses processos que, num plano *concreto*, viriam transfigurar sua composição e movimento.

Anderson sintetiza o problema da tensão entre as múltiplas temporalidades aí imbricadas observando que "as datas são as mesmas: os seus tempos são diferentes"[226]. Naturalmente, isso traz o problema subjacente das *durações*. Quanto a isso, é necessário observar que Anderson procura superar a "oposição" entre duas tendências presentes no materialismo histórico: de um lado, a de construções *analíticas*, que partem de uma separação entre as diversas "esferas" e da metáfora topográfica da "infra-estrutura" e "superestrutura", a exemplo de leituras como as de Althusser; de outro, a de observações empíricas, que postulam o caráter *totalizante* da *experiência* concreta, a exemplo de Thompson. Tal "oposição" redunda noutra, relativa às *temporalidades*. Assim, se na primeira formulação, a separação das "esferas" corresponde a um jogo de múltiplas temporalidades – em que cada "esfera" possui sua própria duração – na outra, ao contrário, a busca da totalidade reivindica o caráter unitário da experiência concreta, em que todas as "esferas" e tempos – não mais distingüíveis – só poderiam ser vividos simultaneamente.[227] Para Anderson, a chave da síntese parece residir numa distinção entre o plano do "procedimento epistemológico" e o das "categorias ontológicas"; o plano do "objeto do conhecimento" e o do "objeto real". Com efeito, reconhece a pertinência da metáfora topográfica, que, no plano *analítico* separa infra-estrutura e superestrutura – o que supõe uma separação das esferas –, bem como a existência objetiva das múltiplas temporalidades constitutivas do corpo da história. No entanto, na passagem para o plano *empírico*, reconhece que essas mesmas "esferas" e temporalidades, sem perderem sua objetividade, encontram-se, sempre, fundidas na unidade da experiência. Ou seja: se é possível dizer que as diferentes dimensões do corpo histórico "(...) tem uma evolução com um rítmo e uma duração próprios" e que aí "(...) se mesclam uma pluralidade de tempos históricos", também o é que "essas temporalidades históricas, ainda que diferenciadas, sempre podem ser convertidas em um tempo

[226] *Idem*, pág. 11. No entanto, nesse ponto crucial, Perry Anderson nos remete a trabalhos que seriam desenvolvidos em momento posterior. Nossas críticas, portanto, se ressentem desses limites explícitos.

[227] "(…) Althusser, em *Lire le Capital*, continua afirmando que cada região possui sua própria temporalidade, que é apreensível somente pela construção prévia de um conceito correspondente a tal instância. Esta noção de tempos históricos diferenciais é totalmente rechaçada por Thompson. No essencial, sustenta que falar de níveis discretos ou de temporalidades diferenciais equivale a romper a *textura unitária da experiência*, em que todas as instâncias são vividas simultaneamente pelo sujeito.". Perry Anderson. *Teoría, política y história*, pág. 80.

cronológico (...)"[228]. Assim, ecoando essa posição metodológica, Anderson parece distinguir a temporalidade do político, para definir a monarquia absolutista, essencialmente, como Estado feudal, com sua própria temporalidade. Mas, no plano da reconstituição histórica, em cada ponto do tempo, em cada espaço geográfico, deve considerar o entrelaçamento dessa temporalidade com as temporalidades de outros domínios; e, nesse plano, pode-se procurar um entrelaçamento com as forças concretas, "sobredeterminações", que operam no sentido da transição ao capitalismo.

Nessa visão, o entrelaçamento das temporalidades chega a um nível mais profundo, que permite deslocar o problema da "transição" para um nível civilizacional – e é nesse movimento que se deveria problematizar o caráter feudal das monarquias.[229] Para Anderson, o problema da "transição" não deve ser reduzido à passagem de um modo de produção a outro, de uma estrutura à outra, numa espécie de movimento unívoco, em que uma nova forma de sociedade emerge do desenvolvimento e crise da velha. Não se trata, pois, do encadeamento de um tempo unívoco. Devem entrar aí, também, um escalonamento das múltiplas temporalidades. Nesse sentido, se é certo que há uma distinção entre os momentos da gênese e da reprodução da estrutura, de outro lado, para Anderson, a consolidação da nova estrutura não deveria ser tomada como a subsunção total dos traços constitutivos da gênese. A chave para entender o jogo das temporalidades é, aqui, o conceito de *formação social*, que, como forma concreta, consiste na combinação de vários modos de produção – em geral, sob dominância de um, em particular. Ou seja, no quadro de uma formação social concreta, a ascensão de um modo de produção específico, entre outros, a uma posição dominante pode significar, não necessariamente uma destruição total dos velhos modos de produção, mas uma nova forma de hierarquização e coexistência entre eles. Precisamente nesse ponto – na complexidade que envolve o conceito de *formação social* – entraria o jogo das *durações*: os modos de produção, coexistindo num mesmo marco cronológico, encarnam, cada

[228] *Idem*, págs. 82 e 83.

[229] Nesse ponto, é necessário observar que o entedimento de Anderson em torno das temporalidades conflui para a construções como as de Fernand Braudel. Sua crítica a Braudel não é, pois, ao escalonamento das temporalidades em si, mas os limites no movimento seguinte, de reunião das temporalidades no tempo cronológico concreto. "A estrutura de *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* está estratificada em níveis descendentes: estrutural, conjuntural, eventual – que denotam as diferentes regiões da história: a geográfica, a socioeconômica e a política –, cada um dos quais correspondente a um padrão de duração: longo, médio e curto, respectivamente. Devemos depreciar essa construção como um fixão acadêmica? Claro que não.(...) Os problemas teóricos e técnicos que implica a reunião de temporalidades históricas diferenciais em um tempo social único são enormes. Não é casual que a grande obra de Fernand Braudel, já desde sua publicação, tem sido criticada por não tê-lo realizado: seus três estratos nunca alcançam uma síntese significativa.". *Idem*, págs. 81 e 83.

qual, suas próprias temporalidades.[230] Assim, a especificidade do "feudalismo" europeu como o traço fundamental que explica a transição ao capitalismo residiria na combinação desse mesmo modo de produção com as permanências heradadas e, em certo momento reavivadas, da antigüidade – a seu modo, Anderson retoma a idéia geral de "renascimento". Trata-se, não só de um movimento diacrônico, mas também de uma conexão sincrônica. "Foi necessária a *concatenação* dos modos de produção antigo e feudal para que se produzisse na Europa o modo de produção capitalista"[231]. Para Anderson, é no entrelaçamento da temporalidade do "político" com esse emaranhado de temporalidades que caracteriza o momento da transição do feudalismo para o capitalismo, assim entendida, que as monarquias absolutistas, como Estados feudais, se concretizam na unicidade do tempo cronológico.

Assim, a monarquia centralizada como Estado feudal é parte da "superestrutura" de uma *formação compósita*. Significa que, à luz do conceito de formação social, Anderson define esse marco histórico, novamente, como uma combinação de diferentes "modos de produção", sob o predomínio do modo de produção feudal, em processo de decomposição. Esse predomínio é dado pela centralidade da propriedade da terra, que permanece sob o controle da nobreza, regida por relações essencialmente feudais – embora em franco processo de mercantilização. Os limites estreitos à mobilidade dos camponeses e à constituição de um verdadeiro mercado de terras, o que revela a persistência de certa unidade entre produtores e condições de produção, permite à nobreza o domínio sobre uma parte substancial dos produtores – e, precisamente, esse invólucro feudal constitui um limite à acumulação sistemática especificamente capitalista. Nesse sentido, a monarquia seria a forma política correspondente à dominação feudal, numa formação híbrida, em que coexistem o próprio modo de feudal em processo de decomposição e o desenvolvimento de uma economia mercantil, que abre caminho para o capitalismo.

> Em sua natureza e estrutura, as monarquias absolutistas da Europa ainda eram Estados feudais: o instrumento de governo da mesma classe

[230] "Com efeito, como vimos, as *formações sociais* concretas incorporam, via de regra, numerosos modos de produção coexistentes e antagônicos, de épocas variáveis. Na realidade, o advento do modo de produção capitalista na Europa só pode ser entendido se se rompe com toda a noção puramente linear de tempo histórico. Em vez de apresentar a forma de uma cronologia cumulativa, na qual uma fase sucede e supera a anterior, para produzir a sucessora que por sua vez a ultrapassará, a marcha para o capitalismo revela a *persistência* do legado de um modo de produção no quadro de uma época *dominada* por outro, e uma *reativação* de sua influência na passagem a um terceiro.". Perry Anderson. *Linhagens do estado absolutista*, págs. 420 e 421.

[231] *Idem*, pág. 421.

> aristocrática que dominara a Idade Média. Mas na Europa ocidental que as viu nascer, as *formações sociais* que elas governaram eram uma combinação complexa dos *modos de produção capitalista e feudal*, com uma burguesia gradualmente ascendente e uma crescente acumulação primitiva de capital à escala internacional. Foi a conjugação desses dois modos de produção antogônicos em sociedades específicas que deu origem às formas de transição do absolutismo.[232]

O processo de centralização monárquica corresponderia às transformações das formas da propriedade feudal, em particular, à fratura da unidade entre o "econômico" e o "político". Nesse ponto, Anderson observa, à luz dos *Grundrisse*, como vimos, a necessidade de se problematizar historicamente o próprio estatuto do "econômico", posto que, nas formações pré-capitalistas, as formas de propriedade e de exploração só podem se materializar por força direta da coerção "extra-econômica". Portanto, nessas formações, o centro da reprodução da vida residirá no que se poderia chamar de "superestrutura". Com isso, abre-se um caminho para o enfrentamento dos problemas trazidos pela extensão do conceito de feudalismo a quaisquer formações marcadas por um predomínio da servidão. Como vimos na primeira parte, o exercício da reconstituição revela como uma mesma forma, inserida em distintas totalidades, adquire *sentidos históricos* próprios, também distintos. Portanto, se um mesmo conceito – o conceito de "feudalismo", praticamente reduzido ao de servidão – define essas formações em tudo mais distintas, suas especificidades – que dizem respeito às especificidades de seus *sentidos* – haveriam de ser atribuídas a quaisquer determinações marginais ao próprio conceito de "modo de produção" estabelecido; no limite, ao que, a princípio, se considerasse como o epifenômeno. Paradoxalmente, é o próprio conceito de "modo de produção" que se torna perfunctório.[233] Naturalmente, é necessário tomar como centro

[232] *Idem*, págs. 427 e 428.

[233] "(...) o conceito de feudalismo, que muitas vezes, na prática, tem sido aplicado a qualquer formação social situada entre os pólos de identidade tribal e capitalista, não marcada pelo escravismo. (...) Com efeito, se o modo de produção feudal pode ser definido independentemente das variáveis superestruturas jurídicas e políticas que o acompanham, de tal modo que a sua presença pode registrar-se em todo o globo, onde quer que as formações sociais primitivas e tribais tenham sido superadas, coloca-se então a questão: como explicar o dinamismo excepcional do teatro europeu no feudalismo internacional? (..) Uma vez que toda a estrutura da soberania e da legitimidade é dissociada da economia de um feudalismo universal, é paradoxalmente o seu fantasma que governa o mundo, pois ele se torna o único princípio capaz de explicar o desenvolvimento diferencial de todo o modo de produção.". *Idem*, págs. 402 e 403. "O saldo dessas várias tendências tem sido o de fazer circular uma ampla categoria de 'feudalismo' que abrange continentes e milênios, incluindo desde os emirados ao norte da Nigéria até a França de 1788, as tendências visíveis na sociedade Asteca ao tempo da conquista espanhola e a Rússia Tzarista do século XIX. É plausível na verdade que todos estes casos possam ser colocados sob uma classificação geral como esta e que isto tenha valor analítico. Ao mesmo tempo, é claro que sem boa dose de sub-classificações e análises de sub-tipos e

o "extra-econômico" pressuposto nessas formas de produção. Assim, Anderson procura a especificidade do feudalismo europeu na forma específica de um determinado "(...) amálgama de exploração econômica e autoridade política"[234]; de uma combinação entre, de um lado, o regime de servidão e, de outro, a propriedade condicionada dada pelos nexos senhoriais de suserania e vassalagem e o correspondente "parcelamento da soberania". Esse "parcelamento" pressupunha uma tensão que viria à superfície no momento da centralização. Isso porque, porquanto a sua radicalização levasse a uma fragmentação da nobreza como classe e, no limite, à ruptura do próprio modo de produção, essa estrutura necessitava, pois, de um centro que possibilitasse, nos momentos críticos, uma recomposição da unidade da classe dominante.[235] A radicalização dessa tensão no momento da crise estrutural do modo de produção leva a uma espécie de centralização definitiva, que se consubstancia nas monarquias.

Como vimos, Marx considerava a comutação, cujo pressuposto é a mercanilização, como a metamorfose final da renda feudal. Para Anderson, trata-se do momento de fratura definitiva da unidade fundamental entre "exploração econômica" e "autoridade política", o que compromete o caráter condicionado da propriedade. Nesse ponto, a estrutura de "parcelamento da soberania" deixa de operar em favor da reprodução do modo de produção feudal. Com efeito, a combinação da mitigação da servidão com a comutação das rendas, sob o efeito corrosivo das cidades – em estreita ligação com a radicalização das revoltas componesas – representa a ruptura da referida unidade entre o "econômico" e o "político" e traz a necessidade de uma "recomposição prática" definitiva.[236] A centralização seria, portanto, um movimento de "deslocamento ascendente" da

---

fases históricas particulares, o conceito geral corre o risco de tornar-se não operacional.". Eric Hobsbawm: "Introdução". In Karl Marx. *Formações...*, pág. 62.

[234] Perry Anderson. *Passagens da antigüidade ao feudalismo*, pág. 144.

[235] "Uma completa fragmentação da soberania era incompatível com a própria unidade de classe da nobreza, pois a potencial anarquia que isto implicava era necessariamente disruptiva de todo o modo de produção sobre o qual repousavam seus privilégios. Assim, dentro do feudalismo havia uma contradição não-definida, entre sua própria tendência rigorosa à decomposição de soberania e a exigência absoluta de um centro final de autoridade onde poderia ocorrer uma recomposição prática. (...) O modo de produção feudal no Ocidente, portanto, originalmente especificava em sua própria estrutura uma tensão e contradição dinâmicas em relação ao estado centrífugo que organicamente produziu e reproduziu.". *Idem*, págs. 147 e 148.

[236] "Longe de a crise geral do modo de produção feudal piorar a condição dos produtores diretos no campo, ela terminou até melhorando tal condição e emancipando-os. Na verdade ela mostrou ser o ponto decisivo na dissolução da servidão no Ocidente. (...) A presença destas cidades exercia uma pressão constante sobre os nobres sempre preparados para as lutas para realizar seus rendimentos em forma monetária. Os senhores precisavam de dinheiro vivo e – além de um certo ponto – não podiam se arriscar a impelir seus camponeses indiscriminadamente à vida errante ou ao emprego urbano. Doravante eram obrigados a aceitar um afrouxamento geral nos laços servis na terra. O resultado foi a substituição lenta, mas firme, das obrigações por rendas em dinheiro no Ocidente e um crescente arrendamento sob contrato das terras senhoriais a rendeiros camponeses." *Idem*, págs. 198 e segs.

coerção "extra-econômica" constitutiva da dominação feudal, de modo a preservar o poder de uma classe nobiliárquica, diante das transformações estruturais em curso – e, precisamente, por essa razão, teria como função primordial o exercício do monopólio da violência contra as massas camponesas. No entanto, como vimos, trata-se de considerar as necessidades de preservação de um modo de produção feudal dominante, nos marcos de uma formação social progressivamente compósita. Nesse sentido, o caráter da centralização seria, portanto, "determinado" por um modo de produção feudal dominante, embora em declínio, ou seja, pelo acirramento dos conflitos entre a nobreza e as massas compenesas, e, simultaneamente, "sobredeterminado" por um certo modo de produção capitalista embrionário, encarnado na diferenciação de uma burguesia urbana. [237] Nesses marcos, a centralização preserva o domínio de classe da nobreza mas, *paradoxalmente*, tende a potencializar o desenvolvimento do capitalismo. Ou seja: "(...) o paradoxo aparente do absolutismo na Europa ocidental era que ele representava fundamentalmente um aparelho para a proteção da propriedade e dos privilégios aristocráticos, embora, ao mesmo tempo, os meios através dos quais tal proteção era promovida pudessem simultaneamente assegurar os interesses básicos das classes mercantis e manufatureiras emergentes"[238]. No bojo desse processo paradoxal, o Estado favorece a diferenciação de uma burguesia que, num momento crítico, viria converter-se em força revolucionária.

Num nível mais estrutural, se a raíz desse "deslocamento ascencional" da coerção extra-econômica é precisamente a fratura da unidade entre as dimensões da exploração econômica e do poder político, como processo estreitamente ligado à diluição dos nexos senhoriais e, portanto, da propriedade condicionada; nesse caso, a centralização é um passo fundamental na transição da propriedade condicionada à propriedade quiritária. Mas, mais do que isso, a centralização opera em favor do capital, tanto na esfera do comércio, destruindo as barreiras feudais à circulação

[237] "Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição social tradicional – não obstante e contra os benefícios que ela tinham conquistado com a comutação generalizada de suas obrigações. Em outras palavras, *o Estado absolutista nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia*: ele era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada.". Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*, págs. 18 (grifos nossos). *Paradoxalmente*, "(...) o Estado feudal absolutista era, no entanto, contínua e profundamente *sobredeterminado pela expansão do capitalismo no seio de formações sociais compósitas* do período moderno inicial. Tais formações eram, naturalmente, uma combinação de diferentes modos de produção sob a dominância – em declínio – de um deles: o feudalismo. Todas as estruturas do Estado absolutista revelam, portanto, *a influência à distância da nova economia*, em ação no quadro de um sistema mais antigo (...).". *Idem*, pág. 39 (grifos nossos).

[238] *Idem*, pág. 39.

mercantil e construindo o sistema colonial, quanto na esfera da finança, abrindo caminho para a valorização nos circuitos da dívida pública. Aqui parece evidente o nexo entre as necessidades financeiras das monarquias e a forma essencialmente mercantil do capital. Mas, naturalmente, em consonância com a tese geral, Anderson entende o mercantilismo como uma política de caráter feudal. Na verdade, seria expressão dos novos contornos da mesma unidade fundamental entre economia e política, própria do feudalismo, correspondente a uma estrutura econômica limitada quanto às forças produtivas, cuja expansão horizontal faz-se por força da violência, da guerra. Novamente, trata-se de uma recomposição da dominação nobiliárquica, nos marcos da mercantilização; e nesse ponto, o capital mercantil revelaria seu caráter pré-capitalista, feudal. "Com efeito, o mercantilismo representava as concepções de uma classe dominante feudal que se adaptara a um mercado integrado (...)"[239]. Em suma, é precisamente o caráter mercantil do capital, que pode vincular-se a diversos modos de produção sem necessariamente determinar-lhes o conteúdo, que permitiria esse traço paradoxal de um Estado, aqui entendido como feudal, mas que, em conexão com esse mesmo capital mercantil – especificamente nessa forma – poderia potencializar os certos processos próprios da acumulação primitiva.[240]

No entanto, é sintomático que Anderson observe que o capital mercantil tenderia a ter um peso progressivo. Como vimos, se Marx demonstra que o capital mercantil poderia existir em diversos modos de produção, sem necessariamente transformar-lhes as estruturas basilares, também diz que, esse mesmo capital, uma vez estabelecidas as bases do modo de produção capitalista, em conexão com o desenvolvimento da manufatura, converte-se numa força que opera no sentido da consumação da transição ao capitalismo. Assim, se o capital mercantil pode coexistir com as formas tipicamente feudais, também poderia subsistir às revoluções burguesas e engatar-se, de modo progressivo, nas forças de transformação – daí as potencialidades da conexão entre sistema colonial e as manufaturas. Com efeito, quanto ao século XVIII, Anderson reconhece que "o peso específico do capital mercantil e manufatureiro (...) aumentara ao longo

[239] *Idem*, págs. 35 e 36.
[240] O Estado "(...) cumpriu certas funções parciais na *acumulação primitiva* necessária ao triunfo ulterior do próprio modo capitalista de produção. As razões que lhe permitiram desempenhar este papel 'dual' residem na natureza específica do capital mercantil ou manufatureiro: já que nenhum deles assentava na produção de massa característica da indústria mecanizada propriamente dita, não exigiam, por si, uma ruptura radical com a ordem agrária feudal que ainda englobava a ampla maioria da população (o futuro mercado de trabalho e de consumo do capitalismo industrial). Em outros termos, podiam desenvolver-se dentro dos limites estabelecidos no quadro do feudalismo reorganizado. (...) sempre havia um *campo de compatibilidade* potencial, nesta fase, entre a natureza e o programa do Estado absolutista e as operações do capital mercantil e manufatureiro.". *Idem*, pág. 40.

desse século, que presenciou a segunda grande onda de expansão comercial e colonial ultramarina"; e acrescenta que "(...) isso apenas determinou a política do Estado nos lugares onde já ocorrera uma revolução burguesa e o absolutismo fora derrubado, como na Inglaterra e na Holanda."[241]. Nesse sentido, os conflitos entre Holanda e Inglaterra no século XVII marcariam um novo tipo de disputa, não mais "territorial-feudal", mas "comercial-capitalista"; e daí em diante as guerras tomariam um caráter híbrido, em que as "temporalidades" da expansão territorial-feudal se entrelaçavam às da violência do capital mercantil e manufatureiro. Talvez pudéssemos sugerir que, posto que a sustentação das diversas monarquias depende fundamentalmente de suas posições recíprocas nos conflitos constitutivos de um "sistema" que vem se tornando progressivamente mundial, o peso de uma revolução burguesa na Inglaterra, a partir do século XVII, deveria fazer-se sentir sobre o conjunto das outras monarquias – do mesmo modo como Anderson reconhece que a constituição das monarquia européias ocidentais condicionam a centralização no leste. Novamente, repõe-se o problema da passagem do plano "analítico" ao "cronológico". Na mesma linha, seria necessário problematizar o caráter dos blocos de capital mercantil e dos diversos mercantilismos – que só poderiam ser considerados, mesmo teoricamente, em seus confrontos recíprocos, uns contra os outros – no período subseqüente às "revoluções burguesas", na Holanda e, principalmente, na Inglaterra. Nesse caso específico, cumpriria questionar se, mesmo depois de meados do século XVII, deveríamos considerar o capital mercantil e o mercantilismo inglês – ou seja: a forma mais desenvolvida do mercantilismo – como obras genuinamente feudais.

Enfim, uma definição das monarquias absolutistas como Estados essencialmente feudais é fundamental para a construção das teses clássicas em torno da revolução burguesa. Com efeito, Cristopher Hill, em seus trabalhos clássicos, remete a ruptura revolucionária ao confronto entre dois modos de produções coexistentes, naturalmente, um "feudalismo", em avançado estágio de decomposição, cuja sobrevida deve-se a certos mecanismos de parasitismo, e um "capitalismo" embrionário, bloqueado por esse mesmo parasitismo. Ora, se a monarquia absolutista constitui a forma do poder correspondente ao momento de crise estrutural do velho modo de produção, que permite a permanência da velha classe dominante, como, praticamente, um estrato parasita, é evidente que destruição dos entraves feudais tem como momento político crítico a destruição do

[241] *Idem*, pág. 56.

Estado absolutista. A partir da revolução burguesa, o modo de produção capitalista encontra o caminho livre para um desenvolvimento que culminaria, enfim, na revolução industrial.

> Em suma, nossa interpretação é que a Revolução Inglesa de 1640-60 foi um grande movimento social, como a Revolução Francesa de 1789. O poder do Estado, protetor da velha ordem, que era essencialmente feudal, foi violentamente derrubado, com o quê o poder passou às mãos de uma nova classe e, assim, o livre desenvolvimento do capitalismo tornou-se possível.[242]

A tese de Hill expressa o desenvolvimento do capitalismo e a diferenciação de uma certa burguesia, conferindo centralidade, naturalmente, ao momento crítico da ruptura revolucionária. Como vimos, essa ruptura marcaria a passagem de um "capitalismo embrionário" contido no invólucro feudal, caracterizado por uma coexistência entre o capital mercantil do comércio de longa distância e o artesanato urbano, em particular sob o "sistema doméstico", para um outro, livre desse mesmo invólucro, movido por vínculos entre um capital mercantil mais desenvolvido e a manufatura. Somente na base de uma sinergia entre um Estado burguês, o capital mercantil e o sistema das manufaturas abre-se o caminho para a ruptura definitiva da revolução industrial – mas, nessa visão, como veremos, o capital mercantil jogaria um papel secundário.

A conjugação da decomposição do feudalismo com os processos de mercantilização e o surgimento das formas embrionárias do capital tenderia a produzir no curso de sua evolução, um novo marco histórico de modo a reconfigurar os conflitos de classe. No limiar da revolução, Hill observa que a monarquia centralizada, tomada como Estado essencialmente feudal, estimula um certo desenvolvimento do capital mercantil, sempre restrito à circulação, com vistas à reprodução do circuito da dívida pública, por meio de receitas derivadas das concessões dos monopólios comerciais ou de vínculos diretos com os banqueiros e financistas. Esse circuito corresponderia às necessidades de sustento de certa nobreza, progressivamente despojada de sua base servil – o que revelaria o caráter feudal do Estado. De outra parte, o capital mercantil necessita da monarquia centralizada como sustentáculo da valorização, pois busca, no plano interno, uma unificação dos mercados e do sistema monetário e, no mundial, um suporte na concorrência e, no limite, nas guerras comerciais e coloniais. No entanto, posto que esse Estado, como Estado

[242] Christopher Hill. *The English Revolution*, 1640, pág. 6. É curioso observar que esse breve ensaio, que precede a obra de Maurice Dobb, sugere uma interpretação da transição muito próxima da visão de Sweezy; posteriormente, no curso das polêmicas, Cristopher Hill viria posicionar-se em consonância com as teses de Dobb.

essencialmente feudal, funda-se na manutenção da estrutura hierárquica vigente, tenderia a estabelecer limites ao desenvolvimento mercantil e à diferenciação de uma burguesia.[243] Isso se consubstanciava numa espécie de estreitamento dos círculos mercantis, o que significava, na prática, uma confluência entre a política da coroa e os interesses de grandes mercadores e, principalmente, de financistas londrinos. Especificamente essa fração do capital mercantil ocupa uma posição privilegiada nos marcos da ordem feudal, e, justamente por isso, tomaria uma posição contra-revolucionária. Em contraste, as camadas médias de comerciantes, excluídos dos circuitos mercantis monopolistas ou de pequenos produtores capitalistas pressionados pelo jugo do capital comercial ou da alta finança encarnariam o devir do desenvolvimento burguês em sua fração revolucionária. Daí a visão que permeia parte da tradição marxista de que o processo revolucionário que funda a nova ordem burguesa traduz-se numa espécie de ascensão das classes médias portadoras, pelo menos nas primeiras etapas, de um ideário em torno de uma relativa equalização social.[244]

Essa periodização que confere centralidade à revolução como ponto crítico da transição sugere que a ruptura fundamental tem um caráter essencialmente político. Uma vez em curso a

[243] "Assim o governo queria e não queria uma classe comercial forte. Queria impostos e taxas, e uma marinha; e não queria nenhum desequilíbrio das hierquias estamentais por conta de uma riqueza comercial excessiva.". Christopher Hill. *Reformation to industrial revolution*, pág. 73. É sintomático que Hill considere especificamente o período dos Tudor, não exatamente como o do domínio de uma monarquia feudal, mas, sim, o de um Estado de equilíbrio entre nobreza e burguesia: "(...) o papel da monarquia Tudor torna-se claro. Ela mesma enraizada na sociedade feudal, pode, até certo ponto, estabelecer um equilíbrio entre, de um lado, a burguesia e os setores progressivos da *gentry* e, de outro, os senhores feudais. (...) as forças das classes em avanço e em declínio estavam em equilíbrio por um breve período, durante o qual a função da monarquia era garantir que as concessões à demandas da burguesia produzissem o mínimo de prejuízo à classe dominante.". Christopher Hill. *The English Revolution, 1640*, págs. 27 e 28.

[244] Brenner propõe reposicionar as forças em jogo na revolução. Porquanto em sua crítica, o processo de transição tivesse como eixo, não o confronto entre os dois modos de produção, mas uma metamorfose do feudalismo, a revolução não poderia ser tomada como desfecho do conflito entre uma nobreza feudal e uma burguesia mercantil e manufatureira. Em contraste, estaria em jogo a unidade política entre proprietários de terra, empresários capitalistas e mercadores menos privilegiados. Para Brenner, o problema fundamental residiria numa tensão entre o caráter progressivamente burguês do conjunto da sociedade, cujo nexo central era a metamorfose da forma de propriedade da terra, e o caráter feudal da monarquia. Se essa metamorfose envolvia uma nova forma de reprodução que combinava propriedade quiritária e a ruptura do amálgama entre exploração econômica e coerção política, a centralização correspondia à necessidade de uma nova forma política, não mais ligada diretamente à exploração econômica, mas à garantia da propriedade privada. Assim, a utilização do poder político em favor do desenvolvimento do capitalismo tenderia a exigir a necessidade de penetração nas próprias estruturas do Estado. Mas esse Estado constituía-se como uma monarquia patrimonial, vértice de uma estrutura estamental, cuja sustentação à custa do conjunto da sociedade, corroía as novas formas de propriedade. A revolução seria o desfecho radical dessa tensão. Para Brenner, em que pesem as críticas à chamada visão tradicional, a revolução permanece como momento crítico da transição, como produto da luta de classes; e seu caráter burguês revela-se na destruição dos resquícios feudais presentes na estruturação do Estado. Robert Brenner. *Merchants and revolution*.

expansão de formas propriamente capitalistas, a inflexão na dimensão da produção material viria somente no termo do processo, precedida pela revolução política, com a revolução industrial.

No campo, a revolução consuma a dissolução do restava da propriedade feudal e de seus correspondentes nexos senhoriais; com isso, faria consolidar a transição à propriedade quiritária burguesa. A propriedade se desprende definitivamente de quaisquer condicionamentos senhoriais ou servis. Nesse sentido, posto que a coroa herdava a condição de vértice das cadeias hierárquias de suserania, a transição à forma burguesa significa a autonomização da propriedade em face da casa monárquica. E, precisamente, esse movimento corrói, portanto, os vínculos que garantiam as propriedades camponesas e comunais e abre caminho para a radicalização dos cercamentos – agora, não só por força do arbítrio dos proprietários, mas com o suporte decisivo da violência legítima do Estado. Naturalmente, isso correspondia à mercantilização definitiva da terra e, como conseqüência o deslocamento de uma velha nobreza presa às formas tradicionais, em favor de capitalistas que poderiam tomar essa mesma terra, não mais como centro de uma sociabilidade regida por sua propriedade, mesmo que condicionada, mas como mero objeto de especulação. O conjunto dessas transformações no campo potencializa o progresso técnico, fundamental para cimentar a divisão do trabalho entre campo e cidade no mercado nacional, o que concorria também para a consecução da política mercantilista, por meio da redução de importações – passo na luta pelo deslocamento das posições holandesas.

Quanto ao comércio, Hilll sustenta que a revolução teria possibilitado o desenvolvimento pleno de uma política mercantilista. Ora, o desfecho revolucionário do referido conflito entre o capital mercantil monopolista mais concentrado, encarnado nas companhias, e o conjunto dos demais capitalistas levou à transição das políticas de comércio centradas no privilégio "feudal" a círculos restritos do capital – notadamente as próprias companhias – no sentido de uma política de caráter nacional. Aqui, o ponto fundamental reside na passagem da centralidade da circulação, como domínio radicalmente autônomo, à da conexão entre o capital mercantil e a manufatura. Quando se estabelece essa conexão e as manufaturas voltam-se para o mercado mundial, a política passa a visar, não somente a importação de matérias-primas, mas, sobretudo, a exportação de manufaturados, ou seja, a expansão dos mercados. Esse movimento traduziu-se nas mudanças sofridas na dimensão do pensamento mercantilista, que passa da preocupação com as balanças de comércio particulares, e com a restrição das importações de meios de consumo, como forma de reter os metais dentro das fronteiras do Estado, a uma visão da balança comercial

geral e da necessidade de expansão dos mercados. Naturalmente, subjacente a essa mudança está a consolidação de um Estado burguês e o desenvolvimento da manufatura.[245] É precisamente a partir dessas mudanças que se fazem potencializar os conflitos sistêmicos contra a Holanda e a França, e o fundamental estreitamento da ligação com Portugal e seu sistema colonial. "A aliança anglo-portuguesa foi crucial para a nova política externa"[246].

No outro pólo, o desenvolvimeno pleno da manufatura pressupõe a supressão definitiva de resquícios dos velhos controles medievais. Nesse sentido, quanto à circulação nos limites do mercado nacional, Hill procura sugerir que a revolução teria representado um processo de relativa "liberalização". Naturalmente, isso favorecia o capital manufatureiro mais concentrado – e, claro, como traço típico da subsunção formal, não excluia a violência escancarada e um controle rígido contra a força de trabalho. Ao mesmo tempo, as transformações em curso potencializavam a esfera da valorização financeira, porquanto fazia estreitar o vínculo entre as

[245] Se é correta a periodização proposta por Isaac Rubin, é necessário circunscrever as formulações mercantilistas mais remotas dos séculos XVI e XVII a um quadro em que, sendo a mercantilização e o jogo monetário relativamente limitados, a interpenetração de interesses de uma burguesia mercantil e das monarquias fazia-se ainda sob predomínio das útlimas. No caso concreto do mercantilismo na Inglaterra, tratava-se da expressão de um "capitalismo" incipiente – sobretudo em contraste com o desenvolvimento do capital mercantil holandês –, cuja preocupação, quase passiva, era mais a defesa de condições favoráveis a interesses vinculados à produção para o mercado interno ou dos mercados para exportação de matérias-primas, como a lã. O ponto de inflexão viria somente a partir dos avanços do processo de mercantilização no campo e da expansão das manufaturas internas, combinados às transformações políticas produzidas pela revolução, cujo fim será a consolidação de um Estado burguês. Nesse ponto, a preocupação central será com a expansão violenta sobre os mercados, o que viria ensejar mudanças no pensamento mercantilista. Isaak Rubin. *A history of economic thought*.

[246] Christopher Hill. *Reformation to industrial revolution*, pág. 162. Brenner oferece um estudo sistemático em torno das posições das diferentes frações do capital mercantil. As primeiras fases do desenvolvimento do capital mercantil remetem às linhas de comércio que envolvem o Norte da Europa, principalmente sob o comando da *Merchant Adventurers*, e, posteriormente, o Leste europeu, com a *Levant Company*, e o extremo Oriente, com a *East India Company*. Aí, o capital mercantil permanece totalmente circunscrito à circulação. O centro do comércio são as companhias, sujeitas ao controle rígido do Estado e organizadas na forma corporativa medieval. Foi precisamente o desenvolvimento do sistema colonial que abriu caminho para certa diferenciação de uma nova fração do capital mercantil. Nesse momento, o comércio colonial passava a exigir um vínculo mais direto com a produção, com a organização de uma estrutura produtiva nas colônias – o que envolvia também a mobilização de um contingente de trabalhadores e, pois, o tráfico de escravos. Aqui, torna-se premente a combinação entre o desenvolvimento da dominação colonial, com a generalização das plantagens e do trabalho escravo, nos marcos do comércio triangular, e uma verdadeira política mercantilista de enfrentamento contra as demais potências. As novas exigências estavam fora dos horizontes políticos da monarquia e, mais diretamente, da organização corporativa das companhias mercantis tradicionais. Mas, seriam enfrentadas por novos mercadores, vindos das camadas médias, da pequena nobreza ou da pequena burguesia, que penetravam nos negócios coloniais. Para Brenner, a necessidade de criar uma estrutura política correspondente a essas novas exigências levaria essa nova fração à revolução. Para os novos mercadores, era necessário destruir a conexão entre monarquia e companhias, o grande capital mercantil concentrado, no sentido do pleno desenvolvimento de uma política colonial e mercantilista. De um lado, tratava-se de reorientar definitivamente a política da velha monarquia para o recrudescimento da rivalidade sistêmica; de outro, era necessário destruir o arbítrio do velho capital mercantil que, restrito à circulação, comprometia a estabilidade da produção colonial e, pois, a organicidade do comércio triangular. Robert Brenner. *Merchants and revolution*.

finanças públicas, o circuito do endividamento, e o sistema bancário; em particular, por meio da autonomização da circulação de notas.

No entanto, para Hill, a sinergia entre capital mercantil e manufatura não teria produzido diretamente, de modo linear, o desfecho da revolução industrial. Aqui, há também uma ruptura que revela que o capital mercantil, assim entendido, pôde operar, como pressuposto, mas, ao mesmo tempo, como obstáculo à consolidação do modo de produção capitalista. É certo que a revolução burguesa potencializou o domínio do capital mercantil inglês sobre o mercado mundial. Nesse sentido, é decisivo o avanço sobre as posições do capital mercantil holandês e da monarquia francesa, cujos resultados seriam visíveis, sobretudo, no século XVIII. Nesse ponto, ocorria uma mudança de eixo fundamental, que passava da centralidade do comércio europeu à do sistema colonial – em particular, uma de suas linhas mais lucrativas, o comércio de escravos. Mas, Hill distingue, a partir daí, duas linhas políticas que correspondem, respectivamente, a duas frações do capital. De um lado, haveria o capital mercantil mais concentrado, em conexão com as manufaturas e voltado ao mercado mundial, ligado às políticas expansionistas e belicistas, de enfrentamento contra outros blocos de capital e outras potências, pelo domínio dos mercados. De outro, uma "*landed class*", provavelmente composta por capitalistas menores, do campo e da cidade, cuja reprodução reside nas sinergias produzidas pela divisão do trabalho no plano do mercado nacional; esta preconiza uma política de paz, de um "mercantilismo", digamos, menos ostensivo. Para Hill, precisamente essa fração seria o esteio da revolução industrial – novamente, a tese sustentada por Dobb de que a ruptura é produzida por força de camadas médias, de traços liberalizantes. Naturalmente, essa fração também é favorecida, mesmo que de forma indireta, por políticas mercantilistas, como no caso dos "efeitos multiplicadores" produzidos pela própria expansão dos mercados e, em particular, por uma demanda engendrada diretamente pelo Estado. Mas, Hill procura sustentar que o centro dinâmico dessa economia que leva efetivamente à ruptura da revolução industrial reside, principalmente, no mercado interno.[247] Também no plano do finaciamento, o peso do capital mercantil ligado ao sistema mundial é relativizado. Aqui, Hill procura sustentar que, não obstante a possibilidade do capital mercantil previamente acumulado na circulação transbordar para a esfera da produção, o decisivo no financiamento da revolução

[247] De nossa parte, entendemos que talvez fosse mais fecundo observar o jogo entre mercado nacional e mundial, não como uma antinomia, mas do ponto de vista das sinergias que operam numa economia centrada na produção de manufaturas, em que existe na verdade, não um sistema dual, mas uma continuidade entre a produção para os dois mercados.

industrial seria a poupança dos pequenos capitalistas. Nesse ponto, o capital mercantil revela-se, efetivamente, como pressuposto e obstáculo. Por certo, seria fundamental para uma expansão dos mercados, em sinergia com o desenvolvimento das manufatura – sendo menos, contudo, fonte de financiamento –; mas, uma vez deslocados os sistemas mercantilistas rivais e consolidado o poder britânico sobre o mercado mundial, a centralidade dos lucros da circulação tornava-se um entrave para o capital propriamente industrial. Quando essas tensões vêm à baila, no momento da vitória da hegemonia britânica, o sistema manufatureiro já é forte o suficiente para produzir a revolução. Assim, mesmo que reconheça que "a acumulação por meio do comércio monopolista era mais rápida que a na indústria" e que, "essa 'Revolução Comercial' (...) foi uma precondição necessária para a Revolução Industrial"[248], Hill observa:

> É difícil estabelecer qualquer conexão direta entre a riqueza acumulada na pilhagem da Índia e de outras colonias e o capital que financiou a Revolução Industrial inglesa. É ainda mais difícil acreditar que não há ligação entre as duas. (...) De onde veio o capital da Revolução Industrial? Somas espetaculares fluiram das colonias para a Inglaterra – do tráfico de escravos e, espcialmente desde a década de 1760, pelo loteamento da Índia. Mas nem sempre é fácil traçar conexões tão diretamente. Não há muita evidência que a pilhagem da Índia fluiu diretamente para a indústria: grande parte foi gasta em consumo conspícuo e na compra de imunidade política aos saqueadores. Parte do capital veio de fora, especialmente da Holanda, buscando investimentos mais seguros e mais lucrativos no país de seus agora vitoriosos rivais. (...) Mas nos primeiros estágios do desenvolvimento industrial inglês devemos atribuir ainda mais significado a poupanças de grupos e famílias que investiram seus lucros na indústria ou na agricultura.[249]

Aqui, é possível reencontrar os traços fundamentais da tese de Dobb. O capital mercantil mais concentrado, entrincheirado nas companhias monopolistas, permanece ligado ao velho modo de produção e à monarquia, tomada, pois, como uma forma de estado feudal. Aqui, o circuito de valorização permanece restrito à circulação, mais propriamente, ao comércio de longa distância. As novas frações menos concentradas do capital, engendradas no mercado interno, que passam a subordinar a produção, operam, aí sim, como via uma não revolucionária da transição. Abrem caminho em favor da revolução e, posteriormente, nos marcos de um mercantilismo plenamente desenvolvido, promovem as sinergias entre manufatura e mercado mundial. Mas

[248] Christopher Hill. *Reformation to industrial revolution*, pág. 160.
[249] *Idem*, págs. 245 e 246.

justamente por essa primazia conquistada nos circuitos mercantis, não vêem estímulos para deslocar o circuito da acumulação para óbita da produção, pela via do investimento nas transformações técnicas.

Capítulo V: Economia-mundo "capitalista"

Sistemas históricos

O *capitalismo* em Fernand Braudel corresponde à exploração de diferenças de "voltagens" entre pólos na circulação mercantil e tem no comércio de longa distância seu *lócus* privilegiado. Nesses termos, supõe uma determinada espacialidade: a de uma divisão do trabalho relativamente extensa que circunscreve uma "zona de coerência". Como vimos, no jogo de conexões de sentido entre o econômico, as hierarquias sociais, estruturas políticas ou civilizacionais, a expansão do *capitalismo* só poderia consumar-se numa simbiose com as estruturas de Estado, como "estruturas inacabadas" que, de um lado, potencializam a acumulação e, de outro, preservam uma cultura de "liberdades" a ponto de permitir uma diferenciação sistemática de uma hierarquia mercantil. Assim, a organicidade dessa espacialidade é dada na dimensão de uma divisão do trabalho que transpõe os limites das estruturas políticas e civilizacionais. A *economia-mundo* será essa zona de coerência conformada por uma unidade econômica que envolve diversos domínios políticos e culturais, e que se consubstancia numa *estrutura de longa duração* correspondente à expansão do *capitalismo* moderno.

> (...) embora dividida politica, cultural e socialmente também, admite uma certa unidade econômica que, na verdade, foi construída a partir de cima (...) a característica dessa economia-mundo cujo esquema evocamos (...) é precisamente transpor as fronteiras políticas e culturais que, cada qual a seu modo, fragmentam e diferenciam o universo (...) a economia, que forja as moedas e as trocas, tende a criar uma certa unidade, enquanto tudo, por outro lado, atua a favor de blocos diferenciados.[250]

A posição epistemológica subjacente à problemática das *durações* que organiza a visão braudeliana – e que, em particular, conforma essa noção de *estrutura* – se consubstancia numa crítica, de um lado, a uma tradição historiográfica que crê na irredutibilidade do episódico, e, de outro, no pólo oposto, a uma determinada ciência social com pretensões à universalidade ao modo das ciências naturais – de que a "ciência" econômica neoclássica talvez fosse a

[250] Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo*. O tempo do mundo, págs. 12 e 14.

quintessência. O ponto central é que as duas tradições, em tudo opostas, tomam o *tempo* como medida meramente cronológica e exterior ao objeto.[251] Vista sob esse prisma, a pretensão de um empirismo radical traduz-se numa espécie de "atomização" do fato histórico. Mas, se o fato se esgota em si mesmo e não permite generalizações que transcendam as suas manifestações empíricas, a reprodução do real limita-se ao próprio fato encerrado em si, com o que o discurso histórico tende a reduzir-se a uma narrativa linear e diacrônica, e o tempo, em mera dimensão cronológica, exterior. Noutro pólo, a pretensão de uma epistemologia tomada das ciências naturais, que ignora a especificidade dos fenômenos sociais e que, em oposição à irredutibilidade do episódio, postula leis de validade universal para eternizar as relações fundamentais, também esvazia o sentido da dimensão temporal e, ainda mais, das *durações*.[252] Em contraste, o sentido braudeliano das *temporalidades* e, em particular, a noção de *longa duração*, dá ao tempo uma substância essencialmente *histórica*. De um lado, o fato, uma vez sujeito a generalizações, não pode mais encerrar em si mesmo todo o real; de outro, as permanências, não mais universais, convertem-se em *estruturas* em constante movimento, mesmo que lentos. Com efeito, se o tempo é "(...) o plasma em que se engastam os fenômenos", "(...) como o lugar de sua inteligibilidade"[253], esse mesmo tempo não será outra coisa que não o próprio entrelaçamento das *temporalidades* em que se sedimentam as múltiplas dimensões do acontecer humano; será, enfim, a própria densidade da história em suas múltiplas *durações*: "contra um tempo dado, um mero parâmetro físico exterior, Braudel insiste na pluralidade do tempo social; tempos que são criados e que, uma vez criados, nos ajudam a organizar a realidade social e estabelecem limites à ação social"[254]. Nesse sentido, ao estabelecer uma correspondência estreita entre as dimensões de *longa duração* e as *estruturas*, Braudel, de um lado, constrói a crítica à historiografia idiográfica,

[251] Fernand Braudel: "História e ciências sociais. A longa duração". In Fernand Braudel. *Escritos sobre a história*. Immanuel Wallerstein: "Time and duration: the unexcluded middle, or reflexions on Braudel and Prigogine". In Immanuel Wallerstein. *The essential Wallerstein*.

[252] "(...) é preciso convir que as ciências sociais, por gosto, por instinto profundo, talvez por formação, tendem a escapar sempre à explicação histórica; escapam-lhe por dois procedimentos quase opostos: uma 'fatualiza', ou se quisermos 'atualiza' em excesso os estudos sociais, graças a uma sociologia empírica, desdenhosa de toda história, limitada aos dados do tempo curto, da investigação sobre o vivo; a outra ultrapassa pura em simplesmente o tempo, imaginando ao termo de uma 'ciência da comunicação' uma formulação matemática de estruturas quase intemporais.". Fernand Braudel. *Idem*, págs. 54 e 55.

[253] Marc Bloch. *Apologia da história...*, pág. 55.

[254] Immanuel Wallerstein. "Time and duration: the unexcluded middle, or reflexions on Braudel and Prigogine". In Immanuel Wallerstein. *The essential Wallerstein*, pág. 164. "Assim chegamos e uma decomposição da história por patamares. (...) Ou se preferirmos esta outra formulação, à decomposição do homem num cortejo de personagens.". Fernand Braudel. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*, vol. I, pág. 18.

observando que o episódico, como expressão superficial, só se torna inteligível à luz das diversas *temporalidades* que lhe são subjacentes e, em seus fundamentos mais profundos, à luz das *estruturas*; e, de outro lado, contrapõe-se a sistemas científicos nomotéticos de validade pretensamente universal, sobretudo ao estruturalismo de Lévi-Strauss – "matemáticas sociais" da *longuíssima duração* –, porquanto a própria noção de *longa duração* confere historicidade e, pois, movimento, mesmo que lento, às *estruturas*. É nesse sentido que se deve tomar a *economia-mundo* como uma *estrutura*.

No entanto, se, como vimos, a sociedade é um *conunto de conjuntos* – o que traz limtes à apreensão da totalidade – e se o entrelaçamento dos conjuntos e subconjuntos se consubstancia num jogo permanente de simbioses e oposições entre distintas temporalidades, ou seja: se os níveis estruturais em cada domínio da vida social possuem sua própria duração; nesse caso, a própria concepção de estrutura deve ser problematizada.[255] E, do mesmo modo, a própria noção de economia-mundo como estrutura. Em Braudel, a economia-mundo é uma estrutura que em dado momento organiza o "econômico" em seu patamar especificamente "capitalista", diferenciada diante do mercado local e da vida material, e entrelaçada, no mesmo jogo de simbioses e oposições, aos outros conjuntos do corpo social: às estruturas do "político", do "social" ou do "civilizacional".[256] Nesse sentido, a história é vista não como um único fluxo, mas como feixes de vários fluxos, ora paralelos, ora entrecruzados, possuindo sua própria história e condicionando-se reciprocamente: "(...) não é um rio, são rios"[257]. Por isso, como vimos, não é possível predeterminar desde fora da história a primazia de uma ordem sobre outras, de um conjunto sobre outros. No entanto, no processo histórico específico da expansão do *capitalismo* na modernidade européia entre os séculos XVI e XVIII, Braudel observa uma tendência no

[255] Immanuel Wallerstein sintetiza o problema das durações e das estruturas em Fernand Braudel do seguinte modo: "Quanto dura uma *longue durée*? Isso também depende da estrutura que estamos analisando. As estruturas da geografia social, da ecologia na base de nossas relações sociais, são finitas e, no entanto, milenares. As estruturas das civilizações, das formas culturais nas quais envolvemos nossa ação social e, mais ainda, das barreiras culturais que erigimos, são multisseculares, senão milenares. As estruturas socioeconômicas, dos modo de produção que determinam limites nos quais se dá a ação social são, talvez, de duração mais curta, embora ainda 'longas', multiseculares." Immanuel Wallerstein: "The emergence of the new international order". In Immanuel Wallerstein. *The capitalist world-economy*, pág. 271.

[256] "(…) podemos distinguir um tempo vivido nas dimensões do mundo, o *tempo do mundo*, que no entanto não é, não deve ser, a totalidade da história dos homens. Esse espaço excepcional rege, conforme os lugares e as épocas, certos espaços e certas realidades. Mas outras realidades, outros espaços lhe escapam, lhe são estranhos. (...) Em toda a parte há zonas em que a história mundial não se repercute, zonas de silêncio, de tranqüila ignorância. (...) regiões, na realidade, à margem da história triunfante (...)". Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo*. O tempo do mundo, pág. 8.

[257] *Idem*, pág. 8.

sentido da primazia do econômico, e, com isso, a economia-mundo como permanência estrutural passa ser uma dimensão privilegiada – dá a dinâmica dessa história mundial em construção, que ela mesma vem construindo.

> Seja qual for a evidência das sujeições econômicas, sejam quais forem suas conseqüências, seria um erro imaginar a ordem da economia-mundo governando toda a sociedade, determinando, por si só, as outras ordens da sociedade. Pois há outras ordens. Uma economia nunca está isolada. O seu território, o seu espaço são os mesmos onde se instalam e vivem outras entidades – a cultura, o social, a política – que incessantemente interferem nela para a favorecer, ou então para a contrariar. Essas massas são tanto mais difíceis de dissociar umas das outras quanto aquilo que se oferece à nossa observação – a realidade da experiência, o 'real real' (...) – é uma *globalidade*, aquilo que designamos por sociedade por excelência, o *conjunto dos conjuntos*. Cada conjunto particular, distinguido por razões de inteligibilidade, permanece, na realidade vivida, misturado aos outros. (...) Poderíamos escrever as equações que se seguem no sentido que quiséssemos: economia é política, cultura, sociedade; a cultura é economia, política, sociedade, etc. Ou admitir que numa dada sociedade, a política comanda a economia e vice-versa, etc. (...) Cada uma tem sua própria história, seu próprio domínio. E todas se influenciam reciprocamente. Nenhuma triunfa de uma vez por todas sobre as outras. A sua classificação, se é que há classificação, não pára de mudar, lentamente, é verdade, mas muda. *Todavia, com a modernidade, a primazia econômica torna-se cada vez mais pesada: orienta, perturba, influencia as outras ordens. Exagera as desigualdades, encerra na pobreza ou na riqueza os co-participantes da economia-mundo, atribuem-lhes um papel e, ao que parece, por muito tempo*.[258]

Em Immanuel Wallerstein, essa primazia surge definitivamente consumada, de modo que a economia-mundo, de uma estrutura correspondente a um conjunto entre outros, passa a ser a estrutura básica de um sistema.[259] Com efeito, à diferença da visão braudeliana do conjunto de conjuntos, em Wallerstein a organização da sociedade como sistema torna-se a chave para as tentativas de apreensão da totalidade. Ou seja: se, em Braudel e em Wallerstein – e pode-se incluir nessa vertente as teses de Giovanni Arrighi[260] – as duas noções fundamentais de economia-mundo e, pois, de *capitalismo*, caminham na mesma direção, a *concepção sistêmica*

[258] *Idem*, págs. 35 e 37 (grifos nossos).
[259] Para uma discussão de conjunto das teses de Immanuel Wallerstein: Eduardo Mariutti. *Colonialismo, imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu*.
[260] Giovanni Arrighi. *O longo século XX*.

pressupõe conexões preestabelecidas entre as partes consitutivas do todo, cujo sentido é determinado pelo funcionamento do próprio *sistema*. Em suma: se em Braudel a economia-mundo é uma estrutura entrelaçada a outras e que *tende* a se lhes sobrepor, no sentido *totalizante* já discutido, em Wallerstein, essa mesma economia-mundo constitui-se como totalidade já consumada, como fundamento estrutural do *sistema-mundo moderno*.[261]

Com efeito, para Wallerstein, tomar o sistema como totalidade siginifica não só demarcar no tempo e no espaço a estrutura da economia-mundo moderna, mas também descortinar a chave da organicidade do conjunto das diferentes formações sociais na história. Mais do que definir a estrutura específica do *capitalismo*, estaria em causa estabelecer uma determinada tipologia dos *sistemas históricos* que desse conta de captar a *differentia specifica* das diversas formações sociais. Para Wallerstein existiriam os *micro-sistemas*, *impérios-mundo* e *economia-mundo*, de tal modo que, "se tomássemos a história e descrevêssemos os padrões de coexistência dessas três possíveis variações, chegaríamos rápido a uma periodização que, até aqui, tem somente três momentos"[262]. O fundamental é observar que nos micro-sistemas de comunidades primevas, o isolamento e a precariedade da divisão do trabalho correspondiam a uma unidade, também espacial, entre as dimensões econômicas, políticas e culturais. Nos marcos do universo antigo e medieval, marcado por uma coexistência dos três tipos, com o predomínio do sistema-mundo sob a forma específica dos impérios-mundo, o desenvolvimento da divisão do trabalho e dos processos correspondentes de diferenciação são cimentados por força de uma unidade – ou, de uma coerência – de natureza essencialmente política. A história do mundo antigo e medieval teria sido a de uma sucessão de expansões e recuos dos impérios-mundo diante dos micro-sistemas e os ensaios de economias-mundo, limitados por fragilidades constitutivas – em geral, sempre que os custos da manutenção das estruturas de poder e da guerra superassem os ganhos das conquistas. Em contraste, a modernidade corresponderia ao momento de primazia do sistema-mundo na forma da economia-mundo, na base de um sistema propriamente "capitalista", como força mais vigorosa e permanente, que tende a destruir definitivamente todos os micro-

[261] Quanto a isso, é sintomático que Braudel observe, a propósito da visão sistêmica de Wallerstein, as "(...) limitações de uma visão sistemática, talvez demasiado sistemática, mas que se revelou fecunda". Fernand Braudel. *Idem*, pág. 58.
[262] Immanuel Wallerstein: "The modern world-system as a civilization". In Immanuel Wallerstein. *Geopolitics and geoculture*, pág. 222.

sistemas e as tentativas de construção de impérios-mundo. No limite, tenderia a dominar o mundo todo, consolidando, de fato, uma história verdadeiramente mundial.[263]

Esse tratamento não é trivial. Wallerstein procura tipificar as estruturas em termos dos tipos de sistemas e, com isso, periodizar toda a história, observando o modo específico como o político ou o econômico, a *solidariedade mecânica* ou *orgânica*, na forma dos Estados imperiais ou do *capitalismo* – no caso dos micro-sistemas mais remotos, o cultural – cimentam a coesão do conjunto da vida social e, em particular, os nexos da divisão do trabalho. A delimitação das fronteiras espaciais e temporais de um dado organismo social e a determinação da natureza de sua organicidade – econômica, política, cultural etc. –, definem um campo de uma correspondente "ação social"; como estrutura subjacente e como objeto da própria "ação". Nesse movimento, Wallerstien dintingue os diversos *sitemas históricos*.

Entendemos que essa visão termina por deixar à margem uma mediação fundamental, qual seja, a da própria *forma social* da divisão *social* do trabalho e, portanto, a mediação das formas históricas da produção e da propriedade. Com isso, o que se esvai deliberadamente é o próprio conceito de *modo de produção*. Em Wallerstein, as formas sociais da produção surgem como "métodos de controle do trabalho", cujo sentido último é determinado por sua funcionalidade na reprodução do sistema. Escravidão, servidão, salariato etc. são métodos de controle do trabalho funcionais à reprodução dos impérios-mundo ou da economia-mundo – e as formas comunais, à reprodução dos micro-sistemas primevos. No entanto, como veremos, essa construção precisaria contornar um problema: se tudo se passa como se o sistema preexistisse às formas sociais que lhe são subjacentes, restaria enfrentar a problemática da gênese do próprio

[263] "O primeiro momento é anterior a cerca de 8 ou 10 mil anos antes de Cristo. Naquele tempo, provavelmente havia somente múltiplos micro-sistemas. (...) De lá a cerca de 1500 depois de Cristo as três variantes dos sistemas históricos parecem ter coexistido. (...) Durante esse período, o império-mundo parece ter sido a forma dominante. (...) Em torno de 1500, uma mudança qualitativa ocorreu nesse padrão. Pela primeira vez na história humana, a instância de uma economia-mundo sobreviveu a sua fragilidade e se consolidou como um sistema capitalista. (...) Quando isso aconteceu, a economia-mundo, de repente, se tornou a forma dominante. (...) No processo de sua expansão ela incorporou e destruiu a autonomia dos múltiplos micro-sistemas e impérios-mundo. (...) Pela primeira vez, existe no planeta um único sistema histórico.". *Idem*, págs. 222 e 223. Nesse ponto, reside a proposição de uma ruptura epistemológica: essa noção de *sistema* seria, enfim, uma tentativa de superação da cisão entre as diversas ciências sociais, à luz do que, cada um dos campos das humanidades, o "econômico", o "político", o "sociológico" etc. seriam reconsiderados. Definido o *sistema* como *totalidade*, o conjunto das categorias fundamentais desses campos seriam reconstruídas em suas conexões recíprocas, em função de suas posições concretas no próprio *sistema*. Para Wallerstein, esse movimento viria, não só diluir as barreiras entre as "ciências", como convertê-las em disciplinas essencialmente históricas.

sistema.[264] Por ora, cumpre observar que, nessa visão, tal concepção sistêmica torna-se central na problemática do desenvolvimento desigual e combinado, porquanto permite transitar de uma concepção diacrônica da sucessão das formas – da escravidão à servidão, ou da servidão ao salariato etc. – para uma visão sincrônica, em que o *capitalismo* viria desenvolver-se, não na base do predomínio da relação-capital, mas, ao contrário, sobre um mosaico de formas socias – nos termos de Rosa Luxemburgo, em conexão com "modos de produção pré-capitalistas".[265]

De nossa parte, entendemos que, nos marcos específicos da transição do modo de produção feudal ao capitalista, a centralidade do capital mercantil corresponde à primazia da circulação – por exemplo, a gênese da escravidão americana se explica pelo comércio colonial; e não o contrário. No entanto, o enquadramento da problemática nos termos do sistema-mundo moderno e, pois, da economia-mundo, com o conceito de *capitalismo* que lhe é correspondente, faz esfumaçar a especificidade da forma mercantil do capital – e, pois, a especificidade histórica dessas conexões entre o capital e as formas de produção e propriedade na transição ao *modo de produção capitalista*. Na verdade, Wallerstein caminha explicitamente na direção oposta: a de postular que o *capitalismo* – estruturalmente, sempre o mesmo – surgiu em algum momento do século XVI e vem se reproduzindo – ou melhor, se expandindo – sobre a mesma estrutura básica até hoje. Desse modo, se concordamos com a crítica às tendências idiográficas e nomotéticas, restaria problematizar, de outro lado, a natureza da totalidade, de fato, em causa. Voltaremos ao tema.

[264] Robert Brenner: "The origins of capitalist development: a critique of neo-smithian marxism". In *New Left Review*.

[265] De fato, a seu modo, Wallerstein faz reverberar Rosa Luxemburgo. "Para Immanuel Wallerstein, o modelo da economia-mundo, no seu testemunho social, estabelece que há coexistência dos 'modo de produção', do escravismo ao capitalismo, que este só pode viver cercado pelos outros, em detrimento dos outros. Rosa Luxemburgo tinha razão." Fernand Braudel. *Idem*, pág. 53. "Para existir e poder desenvolver-se, o capitalismo necessita de um meio ambiente constituído de formas não-capitalistas de produção. Mas, não é qualquer forma aleatória que o satisfaz. Ele necessita de camadas sociais não-capitalistas como mercado, para colocar sua mais-valia; delas necessita como fontes de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial.". Rosa Luxemburgo. *A acumulação do capital*, pág. 253.

Sistema-mundo moderno

Quanto à tipologia, seja como *estrutura* do "econômico" em seu piso *capitalista*, seja como corpo do *sistema-mundo moderno*, a *economia-mundo* em si é descrita, tanto em Braudel quanto em Wallerstein ou Arrighi, basicamente, nos mesmos termos. Trata-se de uma unidade essencialmente econômica coerente, cuja organicidade é cimentada por uma divisão do trabalho comandada a partir de um centro *capitalista*, que tende a transcender – ou necessariamente transcende – limites políticos ou civilizacionais. Essa unidade econômica é estruturalmente hierarquizada nas tramas de vínculos mercantis concêntricos, nos marcos de um esquema centro-periferia, cujas diferenças internas de voltagens, como vimos, permitiriam criar uma cadeia de *trocas desiguais* e, portanto, o lucro mercantil monopolista.[266]

Na visão sistêmica de Wallerstein, à diferença dos velhos impérios-mundo, o sistema-mundo que emerge na modernidade, se consubstancia numa economia-mundo capitalista. Nesse sentido, sua especificidade residiria numa conexão entre uma *unidade econômica* de caráter essencialmente "capitalista", em que a divisão do trabalho passa a ser organizada em função do capital, e a *fragmentação política*, própria de um sistema interestatal em formação. Com efeito, a

[266] A diferença metodológica básica que distingue a construção dos conceitos em Braudel e em Wallerstein reverbera no enquadramento espacial e temporal da economia-mundo. Como estrutura do econômico entrelaçada no jogo de estímulos e bloqueios a outras estruturas, Braudel vê economias-mundo em diversos momentos e geografias. Como vimos, em Braudel, o Estado imperial bloqueia os processos de diferenciação sistemática de uma hierarquia mercantil e, pois, a plena expansão do capitalismo. Mas, também como vimos, um *capitalismo* continua sempre a existir de modo latente. Do mesmo modo, também a economia-mundo, que, mesmo limitada por uma estrutura política imperial, pode se insinuar. Assim, "(...) desde sempre houve economias-mundo, ou pelo menos desde há muito tempo. (...) Se descêssemos o curso da história com botas de sete léguas, diríamos que a Fenícia antiga foi um esboço de uma economia-mundo. Também Cartago no tempo de seu esplendor. Também o universo helenístico. Também Roma, em vigor. Também o Islã, após seus sucessos fulgurantes. Com o século IX, a aventura normanda nos confins da Europa ocidental esboça uma economia-mundo breve, frágil, que outros herdarão. A partir do século XI, a Europa elabora o que virá ser sua primeira economia-mundo, que outras seguirão até o presente. A Moscóvia ligada ao Oriente, à Índia à China, à Asia central e à Sibéria, é uma economia-mundo em si, pelo menos até o século XVIII. Também a China, que muito cedo se apodera de vastas regiões vizinhas, ligando-as ao seu destino: a Coréia, o Japão, a Insulíndia, o Vietnã, o Yunnan, o Tibete, a Mongólia, isto é, uma guirlanda de países dependentes. A Índia, mais precoce ainda, transforma o oceano Índico, para seu uso, numa espécie de mar Interior (...)". Fernand Braudel. *Idem*, págs. 14 e 15. Isso porque "(...) mesmo sob a coerção de um império opressivo e pouco consciente dos interesses particulares de suas diferentes possessões, uma economia-mundo hostilizada, vigiada, pode viver, organizar-se com seus transbordamentos significativos (...)". *Idem*, pág. 44. Essa é a raíz das polêmicas em torno da periodização, em que Braudel posiciona-se situando o surgimento da economia-mundo moderna no século XIII, nas cidades italianas: "Estou portanto de acordo com Marx quando escreveu (para depois se arrepender) que o capitalismo europeu (ele diz mesmo a *produção* capitalista) começou na Itália do século XIII.". *Idem*, págs. 45 e 46. Wallerstein pensa a economia-mundo como corpo do sistema-mundo moderno, portanto só pode desenvolver-se em conjunto com as partes desse mesmo sistema. Nesse sentido, o surgimento de uma economia-mundo "capitalista" confunde-se com o surgimento do sistema interestatal moderno, no século XVI – precisamente na Europa.

consistência do sistema moderno vem de seu caráter "capitalista". Nesse ponto, em contraste com o chamado "modelo mercantil" e com as tradições do materialismo histórico, tal conceito próprio de *capitalismo* faz ecoar a noção braudeliana. Novamente, *capitalismo* não seria o mero comércio, nem uma totalidade construída sobre a base da relação-capital; como vimos, denota um domínio específico da circulação, que cria um processo sistemático e reiterado de acumulação de riqueza na forma monetária com fim em si mesmo: "capitalismo não é a mera existência de pessoas ou empresas produzindo para venda no mercado visando lucro. Essas pessoas e empresas existem há milhares de anos (...). Nem a existência de trabalhadores assalariados é uma definição suficiente. O trabalho assalariado também é conhecido há milhares de anos. Um sistema é capitalista somente quando dá prioridade a uma acumulação de capital *sem fim* (...): significa que pessoas e empresas acumulam capital visando acumular mais capital"[267]. Assim, nessa visão, está em causa a mesma problemática braudeliana em torno da especificidade da modernidade: trata-se da conexão entre a expansão do *capitalismo* na economia mundial – diríamos, do capital mercantil – e a formação do sistema de Estados modernos na Europa. Unidade econômica e fragmentação política permitiriam esse jogo próprio da modernidade européia em que a expansão do capital vincula-se à força do Estado, ao mesmo tempo em que o Estado, sendo forte o suficiente para impulsioná-la, não o é, como "estrutura inacabada", para sufocá-la. Em suma: o *capitalismo* floresce na base da fragmentação política, ao mesmo tempo em que, ao estender a concorrência entre capitais a uma rivalidade interestatal, faz reafirmar essa mesma fragmentação.

O Estado nacional moderno nasce como uma fratura, de um lado, dos domínios senhoriais locais, e, de outro, do poder eclesiástico pretensamente universal. Como uma estrutura de poder limitada, nos termos de "estruturas inacabadas" que não poderiam consumar-se como Impérios, os Estados nacionais modernos viriam conformar-se nos marcos de um sistema interestatal, em confronto uns contra os outros, de modo que essa fratura das forças particularistas e universalistas teria, como contrapartida, a luta pela consolidação das próprias

[267] Immanuel Wallerstein: "The modern world-system as capitalist world-economy. Production, surplus value, and polarization". In *World-system analysis: an introduction*, pág. 24. Essa noção também se contrapõe à tradição ahistórica da chamada "escola austríaca": "É claro que o capital continua a referir-se, no capitalismo histórico, à acumulação dos resultados do trabalho passado, ainda não consumidos; mas se isso fosse tudo, poder-se-ia dizer que todos os sistemas, desde o homem de Neanderthal, teriam sido capitalistas (...)". Immanuel Wallerstein. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*, pág. 13.

fronteiras em si.[268] Nesse jogo, como vimos, há uma conexão fundamental entre capital e Estado, em que o primeiro permite a construção de um substrato burocrático-militar enquanto o outro garante o controle sobre o trabalho, os direitos de propriedade, os monopólios mercantis etc. No entanto, se a espacialidade do *capitalismo* transcende a do Estado, essa conexão fundamental tende se dar no espaço da economia-mundo, além dos limites de cada Estado específico, de modo que, desde a gênese, a violência própria do capital corresponderá às rivalidades entre Estados, e, enfim, a hierarquia mercantil constitutiva do *capitalismo* se consumará numa hierarquização do sistema interestatal. Em suma: Estados fortes no centro; em posição intermediária na semiperiferia; e praticamente inexistentes na periferia. Desse modo, nos marcos da espacialidade da economia-mundo, a organicidade entre capital e Estado conduz à consolidação de um sistema concêntrico. Concretamente, a exploração das "diferenças de voltagens" constitutivas do *capitalismo* se consubstancia no entrelaçamento de uma hierarquia mercantil, fundada na troca desigual em benefício do centro e à custa da periferia, e uma hierarquia política, dada pelo domínio dos Estados "fortes" do centro ou da semiperiferia sobre as zonas periféricas e coloniais.[269] Nessa polarização concêntrica, o mecanismo básico da troca desigual sistemática reside no monopólio. Nos circuitos mercantis, as "diferenças de voltagens" se materializam em diferentes condições de monopólio, vigentes nos diferentes pólos da divisão do trabalho, potencializadas pelas disparidades quanto à capacidade relativa dos diferentes Estados de consolidar essas mesmas condições de monopólio em favor do capital. Enfim, esse

[268] "As formações políticas são, portanto, complexos de força que, em grau diverso, se dirigem para fora. (...) A todo 'poder' de formações políticas é inerente uma dinâmica específica: pode tornar-se a base de uma pretensão específica de 'prestígio' de seus membros, que influencia seu comportamento para fora. A experiência mostra que pretensões de prestígio exercem, desde sempre, uma influência dificilmente avaliável, em geral não-determinável, porém muito sensível, sobre a origem das guerras: um reino da 'honra', comparável à ordem 'estamental', estende-se, também, às relações das formações políticas entre si (...). E, como além disso, toda comunidade política grande, como pretendente potencial de prestígio, significa uma ameaça potencial para todas as formações vizinhas, ela mesma está constantemente ameaçada, de modo latente, pela simples razão de ser uma formação de poder grande e forte. E toda manifestação de pretensões de prestígio, em algum lugar – em regra, conseqüência de uma aguda ameaça política à paz – provoca, em virtude de uma inevitável 'dinâmica de poder', a reação imediata da concorrência de todos os demais portadores possíveis de prestígio (...).". Max Weber. *Economia e sociedade*, págs. 162 e 163.

[269] Entre o centro e a periferia, a semiperiferia cumpriria um papel estabilizador fundamental. A posição intermediária na troca desigual, de um lado, como pólo explorador diante da periferia e, de outro, como pólo explorado diante do centro, tem um significado mais político que econômico, no sentido do enfraquecimento da resistência à lógica do sistema. Pois, se ocupa uma posição subordinada diante do centro e flerta com os riscos de cair à condição periférica, de outro lado, vislumbra a possibilidade ascender. Assim, os Estados semiperiféricos empreendem mais que os outros uma política violenta em favor de seus blocos de capital – precisamente esses países produziram de modo mais radical as políticas mercantilistas ou coloniais.

mecanismo básico garante o desenvolvimento do sistema, com base num constante fluxo de excedente em benefício do centro e à custa da periferia. [270]

Para examinar o esquema centro-periferia é preciso observar que a força dos Estados reside na eficácia de sua dominação legítima – e, portanto, não se confunde necessariamente com o exercício da violência explícita. No sistema-mundo moderno, tal eficácia se materializa na possibilidade de mobilizar a dominação legítima em favor do capital. Ora, o fortalecimento das hierarquias mercantis e a expansão do *capitalismo* em conexão com o sistema interestatal, fundado num relativo equilíbrio de poder, obstruem todas as tentativas de construção de um império-mundo. Portanto, no esquema centro-periferia, o centro é o *lócus* de uma potência política mais diretamente vinculada às forças dinâmicas do *capitalismo* que toma a forma, não do império, mas de uma *hegemonia*. Arrighi procura transpor o conceito gramsciano à dimensão do sistema interestatal para formular uma noção de hegemonia que compreende uma combinação de coerção e consentimento – de inspiração em Maquiavel – com o que a dominação passa a encerrar a possibilidade de conferir ao interesse próprio – nesse caso, do Estado hegemônico – um caráter "universal". Nesse sentido, hegemonia significa o predomínio, não somente econômico e político, mas, também, intelectual e moral – ou seja: cultural.[271]

---

[270] "A chave para esconder esse mecanismo central está na própria estrutura da economia-mundo capitalista, na aparente separação, nesse sistema, entre o espaço da economia (uma divisão social mundial do trabalho com processos produtivos integrados, todos operando em nome da acumulação incessante de capital) e o espaço da política (organizado ostensivamente em torno de Estados soberanos e separados, cada qual com responsabilidade autônoma por decisões políticas no interior da sua jurisdição, todos dispondo de forças armadas para sustentar sua autoridade). No mundo real do capitalismo histórico, quase todas as cadeias mercantis de alguma importância atravessaram as fronteiras dos Estados." Immanuel Wallerstein. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*, págs. 29 e 30. "A axial divisão do trabalho de uma economia-mundo capitalista divide a produção entre 'produtos centrais' e 'produtos periféricos'. Centro-periferia é um conceito relacional que designa o grau de lucratividade do processo de produção. Uma vez que a lucratividade é diretamente relacionada ao grau de monopólio, os 'produtos centrais' são aqueles controlados por quase-monopólios. Processos periféricos são aqueles verdadeiramente concorrenciais. Quando ocorre a troca, os produtos concorrenciais estão numa posição desvantajosa em relação à produção dos quase-monopólios. Com isso, há um constante fluxo de mais-valia dos produtores dos 'produtos periféricos' aos produtores dos 'produtos centrais'. Isso tem sido chamado de troca desigual.". Immanuel Wallerstein: "The modern world-system as capitalist world-economy. Production, surplus value, and polarization". In Immanuel Wallerstein. *World-system analysis: an introduction*, pág. 28. De nossa parte, entendemos que se o mecanismo da troca desigual diz respeito à forma específica do capital mercantil, já não se pode dizer o mesmo quando entra em causa a mais-valia relativa, no momento em que o modo de produção capitalista cria a estrutura técnica que lhe corresponde e que permite, sobre a base da relação-capital, a produção de mais-valia de modo progressivo, pela via do aumento sistemático da produtividade do trabalho. Discutiremos o tema no próximo capítulo.

[271] "Um terceiro momento é aquele em se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos (...) superam o círculo corporativo (...) e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. (...) é a fase em que as ideologias (...) entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelos menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da

Mas, se a economia-mundo conforma-se, portanto, numa espacialidade própria, que não é um parâmetro exterior, mas, ao contrário, é uma determinação constitutiva do conceito mesmo, simultaneamente conforma-se num entrelaçamento de temporalidades, que também lhe é constitutivo. Assim, a construção da noção de economia-mundo deve tomar, não só o espaço, mas, também, o tempo como um parâmetro substantivo, não exterior, e, nesse sentido, conferir centralidade aos ciclos. Nessa visão, a dinâmica do *capitalismo* e, portanto, os movimentos de construção e declínio das hegemonias se consubstanciam nos ciclos. Ora, a própria espacialidade dos ciclos revela os limites da unidade da economia-mundo – e, em certos casos, projeções para fora desses limites. No conjunto, o crescimento da produção, com o desenvolvimento dos circuitos mercantis e da divisão do trabalho, e, portanto, a potencialização da acumulação vinculam-se à consolidação e expansão do poder hegemônico; a reversão cíclica, com a retração da produção e dos circuitos mercantis monopolistas antes dominantes, determinaria um movimento dos capitais em direção a novos monopólios mercantis e uma crise hegemônica, em que as lutas entre as potências culminam numa recentragem. Arrighi procura sistematizar esses ciclos, denominados *ciclos sistêmicos*, explicitando, a partir das teses de Braudel, um padrão em que fases de expansão cíclicas correspondem a um movimento de expansão material e, no entanto, a reversão, a partir de um certo limite, corresponde a movimento de expansão financeira.[272]

---

unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano 'universal', criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.". Antonio Gramsci: "Breves notas sobre a política de Maquiavel". In *Cadernos do Carcere*, Vol 3, pág. 41. "A dominação será concebida como primordialmente fundamentada na coerção; a hegemonia, por sua vez, será entendida como poder *adicional* que é conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de colocar num plano 'universal' todas as questões que geram o conflito.". Giovanni Arrighi. *O longo século XX*, pág. 28.

[272] Como vimos, Arrighi mobiliza de um modo próprio a formulação de Marx D-M-D', tomando-a como expressão de um movimento da liquidez a formas concretas da riqueza – como capital: meios de produção e força de trabalho – e de um retorno à forma líquida. A partir disso, Arrighi propõe tratar a formulação, não mais como um circuito de valorização que define uma rotação, mas como expressão do movimento de conjunto de um ciclo sistêmico secular, em que o pólo D-M corresponderia às fases A, de expansão material, e o pólo M-D', cujo limite seria o D-D', à fase de maturidade hegemônica e, enfim, de declínio. "Portanto a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD') pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário 'coloca em movimento' uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário 'liberta-se' de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação (DMD')."). Giovanni Arrighi. *Idem*, pág. 6.

O centro nesses debates em torno dos ciclos reside no problema da apreensão de seu caráter especificamente capitalista. Pois Braudel, toma, principalmente, o chamado ciclo logístico, ou *trend* secular, e, subordinado a este, o ciclo médio de Kondrafieff, como ciclos de preços. Assim, embora insinue a alternância do predomínio da expansão material e financeira, sem contudo construir, como Arrighi, uma formulação sistemática, Braudel deixa escapar a conexão entre ciclo, nesse caso, entre o movimento dos preços tomados em si mesmos, e a acumulação propriamente capitalista. Nesse sentido, tanto o tratamento particular dos ciclos logísticos e, sobretudo, dos ciclos de Kondratieff em Wallerstein, quanto a construção da noção de ciclos sistêmicos em Arrighi, procuram dar conta de captar o caráter capitalista das flutuações.[273]

Naturalmente, considerado o conceito de *capitalismo* em causa, essa posição corresponde a uma periodização que faz recuar essa dinâmica cíclica – tomada como especificamente "capitalista" –, não à transição a uma economia industrial, na passagem do século XVIII ao XIX, mas à criação da economia-mundo, no século XVI ou antes. Ora, isso faz diluir as diferenças entre a natureza das crises numa economia essencialmente agrária, típicas do Antigo Regime, e numa economia industrial, próprias do *modo de produção capitalista* plenamente constituído. Se existem essas diferenças, a crise típica do Antigo Regime estaria relacionada a uma elevação dos preços, em geral derivada de más colheitas, que produziria uma corrosão dos excedentes mercantilizáveis ou da riqueza real, em prejuízo de pequenos produtores rurais e trabalhadores urbanos; em contraste, a crise da economia industrial estaria relacionada, não à elevação, mas à queda dos preços e, pois, do lucro, do investimento, do emprego etc. Em Wallerstein, os efeitos das más colheitas teriam um encadeamento limitado no tempo e no espaço, de modo que os

[273] A diferença é que Wallerstein busca as flutuações das taxas de lucro por meio de um tratamento próprio do ciclo de Kondratieff e do *trend* secular, tomados como expressões remotas do fundamento básico das taxas de lucro; enquanto Arrighi considera-os como flutuações de preços em si que não podem captar o padrão de concorrência dentro do domínio capitalistas e entre os domínios capitalistas e não-capitalistas que determinam a distribuição da riqueza dada – em crescimento ou não – e, portanto, a dinâmica das taxas de lucros. "O que flutua? Parece que gastamos muita energia medindo as *conseqüências* dos ciclos em vez dos próprios ciclos – preços de vários tipos, inovações, produção, oferta de dinheiro. Tudo isso, não há dúvida, flutua em complexas interligações com os Kondratieffs; mas são as sombras na caverna de Platão. Se Kondratieffs são um fenômeno do capitalismo, então a chave da questão reside certamente nas taxas de lucro.". Immanuel Wallerstein: "The long waves as capitalist process". In *The essential Wallerstein*, pág. 211. "A lucratividade e o domínio do capital sobre os recursos humanos e naturais podem diminuir ou aumentar tanto nas fases de contração quanto nas de expansão. Tudo depende da fonte de onde provém a concorrência que leva os preços para cima ou para baixo.". Giovanni Arrighi. *O longo século XX*, pág. 7.

nexos entre elevações de preços e crises corresponderiam a flutuações de curto prazo nos mercados locais; as ondas médias e longas no conjunto da economia-mundo seriam, pois, de outra natureza. A dinâmica dos ciclos médios ou longos residiria numa cisão entre, de um lado, os condicionantes da expansão da oferta, determinada de modo contínuo pelas expectativas de lucro face a uma demanda dada, e, de outro, os condicionantes da procura, determinada de modo descontínuo pela distribuição da riqueza, e, portanto, na esfera da luta de classes. Em Wallerstein, a dinâmica da crise faz ecoar as velhas teses do *subconsumo*: a pressão da concorrência sobre os monopólios estabelecidos redunda na superprodução e na queda dos preços e, pois, em pressões sobre custos o que, por sua vez, faria reduzir a procura, reafirmando a crise. Porquanto a redistribuição do excedente ocorresse de um modo descontínuo, condicionada por fases alternadas de recrudescimento e enfraquecimento da luta de classes, o reestabelecimento da acumulação não seria imediato; daí porque o descompasso entre oferta e demanda se expresse num desenho parabólico de média duração – como fundamento último do ciclo de Kondratieff. Nesse ponto, fica evidente uma concepção estática da mais-valia.

O ciclo logístico, ligado à recentragem das hegemonias, funciona basicamente da mesma forma. A construção hegemônica pressupõe certas "estruturas de controle do mercado mundial", que se consubstanciam numa "infraestrutura global" de transportes, comunicações, estruturas financeiras etc., e numa "infraestrutura político-militar" de longo prazo. No momento crítico em que recai sobre a hegemonia uma combinação de tensões derivadas, de um lado, do crescimento de economias rivais e, de outro, do peso das "estruturas de controle" rompe a crise hegemônica e, como desdobramentos, um período de violência generalizada marcada por deslocamentos de capitais sobretudo na órbita financeira, e, enfim, por um processo de recentragem do sistema, de mudança do centro hegemônico. No encaminhamento das crises a estrutura do sistema-mundo é transformada, em particular, por força da luta pela expansão de suas fronteiras, ou seja, pela incorporação de novos mercados, novos espaços periféricos e coloniais, de modo que, o reestabelecimento da ordem, embora sempre a mesma – a do sistema-mundo moderno – traz, sob essa linha de continuidade certas descontinuidades nas formas de organização – nos termos de Arrighi, traz novos "regimes de acumulação".

Métodos de controle do trabalho

Isso posto, os termos básicos da conceituação da economia-mundo conduzem à discussão central em torno do estatuto das formas sociais da produção e da propriedade, e, pois, do estatuto da luta de classes. É precisamente nesse ponto que reside o centro das tensões entre as visões sistêmicas e a tradição do materialismo histórico. Ora, em Wallerstein, as formas da produção seriam definidas como *métodos de controle do trabalho*. Defini-las desse modo, mais que um mero recurso estilístico, conduz a uma problematização das formulações mais correntes do conceito clássico de *relação social de produção*. Assim, não se trata de um conjunto de formas, como no conceito de *formação social*, entre as quais uma forma dominante torna-se a base – a "história secreta" – que corresponde a um determinado *modo de produção*. Trata-se, sim, de um conjunto de formas funcionais à reprodução do *sistema-mundo*, e, nesse sentido, *métodos* técnicos criados ou recriados em função do capital.

> A variável chave foi a emergência do capitalismo como forma dominante de organização social da economia Provavelmente, poderíamos dizer, a única forma, no sentido de que, uma vez estabelecida, outros "modo de produção" só sobreviveram em função da forma como se ajustaram ao enquadramento político-social derivado do capitalismo.[274]

Em síntese, se nas visões mais emblemáticas do materialismo histórico, como na construção clássica de Maurice Dobb ou na crítica mais recente de Robert Brenner, a dimensão das relações de produção é a base sobre a qual se ergue o conjunto do modo de produção, e, nesse sentido, o ponto de partida para a circunscrição da totalidade, em Wallerstein dá-se o contrário: o ponto de partida é o sistema como uma totalidade já consumada, a partir do que determina-se a funcionalidade das formas da produção, aqui convertidas em métodos de controle do trabalho. Naturalmente, o contraponto tem raízes em visões opostas quanto à centralidade das dimensões da produção ou da circulação que derivam, num pólo, de um conceito clássico de modo de produção e, no outro, de um conceito peculiar de *capitalismo*.[275] Assim, a funcionalidade dos chamados métodos de controle do trabalho é subordinada à organicidade

[274] Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*. Vol I, pág. 82.
[275] Maurice Dobb. *Evolução do capitalismo*. Robert Brenner: "The origins of capitalist development...".

sistêmica do *capitalismo*, com vistas a viabilizar a acumulação mercantil sistemática como fim em si.

Por isso, essa noção supõe que as formas da produção devem ser consideradas, não como construções meramente formais, combinações abstratas de formas de coerção, de propriedade etc.; mas, sim, como matérias históricas, ressignificadas em seu movimento de concreção nas totalidades em causa, os *sistemas históricos*. Nesse sentido, a escravidão antiga é um método de controle do trabalho funcional à reprodução de sistemas-mundo imperiais – impérios-mundo –; a servidão medieval, à reprodução de uma espécie de micro-sistema, fundado na economia natural e na fragmentação do poder; ambas distinguem-se, pois, da escravidão ou da servidão modernas, funcionais à reprodução de um sistema-mundo capitalista – de uma economia-mundo. Na modernidade, não se trata de formas encerradas em si mesmas, escravidão, servidão etc., mas do modo como são transfiguradas em seu sentido concreto porquanto sejam subordinadas à dinâmica do capital, do *capitalismo*, no sistema-mundo moderno. Ou seja: o que está em causa é a reprodução, não de uma ou outra relação social de produção básica, mas a reprodução da totalidade, do sistema, de que *a* ou *as* formas de produção são peças funcionais. Nesse sentido, *produção* tende a transcender o sentido estritamente econômico e passa a ser *produção* ou *reprodução* da totalidade, do *sistema*. "A economia-mundo ou tem uma forma ou tem outra. Se esta é capitalista, as relações que possuem algumas semelhanças formais com as relações feudais são necessariamente redefinidas segundo os princípios orientadores de um sistema capitalista. (...) O ponto é que as 'relações de produção' que definem um sistema são as 'relações de produção' do sistema como um todo, e o sistema nesta altura era a economia-mundo européia"[276].

Visto de outro prisma, cumpre observar uma vez mais que essa visão, ao compreender o *capitalismo*, não como um modo de produção, mas como um domínio diferenciado na esfera da circulação, problematiza a centralidade do trabalho livre. Ao contrário, nos marcos da discussão em torno do desenvolvimento desigual e combinado, o *capitalismo* não somente contém essa

[276] Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*. Vol I, págs. 97 e 129. "Uma economia-mundo capitalista é uma coleção de muitas instituições (...). São todas instituições criadas nos marcos da estrutura da economia-mundo capitalista. Claro, tais instituições têm similaridades com outras que existiram em sistemas históricos precedentes, às quais se dá nomes iguais ou similares. Mas usar o mesmo nome para descrever instituições presentes em sistemas históricos diferentes mais confunde do que esclarece a análise. É melhor pensar nas instituições do sisma-mundo moderno como específicas a ele.". Immanuel Wallerstein: "The modern world-system as a capitalist world-economy". In *World-systems analysis: an introduction*, págs. 24 e 25.

diversidade de formas, como as pressupõe. Nesse ponto condensam-se de modo mais crítico as dissensões entre as visões sistêmicas, explicitamente a de Wallerstein, e tradições mais correntes da historiografia marxista, em especial as intepretações fundantes de Dobb. Para Wallerstein, tal correspondência entre *modo de produção capitalista* e generalização do salariato terminaria por reduzir-se a uma espécie de correpondência tácita entre esse modo de produção e o predomínio da grande indústria; e isso conduziria a, pelo menos, duas dificuldades. Primeiro: se o modo de produção capitalista viria consolidar-se somente com a Revolução Industrial, seria necessário problematizar o caráter do modo de produção vigente entre os séculos XVI e XVIII, ou seja, problematizar, como vimos, o fato do *capital* preceder o *modo de produção capitalista*. Segundo: se o circuito do capital supõe, como momento primordial, o passo D-M, e isso, de certo modo, corresponde a uma barreira ao primado da liquidez e da mobilidade, nesse caso, o circuito do capital deveria supor, também, uma espacialidade restrita – referida à reprodução da própria relação-capital, considerada em si mesma. Concretamente, essas correspondências teriam engolfado o metabolismo do capital nos limites do Estado nacional e, pois, obscurecido o seu caráter essencialmente mundial. Assim, para Wallerstein, o problema estaria, não somente na necessidade de lançar mão de uma idéia de *transição* e, em última instância, da distinção entre um *capitalismo comercial* e um *capitalismo industrial*, mas também no fato de que essa *transição* terminaria por tomar corpo nos limites do Estado. Tudo se passa como se estivesse em curso, não uma única *transição* ao capitalismo, mas *transições*, cada qual tomando seu próprio curso, nos diferentes limites nacionais; nesse caso, o Estado nacional torna-se um parâmetro *a priori*, e deixa de ser, ele mesmo, objeto de problematização que, enfim, diria respeito à própria formação e expansão do capitalismo.

Se Dobb identifica modo de produção capitalista e generalização do salariato, de outro lado, naturalmente, reconhece a preexistência do capital mercantil autônomo. No entanto, entendemos que essa tese, ao coferir centralidade à dimensão das relações de produção, corre o risco de perder de vista que, nesse momento, é a dinâmica da circulação que se lhe sobrepõe. Com efeito, se está em causa tomar as relações de produção não em sua expressão meramente formal, mas em seu conteúdo concreto, é preciso ter em conta que, no curso da transição ao capitalismo, o capital mercantil, de um modo progressivo, tende a subordinar formalmente a produção.

No entanto, para Wallerstein, esse entendimento é problemático: "se lembrarmos quanto ênfase Dobb confere (...) ao capitalismo como modo de produção – então, como poderia o capitalista ser primeiramente um mercador?"[277]. De nossa parte, cumpre discutir por que razão Wallerstein não pode conceber essa distinção entre a preexistência do capital – ou, em seus termos, de um certo *capitalismo* – e o modo de produção capitalista plenamente constituído. Voltamos, pois, à discussão já desenvolvida no capítulo precedente em torno das formas históricas do capital, do capital mercantil.

> Se há proletariado, então há capitalismo. De acordo. Mas qual é a unidade de análise: Inglaterra, México ou Índias Ocidentais? Cada qual possui um 'modo de produção' separado? Ou a unidade de anáise (entre os séculos XVI e XVIII) é a economia-mundo européia, incluindo Inglaterra e México? Nesse caso, qual é o 'modo de produção' dessa economia-mundo? (...) Se capitalismo é um 'modo de produção', produção que visa o lucro no mercado, então deve-se observar em que medida essa produção ocorria ou não. De fato, ocorria, e de modo substancial. No entanto, essa produção não era industrial. O que ocorria na Europa entre os séculos XVI e XVIII era que, numa vasta área geográfica que ia, desde a Polônia, do nordeste em direção a Oeste e Sul da Europa, incluindo também vastas áreas do hemisfério ocidental, vinha crescendo uma economia-mundo, com uma única divisão do trabalho, em que havia um mercado mundial, em que homens produziam produtos agrícolas visando o comércio e o lucro. Penso que o mais simples é chamar isso de capitalismo agrícola. (...) Assim, sem dúvida, capitalismo significa mercantilização do trabalho. Mas, na era do capitalismo agrícola, o trabalho assalariado era apenas uma entre os modos pelo quais o trabalho era recrutado e recompensado. Escravidão, trabalho coersitivo em produções mercantis (meu nome para a chamada 'segunda servidão'), parceria, arrendamentos, eram todos modos alternativos. [278]

Entendemos que os limites dessas visões sistêmicas residem, precisamente, no caráter *unívoco* e *unilateral* do conceito subjacente de *capitalismo*. Esse conceito tende a obscurecer a historicidade das diversas formas da subsunção do trabalho ao capital e, como corolário, a historicidade dos diversos estatutos da circulação na reprodução do metabolismo do capital. Isso leva a perder de vista as especificidades das formas históricas do capital, como vimos noutro capítulo, necessariamente transfiguaradas sob distintas totalidades. Nesse sentido, a definição é

[277] *Idem*, pág. 16.
[278] Immanuel Wallerstein: "The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analyses". In *The capitalist world-economy*, págs. 10, 16 e 17.

unívoca porquanto o mesmo conceito de *capitalismo* corresponde a formas históricas distintas do capital; e unilateral pois, posta essa mesma univocidade, o capital é definido, não como um pólo de uma relação específicica, mas como unidade encerrada em si mesma. Ou seja: na economia-mundo, as formas da produção seriam pólos subordinados ao capital; mas o capital, por sua vez, definir-se-ia em si mesmo, e não como pólo dessa mesma relação. Haveria uma subordinação unilateral do trabalho ao capital. Enfim, essa construção conceitual unívoca e unilateral abstrai uma disitnção fundamental: sob a subsunção formal, dada a cisão entre produção e circulação, de fato, o capital mercantil domina a produção, como uma força exterior; no modo de produção capitalista plenamente constituído, que reproduz a unidade entre produção e circulação, capital e trabalho constituem uma unidade intrínseca, como pólos extremos e contraditórios, em que, um já não pode ser definido sem o outro.[279] Nesse sentido, o caráter unívoco e unilateral do conceito de capital – e, pois, seu caráter *estático* – faz perder de vista as formas históricas de relação entre o capital e o trabalho e, enfim, a especificidade da relação-capital, do capital como pólo de uma relação social. Em suma: uma construção conceitual estática, um conceito cristalizado, não pode ser adequado para apreender um objeto essencialmente fluído.

Senão vejamos. Wallerstein deixa explícita a unilateralidade do conceito: "um indivíduo não é menos capitalista, explorador de trabalho, porque o Estado lhe ajude a pagar salários baixos (aí incluindo salários em espécie) e negue a esses mesmos trabalhadores o direito à mobilidade (...)"[280]. Ora, se para esse "capitalista" as formas da produção lhe são unilateralmente indiferentes, talvez se possa perguntar a Wallerstein: e para os escravos, servos ou trabalhadores livres; ser-lhes-ia indiferente as condições de escravidão, de servidão ou de salariato? Do mesmo modo, questionando o esquema tripartido braudeliano, talvez se possa perguntar, posto que o capital move-se em seu piso próprio, se seria indiferente às massas que esse movimento se desse sobre uma *vida material* sedimentada ou sobre processos violentos de expropriação – em curso ou já consumados. Quanto a isso, é sintomático que, a despeito de criticar o formalismo, essas visões procurem elevar-se até um nível de generalidade tal que lhes permitam sublinhar similitudes meramente formais que tenderiam a reduzir as formas da escravidão, da servidão ou

[279] Karl Marx. *Grundrisse*.
[280] Immanuel Wallerstein: "The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analyses". In *The capitalist world-economy*, pág. 17.

do salariato ao denominador comum de sua funcionalidade para o lucro mercantil.[281] E, mesmo que se considere exclusivamente o pólo do capital, também não parece ser absolutamente indiferente para esse suposto "capitalista" exercer uma ou outra forma de coerção sobre o trabalho – senão quanto ao circuito formal do capital, certamente quanto às diferentes formas de sociabilidade subjacentes.[282] Quanto a isso, também é sintomático que esse nível de generalidade faça dissolver a especificidade da *mais-valia*: "(...) quando existe uma produção para a troca e o valor criado é maior do que a quantia socialmente necessária para reproduzir o trabalho empregado nessa produção, há mais-valia, qualquer que seja a natureza da relação social em causa"[283]. Nesse caso, se a categoria *mais-valia* corresponde a um mesmo nível de generalidade que o conceito de *excedente*, perde-se de vista, mais uma vez, a forma especificamente social e histórica do excedente sob o modo de produção capitalista constituído. Naturalmente, não se tratando de uma opção meramente estilística, essa dissolução da categoria mais-valia no conceito mais geral de excedente terá, como veremos, conseqüências sobre o modo de interpretar a dinâmica da acumulação capitalista – não por outra razão, em Wallerstein, o movimento da acumulação "capitalista" terá traços correpondentes à vigência da forma da *mais-valia absoluta*.[284]

---

[281] Essas generalizações podem dissolver as diferenças entre as formas, reduzindo-as a meras manifestações de relações mercantis: "Os chamados servos na Polônia ou os índios nas encomiendas espanholas na Nova Espanha (...) trabalhavam para senhores de terras *que lhes 'pagavam' (embora o termo seja eufemístico)* por colheita". No limite, dissolvem-se as diferenças entre a mercantilização do próprio trabalhador, ou, a escravidão, com a mercantilização da força de trabalho, o salariato: "essa é uma relação em que a *força de trabalho é mercantilizada* (como poderia ser mais do que na própria *escravidão*? (...)". *Idem*, pág. 17 (grifos nossos). "Do ponto de vista do proprietário de escravos, o escravo recebe um salário. Recebe anualmente a soma dos custos de sua aquisição (ou de criá-lo, se nasceu como escravo), de sua manutenção durante sua vida útil e velhice, e de seu policiamento (os custos extras de supervisão), divididos pelo anos de trabalho efetivo. Medindo o *output* em comparação com o salário anual, podemos facilmente calcular uma taxa de produtividade. É complicado, mas perfeitamente factível comparar o custo de um escravo com o custo de um trabalhador assalariado mediante contrato, que recebe pagamentos regulares somente durante o tempo de seu trabalho efetivo (...) e deve gastar seu dinheiro durante o ciclo de vida de seu núcleo familiar.". Immanuel Wallerstein: "American slavery and the capitalist world-economy". In *The capitalist world-economy*, pág. 219.

[282] "Os proprietários de escravos são mesmo capitalistas (…), não, no entanto, por todos os homens racionais o serem, mas por operarem numa economia-mundo capitalista. E um proprietário de escravos que não tomar em consideração os condicionantes do mercado nas operações de suas empresas, cedo ou tarde, vai à bancarrota e é substituído por um que os tome. Que os proprietários do Sul desenvolveram uma ideologia diferente daquela dos proprietários da Nova Inglaterra (...), isso é simplesmente o reflexo de diferentes interesses dentro de um mesmo sistema-mundo capitalista.". *Idem*, págs. 218 e 219.

[283] Immanuel Wallerstein: "An historical perspective on the emergence of the new international order: economic, political, cultural aspects". In *The capitalist world-economy*, pág. 276.

[284] Aqui ressurge a própria definição de *capitalismo*. Pois, se a categoria mais específica *mais-valia* confunde-se com o conceito geral de *excedente*, nesse caso, encontrar-se-ia *excedente* e, portanto, *mais-valia* (sic), sempre que estivesse em curso qualquer forma de acumulação. A *differentia specifica* do *capitalismo* rediria, não no regime da

Isso posto, é necessário considerar que, concretamente, se o *capitalismo* possui uma espacialidade própria, do mesmo modo, também possuirão as formas de controle do trabalho. Tomar esses métodos como funcionais ao capital no espaço da economia-mundo, significa necessariamente conferir-lhes uma espacialidade em correspondência com a geografia da divisão do trabalho. Assim, dado o primado da acumulação e a divisão do trabalho – ou seja, a *solidariedade orgânica* entre os diversos *tipos* de produção – cada método de controle do trabalho surgiria como uma espécie de "solução técnica" que permitiria a cada tipo de produção correspondente cumprir com mais eficácia sua funcionalidade básica. Ou seja: dado um tipo de produção, o método de controle do trabalho correspondente será aquele capaz de combinar as necessidades de aumento de produção e de redução de custos de modo a melhor viabilizar a troca desigual e potencializar o lucro mercantil. "Por que diferentes modos de organização do trabalho – escravatura, 'feudalismo', trabalho assalariado, auto-emprego – coexistindo numa mesma época no seio da economia-mundo?"; porque, dado o imperativo da acumulação, "(...) cada modo de controle do de trabalho se ajusta melhor a tipos de produção particulares"[285]. De modo geral, a organização da economia-mundo pressupõe tendências a conformação de regimes de salariato no centro, de parcerias na semiperiferia e de trabalho compulsório – servidão ou escravidão – na periferia.

Assim, na construção do sistema-mundo, seria fundamental o escalonamento de métodos de controle do trabalho que permitissem uma exploração "capitalista" no conjunto do sistema e, em particular, uma superexploração em seu pólo periférico. Quanto à expansão da Europa ocidental, Wallerstein observa que "a capacidade para uma expansão bem sucedida é uma função quer da capacidade de manter uma relativa solidez interna (função por seu turno dos mecanismos de distribuição de recompensas) quer das disposições que possam ser tomadas para utilizar

---

mais-valia – menos ainda na mais-valia relativa –, mas na *acumulação sistemática como fim em si* (*endless acumulation*). Quanto à expropriação do excedente ou, nesse caso, da "mais-valia", Wallerstein observa que "pode-se dizer que essa expropriação ocorre em sistemas pré-capiatalistas. E ocorre, com uma única diferença: a exploração não é maximizada no tempo e no espaço porque, nos sistemas pré-capitalistas, a acumulação de capital como fim em si está em segundo plano, face a outras considerações político-sociais. A caraterística de um sistema capitalista é que esse sistema recompensa a acumulação como fim em si e elimina grupos individuais que resistem a essa lógica.". *Idem*, pág. 276. Ora, nesse ponto, parece reverberar a tese braudeliana: noutros sistemas pode haver um esboço de *acumulação* – um embrião de *capitalismo* – limitada ou mesmo bloqueada por "considerações político-sociais" de outra ordem, que não a *acumulação como fim em si*. Seria o caso de determinadas estruturas políticas, sobretudo, as estruturas imperiais, ou de certas permanências civilizacionais. Seria por força desses jogos entre diferentes ordens e hierarquias que o *capitalismo*, poderia (ou não), emergir; que a *acumulação como fim em si* poderia (ou não) ter vazão.

[285] Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*. Vol I, pág. 92.

trabalho barato em paragens longínquas (...)"[286]. Ao mesmo tempo, esses métodos correspondem a diferentes estruturas políticas e, com isso, a diferentes possibilidades de desenvolvimento de uma classe burguesa: "(...) as formas de controle do trabalho afetam significativamente o sistema político (em particular a força do aparelho de Estado) e as possibilidades de uma burguesia indígena prosperar"[287]. Em suma: seria fundamental não só garantir uma superexploração no pólo periférico, como também, como contraparte, barrar, na periferia e, tanto quanto possível, também na semiperiferia, a possibilidade de desenvolvimento de um capitalismo local, e, enfim, de uma burguesia rival.

Por tudo o que foi dito, em Wallerstein, os conflitos de classe próprios desse marco histórico não devem ser tomados como concreções de um processo secular de *transição* de um *modo de produção* a outro, em que se chocam forças correspondentes a diferentes formas de organização da vida social – feudais e burguesas. Aqui, seriam conflitos correspondentes à *reprodução* de um *sistema capitalista* já constituído. Ou seja: em Wallerstein, não se trata de conflitos entre forças burguesas e feudais que se consubstanciam nos processos de seperação entre produtores e condições de produção, na criação da relação-capital, ou, enfim, na chamada *acumulação primitiva*. Portanto, não se trata de um conflito cujos desdobramentos caminham no sentido de um processo de proletarização. Ao contrário: como vimos, em Wallerstein, o *capitalismo* não só não pressupõe a generalização do salariato, mas, ao contrário, depende estruturalmente da existência de um mosaico de outras formas.[288]

---

[286] *Idem*, pág. 90.
[287] *Idem*, pág. 92.
[288] "(…) a relação social pura burguesia / proletariado é uma relação minoritária em toda a história da economia-mundo capitalista – *mesmo hoje nos chamados Estados capitalistas avançados*. Se fosse verdade que a mais-valia só é criada quando um proletário expropriado recebe salários, por que o sistema capitalista não engendrou senão essa relação social? A resposta clássica é que havia resistência de grupos feudais (semifeudais, quase-feudais), uma resistência 'regressiva' e 'irracional' na perspectiva da economia social como um todo. Mas quando uma 'irracionalidade' dura séculos e parece ser sustentada precisamente por aqueles grupos tidos como dominantes politicamente (a burguesia ou as classes capitalistas), então deveríamos pelo menos investigar a possibilidade de nossa análise estar distorcida.". Immanuel Wallerstein: "An historical perspective …". In *The capitalist world-economy*, pág. 276 (grifos nossos). "Posto que o salariato é um modo de trabalho relativamente custoso do ponto de vista da burguesia, é fácil entender por que o trabalho assalariado nunca foi a forma de trabalho exclusiva e, até recentemente, nem mesmo a principal, na economia-mundo capitalista.". Immanuel Wallerstein: "Class conflit in the capitalist world-economy". In *The capitalist world-economy*, pág. 290. Na verdade, entendemos que o problema não reside, exatamente, nessa suposta "resposta clássica", mas, sim, na própria pergunta. Pois sob um primado do caráter determinante das relações de produção, não caberia questionar as razões do 'capitalismo' não produzir somente o salariato porque a causalidade é diametralmente inversa: é precisamente a generalização da relação social básica que permite o surgimento do modo de produção; é o salariato que permite o 'capitalismo'. De outro lado, a partir da circulação, o capital na forma mercantil pode sobrepor-se e mesmo criar ou recriar diversas formas de produção.

Com efeito, é precisamente no jogo entre uma tendência posterior à expansão da proletarização e a necessidade de preservação desse mosaico de outras formas que residiria a contradição básica do *sistema capitalista*. Em Wallerstein, o problema básico numa economia mercantil, nesses termos, "capitalista" consistiria no salariato ser, ao mesmo tempo, fonte de exploração e base do mercado, do consumo. O raciocínio é, de certo modo, estático: há uma contradição entre exploração e expansão dos mercados. A pressão sobre os salários conduziria a uma expansão da mais-valia e a uma limitação dos mercados; reversamente, a elevação dos salários conduziria a uma expansão dos mercados, mas a uma limitação da exploração. Nessa dimensão, consuma-se a organicidade do esquema centro-periferia. Pois essa divisão espacial da economia-mundo permitiria que se compensassem mutuamente a contenção da exploração no centro, correspondente às necessidades de expansão dos mercados, e a superexploração do trabalho na periferia, correspondente à necessidade de expansão do excedente. Assim, em cada momento crítico, emergindo concretamente nas curvas de reversão cíclica, a economia-mundo engendra impulsos à expansão de seus limites e, pois, à luta pela incorporação de novas zonas periféricas. O caso é que, no momento em que a economia-mundo passa a dominar toda a economia mundial, a contradição básica muda de qualidade e tende a níveis mais graves. Nesse momento, desenvolve-se uma tendência à proletarização, aí, sim, à generalização do salariato.[289] Ora, se o capitalismo pressupõe a existência desse mosaico de formas diretas de coerção, a tendência à generalização do salariato correspondente ao agravamento da contradição básica parece apontar no sentido de uma espécie crise final que faz ecoar um espírito, a seu modo, luxemburguista.[290] Sob esse prisma, novamente surge a mesma concepção estática do processo

---

Mas aqui, novamente, sustentamos a necessidade de distinguir as formas do capital. De resto, parece um exagero considerar a proletarização um fenômeno minoritário mesmo depois do século XIX.

[289] Quanto a isso, é sintomática sua visão sobre o término do escravismo moderno. Em Wallerstein, naturalamente, não se trata de uma mudança das relações de produção correspondente à consolidação de um modo de produção capitalista, mas de um resultado da expansão da economia-mundo, com a transformação da África, de arena exterior em periferia, portanto, numa zona interna de produção complementar. Posto que a condição de arena exterior do continente era funcional ao escravismo, essa trasformação teria destruído a fonte última de escravos, base para a reprodução do sistema a custos compatíveis. "Claro que há contradições, posto que esse processo tornou o trabalho escravo mais caro; mas é exatamente isso que produziu a incorporação da arena externa do Oeste africano como área periférica da economia-mundo capitalista, e o que explica a desaparição final da escravidão. A escravidão despareceu não por ser incompatível com o capitalismo (...), mas por ser incompatível com uma economia-mundo capitalista despojada de uma arena exterior para arcar com os custos de sua reprodução.". Immanuel Wallerstein: "American slavery and the capitalist world-economy". In *The capitalist world-economy*, pág. 216.

[290] Em face dessas contradições, o *capitalismo* encontraria um mecanismo contrarrestante fundamental nas chamadas *unidades semiproletárias*. Aqui, Wallerstein procura relativizar a centralidade do conceito de *classe* e problematizar os mecanismos de exploração, envolvendo, concretamente, o proletário clássico em unidades

"capitalista", característica do metabolismo do capital mercantil e de um regime baseado na mais-valia absoluta. Com efeito, se é correto que o conflito entre capital e trabalho, expresso na tensão entre mais-valia e capital variável, constitui um determinante estrutural permanente e subjacente ao metabolismo do capital, de outro lado, Wallerstein parece perder de vista que, sob o padrão da mais-valia relativa, os aumentos da composição orgânica pela via do progresso técnico, condicionam os parâmetros do movimento da superpopulação relativa e, pois, dos salários, no sentido do reestabelecimento das condições de valorização. Assim, o conflito entre capital e trabalho, sob os marcos da generalização do trabalho livre, é, não um limite definitivo que impossibilita o capitalismo, mas, sim, uma contradição sem a qual modo de produção capitalista não pode existir e se desenvolver. Quanto a isso, parece necessário considerar que o aumento da composição orgânica supõe a introdução do progresso técnico e, no limite, a diferenciação de um Departamento I.[291] De outro lado, essa mesma consideração, que supõe um consumo produtivo como momento crucial do circuito do capital, nos coloca diante da questão de que o difícil problema da realização não pode reduzir-se ao subconsumo das massas. Posto que o conceito de mais-valia pressupõe um desenvolvimento da cisão entre produção e consumo já contida na forma mercadoria, uma vez que para o produtor direto despossuído o direito à

familiais. Isso supõe que o processo de reprodução material do produtor não se reduz a sua relação direta com o capital, mas deveria ser vista à luz da reprodução da unidade familial. Wallerstein procura sustentar que as unidades familiais constituem-se como *unidades semiproletárias* na medida em que, concretamente, estando uma parte dos familiares subordinada diretamente ao capital, a outra pode engajar-se numa espécie de produção autônoma. Se essa produção autônoma contribui para a reprodução da parte dos familiares subordinados ao capital, dando-lhes parte do mínimo necessário, isso possibilita a redução do trabalho necessário em favor do capital. Nesse sentido, a proletarização não se generaliza. De nossa parte, mesmo antes de uma crítica mais geral, entendemos que esse tipo de argumento deixa no ar algumas perguntas. Qual a natureza dessa renda autônoma da unidade semiproletária? Se for não-monetária, isso poderia, de fato, contornar os limites à redução do trabalho necessário; mas, de outro lado, tornaria mais graves o suposto problema do subconsumo. Sendo a renda monetária, qual a fonte? Não sendo, por suposto, nem salários, nem lucros – o que levaria ao absurdo de se conceber uma sociedade consitutída somente de capitalistas – essa fonte só poderia ser a circulação. Isso repõe o problema. Primeiro, repõe o problema do trabalho necessário, pois essa renda correponderia a uma parte da massa de mais-valia ou de salários, simplesmente transferida via circulação. Depois, repõe o problema do subconsumo, pois a renda corresponderia a uma demanda subtraída, no momento precedente, talvez, de outra unidade semiproletária. Além disso, quanto à redução do trabalho necessário, todo o argumento só faz sentido se essa renda autônoma ultrapassar a renda correspondente às necessidades de reprodução dos próprios produtores autônomos; do contrário é o quinhão dos subordinados ao capital que sustenta a outra – e, nesse caso, seria mais funcional ao capital a dissolção da unidade.

[291] "A superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta. Ela reduz o raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar do capital. (...). O capital age sobre ambos os lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação multiplica a demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua 'liberação', enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação, portanto, até certo ponto, torna a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, nessa base, o despotismo do capital.". Karl Marx. *O capital*, Livro I, Vol II, pág. 196 e 197.

apropriação das condições de subsistência é condicionado à produção de um valor excedente ao de seu próprio consumo; posto isso, o chamado subconsumo das massas deveria ser tomado, não como *limite* estrutural definitivo do capitalismo, mas, sim, como uma contradição constitutiva do próprio modo de produção capitalista, sem a qual o mesmo jamais poderia sequer existir. Naturalmente, como uma contradição basilar, o subconsumo é um pressuposto da crise, e, justamente por isso, é necessário considerar as devidas mediações. O contrário seria dizer que a produção capitalista visa as necessidades humanas.[292]

Por fim, cumpre enfrentar as discussões teóricas e históricas em torno das classes sociais subjacentes à perspectiva do sistema-mundo.

Em Wallerstein, *classe* é um conceito multimodal. Portanto, contrasta com as construções conceituais que conferem centralidade à polaridade inscrita na dimensão da produção, à exemplo da síntese de Perry Anderson: "o conceito de classe como uma relação objetiva com os meios de produção, independente da vontade ou da atitude, não parece necessitar de uma formulação adicional"[293]. Considerada as tensões entre as diferentes espacialidades da divisão do trabalho e das estruturas do Estado nacional, esse conceito multimodal deve encerrar entrelaçamentos entre posições no domínio econômico, social, nacional, étnico etc. – o que parece ecoar a noção braudeliana de hierarquia. Enfim, no sistema-mundo, a dominação de classe seria, necessariamente, entrelaçada à dominação de estratos e grupos étnico-nacionais.[294]

Em termos gerais, Wallerstein define *burguesia* como uma classe que, por força desses entrelaçamentos entre as diversas formas de dominação – econômica, política, étnica etc. –, se apropria da "mais-valia" e, em função da lógica do próprio capital, a reintroduz no circuito de valorização. Como contraparte, define *proletariado* como a classe que, por força desses mesmos entrelaçamentos entre as formas de dominação, produz e transfere a "mais-valia". Mas, posto que

---

[292] "A contradição que existe entre a tendência ao ilimitado crescimento da produção e o consumo limitado não é a única do capitalismo, que só pode existir e se desenvolver em meio a contradições. Elas, aliás, atestam o caráter historicamente transitório do capitalismo, iluminando as condições e as causas da sua decomposição e da sua transformação em uma forma superior; mas elas não excluem nem a possibilidade do capitalismo nem o seu caráter progressista em comparação com os sistemas de econômia social que o precederam.". Vladimir Lênin. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, pág. 26.

[293] Perry Anderson. *Teoría, política y história*, pág. 44.

[294] "Em particular, há dois argumentos sobre o paradigma fundamental de análise: classe é um conceito polarizado ou multimodal? A filiações a grupos de classe são mais ou menos fundamentais ou significantes que filiações a 'grupos de status' ou étnico-nacionais? Sustentamos que o debate sobre o paradigma torna-se, por fim, o debate crucial (...)". Immanuel Wallerstein: "Class formation in the capitalist world-economy". In *The capitalist world-economy*, pág. 222.

essa visão se funda numa redução do conceito de "mais-valia" ao conceito de excedente, pode-se dizer que, em Wallerstein, "burguesia" e "proletariado" se definem como pólos contrapostos na luta pelo excedente, produzido e expropriado sob diversas formas, sem pressupor necessariamente o salariato: "isso elimina, como característica *definidora* do proletariado, o pagamento de salários ao produtor"[295]. Ora, como vimos, essa visão faz diluir as especificidades da forma histórica do excedente e, pois, o próprio conceito de mais-valia. Justamente para contornar as tensões entre o nível de abstração conceitual e o concreto, Wallerstein procura conferir fluidez à construção do conceito, observando, à luz do movimento concreto da *economia-mundo*, as diferentes formas de luta em torno do exedente mercantil. Nesse sentido, há, não *uma* burguesia e *um* proletariado, definidos em termos de *tipos ideais*, mas, um *processo*, no curso do movimento concreto da economia-mundo, de constantes construções, desenvolvimentos e desconstruções das classes em jogo, de diferentes burguesias e proletariados, sob diferentes formas de dominação que, de certo modo correspondem aos ciclos sistêmicos e, pois, a diferentes padrões de acumulação.[296]

O problema central reside na necessidade de apreensão do caráter concretamente fluído da burguesia. Isso porque, como vimos a propósito da tese de Braudel, o conceito de *capitalismo* subjacente supõe uma crítica às tradições que procuram tomar o desenvolvimento da burguesia como um fenômeno de eclosão das classes médias. Nessas tradições, a diferenciação de um comércio urbano – local? – corresponderia à diferenciação da burguesia como uma camada média, entre os estratos nobiliárquicos e o campesinato, contraposta à ordem senhorial e portadora das concepções liberais, enfim, de uma visão equalizadora. Em Braudel e Wallerstein, se é correto que nas cidades medievais o comércio local deu origem a essa camada média entre os extremos da estrutura senhorial – nos domínios do *mercado autorregulado* –, o desenvolvimento do comércio de longa distância – do domínio mesmo do *capitalismo* – corresponderia à diferenciação de uma burguesia monopolista e, sobretudo, de uma alta finança, como vimos, com tendências à aristoratizar-se. Essa contraposição se desdobra no problema das

[295] Immanuel Wallerstein: "Class conflit in the capitalist world-economy". In *The capitalist world-economy*, pág. 289.

[296] Nesse ponto, Wallerstein procura construir uma crítica a certas tradições do marxismo que tenderiam a conceber as classes como tipos ideais. Por certo, o marxismo engendrou concepções mais ou menos formalistas. Mas, de nossa parte, entendemos que, em Wallerstein, a necessidade de construção de um conceito fluído, decorre de um excesso de abstração anterior, posto na assimilação sem mediações do conceito mais concreto de mais-valia ao conceito mais geral de excedente. Dada essa abstração, a tensão entre o conceito e a história, que é preciso enfrentar, torna-se mais aguda.

dinstinções entre *lucro* e *renda*. Pois, se na primeira visão a transição de um domínio feudal a um domínio burguês corresponde à transição do predomínio da renda na direção do predomínio do lucro, em Braudel e Wallerstein, dada a fluidez dos conceitos, dar-se-iam, no bojo da aristocratização da burguesia, transições do lucro à renda. Do ponto de vista subjetivo desse "capitalista", tudo se passa como se o capitalismo fosse um meio para sua conversão em aristocrata; e o lucro a base material do direito à renda. Naturalmente, essa passagem pressupõe a conexão entre dinheiro e poder, capital e Estado.

> Capitalistas não querem competição, mas monopólio. Procuram acumular capital não via lucro, mas via renda. Querem ser, não burgueses, mas aristocratas. E, desde que, historicamente – isto é, do século XVI até o presente – temos um aprofundamento e um alargamento da lógica capitalista na economia-mundo capitalista, há mais, e não menos, monopólio, há mais renda e menos lucro, há mais aristocracia que burguesia.[297]

"Capitalismo" histórico

Naturalmente, tal visão de *capitalismo* supõe uma determinada periodização. Em Wallerstein, a formação do sistema-mundo moderno, decorre da crise do "feudalismo" no século XIV e da derrota do projeto pan-europeu dos Habsburgo no século XVI, que culminam, de um lado, na expansão geográfica – e, pois, na construção de uma nova divisão do trabalho – e, de outro, na preservação da fragmentação política e na consolidação de um sistema interestatal.

[297] Immanuel Wallerstein: "The bourgeois (ie) as concept and reality". In *The essential Wallerstein*, pág. 339. Posto que Wallerstein pretende direcionar essa crítica indiscriminadamente a liberais e marxistas, é necessário retornar a nossas observações a propósito de Fernand Braudel. Se é certo que o desenvolvimento da tradição liberal – mais em sua vertente propriamente utilitarista que clássica – cristaliza uma visão do mercado como espaço de harmonização de linhas de força privatistas, o que pressupõe uma equalização prévia; Marx demonstrou que o modo de produção capitalista só pode ser uma estrutura de dominação – o que está contido no próprio conceito de capital e de mais-valia. Nesse sentido, em que pese a especificidade do excedente na forma histórica e social da mais-valia e toda a problemática em torno da revolução democrático-burguesa, a conexão entre dinheiro e poder – e, portanto uma crítica a um suposto sentido equalizador da modernidade – fora desenvolvida em Marx, já no conceito de capital mercantil e, posteriormente, no Livro III, no conceito de capital portador de juros – que supõe, a seu modo, uma transição do lucro à renda. Posteriormente foi desenvolvida nos debates sobre o capital financeiro e o capitalismo monopolista, em conexão com a problemática da via prussiana e dos limites da revolução democrático-burguesa na periferia. Não parece, pois, lícito tratar nos mesmos termos os liberais e os marxistas, no que concerne a um suposto caráter intrinsecamente liberal do capitalismo e da burguesia. De outro lado, como vimos no capítulo precedente, o tratamento do problema nos termos de Braudel e Wallertein traz o risco de obscurecer o sentido da mudança social.

Portanto, a periodização em causa postula que, se a crise do século XIV foi uma crise estrutural, de ruptura da ordem precedente, a crise do século XVII teria sido uma crise conjuntural do *capitalismo* já estabelecido; mais propriamente, a "fase B" de um primeiro ciclo logístico que perpassa os séculos XVI e XVIII.[298] Em seu sentido mais profundo, essa reversão secular do século XVII coduziria a uma reestruturação e consolidação definitiva do sistema-mundo moderno de modo a fundar as bases da Revolução Industrial. Nessa periodização, é possível observar o modo peculiar de enfrentar o problema já discutido do capital preceder o modo de produção capitalista. Partindo de um conceito próprio de capital e de *capitalismo* que, como vimos, passa à margem do problema das formas específicas do capital, a problemática da precedência do capital é vista como um *aparente paradoxo* de uma "*economia-mundo* capitalista" preceder uma "*economia-mundo* capitalista predominantemente industrial":

> Mas é realmente um paradoxo que uma economia-mundo capitalista predominantemente industrial só possa emergir de uma economia-mundo capitalista já existente – que foi exatamente o que aconteceu? A economia-mundo capitalista foi incapaz de persistir e de se estabilizar no período de 1300 a 1450 do modo como faria entre 1600 e 1750 precisamente porque a expansão entre 1150 e 1300 não tinha ainda quebrado as juntas da estrutura feudal européia; e por esta razão o século XVII pôde preparar o caminho para a eclosão da chamada revolução industrial – do ponto de vista econômico, político e social. (...) A questão é esta. Houve um processo capitalista em operação do século XVI ao século XVIII que tornou possível o arranque industrial (...). Em minha opinião, parece haver uma diferença decisiva entre o período de 1450 a 1750, período em que se criou uma economia-mundo capitalista e se eliminaram progressivamente possibilidades históricas alternativas, e o período de 1150 e 1450, em que – poderia defender-se – foi feita uma tentiva semelhante que falhou porque a coerência política da economia feudal ainda não tinha sido desconjuntada pelas suas contradições internas.[299]

A construção da *economia-mundo* moderna é decorrência dos enfrentamentos da crise do "feudalismo". Como matriz originária do sistema-mundo moderno, o mundo medieval conforma-se na base da destruição dos impérios-mundo da Antigüidade por meio de uma combinação entre as tendências particularistas do poder senhorial e as tendências universalistas correspondentes à

[298] Ver Eric Hobsbawm: "A crise geral da economia européia no século XVII". In Theo Santiago (org.). *Capitalismo: transição*.
[299] Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*. Vol II, págs. 36 e 37.

unidade da cristandade – não há, portanto, nessa matriz, com a fratura da unidade da cristandade, um império-mundo que pudesse bloquear o *capitalismo* e o sistema interestatal. [300] No plano econômico essa combinação se expressa no desenvolvimento, de um lado, de um comércio local, dado na troca dos excedentes da produção senhorial ou camponesa e, de outro, numa circulação marítima de longa distância de metais preciosos ou de mercadorias de luxo para o consumo conspícuo aristocrático. Dada a precariedade da circulação e, pois, as tendências a uma economia natural, o comércio de longa distância só é lucrativo se for comércio de mercadorias de luxo; permanece, portanto, limitado em função dos rendimentos senhoriais. Só no momento em que se tornar comércio de mercadorias de primeira necessecidade para o consumo generalizado, no bojo, portanto, de um processo radical de mercantilização da vida, pode-se definí-lo à luz de uma divisão mundial do trabalho, como circulação propriamente capitalista.

Para Wallerstein, o enfrentamento da crise feudal no século XIV culminou na transição das formas tipicamente senhoriais de apropriação do excedente, por meio das rendas feudais, a uma forma mercantil, sobre a base de um sistema econômico mais produtivo.[301] O eixo dessa "transição" seria precisamente a simbiose entre, de um lado, a expansão geográfica e a correspondente extensão da nova divisão do trabalho que criava e recriava diversas formas de produção e, de outro, a consolidação do sistema interestatal. Quanto a isso, poderia parecer paradoxal que, para Wallerstein, a expansão geográfica que cria a nova divisão do trabalho seja empreendida não só por correntes identificadas com um *capitalismo* em formação, mas, também, por forças mais remotas, de origem feudal. Naturalmente, está em causa a necessidade de metais; em parte, para fazer frente a velhos problemas relativos à circulação monetária interna ou a *déficits* sistemáticos com o Oriente, no comércio de mercadorias de luxo; em parte para dar conta de novas demandas de mercadorias necessárias para o consumo generalizado – o que corresponde à nova divisão do trabalho. No entanto, paradoxalmente, Wallerstein reconheceria

[300] "(...) o que caracterizava a sociedade medieval era, cabalmente, esse amálgama peculiar de universalismo e particularismo (...)". Eli Heckscher. *La época mercantilista*, pág. 19.

[301] "Foram precisamente as imensas presses desta conjuntura que tornaram possível a magnitude da transformação social. Pois o que a Europa desenvolveria e manteria então foi uma nova forma de apropriação do excedente, uma economia-mundo capitalista. Esta teria que basear-se em algo que não a apropriação direta dos excedentes agrícolas, quer na forma de tributo (como tinha sido o caso dos impérios-mundo) quer na de renda feudal (como tinha o sistema do feudalismo europeu). Pelo contrário, o que se desenvolveria então foi a apropriação de um excedente originado numa produtividade acrescida e mais eficiente (primeiro na agricultura e depois na indústria) por intermédio de um mecanismo de mercado mundial com a assistência 'artificial' (ou seja, não mercantil) dos aparelhos de Estado, nenhum dos quais controlava o mercado mundial inteiramente.". Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*. Vol I, pág. 45.

que, mesmo que fosse a base para o desenvolvimento de uma economia-mundo capitalista, a expansão seria também movida, pelos menos em seus primeiros estímulos, por vetores tipicamente medievais. Assim, se a crise do representou um declínio dos rendimentos e, no limite, uma ruptura da unidade da cristandade, a expansão geográfica responderia, pois, às necessidades de alargamento dos domínios senhoriais ou eclesiásticos, de consolidação das monarquias, e, de modo indireto, consideradas as devidas mediações, também, de evangelização, a exemplo das cruzadas.

> Sem dúvida que a expansão ultramarina tem sido tradicionalmente relacionada com os interesses dos mercadores, que pensavam se beneficiar da expansão do comércio, e com os dos monarcas, que procuravam assegurar quer glória quer redimentos para o trono. Mas pode muito bem ter acontecido que os motivos iniciais para as explorações ibéricas proviessem primordialmente dos interesses da nobreza, particularmente dos mais destacados 'filhos mais novos', sem terra, que só uma vez estabelecida e a funcionar a rede de comércio é que os mercadores, mais prudentes (freqüentemente menos empresariais dos que os nobres ameaçados de despromoção social), se tornaram entusiásticos. (...) Finalmente, poderia a expansão ultramarina ser explicada pelo 'espírito de cruzada', a necessidade evangelizar? (...) Sem dúvida que as paixões da Cristandade explicam muitas das decisões particulares tomadas pelos portugueses e espanhóis, talvez alguma da intensidade do seu empenho ou sobre-empenho. Mas parece mais plausível perspectivar este entusiasmo religioso como uma racionalização, sem dúvida interiorizada por muitos dos atores, sendo assim reforçada e mantida – e economicamente desfigurada.[302]

Nesse processo de formação, a economia-mundo engloba, de modo orgânico, o chamado sistema mediterrânico cristão, conformado pelas cadeias do comércio de longa distância centrado nas cidades italianas, a rede comercial flamengo-hanseática, centrada no norte e noroeste, além das regiões da Europa central, do Báltico e as colônias da América. Precisamente, essa organicidade seria a chave da expansão do *capitalismo*; e essa expansão, isto é, o movimento sistemático de acumulação que lhe é subjacente, tem como núcleo as conexões entre centro e periferia. Como vimos: "a solidariedade do sistema estava baseada em última análise, nesse fenômeno de desenvolvimento desigual (...)"[303].

[302] *Idem*, págs. 54 e 55.
[303] *Idem*, pág. 91.

Mas se a economia-mundo moderna corresponde à sinergia entre uma divisão mundial do trabalho e um sistema interestatal, é preciso observar que o processo de formação e expansão de um mercado mundial tipicamente capitalista corresponderia à derrota do projeto do Império pan-europeu de reconstrução de uma monarquia universal empreendido pela casa dos Habsburgo, a partir da monarquia da Espanha. Em termos gerais, o projeto viria chocar-se com tensões próprias dos impérios-mundo, dadas por pressões dos custos de manutenção de uma dominação ostensiva contra a precariedade da base material, em face da "força" dos Estados rivais em formação.[304] Concretamente, a economia espanhola não produziu nenhum embrião de *capitalismo*, de modo que a riqueza mercantil pilhada defrontava-se contra limites estreitos para reproduzir uma acumulação sistemática, sendo canalizado para o consumo conspícuo de uma aristocracia rural ou de uma nobreza cortesã e, enfim, nos momentos de reversão, sendo desviado do comércio para a propriedade de terras. Para Wallerstein isso se deve principalmente à posição do Estado no sistema mundial em formação e, mais propriamente, a suas pretensões de Império que, de um lado, conduziam a coroa à uma condição de dependência em relação ao circuito financeiro mundial, o que fazia drenar parte da riqueza mercantil em favor de banqueiros estrangeiros, sobretudo as casas genovesas, e, de outro, travavam a construção de um mercantilismo clássico. No momento crítico da contração secular, a Espanha encontra-se por demais fragilizada. E foi precisamente a derrota final do Império dos Habsburgo em meados do século XVI, que abriu espaço para a consolidação de um sistema interestatal europeu. Essa fratura geopolítica produziu um quadro de constantes conflitos entre os principais Estados em formação, sobretudo, em torno do domínio sobre zonas periféricas, no bojo dos quais viria

[304] "A decadência da Espanha tem sido um dos grandes tópicos da moderna historiografia européia. A causa, quanto a nós, parece ser a de que a Espanha não ergueu (provavelmente porque não era capaz de erguer) o tipo de aparelho de estado que teria permitido às classes dominantes espanholas se beneficiarem com a criação de uma economia-mundo européia, apesar da posição geográfica e econômica central da Espanha nesta economia-mundo no século XVI. Isto indica que as áreas do 'Centro' não têm que ser necessariamente as mais 'centrais' tanto em termos geográficos, como em termos de movimentos comerciais". *Idem*, pág. 191. Na verdade, essa leitura pretende tomar o fracasso da Espanha como a derrota de uma pretensão propriamente imperial, mais do que de um projeto mercantilista clássico. Ou seja: a Espanha, em que pese seu sistema colonial, definitivamente não se torna uma potência capitalista; mas não porque o sistema colonial em si contrarresta o capitalismo – como certas teses postulam –, mas porque esse sistema está inscrito, não numa estrutura mercantilista planamente desenvolvida, mas num projeto de reconstrução da monarquia universal. O que essa leitura permite dizer, isso sim, é que, de outro lado, o sistema colonial, em si mesmo, não é um determinante suficiente para a formação do capitalismo; é necessário observar as estruturas metropolitanas e, mais que isso, a posição das metrópoles no sistema mundial.

consumar-se a construção de um sistema concêntrico, cujo centro deslocava-se progressivamente para o noroeste europeu.[305]

Consumada a construção do sistema-mundo, a reversão do século XVII é uma crise própria desse sistema "capitalista" já constituído, que, nesse momento crítico, se consolida definitivamente e caminha para uma reestruturação sistêmica. Isso quer dizer que, nos marcos de uma estrutura essecialmente hierarquizada, a crise também possuiria sua própria espacialidade, desencadeando diferentes processos conforme as diferentes posições no sistema. Assim, no que respeita à reestruturação sistêmica, o movimento decisivo foi a delimitação do centro do sistema no noroeste europeu, cujo núcleo hegemônico viria ser plenamente dominado, naturalmente, pelo *capitalismo* holandês. Em termos gerais, no curso da construção do sistema-mundo moderno, o *capitalismo* do noroeste europeu tendia progressivamente a converter-se no centro do sistema, o que correspondia, de um lado, ao domínio de posições estratégicas na divisão do trabalho e, pois, no comércio mundial, e, de outro, à proeminência de certa burguesia na construção do Estado. Para Wallerstein, toda a construção hegemônica, é sempre determinada por dois vetores que se condicionam reciprocamente: de um lado, a posição do bloco de capital dominante nas tramas economia-mundo; de outro, o substrato socioeconômico do Estado a que esse mesmo bloco de capital é vinculado. Nesse jogo, um determinado bloco de capital só pode atingir uma posição dominante na economia-mundo com o suporte de um Estado "forte" que lhe garanta condições monopolistas; simultaneamente, um determinado Estado só pode ser "forte" com o suporte de um *capitalismo* proeminente no espaço da economia-mundo. A construção hegemônica pressupõe um arranjo de classes na base do Estado que viabilize, com relativa estabilidade, um projeto político de expansão do capital no espaço da economia-mundo; ao mesmo tempo que pressupõe um *capitalismo* proeminente a ponto de garantir um fluxo de excedente consistente o suficiente para cimentar a coesão e estabilidade desse mesmo arranjo de classes. Em suma: a

[305] "O novo sistema iria ser o único que predominou desde então, uma economia-mundo capitalista cujos estados centrais iriam ficar entrelaçados numa situação de tensão econômica e militar constante, concorrendo pelo privilégio de explorar as áreas periféricas (e enfraquecer-lhes os aparelhos de Estado) e permitindo que certas entidades desempenhassem um papel intermediário especializado como potências semiperiféricas (...). E assim vamos de Sevilha a Amsterdam. A história do 'segundo' século XVI é a história de como Amsterdam recolheu as malhas do império dos Habsburgo em dissolução, criando um quadro de bom funcionamento para a economia-mundo que permitiria que a França e a Inglaterra começassem a emergir como estados fortes, e acabassem por pôr de pé fortes 'economias nacionais'". *Idem*, págs. 197 e 199. "(...) os metais preciosos que a Espanha recebia da América sob a forma de transferências unilaterais provocavam um afluxo de importação de efeitos negativos sobre a produção interna e altamente estimulante para as demais economias européias". Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*, pág. 24.

força do *capitalismo* hegemônico é função da força do Estado; e esta, reciprocamente, será função da força do próprio *capitalismo*.[306]

Quanto aos condicionantes mercantis, o *capitalismo* holandês tem como fundamento uma condição de entreposto comercial, cujo nexo primordial é o controle sobre as linhas do comércio báltico que ligam noroeste e leste europeu, a ponto de produzir sinergias entre certa circulação de cereais e matérias-primas e uma potente construção naval. A posição de principal entreposto de comércio em sinergia com o predomínio na construção naval, viria traduzir-se numa tendência à condição de "triplo-centro", atrativo da circulação de mercadorias, embarcações e, pois, dinheiro. No limite, não obstante os conflitos políticos com a casa dos Habsburgo, o *capitalismo* holandês teria força para drenar a circulação de metais preciosos e, enfim, controlar os fluxos de capitais e os mercados monetários. De outro lado, à centralidade do *capitalismo* holandês corresponde uma proeminência da burguesa na estrutura do Estado. Porquanto uma determinada "oposição nacionalista" da nobreza local à pretensão imperial dos Habsburgo se tivesse convertido numa de luta do norte protestante pela emancipação vinculada às posições de uma burguesia – num movimento em que o protestantismo pudesse funcionar como cimento entre as diversas classes em jogo – a vitória sobre o projeto imperial da casa dos Habsburgo teria significado a consolidação de um Estado basicamente burguês.[307]

Nessa periodização, os quartéis entre 1625 e 1675 marcam o ciclo hegemônico holandês. O primeiro quartel do século XVII demarca a consolidação de uma superioridade na esfera da produção, caracterizada por desenvolvimentos técnicos no campo e na cidade, correspondente à

[306] A medida em que a posição no sistema é causa ou conseqüência da proeminência de uma burguesia e, pois, da consolidação de um *capitalismo*, é um tema particularmente esclarecedor de que, justamente por isso, trataremos especificamente no próximo capítulo.

[307] À luz do marco conceitual, é evidente que o domínio do Estado por camadas da burguesia não significa, de modo nenhum, um movimento no sentido de um suposto liberalismo clássico. Como vimos, para Wallerstein, o Estado é "forte" ou "fraco", em virtude, não de demonstrações mais ou menos ostensivas de controle sobre o econômico, mas da eficácia como promotor da acumulação. Nesse sentido, o Estado do centro hegemônico não terá a feição das monarquias absolutistas tradicionais. Mas isso, não por preconizar idealmente um suposto liberalismo; mas, somente, porque um certo liberalismo favorece as forças econômicas fortes o suficiente para prevalecerem sobre a concorrência. De resto, onde quer que seja necessário, como no caso da expansão sobre certos espaços coloniais americanos – como no exemplo conhecido de Pernambuco – africanos, ou como no caso da conquista de pontos estratégicos no Oriente – protagonizados pela *VOC* – o Estado holandês não abrirá mão da violência direta. "(...) no século XVII, o Estado holandês foi o *único* Estado da Europa com força interna e externa suficiente para reduzir ao mínimo sua necessidade de utilizar políticas mercantilistas (...) O Estado holandês defendia os interesses de seus empresários e pouco se importava com a consistência ideológica dessa atitude. (...) Na potência *hegemônica*, contudo, uma tal estrutura é sinal de força *em relação a outras potências centrais*, que têm de aumentar precisamente a sua centralização administrativa para tentarem superar a vantagem econômica da potência hegemônica". Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*. Vol II, págs. 67 e 68.

superação dos limites corporativos e à generalização do *putting out* e, de certo modo, da manufatura – sobretudo no que respeita à sinergias entre produções têxteis e navais. Na esteira desse domínio produtivo, sobretudo, naval, o *capitalismo* holandês passaria a dominar os circuitos comerciais. Nesse ponto, seriam decisivos os mecanismos de centralização de capital operados nos sistemas das sociedades comerciais, que permitiriam reunir a riqueza monetária de uma aristocracia financeira com a de um conjunto de médios e pequenos "capitalistas" – com o que, estreitam-se compromissos políticos. Do mesmo modo, seria decisivo um regime de monopólios comerciais, que permitissem a esse capital centralizado potencializar a valorização por meio de manipulações das condições de troca no espaço e no tempo. Dito isso, fica evidente que, no centro da hegemonia comercial holandesa, estaria o poderio da *VOC*. Como empresa tipicamente "capitalista" – nos termos do conceito em pauta – tal companhia é capaz de combinar mobilizações de capital de longo prazo, maquinações financeiras meramente especulativas e, não menos importante, posto que o capital mercantil não pode dissociar-se da violência direta, empresas militares e coloniais. Mas o domínio holandês sobre o comércio é sistêmico. Primeiro, porque pressupõe o deslocamento do capital mercantil das cidades italianas e o domínio sobre os mercados de tecidos e cereais do Mediterrâneo cristão. Mas, principalmente, porque supõe uma expansão sobre os mercados do Atlântico – o verdadeiro coração do sistema –, o que permite um circuito triangular, em que o comércio de gêneros tropicais e os fluxos de prata financiam, de um lado, o domínio do comércio de reexportação do Báltico, e, de outro, o domínio sobre os mercados das chamadas "mercadorias caras", especiarias e produtos de luxo, com o Levante e as Índias orientais[308].

Assim, concordamos que, posto que a América funciona, de fato, como zona periférica, é possível compreender o caráter essencialmente "sistêmico" do domínio do capital mercantil e do modo de produção capitalista em formação. Pois, o comércio com a "arena exterior" do Levante e do Oriente está estreitamente vinculada por circuitos monetários e financeiros –

[308] Nesse ponto, cumpre observar que, se a noção de *sistema* e, pois, de *periferia*, supõe uma divisão do trabalho que vincula produções essenciais de consumo generalizado, o Levante e as Índias Orientais, núcleos de produção das "mercadorias caras" ou seja, dos produtos de luxo, constituem-se, não como periferia, mas como arena exterior. Nesses circuitos o capital defronta-se com um comércio, muito embora bastante lucrativo, voltado a mercados restritos. Daí seu caráter mais especulativo e, portanto, a necessidade estrutural de controles monopolistas mais estreitos. O desenvolvimento desses circuitos, no entanto, conduziria à conversão progressiva dessas arenas exteriores, primeiro o Levante, depois a Índia, em zonas propriamente periféricas. De todo o modo, a conexão entre comércio e força, encarnada na *VOC*, viabilizou, no Oriente, o deslocamento estratégico dos comerciantes rivais – em particular, os portugueses –, o que foi fundamental para alavancar o *capitalismo* hegemônico holandês.

sobretudo pelo movimento da prata – à incorporação orgânica da América como periferia e, portanto, como pólo superexplorado. Ou seja: na América é possível e necessário o controle direto sobre as formas de produção. Mas sua incorporação também pressupunha uma outra "arena exterior", a África, que pudesse funcionar como uma espécie de reservatório de gente para a escravidão – e, precisamente pelo caráter destrutivo dessa pilhagem de gente, esse espaço deve constituir-se como "arena exterior"; seu destino não deve contar para o sistema.[309]

Ora, dessa proeminência produtiva e comercial, que permitiria drenar a riqueza monetária do sistema, decorre a consolidação de uma posição dominante no plano dos circuitos monetários e financeiros, na medida em que o *capitalismo* holandês conformava-se como centro do sistema de pagamentos e do mercado de divisas – mesmo porque, tal posição garantia a base de sólidas finanças públicas. Ou seja: Amsterdam torna-se, não só centro do mercado monetário, mas, também, um núcleo de erradiação da exportação de capital a juros. É precisamente a simultaneidade e, mais que isso, são os condicionamentos recíprocos das diversas proeminências que conferem ao *capitalismo* holandês uma posição, enfim, hegemônica. Se o domínio produtivo e comercial produz uma condição de permanente solvência desse *capitalismo*, do que decorre sua força monetária e financeira, essa mesma solvência viabilizaria a sustentação dos circuitos do endividamento público com crédito barato, o que viria reforçar, não só a centralidade monetária, mas, também, o predomínio no plano militar e naval – o que seria fundamental para preservar a proeminência comercial. Tudo isso termina por estimular o crédito, potencializar o investimento, retroagindo, pois, sobre a produção e o comércio. A encarnação por excelência dessas sinergias é a própria *VOC*, cujos papéis, referidos, em última instância, ao comércio de longa distância, eram um dos principais objetos de negociação na Bolsa de Amsterdam. "Por mais de um século, desde cerca de 1610-20 até aproximadamente 1730-40, a camada superior da classe mercantil holandesa manteve-se como líder e dirigente da máquina capitalista européia. Durante todo esse

[309] Portanto, é fundamental à hegemonia holandesa avançar sobre as colônias na América – daí a centralidade da *WIC*, como máquina de comércio e guerra. Reversamente, isso demonstra a aterritorialidade dos espaços coloniais americana. Precisamente nesse ponto, concordamos com Luiz Felipe de Alencastro a respeito da formação do Brasil, quando diz que "a continuidade da história colonial não se confunde com a continuidade do território da colônia", para, enfim demonstrar que a tentativa de dominar a produção de açúcar na América portuguesa tem como contrapartida a necessidade de controlar as fontes de escravos em Angola. "Sucede que a exploração da agricultura escravista pressupunha o comando dos dois pólos do sistema: os portos de tráfico africanos e as zonas escravistas americanas. Desde logo combatentes holandeses e portugueses consideram o Brasil e Angola como um campo estratégico unificado". Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes*, págs. 20, 21 e 236.

período, a Bolsa de Amsterdam foi o mecanismo regulador central pelo qual o capital ocioso era redirecionado para novos empreendimentos comerciais."[310].

Esses condicionamentos recíprocos funcionaram de modo orgânico e virtuoso enquanto vigorou o ciclo hegemônico. Como vimos, a corrosão da hegemonia, que decorre da luta entre as potências centrais do sistema, deveria tomar corpo no momento em que se combinavam, de um lado, um progressivo enfraquecimento do centro hegemônico sob o peso dos custos econômicos e políticos correspondentes à manutenção das posições consolidadas – que tendiam, enfim, a pressionar os lucros – e, de outro, o fortalecimento das potências centrais rivais, então, livres desses mesmos custos. Nesse sentido, seria necessário distinguir, no curso do processo de deslocamento hegemônico, nos marcos da reversão logística do século XVII, de um lado, a quadra entre 1651 e 1689, que marca a construção do mercantilismo na Inglaterra e na França e os avanços desses capitalismos e dessas monarquias sobre as posições holandesas; e, de outro, a quadra entre 1689 e 1763, que marca a conversão da hegemonia holandesa em predomínio meramente financeiro e os confrontos subseqüentes entre as duas potências agora em disputa, Inglaterra e França. Enfim, ao período de prevalência da hegemonia, segue-se um estado relativamente prolongado de guerra generalizada, constitutivo do *capitalismo* – outra "guerra dos cem anos" – em que se definem as bases do novo ciclo.

Nesse ponto, cumpre observar que está em causa um determinada leitura do sentido da construção das monarquias modernas, em particular, do mercantilismo. Ora, em Wallerstein, posto que todo o fundamento conceitual obscurece as especificidades das formas históricas do capital, o mercantilismo não poderia ser tomado à luz de um marco *estrutural* dado pela especificidade do domínio capital sob a forma mercantil. Trata-se da expressão de uma *conjuntura*: é a política que procura o fortalecimento do *capitalismo*, empreendida por certas potências, sob uma profunda rivalidade mercantil, no contexto específico da luta pela hegemonia do *sistema*. Assim, o entrelaçamento orgânico entre Estado e capital, desde de meados do século XVII, foi o mecanismo desenvolvido de modo mais ostensivo pela Inglaterra e França, que conduziria a deslocamentos no centro hegemônico, posto que, na mesma medida em que potencializava transformações estruturais na base econômica dessas monarquias, limitava, por conseguinte, o domínio sistêmico do *capitalismo* holandês. A combinação de uma proteção à

[310] Giovanni Arrighi. *O longo século XX*, pág. 144.

produção com a expansão de um comércio monopolista, sobretudo colonial, própria da política mercantilista, minava as bases das proeminências produtiva e comercial do *capitalismo* holandês, que já operava em seus limites, com custos crescentes.[311] O avanço da produção e dos domínios comerciais em detrimento da potência hegemônica retroagia sobre a força das próprias máquinas mercantilistas em ascensão porquanto garantiam sua força política e militar. Diante dessas pressões, o *capitalismo* holandês tendia progressivamente a transferir o capital dos empreendimentos propriamente produtivos para os negócios mercantis e, no limite, para os jogos da especulação financeira.

Entendemos, portanto, que é necessário problematizar esses avanços e recuos dos diferentes blocos de capital, uns em detrimentos dos outros. A resposta de Wallerstein é plenamente coerente com um modelo de ciclos sistêmicos em que os deslocamentos hegemônicos ocorrem nas reversões dos ciclos logísticos. Ora, para ele, Inglaterra e França avançam à custa da Holanda, por força de suas máquinas mercantilistas, dado o quadro de reversão secular do século XVII. De nossa parte, do mesmo modo como entendemos que há um fundamento estrutural para o mercantilismo que não se resume às lutas no centro do sistema, mas que, muito embora incorporando-as como dimensão concreta, refere-se à própria forma mercantil do capital; aqui também, como desdobramento, entendemos que os blocos de capital vinculados à monarquia inglesa ou francesa, avançam à custa dos capitais vinculado à Holanda, não só pelo condicionante mais concreto da crise sistêmica, mas em virtude de um determinante estrutural dado pela forma do capital. Pois, como discutimos noutro capítulo, no mundo da subsunção formal, estruturalmente estático, a valorização do capital mercantil faz-se por meio da violência direta, uns blocos de capital à custa de outros. Noutros termos, para nós, há uma dimensão estrutural na relativa estagnação cíclica, dada pelo fato de um verdadeiro regime do capital não se ter ainda constituído efetivamente. Na mesma linha, para Wallerstein, as monarquias, na luta contra o centro hegemônico, enfrentam contradições, tomadas, nessa visão, como contradições constitutivas do *capitalismo* em si, quais sejam, as necessidades de compressão dos custos e expansão dos mercados. É sob esse prisma que seria tomada a expansão mercantil das

[311] Se o problema é a concorrência de estruturas mercantilistas em expansão contra um centro hegemônico que já opera no limite de custos crescentes, cumpriria problematizar precisamente esses limites. Trata-se, bem entendido, do custo do trabalho. Nesse ponto, a consideração da natureza da subsunção formal permitiria enfrentar o problema dos limites estruturais – *dados pela especificidade da forma mercantil do capital* – que obstruem a redução dos custos da força de trabalho. O problema concreto portanto, diz respeito aos limites estruturais da mais-valia absoluta – o que, como vimos, está fora do marco conceitual de Wallerstein.

monarquias modernas. Não haveria, portanto, a consideração de que no curso da *transição*, o marco estrutural do capital mercantil exige uma forma específica, seja quanto à "compressão de custos", seja quanto à "expansão de mercados"; ambas, materializadas por formas de coerção extra-econômica.

O resultado da expansão das monarquias mercantilistas será, enfim, o deslocamento progressivo da hegemonia do *capitalismo* holandês. Nesse momento crítico, a luta das potências mercantilistas contra o centro hegemônico daria lugar à fase subseqüente dos conflitos no centro, basicamente entre 1689 e 1763, que envolvem a luta permanente entre as próprias potências mercantilistas, França e Inglaterra, por mercados e territórios, no centro, na periferia e mesmo na arena exterior; enfim, pelo espólio do *capitalismo* holandês. Para Wallerstein, a especificidade que viria garantir uma superioridade inglesa no momento posterior de consolidação de um novo "ciclo sistêmico" residiria, novamente, numa combinação entre o substrato socioeconômico que dá "força" ao Estado e a posição do *capitalismo* inglês nas linhas comerciais, monetárias e financeira da economia-mundo – sendo a força do Estado, *paradoxalmente* pressuposto e resultado dessa mesma posição.

Nessa visão, em contraste com certas visões liberais ou mesmo marxistas, as especificidades em jogo não residiriam na existência de supostas tendências mais ou menos liberalizantes, ou de uma produção mais próxima ou mais distante das formas típicas da relação-capital. O decisivo seria a orientação do desenvolvimento produtivo, sobretudo dos cereais e têxteis: na Inglaterra para um vasto mercado mundial; na França, primordialmente, para o mercado interno – o que remete a diferentes posições no *sistema*.[312] Desnecessário dizer que essa distinção tenderia a dar à monarquia inglesa uma superioridade naval decisiva.[313] Na passagem ao século XVIII, na esteira da expansão do mercado mundial, pode-se dizer que, enquanto a

[312] Quanto ao campo, novamente, essa tese confronta-se com visões clássicas que contrapõem a chamada reação feudal francesa, correspondente a um aumento das pressões por elevações das rendas e as *enclousures* inglesas, mais próximas de um sentido propriamente capitalista. Para Wallerstein, os dois movimentos referem-se à produções vinculadas ao sistema mundial, sendo, pois, formas distintas de potencialização dos processos de acumulação. Quanto à indústria, Wallerstein – assim como Braudel – observa o desenvolvimento de uma indústria rural em todas as economias européias. Nesse sentido, a especificidade da chamada Revolução Industrial residiria num processo de urbanização e concentração. A esse respeito, em torno de 1780, seria a própria França, e não a Inglaterra, que se encontrava num patamar mais avançado. Somente entre 1780 e 1840, a Inglaterra conquista definitivamente a supremacia.

[313] "Foi a insistência no comércio externo (…) que conduziu à sua insistência na armada e nas colônias, que, por sua vez, lhe permitiram obter os triunfos militares na longa luta com a França. Enquanto o Estado francês fazia tudo para superar os seus obstáculos internos, o Estado britânico bateu-o em rapidez. Longe de ser o triunfo do liberalismo, foi o triunfo do Estado forte (...)". Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*. Vol II, pág. 263.

França se "americaniza", a Inglaterra se "mundializa". A França se expande sobre o Mediterrâneo e sobre a América, no comércio de gêneros tropicais; a Inglaterra vence os franceses no Báltico, avança sobre a América – não só sobre o comércio dos gêneros tropicais, mas também sobre o tráfico de escravos[314] – e sobre a arena exterior no Oriente, em que o comércio transita da centralidade das especiarias, sobretudo a pimenta, para os tecidos indianos, sedas chinesas, bengalis e persas, louças, porcelanas, chá, café etc. Nesse movimento de expansão sistêmica, o *capitalismo* holandês seria deslocado de suas posições hegemônicas, transitando para formas de valorização estritamente financeiras, para o mero rentismo. Essas diferentes posições no sistema corresponderiam a formas próprias de organização monetária e financeira. Desde logo, se na França, a centralidade do mercado interno levou a um sistema monometalista baseado na circulação de prata – e, portanto, à necessidade de enfrentar a crise da produção mineira no momento da reversão cíclica –, na Inglaterra, a proeminência no mercado externo levou à moeda de compensão internacional, ao ouro – posteriormente, favorecido pelo surgimento de uma economia aurífera na América portuguesa.[315] De outro lado, diferentes formas de organização monetária condicionam os mecanismos de financiamento das monarquias, de modo que "(...) o controle das reservas de metais preciosos adequadas era apesar de tudo uma

[314] Nesse ponto é fundamental considerar o domínio dos ingleses sobre o *asiento*. A Companhia Real de Africa, monopolista no trato com as colônias inglesas burlava o bloqueio metropolitano da monarquia espanhola, vendendo escravos a comerciantes espanhóis em portos ingleses a serem transportados nos próprios navios espanhóis – estava à margem, portanto, do *Navegation Act*. No entanto, a Companhia sofre oposição dos plantadores ingleses, posto que essa prática acirra a concorrência sobre as peças fazendo elevar o preço do escravo. A solução viria em 1713 com a conquista do *asiento*, que reduz a pressão sobre os plantadores, ao mesmo tempo em que abre os mercados espanhóis para traficantes ingleses. Sintomático que enquanto a França avança sobre o açúcar americano, o capital mercantil inglês conquiste uma posição sistêmica, no domínio não só do açúcar, mas também do tráfico, que liga África e América. Nesse movimento, os holandeses seriam definitivamente deslocados. Visto o problema num quadro mais geral, seria necessário considerar também a coexistência no sistema colonial inglês entre *colônias de exploração* e *de povoamento*, posto que, se as primeiras respondem a um pólo da contradição básica por permitir a superexploração, as outras encaminham o segundo, porquanto funcionem, em parte, como mercado para o escoamento da produção metropolitana. Também nesse ponto, o domínio colonial inglês é mais consistente.

[315] Essas diferenças, por sua vez, corresponderiam à tendência da monarquia francesa a estreitar laços com a metrópole espanhola, possuidora das colônias americanas produtoras de prata, e monarquia inglesa a estreitar laços com os portugueses, sobretudo, no contexto do surgimento da economia mineira no Brasil. "(...) a Inglaterra se inclinou para o monometalismo-ouro *de fato* e a França para o monometalismo-prata. A natureza dos vínculos emergentes do comércio dos metais reforçava este processo: a França obtinha a prata do México por via da Espanha, enquanto a Inglaterra acabaria por monopolizar o ouro procedente do Brasil via Portugal.". *Idem*, pág. 271 e 272. "(...) a economia luso-brasileira do século XVIII se configura como uma articulação – e articulação fundamental – do sistema econômico em mais rápida expansão da época, ou seja, a economia inglesa. O ciclo do ouro constitui um sistema mais ou menos integrado, dentro do qual coube a Portugal a posição secundária de simples entreposto. (...) Para a Inglaterra o ciclo do ouro brasileiro trouxe um forte estímulo ao desenvolvimento manufatureiro, uma grande flexibilidade à sua capacidade para importar, e permitiu uma concentração de reservas que fizeram do sistema bancário inglês o principal centro financeiro da Europa.". Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*, pág. 48.

variável crucial na luta entre as potências do centro"[316]. O financiamento da monarquia francesa dá-se por uma combinação de títulos garantidos por receitas futuras e uma crescente tributação, o que naturalmente tende a limites estruturais. No caso britânico, a posição no sistema monetário tornou possível o surgimento de um sistema de empréstimos de longo prazo, por meio do qual pode-se transitar da dívida flutuante à divida consolidada, em que era fundamental os mecanismos de concessão de privilégios monopolistas às companhias – a exemplo da Companhia das Índias Orientais e Companhia dos Mares do Sul – em troca de empréstimos de longo prazo.

No processo de recentragem, a proeminência progressiva da monarquia inglesa no mercado mundial e nos circuitos financeiros baseados no ouro, estimula o rentismo holandês a valorizar-se no financiamento do Estado inglês. Assim, observamos novamente que, paradoxalmente, se a força da monarquia garantia ao capital radicado na Inglaterra posições estratégicas na economia-mundo – no mercado mundial e, em decorrência disso, nos jogos monetários e financeiros baseados numa moeda de compensação internacional – seriam justamente essas mesmas posições que viriam estimular o direcionamento do rentismo holandês ao financiamento da monarquia inglesa, o que, retroativamente, permitiria sustentar a força desse mesmo Estado no sistema mundial. Assim, se a estabilidade do arranjo de classes subjacente à construção da monarquia inglesa garante a força do Estado na sustentação de *seu capitalismo*, será principalmente o fluxo dos capitais do rentismo holandês – que fluem precisamente em virtude da posição do capitalismo inglês na economia-mundo – que permitiria financiar a monarquia, fortalecer esse mesmo Estado, e, pois, cimentar seu arranjo de classe subjacente. Concretamente, a coesão entre certa nobreza e certa burguesia – em que pese a fluidez dessas categorias – dá força à centralização monárquica, fundamental para a consolidação de seu capitalismo na *economia-mundo*; e essa mesma consolidação – estabilizada pelos fluxos do rentismo holandês – traria excedente suficientes para cimentar a coesão entre nobreza e burguesia.[317]

---

[316] Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*. Vol II, pág. 272.

[317] "Os britânicos ganharam assim uma Guerra que durava já a cem anos pela sucessão da hegemonia holandesa de meados do século XVII. Esta vitória de certos segmentos da burguesia mundial radicados em Inglaterra, com a ajuda do Estado britânico, só pode ser devidamente explicada por uma análise do modo como o Estado britânico foi politicamente capaz de contribuir para a criação e ampliação da margem socioeconômica dos empresários britânicos à custa de forças concorrentes radicadas na França." *Idem*, pág. 253. "Assim, como acontece com freqüência, a força engendrou a força e a fraqueza engendrou a fraqueza. As dificuldades conhecidas pela França na criação de uma

Sobre essa base, transita-se, entre 1763 e 1815, à terceira fase da luta no centro, em que, numa nova conjuntura de expansão do ciclo logístico, a Inglaterra desloca as principais posições francesas e conquista definitivamente a condição de hegemonia do sistema. Nesse movimento, o *capitalismo* britânico tenderia a predominar nos mercados coloniais.[318] De outro lado, essa mesma posição dominante – em que passa a ser central a pilhagem da Índia –, em parte já produto da força do Estado, possibilitou à monarquia britânica desenvolver, como vimos, um sistema financeiro capaz de contornar a questão da dívida pública. "Assim, foi que as vantagens acumuladas pela Grã-Bretanha na economia-mundo, presentes em 1763, cresceram na década de 1780, para se tornarem definitivas em torno de 1815"[319]. Enfim, concorrem para a consumação da proeminência britânica, o domínio de uma parte substancial dos mercados mundiais e a força peculiar de sua monarquia mercantilista que pôde combinar a defesa das manufaturas com a expansão do capital mercantil. Se o ponto crítico de 1763 coincide com uma conjuntura de reversão cíclica de Kondratieff, já a partir de 1780, essas vantagens britânicas se manifestam definitivamente. Ao contrário, o término da chamada Guerra dos Sete Anos em 1763, teria significado para a França um deslocamento de posições estratégicas no sistema mundial – principalmente, a quebra da sinergia entre tráfico de escravos e as manufaturas de algodão no comércio Atlântico – e, enfim, o colapso das finanças públicas. O movimento final denota a superioridade de um *capitalismo* britânico já hegemônico, que transita de um mercantilismo

---

estrutura estatal no século XVI dilaceraram-na, envenenaram a situação e finalmente desembocaram na incompleta integração da França no século XVIII. A Inglaterra do século XVI era um Estado compacto. Obrigada pelos tumultos da guerra civil a recriar uma classe dominante unificada, a Inglaterra foi capaz de absorver e incorporar os setores marginais célticos; e foi capaz de atrair capital holandês suficiente para suportar, no século XVIII, durante a era de Walpole, a criação de um Estado monopartidário estável. É este constante aumento da força relativa do Estado inglês – mais que qualquer diferença significativa na organização da produção francesa e inglesa no período de 1600 a 1750 ou nos seus sistemas de valores – o que explica a capacidade inglesa de deixar definitivamente para trás a França no período compreendido entre 1750 e 1815." *Idem*, pág. 283.

[318] Para Wallerstein, a última fase da luta hegemônica ocorre num contexto de ascensão do ciclo logístico, fundada na própria reestruturação empreendida na crise precedente, que leva à expansão das fronteiras do sistema, com os processos de *incorporação* e posterior *periferização* de velhas arenas externas. Mas isso supõe uma determinada leitura da chamada crise do *Antigo Regime*. Para Wallerstein, os limites de ordem natural das colheitas e as decorrentes tendências de elevações dos preços representam uma conjuntura de crise somente para pequenos produtores dos mercados locais. Para o *capitalismo* vinculado ao comércio de longa de distância as elevações de preços representam uma potencialização dos lucros no longo prazo. Daí, a centralidade do domínio dos mercados de longa distância nesse momento de inflexão. "A Grã-Bretanha possuía um mercado colonial muito mais vasto que a França e tinha condições, ao contrário da França, de penetrar nos mercados coloniais de outras potências coloniais. (...) A Grã Bretanha tornava-se mais fraca na competição com a França no continente, mas compensava esse declínio com um fortalecimento de sua posição relativa *overseas*." Immanuel Wallerstein. *The modern world-system.* Vol. III, págs. 68, 70 e 71.

[319] *Idem*, pág. 86.

estrito a tratados de livre comércio que, nesse momento, permitem estender a penetração sobre mercados coloniais de velhas metrópoles que, por sua vez, caminham para posições semiperiféricas – entre as quais, no limite, a própria França.

Como último passo, é necessário considerar a questão crucial do estatuto da problemática da chamada *Era das Revoluções*. Quanto ao problema do processo de industrialização, Wallerstein procura sustentar que "(...) o conceito de 'revolução industrial' e o conceito correlato praticamente inevitável de 'primeira revolução industrial' da Grã-Bretanha são profundamente ilusórios"[320]. Naturalmente, nos termos do conceito de *capitalismo* em causa, que deixa de lado a especificidade da mais-valia relativa, e nos termos do sistema mundial, como chave para interpretação da história, fica claro que essa visão de conjunto não permitiria tomar a chamada Revolução Industrial na passagem do século XVIII ao XIX, como momento da autodeterminação do capital. Um sistema organizado pelo propósito da acumulação de "capital" *como fim em si* – notemos uma vez mais: numa visão que faz abstração da forma mercantil – já vinha em curso desde a formação da economia-mundo e do sistema interestatal no século XVI. Para Wallerstein trata-se, não de perguntar sobre certa especificidade da Inglaterra quanto à gênese da relação-capital, mas, sim, de considerar o movimento do sistema no conjunto para descortinar "(...) por que razão a economia-mundo como um todo se desenvolveu do modo como se desenvolveu nesse momento particular (entre 1730 e 1840), e por que, nesse momento, resultou numa maior concentração das atividades econômicas mais lucrativas dentro das fronteiras de um Estado particular (...)"[321]. Nesse sentido, o próprio conceito de Revolução Industrial seria ilusório. Não significaria uma mudança decisiva nas relações de produção que caminhasse no sentido da generalização do salariato, nem uma correspondente mudança da estrutura técnica que conduzisse à autodeterminação do capital. Para Wallerstein, o problema central é discutir o modo como a indústria têxtil britânica reorganizou a economia-mundo, com suas cadeias de importação de matérias-primas e exportações de tecidos. Enfim, trata-se de discutir a transição a um novo ciclo comandado pela hegemonia britânica – e, não por outra razão, Arrighi poderia reduzir o problema nos termos de uma transição à fase de expansão material do ciclo sistêmico.

Do mesmo modo, não há espaço para uma compreensão da Revolução Francesa, seja nos termos de uma revolução liberal, como na visão clássica de Tocqueville, seja nos termos uma

[320] *Idem*, pág. 33.
[321] *Idem*, pág. 33.

revolução burguesa, como em Soboul. Para Wallerstein, "a centralidade da Revolução Francesa é uma conseqüência da centralidade da luta franco-britânica pela hegemonia na economia-mundo"[322]. Ora, se o próprio conceito de *capitalismo* em causa supõe uma constante transição do lucro à renda, formas extra-econômicas de coerção do trabalho, entre as quais, a própria servidão, e se, enfim, isso conduz necessariamente a uma perspectiva fluida das hierarquias sociais em jogo, em que, como vimos, torna-se impossível distinguir de um modo peremptório burguesia e nobreza; nesse caso, não há como descortinar a luta de classes nos termos clássicos e, pois, definir o caráter burguês da Revolução. Em decorrência disso, também seria revisto o outro pólo da interpretação marxista clássica, referido à posição das massas e dos jacobinos. Se não há distinção explícita entre nobreza feudal e burguesia, não haveria como tomar o movimento de massas, principalmente dos pequenos camponeses e pequenos artesãos urbanos, como forças estrategicamente aliadas à burguesia; seriam, sim, movimentos contra as camadas privilegiadas, nobres ou burguesas, em oposição às mudanças trazidas pelo próprio desenvolvimento do *capitalismo* – os jacobinos, por sua vez, menos que expressão de uma radicalização bolchevique *avant la lettre*, seriam, como os girondinos, parte dessa camada dominante indistinta. Por tudo o que foi dito, é evidente que a perspectiva do sistema mundial e da economia-mundo supõe uma revisão das interpretações clássicas sobre as revoluções burguesas – o que, como vimos, se coaduna com sua concepção, de certo modo, menos disruptiva quanto à mudança social.

Para Wallerstein, a Revolução Francesa possui três sentidos fundamentais.

> O que foi, então, a Revolução Francesa? Muito barulho por nada? Claro que não. A Revolução Francesa foi três coisas; três coisas muito diferentes, mas profundamente ligadas. Primeiro, foi uma tomada de consciência por um grupo diverso do estrato capitalista dirigente para forçar urgentemente reformas necessárias do Estado francês à luz da percepção do salto britânico em direção à posição hegemônica na economia-mundo. Como tal, continuou sob Napoleão e, se as reformas foram atingidas, o objetivo de barrar a hegemonia britânica não. Na verdade, o processo revolucionário francês provavelmente potencializou a liderança britânica. Segundo, a Revolução criou as circunstâncias de uma quebra da ordem pública suficiente para dar vazão ao primeiro movimento antisistêmico (isto é, anticapitalista) significativo na história do sistema mundial moderno. (...) Isso, não porque a Revolução fosse

[322] *Idem*, pág. 94.

> burguesa; mas precisamente por que não o era. Terceiro, a Revolução produziu o choque necessário no sistema mundial moderno, que transformou a esfera cultural-ideológica no sentido de uma correspondência com a realidade econômica e política já estabelecida.[323]

Trata-se, pois, de uma resposta às transformações correspondente a uma etapa de acirramento das rivalidades da luta no centro, precisamente entre 1792 e 1815, que, por sua vez, contribui para aprofundar essas mesmas transformações. Nessa etapa crítica, as vitórias político-militares britânicas consolidaram definitivamente uma nova proeminência produtiva, sobretudo industrial, comercial e financeira. Isso se consubstancia no avanço dos processos de concentração da propriedade da terra e da indústria urbana e, como peça central, no domínio do mercado mundial. Se a Revolução significou, ao contrário de uma ruptura liberal, uma extensão da presença do Estado na economia, justamente na tentativa de reverter a vitória britânica em curso, de outra parte, teria significado, uma diminuição do ritmo – no limite, um estancamento – do processo de concentração das terras e, ao mesmo tempo, a preservação do *putting out*, diante dos riscos da radicalização dos camponeses e das massas urbanas – daí o caráter "antisistêmico" da posição política das massas. Quanto à luta propriamente comercial, a Revolução restaurou o protecionismo, estendido no bloqueio continental sob Napoleão. No entanto, como política tardia, num momento de consumação da luta hegemônica, se, de fato, obstruía os mercados europeus para a indústria britânica, não era capaz de quebrar os nexos financeiros e, num plano sistêmico, o domínio britânico sobre o mercado mundial e, pois, sobre as fontes de matérias-primas. Enfim, as próprias pressões constitutivas da política napoleônica e a capacidade de cooptação do poderio econômico do *capitalismo* britânico, levantariam resistências no continente, limitando a continuidade dessa espécie de projeto de Império e precipitando a derrota: "com o fim das guerras, a Grã-Bretanha era finalmente, de fato, hegemônica no sistema-mundo"[324].

> Nenhuma das grandes revoluções do final do século XVIII – a chamada revolução industrial, a Revolução Francesa e as independências das

[323] *Idem*, pág. 111.

[324] "Além disso, no curso da guerra, a Grã-Bretanha foi capaz de varrer o último vestígio da hegemonia da Holanda, qual seja, o seu papel como centro financeiro da Europa. Por meio de sua dominância comercial e financeira, a Grã-Bretanha começava a obter ganhos de invisíveis – ganhos da marinha mercante, comissões comerciais, transferências de técnicos e oficiais coloniais, lucros de investimentos (...). Assim, a Grã-Bretanha podia manter um balanço de pagamentos constantemente favorável." *Idem*, pág. 122.

> Américas – representaram mudanças fundamentais para o sistema capitalista mundial. Representaram sua consolidação e entrincheiramento.[325]

[325] *Idem*, pág. 256.

Capítulo VI: Antigo Regime

Autonomização do "econômico" e história mundial

A apropriação crítica das posições em tela exige o exame preliminar de duas observações que, sendo recorrentes, deveriam ser, não só tematizadas, mas tomadas como objeto mesmo de problematização.

Em primeiro lugar, é necessário retornar ao estatuto do "econômico" nas "formações pré-capitalistas". Como vimos na primeira parte, nos *Grundrisse*, Marx demonstrou que, sob formas de propriedade caracterizadas pela unidade entre produtores e condições de produção, o circuito do excedente e, pois, a reprodução dessas mesmas formas, se concretizam por força da coerção "extra-econômica". Somente numa formação que levou a mercantilização da vida ao limite da subsunção real do trabalho ao capital, as relações de produção se materializam como encarnações de categorias estritamente econômicas – em particular, no intercâmbio da própria força de trabalho. É nesses marcos que a reprodução do "econômico", como uma esfera já diferenciada, torna-se autorreferida e tende recriar – evidentemente, sob contradições progressivamente mais profundas – as condições de sua própria reprodução e, com isso, das relações sociais subjacentes. O processo de reprodução ampliada, sob forças produtivas especificamente capitalistas, tende a reproduzir reiteradamente a polarização entre capital e trabalho. Assim, pode-se dizer que no modo de produção capitalista plenamente constituído, a relativa autonomização do "econômico" coincide com a centralidade da "economia" na reprodução das relações sociais fundamentais.[326] Em contraste, nas formações pré-capitalistas, as diversas formas de unidade entre produtores e condições de produção correspondem a vínculos de diversas naturezas – não mercantis –, que ligam os homens nos processos de reprodução social. De certo modo, a dimensão da produção material e, quando for esse o caso, o circuito do excedente, são condicionados *diretamente* por

[326] "O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado.". Karl Marx. *O capital*, Livro I, Vol. II, pág. 153.

esses vínculos.[327] Isso significa que, à diferença do capitalismo, nas formações pré-capitalistas, o que, numa metáfora topográfica, poderia ser definido como "superestrutura" constitui, efetivamente, não um mero conjunto de parâmetros exteriores que circunscrevem os limites da reprodução das formas de propriedade, mas *nexos intrínsecos* a essas mesmas formas, como forças dinâmicas *imediatas* em seus processos de reprodução. Nessas formações, não há, nem uma diferenciação do "econômico", nem, como desdobramento disso, a possibilidade de que a produção material recrie, por si só, as condições de reprodução das relações sociais. A relação servil não se recria reiteradamente no tempo pela mera produção material e transferência do excedente dos servos aos senhores.

Em suma: nas "formações pré-capitalistas", não é possível observar – ou mesmo sequer conceber teoricamente – o "econômico" diferenciado; a produção material permanece imersa no amálgama da vida social, contida por forças "extra-econômicas" de natureza as mais diversas. Ali, as relações sociais, as ligações entre os homens, não podem se concretizar reduzidas a um confronto entre categorias estritamente econômicas.

Daí porque, nas formações pré-capitalistas, a especificidade do "extra-econômico", como *nexo intrínseco* na reprodução social, constitui uma dimensão fundamental, *imediatamente* imbricada na conformação e movimento das próprias estruturas. Essa constante redefinição do estatuto das diversas dimensões da vida social é um passo fundamental para a historicização dos conceitos, e, nesse sentido, também, para uma tentativa de contornar as tensões entre o plano da reconstituição, da história, e o da elaboração teórica.[328] Quanto a isso, entendemos que, por esse caminho, é possível, como vimos, enfrentar as dificuldades trazidas pela observação de que as diversas formas de produção, formalmente limitadas, como combinatórias diversas de relações de propriedade e exploração, podem, concretamente, surgir e ressurgir sob diferentes totalidades

[327] Marx distingue também sob esse prisma as formações pré-capitalistas do capitalismo: "O primeiro caso pressupõe que os indivíduos estão unidos por um laço qualquer, seja ele a família, a tribo, o próprio solo etc.; o segundo caso pressupõe que os indivíduos são independentes uns dos outros e se conservam unidos apenas por meio da troca.". Karl Marx, Friedrich Engels. *A ideologia alemã*, pág. 51.

[328] Nesse ponto, posto que a construção do materialismo histórico consistitui uma tentativa de estabelecer parâmetros para o enfrentamento das tensões entre reconstituição e conceito, entre história e ciência sociais, é sintomática a observação de Perry Anderson com respeito às dificuldades de conexão dessas duas dimensões no seu próprio corpo historiográfico e teórico: "(...) tornou-se comum que os historiadores marxistas – autores de um já impressionante corpo de investigações – nem sempre estivessem diretamente preocupados com os problemas teóricos relativos às implicações suscitadas por seus trabalhos. Ao mesmo tempo, os filósofos marxistas, que procuram elucidar ou resolver as questões teóricas básicas do materialismo histórico, fizeram-no, com freqüência, consideravelmente afastados dos resultados específicos expostos pelos historiadores.". Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*, pág. 7.

e, pois, vincular-se a diferentes *sentidos* da história. Um conceito de modo de produção que fosse formalmente reduzido à dimensão das relações de produção seria pouco fecundo para elucidar, por exemplo, diferenças fundamentais entre o escravismo antigo e o moderno ou entre a servidão européia medieval e determinadas formas americanas pré-colombianas; formações cujos *sentidos* revelam-se radicalmente distintos. Nesse caso, se o plano conceitual equipara formações tão díspares, suas especificidades haveriam de ser atribuídas a outras forças, que não aquelas constitutivas dos fundamentos dos "modos de produção" em causa; paradoxalmente seriam, ao que, então, fosse considerado, em princípio, epifenômeno. No caso do "feudalismo" reduzido à "servidão" o problema torna-se mais grave em virtude das tendências de um certo materialismo histórico a estender exageradamente sua vigência para fora dos limites geográficos e temporais da cristandade medieval européia. Na prática, como observou Hobsbawm, isso teria levado a uma demarcação rigorosa do escravismo e do capitalismo e, em contrapartida, à generalização do conceito de "feudalismo" para quase todas as demais formas que estivessem entre um e outro.[329] Essa base teórica reverbera de modo agudo na problemática da formação do capitalismo, não somente por estabelecer, sob esse conceito de "feudalismo", o ponto de partida da transição, mas por corresponder, muitas vezes, às teses em torno das possibilidades de ocorrência de diversas transições relativamente "autônomas" ao capitalismo, ligadas a uma perspectiva de recriação generalizada de revoluções burguesas em diferentes formações marcadas por quaisquer formas de "servidão" – mesmo as de origem colonial.[330]

Nesse sentido, concordamos com Perry Anderson quanto à necessidade de problematizar a especificidade dos meios de coerção "extra-econômica", ou do chamado "superestrutural", nas formações pré-capitalistas, como nexo intrínseco na reprodução das formas de propriedade e de produção.

> É óbvio, mas pouco notado, que a solução para o paradoxo está na própria definição dada por Marx às formações sociais pré-capitalistas. Nas sociedades de classes anteriores ao capitalismo *todos* os modos de produção extraem sobretrabalho dos produtores imediatos através de meios de coerção extra-econômica. O capitalismo é o primeiro modo de produção na história em que os meios pelos quais o excedente é extraído do produtor direto têm forma 'puramente' econômica (...). Portanto, é sempre impossível, por princípio, interpretá-las a partir das simples

[329] Eric Hobsbawm: "Introdução". In Karl Marx. *Formações econômicas pré-capitalistas*.
[330] Carlos Alberto Cordovano Vieira. *Interpretações da colônia*.

> relações econômicas. As 'superestruturas' do parentesco, da religião, do direito ou do Estado fazem parte necessariamente da estrutura constitutiva do modo de produção nas formações sociais pré-capitalistas. Intervêm diretamente sobre o nexo 'interno' da extração do excedente, ao passo que nas formações sociais capitalistas, que pela primeira vez na história separam a economia como uma ordem formalmente autônoma, elas constituem, em contraste, suas précondições 'externas'. Em conseqüência, os modos de produção pré-capitalistas não podem ser definidos exceto por suas superestruturas políticas, jurídicas e ideológicas, uma vez que são estas que determinam o tipo de coerção extra-econômica que lhe é específico.[331]

Com efeito, entendemos que a passagem do exercício retrospectivo da *análise* das formas de propriedade à reconstituição propriamente histórica pressupõe que se dê ao conceito de modo de produção um caráter totalizante. Nesse caso, se a *crítica da economia política*, que, como vimos, supõe uma relativa autonomização do "econômico", é a chave para perscrutar o modo de produção capitalista plenamente constituído, não o é para as formações pré-capitalistas; o estudo destas deve encerrar a descoberta de suas chaves epistemológicas próprias, à luz de suas formas concretas de reprodução. Como vimos, à parte outras formas conceitualização, Marx observa que o problema da *produção* "(...) não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução física dos indivíduos", sendo, portanto, "(...) muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos"[332]. Vimos, também, que, n'*O capital*, Marx restringe a metáfora topográfica à forma específica do modo de produção capitalista, observando, como notamos, que essa não teria validade "(...) para a Idade Média, dominada pelo catolicismo, nem para Atenas e Roma, onde dominava a política"[333]. Quanto a isso, Lukács procurou sustentar que só uma construção de caráter totalizante, que examinasse a organicidade entre as diversas partes constitutivas do todo, à luz de um *sentido* dado pelo todo, poderia captar a historicidade de cada elemento do conjunto. Nesses termos, as categorias – por exemplo, o "capital" –, tornam-se necessariamente fluidas, transfigurando-se na passagem ao momento da reconstituição, em cada totalidade. Com efeito, esse é o movimento que obsta as tendências à cristalização dos conceitos e, pois, a eternização de uma ou outra forma social – nesse caso, de um suposto "capitalismo". Mas, mais do que isso: se, como observa Marx, as categorias expressam formas de existência, ou formas específicas de

[331] Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*, pág. 403.
[332] Karl Marx, Freidrich Engels. *A ideologia alemã*, pág. 83.
[333] Karl Marx, *O capital*, Livro I, Vol I, pág. 77.

produzir a vida, uma visão totalizante, porquanto englobasse as mediações conformadoras da consciência, permitiria pôr o homem na condição também de sujeito, e, com isso, contribuiria para o exame da passagem do nível das estruturas ao nível mais concreto da luta de classes – movimento fundamental numa concepção que postula a unidade entre o sujeito e o objeto, a *práxis*.[334]

Desse modo, no enfrentamento da problemática da transição, não se trata só de contrastar diferentes formas econômicas e a passagem de uma a outra; mais do que isso, trata-se de problematizar o próprio estatuto do "econômico" nas diversas formações – nos diversos *modos de produção* – e, com isso, o estatuto, também, das diversas dimensões da vida, ou da chamada "superestrutura". Procuramos sustentar que, se é correto propor a questão em termos da transição de uma totalidade a outra – que envolvem distintas formas de produção e propriedade – é necessário observar que essas totalidades são, não só diferentes quanto às formas de produção e propriedade dominantes, mas, mais do que isso, são de naturezas diversas quanto ao estatuto das diversas dimensões da vida social na conformação de sua organicidade. Assim, o movimento da transição de uma forma a outra envolve, simultaneamente, uma redefinição da organicidade entre as diferentes dimensões da vida social.

Desde logo, mesmo considerando a existência do comércio medieval ou dos mecanismos já referidos de recomposição da unidade política das camadas senhoriais, o conjunto do que se convencionou denominar "feudalismo" encerrava uma geografia que não era organicamente estruturada, nem por uma divisão do trabalho, nem por uma instância de poder centralizado, ao modo dos Impérios. Ou seja: o universo do feudalismo é marcado por uma fragmentação da produção material e da coerção política. Nesse sentido, as definições de Perry Anderson, nos termos de um "amálgama de exploração econômica e autoridade política", que se configura na forma da "parcelização da soberania"[335], permite observar o caráter essencialmente local desse

[334] "Somente neste contexo que integra os diferentes fatos da vida social (enquanto elementos do devir histórico) numa totalidade se torna possível o conhecimento dos fatos como conhecimento da realidade (...). A distinção real das etapas da evolução histórica exprime-se de maneira muito menos clara e unívoca nas mudanças a que estão sujeitos os elementos parciais isolados, do que nas mudanças *da sua função* no processo de conjunto da história, das suas relações com o conjunto da sociedade. Esta concepção dialética da totalidade (...) é, de fato, o único método que pode captar e reproduzir a realidade no plano do pensamento. A totalidade concreta é, pois, a categoria fundamental da realidade.". Georg Lukács. *História e consciência de classe*, págs. 23 e 24.

[335] Perry Anderson. *Passagens da antigüidade ao feudalismo*, pág. 144. Com efeito, é essa fragmentação espacial das esferas da produção material e da política que permitiu, entre outras coisas, o fenômeno do mundo urbano relativamente autônomo e, pois, da oposição entre cidade e campo que, para Marx, seria distintiva do experiência ocidental, no período medieval.

amálgama econômico e político. O feudalismo surgiria, pois, como uma espécie de justaposição de domínios praticamente autônomos, conformados por um emaranhado de nexos senhoriais e servis, em coexistência com diversas outras "formas alógenas", entre as quais, principalmente, as cidades autônomas. No entanto, entendemos ser necessário notar que, sobre essa justaposição, há uma organicidade no nível civilizacional, porquanto todas essas formas, os nexos de vassalidade, de servidão etc., fossem, necessariamente, traduzidas sob o signo da cristandade. Nesse caso, o conjunto das relações sociais, a ligação entre os homens, só se materializam como relações de caráter essencilamente sagrado. Considerada essa mediação fundamental, a sociedade feudal constituía-se, concretamente, numa combinação entre as tendências particularistas da dominação senhorial e um determinado "universalismo", que expressava o que Eli Heckscher denominou como "coesão espiritual" do Ocidente.[336] A dispersão do mundo medieval era recomposta desde o topo por essa força de coesão que emanava, em menor medida, das heranças mais remotas do Império Romano – mais concretamente, no que restava do Império medieval – e, principalmente, da proeminência cultural da Igreja. O "universalismo" encarnava num conjunto de práticas comuns, materializadas no conjunto das relações sociais; nos nexos senhoriais e servis, no direito de origem romana e no direito canônico, nas práticas dos estudiosos seculares e das ordens monásticas, nas universidades, na própria língua latina, nos códigos de honra da cavalaria, nas formas de governo das cidades, nos regimes de grêmios, guildas, corporações etc. [337] Desse modo, a mudança nas formas da produção e da propriedade deve ser problematizada, também, sob o prisma da fratura da unidade da cristandade e, pois, da dissolução da referida combinação entre particularismo e universalismo, o que redefine a posição das diversas dimensões da vida social na reprodução das novas relações. Em particular, no curso do processo de laicização da cultura, sobre novas formas de reprodução social, o "político" e o "econômico" terão um novo

[336] Eli Heckscher. *La época mercantilista*.

[337] "O que imprimia seu selo a todas as classes sociais da Idade Média (...) e a todas as correntes medievais de cultura, com poucas exceções, não era somente a coincidência efetiva, mas também, e, sobretudo, o sentimento de coesão espiritual de todo o Ocidente. (...) o que caracterizava a sociedade medieval era, decididamente, esse amálgama peculiar de universalismo e particularismo.". *Idem*, pág. 17 e segs. Por certo, Perry Anderson observa que a "parcelização da soberania" tem como contrapeso tendências à centralização condicionadas por necessidades de recomposição da unidade da classe senhorial. No entanto, porquanto essas tendências são esquadrinhadas sob um prisma estritamente político, a posição da religião termina em segundo plano – a presença da Igreja é vista, meramente, de uma, entre outras, presenças "alógenas" que a fragmentação feudal possibilita. Entendemos que uma reconsideração do tema que trouxesse a religião para uma posição mais central seria fecunda mesmo nos termos da tese de Anderson, que pensa a transição como uma confluência de temporalidades que vinculam as heranças remotas do mundo antigo e a crise do feudalismo – posto que a Igreja é um receptáculo privilegiado na preservação, na longa duração, de certos traços da cultura antiga.

estatuto. Concretamente, em confronto com a simbiose medieval entre o universalismo eclesiástico e o particularismo senhorial, essas transiformações culminam na construção de uma nova divisão do trabalho e, evidentemente, das monarquias nacionais.

A outra observação, ligada à primeira, diz respeito ao modo como as distintas formas de produção e propriedade e, pois, as distintas conexões entre as dimensões da vida na reprodução das diversas totalidades encerram espacialidades específicas. De resto, não é necessário discorrer sobre os limites espaciais das formações pré-capitalistas – a exemplo da forma antiga, germânica ou oriental –, em contraste, com o caráter essencialmente mundial do capitalismo. Quanto a isso, se distintas formas de produção e propriedade correspondem a nexos de diversas naturezas entre o conjunto das dimensões da vida, e se, em cada caso, esses nexos encerram uma espacialidade específica, é possível sustentar que os modos de produção subsistem nos marcos de determinadas "zonas de coerência". Espacialidades, cuja organicidade pode, pois, conformar-se por vínculos civilizacionais, ou políticos, ou econômicos etc. Precisamente por meio desses encadeamentos, entendemos ser possível traduzir, em nossos termos próprios, sem prejuízo do conceito basilar de "modo de produção", o que Wallerstein procurou definir em nível fenomênico, nos seus termos, como "sistemas-históricos" – *micro-sistemas*, *impérios-mundo* ou *economias-mundo*.[338] Com efeito, essa tradução própria procura dar conta do que, para nós, constituía o limite fundamental dessa visão, qual seja, a abstração da especificidade das formas de produção e propriedade. As "zonas de coerência" correspondem às organicidades dos diversos modos de produção. Assim, entendemos que, se no nível fenomênico o modo de produção pode ser traduzido como "sistema-histórico", este não substitui o primeiro de um ponto de vista epistemológico.

Concretamente, se o feudalismo é um modo de produção cuja coesão é tecida nos marcos da cristandade ocidental, sua espacialidade será fundamentalmente civilizacional. Nesse ponto específico, como procurou demonstrar Henri Pirenne, a formação da sociedade feudal significou, simultaneamente, a dissolução definitiva da unidade do mundo mediterrâneo, mantida por força do Império, e, em contraste, a circunscrição de uma nova espacialidade limitada pelo domínio da cristandade. Como notamos, "o que havia era uma grande comunidade cristã circunscrita pela *ecclesia*"[339]. Com efeito, Marc Bloch e Braudel procuram identificar os processos de formação

[338] Immanuel Wallerstein: "The modern world-system as a civilization". In Immanuel Wallerstein. *Geopolitics and geoculture*, pág. 222.
[339] Henri Pirenne. *Mohammed and Charlesmagne*, pág. 283.

da sociedade feudal e de sedimentação de uma civilização européia ocidental. Como diz Braudel, "o feudalismo constrói a Europa"[340]. De nossa parte, pretendemos sublinhar somente que, nesse caso, trata-se, pois, de um modo de produção que, em virtude de sua organicidade específica, conformada sob o manto da cristandade, subsiste num marco civilizacional – não por outra razão, sua expansão geográfica, à exemplo das cruzadas, ou dos vetores salvíficos que susbsistem na colonização moderna, traduz-se como uma expansão religiosa. Ora, o processo de formação do capitalismo é também o de ruptura desses invólucros. O desenvolvimento do capital mercantil, principalmente quando numa estreita conexão com a manufatura, corresponde a uma nova organicidade, já conformada sobre uma nova divisão do trabalho – não mais na fragmentação medieval – que, progressivamente, tende a tornar-se mundial. Trata-se, pois, da conformação de uma nova espacialidade. A consumação do processo de transição ao capitalismo, que, como vimos, corresponde à consolidação de uma nova forma centrada no "econômico", supõe que o capital, onde quer que penetre, possa sobrepôr-se a velhas organicidades políticas, civilizacionais etc., convertendo essas dimensões da vida em partes organicamente subordinadas a uma nova totalidade, regida por ele próprio, o capital. Assim, a consolidação do modo de produção capitalista é, simultaneamente, a criação de uma história mundial, cujo tempo histórico é comandado pelos imperativos do próprio capital: "em lugar da velha auto-suficiência e do velho isolamento locais e nacionais, surgem um intercâmbio generalizado e uma dependência generalizada das nações entre si"[341].

---

[340] Fernand Braudel. *Gramática das civilizações*, pág. 292. "(…) esse mundo atormentado, maltratado de dentro, subvertido de fora, já é uma civilização, de uma homogeneidade evidente. Para lá de sua diversidade, cumpre falar de uma 'civilização feudal' (Lucien Febvre), para a qual se colocam, onde quer que a consideremos, os mesmos grandes problemas, em condições e com soluções freqüentemente análogas. Essa civilização nasceu de múltiplas misturas étnicas, econômicas, de lutas repetidas, de *crenças comuns* e, sobretudo, 'das próprias perturbações' que ela se empenhou em remediar.". *Idem*, pág. 292. "Limitado por estes três blocos – o maometano, o bizantino e o eslavo – (...) o conjunto romano-germânico estava seguramente longe de apresentar em si mesmo uma homogeneidade perfeita. (...) No entanto, por muito acentuadas que tenham sido essas diversidades, como poderíamos deixar de reconhecer, acima delas, uma tonalidade de uma civilização comum: a do Ocidente? (...) Ora, de onde germinou e se desenvolveu, para depois se espalhar pelo globo, a civlização européia, senão entre os homens que viviam entre o Tirreno, o Adriático, o Elba e o Oceano? (...) Neste sentido, que é o mais rico de conteúdo histórico, a Europa foi uma criação da alta Idade Média.". Marc Bloch. *A sociedade feudal*, págs. 12 e 13.

[341] Karl Marx, Friedrich Engels. *Manifesto do partido comunista*, pág. 38. A grande indústria "criou pela primeira vez a história mundial, ao tornar toda nação civilizada e cada indivíduo dentro dela dependentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, e suprimiu o anteiror caráter exclusivista e natural das nações singulares. (...) A grande indústria, em geral, criou por toda a parte as mesmas relações entre as classes da sociedade e suprimiu por meio disso a particularidade das diversas nacionalidades.". Karl Marx, Friedrich Engels. *A ideologia alemã*, págs. 60 e 61.

Assim, também por esse prisma, a problemática da transição, novamente, não se reduz à da passagem de uma determinada forma "econômica" a outra. Mais que isso, a redefinição da posição das diversas dimensões da vida social encerra, necessariamente, a demarcação de uma nova espacialidade. Nesses termos, trata-se da transição de um modo de produção, digamos, civilizacional – o feudalismo nos marcos da cristandade – a um outro, o capitalismo, que tende, progressivamente, a tornar-se mundial. Marx observou que o caráter cosmopolita é constitutivo do capitalismo; é seu pressuposto e, ao mesmo tempo, resultado histórico. Ora, se do ponto de vista de uma formulação retrospectiva, o cosmopolitismo é tratado como pressuposto e resultado, na reconstituição, no discurso propriamente histórico, prospectivo, é necessário tomar a própria construção da história mundial como objeto de problematização. Ou seja: trata-se de tomar a formação da história mundial, não numa chave retrospectiva, sob o estatuto de pressuposto da forma posterior – o que seria, evidentemente, anacrônico –; mas, sim, como uma construção verdadeiramente histórica, organicamente imbricada no curso do processo de transição. Nesses termos, se a transição significou, também, a transposição dos velhos invólucros civilizacionais no sentido da construção de uma história mundial, tal construção, tomada como objeto, só pode tomar corpo num processo correlato a outros, estes postos, não por um capitalismo já constituído – o que só viria emergir no termo do processo –, mas por forças constitutivas do próprio movimento de *transição*. Naturalmente, essa história mundial não pode constituir-se senão como um *processo*; não pode surgir já consumada como uma organicidade regida pelo capital. Em plena correspondência com o modo específico como o capital mercantil promove a subordinação formal, primeiro como uma força exteriorà produção, também as diferentes formações que vão sendo progressivamente tragadas na dinâmica da história mundial o são, primeiro, por meio da violência direta, exterior. Somente no curso lento desses desenvolvimentos, em consonância com a consolidação da subsunção real do trabalho ao capital, tais formações convertem-se em partes do todo orgânico cuja espacialidade passa a ser, definitivamente, a do regime do capital, como um sistema mundial.

Em suma, procuramos sustentar que o tratamento da mudança das formas de produção e da propriedade deve tomar em consideração a redefinição do estatuto das diversas dimensões da vida, em particular do "político" e do "econômico" face à progressiva destruição da servidão e à laicização da cultura, e, ligado a isso, a redefinição das espacialidades em jogo, principalmente,

no que respeita ao processo de construção de uma história mundial. Nesse sentido, o estudo do capital especificamente mercantil oferece um ponto privilegiado de observação.

Capital mercantil e absolutismo

A problemática da transição, como vimos, envolve o exame da precedência do *capital* em relação ao *modo de produção capitalista* e, portanto, uma posição quanto à natureza e estatuto do *capital mercantil*. Entendemos que é precisamente nesse ponto específico da discussão – relativo ao capital mercantil – que se encontra a chave para uma apropriação crítica das teses em tela.

As tendências à restrição do conceito basilar de modo de produção às formas de produção e propriedade correspondem a uma centralidade da esfera da produção material, como dimensão determinante em quaisquer totalidades. Com isso, a "circulação" seria, *a priori*, reduzida a um momento subordinado no processo de reprodução. Ou seja: o capital mercantil seria, a princípio, tomado como uma espécie de elemento exterior, que poderia vincular-se ao modo de produção feudal ou às diversas formas de transição, sem, contudo, determinar-lhes a dinâmica. Noutro pólo, o conceito de *economia-mundo* corresponderia a um primado, a seu modo, também *a priori*, da órbita da circulação. Nesse caso, sua dinâmica é dada pelo "capital", de modo que as formas da produção e da propriedade convertem-se em elementos funcionais aos circuitos mercantis. Na primeira visão, o período "transitório" entre a crise estrutural do modo de produção feudal e a consolidação plena do modo de produção capitalista é, em geral, a exemplo da tese de Dobb, caracterizado nos termos de uma dominância do "feudalismo" em decomposição. As formas embrionárias do capitalismo só poderiam tornar-se dominantes por força das rupturas definitivas produzidas pela revolução burguesa e, no limite, pela revolução industrial. No curso desse movimento, o capital mercantil permanecia vinculado às formas feudais remanescentes, embora, progressivamente, transitasse para uma posição de domínio sobre a produção. Nesse sentido, não obstante o capital mercantil mais concentrado abra caminho para a transição, estrutralmente, no momento crítico de ruptura, revela-se como um obstáculo à sua consumação. Em contraste, se se trata, não da transição de um modo de produção a outro, mas da construção e posterior expansão da economia-mundo, o período é caracterizado como "capitalista" – na acepção própria que essa vertente confere ao termo. O "capital", em

conexão de sentido com o "sistema interestatal", é um nexo fundamental da nova divisão do trabalho e de sua hierarquização, cuja dinâmica responde ao imperativo da acumulação sistemática.

Diante disso, procuramos sustentar que um tratamento estritamente formal no exame das formas de produção e propriedade, que não considere a necessidade de ressignificá-las à luz da totalidade concreta em jogo, corre o risco de obscurecer as transformações estruturais produzidas no velho modo de produção por força dos processos de centralização monárquica e de construção da nova divisão do trabalho. A mudança no plano da chamada "superestrutura" redefine o caráter da coerção "extra-econômica" – dimensão fundamental nas "formações pré-capitalistas" – e, portanto, transforma profundamente a dinâmica da reprodução social. A profundidade dessa mudança revela-se porquanto essa nova forma de coerção, o Estado moderno, só pode constituir-se em conexão estreita com o capital mercantil – e, portanto, em última instância, ligado à nova divisão do trabalho. Ao mesmo tempo, essa nova divisão do trabalho cria vínculos orgânicos entre variadas formas de produção e propriedade, que, nessa nova espacialidade, não mais podem ser consideradas *em si mesmas*. De outro lado, as tentativas de contornar os formalismos e conferir uma organicidade sistêmica entre as diversas formas de produção constitutivas da nova divisão do trabalho, como elos funcionais à uma economia-mundo definida como *"capitalista"*, traz um outro risco, de certo modo, similar: o do tratamento formal da categoria *capital*. Com efeito, a definição de "capitalismo" nos termos de "(...) uma acumulação de capital sem fim (...)"[342], do mesmo modo, faz esfumaçar as necessidades de ressignificação da categoria "capital" à luz da totalidade em causa e, em particular, à luz das diversas formas de produção e propriedade a que se vincula – e, portanto, à luz da natureza específica desses vínculos. Tal formulação perde de vista que, no período de *transição*, o capital subsume o trabalho de um modo formal, e, no limite, se vincula a formas caracterizadas por diferentes tipos de unidade entre produtor e condições de produção. Enfim, isso obscurece que o que está em jogo nesse momento é o chamado processo de acumulação primitiva, que culmina na cisão dessa unidade e, pois, na constituição de uma nova sociabilidade, com novas formas de reprodução. Ou seja: trata-se, não da mera acumulação quantitativa de capital, mas da mudança qualitativa das formas. Pretendemos, portanto, sustentar que uma crítica que procurasse contornar esses limites,

[342] Immanuel Wallerstein: "The modern world-system as a capitalist world-economy". In *World-system analysis: an introduction*, pág. 24.

buscando apreender o sentido concreto, a historicidade das formas de produção e do capital, terminaria por reconhecer que o período em causa não poderia ser caracterizado nem como estritamente "feudal" – mesmo que em processo de decomposição – nem como propriamente "capitalista". Trata-se de uma estrutura específica *de transição*, com uma dinâmica própria. Senão, vejamos.

Por certo, entendemos tratar-se da *transição de um modo de produção a outro*. Mas, um conceito restrito de modo de produção traz limites à apreensão do processo. Em Dobb, embora haja explicitamente a pretensão de uma formulação mais totalizante, o conceito termina por ser, praticamente, reduzido à dimensão das relações de produção. Desse modo, há o risco do problema da transição ser reduzido à passagem do predomínio da servidão ao do salariato. Trata-se, pois, do "(...) aparecimento de um novo tipo de diferenciação de classes entre capitalista e proletário (...)", visto sob o prisma do "(...) aparecimento de uma relação entre produtor e capitalista, análoga à relação de emprego entre patrão e assalariado no sistema industrial (...)"[343]. O que fica obscurecido é que justamente essa transição, que, de fato, é central, supõe uma redifinição do estatuto das diversas dimensões da vida social. Desse modo, esse enquadramento, no mesmo sentido em que termina por obscurecer a organicidade que a dimensão da religião conferia ao feudalismo, também poderia fazer perder de vista a organicidade que o Estado dava as formas constitutivas do período de transição. Ora, se, como demonstrou Anderson, a centralização é fundamental para a manutenção da dominação do "feudalismo em decomposição", de outro lado, as monarquias só poderiam constituir-se em estreita ligação com a burguesia mercantil e, pois, com a nova divisão do trabalho. Voltaremos ao tema. Por ora, cumpre observar que a tendência à restrição do conceito de modo de produção leva Dobb a tomar o chamado período de transição como uma espécie de justaposição, de certo modo mecânica, de dois modos de produção – considerados, a princípio, em si mesmos –: o "feudalismo" em declínio e um "capitalismo" em ascensão. No entanto, esse tratamento da questão obscurece os seus entrelaçamentos e oposições, por meio dos quais essas mesmas formas se condicionam reciprocamente e, com isso, terminam por se transfigurar. Aqui, perde-se o sentido em que, em seus condicionamentos recíprocos, a mera presença desse suposto "capitalismo" viria

[343] Maurice Dobb. *A evolução do capitalismo*, pág. 20.

transfigurar o próprio "feudalismo" – e vice-versa. Condicionando-se reciprocamente, nem um nem outro poderia, rigorosamente, ser caracterizado como "feudalismo" ou "capitalismo".

Sob o movimento de centralização, que redefine o nexo fundamental da coerção "extra-econômica", a construção de uma nova divisão do trabalho termina por entrelaçar organicamente diversas formas de produção. Esses processos não configuram uma mera reorganização do modo de produção feudal; transformam-no, sim, radicalmente. Ora, desde logo, o que Dobb denomina como "feudalismo" em decomposição nesse período é uma formação caracterizada por um estágio avançado de dissolução da servidão ou, no limite, por seu desaparecimento definitivo.[344] De um lado, a centralização representa, simultaneamente, um deslocamento da coerção "extra-econômica" e a criação de novos mecanismos para a reprodução do edifício nobiliárquico, por meio da redistriuição de excedentes gerados nos circuitos mercantis – sobretudo, nos circuitos "sistêmicos". A partir da crise geral, a contenção das massas e a reprodução dos estratos nobiliárquicos dominantes só se materializam por força da coerção "extra-econômica" do Estado. Mas o ponto central é que tal coerção não poderia reproduzir-se, meramente, por meio reiteração sistemática do que restava da servidão. Porquanto a formação e consolidação das novas monarquias – umas contra as outras – envolvesse, necessariamente, vínculos estreitos com circuitos mercantis, financeiros e comerciais – principalmente, coloniais –, a coerção sobre os camponeses e a preservação do edifício estamental – enfim, a reprodução do que Dobb chamou

[344] "(…) a irresistível evidência que a servidão estava liquidada bem antes de 1500 na Inglaterra (a área que [Dobb] estuda) num momento em que as relações sociais e produtivas capitalistas estavam em seus primeiros estágios de desenvolvimento". Robert Brenner: "Dobb on the transition from feudalism to capitalism", pág. 122. O problema da vigência ou não do "feudalismo" supõe uma posição diante da comutação. Por certo, Marx considera a renda em dinheiro como um momento nas metamorfoses da renda pré-capitalista. A princípio, trata-se somente de uma conversão do excedente, da forma natural à forma-dinheiro. Ou seja: o caráter pré-capitalista da renda, como forma absorvente do excedente, permanece. Não se trata, portanto, de uma forma tipicamente capitalista, em que a renda constitui uma dedução da mais-valia, dada uma taxa de lucro. No entanto, cumpre observar que, para Marx, trata-se da "última forma", como "forma de dissolução" desse tipo de renda, em que, em virtude da mercantilização que pressupõe, "(...) o caráter de todo o modo de produção fica mais ou menos alterado" e "perde sua independência, sua desvinculação do contexto social". Enfim, trata-se "uma transformação que só é possível em geral em certo grau de relativo desenvolvimento do mercado mundial, do comércio e da manufatura". Porquanto correspondesse à passagem do direito consuetudinário ao direito positivo, ao contrato, a comutação terminaria por converter-se em arrendamento. Com isso, abre caminho, tanto para a expropriação dos camponeses, quanto para a libertação do pequeno proprietário, e, no limite, *em estreita conexão com mercado mundial*, para o surgimento do arrendatário capitalista. Assim, esse momento da metamorfose corresponde a transformações decisivas no modo de produção – que pressupõem e engendram novas formas. Por isso, entendemos que, na reconstituição histórica, não se pode reduzir o problema a seus aspectos formais – ou seja, tratar a renda formalmente como mera renda feudal – sob pena de obscurecer a especificidade desse momento da metamorfose e, pois, o sentido do movimento concreto em jogo. Esse é o risco do posições como as de Kohashiro Takahashi. Karl Marx. *O capital*, Livro III, vol V, pág. 239 e segs. Ver Kohashiro Takahashi : "Uma contribuição para o debate" In Paul Sweezy et alli. *A transição do feudalismo para o capitalismo*.

"feudalismo" em decomposição – sustenta-se, não numa reiteração autônoma da servidão, mas num entrelaçamento das diversas formas constitutivas de um sistema mundial em formação – notadamente, do *sistema colonial*. De outro lado, como demonstrou Wallerstein, os desenvolvimentos da mercantilização em curso não devem ser reduzidos a meras ligações "exteriores" entre formações relativamente autônomas – ligações que não lhes determinassem o conteúdo. Não se trata da circulação de excedentes, ou somente de meios de consumo conspícuo, mas de uma produção progressivamente mercantil, correspondente à circulação de gêneros fundamentais à reprodução social; trata-se, pois, da constituição de uma verdadeira divisão do trabalho. Nesses marcos, a circulação é mais que um "nexo exterior" entre organismos autônomos: é o momento fundamental, sem o qual nenhuma "parte" do "sistema" poderia reproduzir-se. À luz disso, é necessário reformular os problemas do "modo de produção" dominante e da "relação de produção" básica. Certamente não se trata mais da reprodução de um "feudalismo" – mesmo que em decomposição – com base na "servidão". Trata-se, na verdade, da reprodução do conjunto das formas organicamente vinculadas nessa espacialidade "sistêmica".

É nesse sentido que propomos traduzir a já referida formulação de Wallerstein: "O ponto é que as 'relações de produção' que definem um sistema são as 'relações de produção' do sistema como um todo (...)"[345].

Robert Brenner procura enfrentar o problema desenvolvendo a senda aberta por Dobb em torno do confronto entre os diferentes resultados dos processos de mercantilização na Europa ocidenteal e oriental. Nesse contraste, Brenner toma os dois espaços, especificamente a Europa ocidental e a Polônia, como "modos de produção" relativamente autônomos, cujas diâmicas remetem, não a sinergias produzidas por suas ligações recíprocas, mas a suas próprias estruturas de classe. O vínculo entre tais "modo de produção", isto é, o capital mercantil, surge como um nexo exterior às estruturas, que, embora ligando-as, não lhes determina. Nesse sentido, Brenner procura sustentar que a dinâmica dos "modos de produção pré-capitalistas" ligados ao mercado mundial – o que Wallerstein chamou de "periferia" – não é condicionada por fluxos de excedente correspondentes à exploração mercantil, mas por suas próprias formas de produção. Diante da expansão do comércio, esses "modos de produção" poderiam elevar a extração do excedente, preservando as mesmas formas de produção que, em virtude dos limites à mercantilização da

[345] Immanuel Wallerstein, *O sistema mundial moderno*, vol I, pág. 129.

força de trabalho e das condições de produção, viriam obstar o predomínio da relação-capital e, pois, os estímulos ao desenvolvimento das forças produtivas.[346] Reversamente, por não engendrar a relação-capital, tais "modos de produção" não poderiam funcionar como um suporte para o desenvolvimento do capitalismo na Europa ocidental, ou, no "centro". Isso, porque essa mesma combinação de barreiras à mercantilização e ao desenvolvimento das forças produtivas comprometeria a funcionalidade desses "modos de produção", tanto como produtores de uma produção complementar, quanto como mercados consumidores – tanto mais porque tais "modos de produção" estariam sujeitos a crises de escassez, típicas de economias "pré-capitalistas". Ora, esse argumento está diretamente ligado à centralidade conferida, para a consumação da transição, à especificidade das condições vigentes no campo, na Inglaterra. Como vimos, para Brenner, as sinergias que engendram, ou não, o capitalismo residem, não nas posições relativas das diversas potências no sistema mundial, mas nas espeficidades de seus respectivos "modos de produção" – de traços mais feudais ou capitalistas. No limite, os estímulos à manufatura, que levam, enfim, à transição à grande indústria, estariam, não no domínio do mercado mundial, mas no dinamismo do mercado interno.[347]

Nesse sentido, Brenner propõe uma espécie de inversão da tese Wallerstein: "(...) *na medida* em que a nova 'economia-mundo européia' de fato confluísse para a especificação de Wallerstein – na medida, isto é, que era definida por sistemas de produção conectados baseados no trabalho coercitivo na periferia e livre no centro – esta permanecia fundamentalmente 'pré-capitalista': uma espécie de feudalismo renovado, de maior extensão"[348].

Com efeito, que o "sistema" não seja propriamente capitalista, parece certo. No entanto, a crítica de Brenner relativa às sinergias do mercado mundial e, pois, ao caráter "sistêmico" da reprodução social merece algumas considerações. Por certo, a natureza pré-capitalista das formas de produção em jogo constitui uma barreira a qualquer possibilidade de crescimento do mercado

[346] "Especificamente, a estrutura de classes da servidão na Polônia determinou o subdesenvolvimento, sufocando a produtividade dos camponeses, limitando o mercado interno de meios de produção e subsistência e, ao mesmo tempo, determinando que esse mercado seria de produtos de luxo. (...) uma estrutura de classes baseada na servidão que obstruiu a emergência de uma dinâmica 'interna' de desenvolvimento, fazendo com que qualquer dinâmica comercial induzida de 'fora' levasse, enfim, à regressão.". Robert Brenner: "The origins of capitalist development", pág. 71. Para uma crítica a visão em torno da Polônia, ver Robert Denemark e Keneeth Thomas: "The Brenner-Wallerstein debate".

[347] Robert Brenner: "The agrarian roots of European capitalism". In Trevor Aston & Charloes Philpin (ed.). *The Brenner debate*.

[348] Robert Brenner: "The origins of capitalist development", pág. 72.

como resultado direto do próprio metabolismo do capital. Isso só poderia ocorrer sob o regime da mais-valia relativa, em que o domínio do capital sobre as condições de oferta e procura da força de trabalho, bem como a diferenciação de um departamento produtor de meios de produção, mais propriamente seu "consumo produtivo", redefinem, noutros termos, o problema da realização. Nesse sentido, é evidente que a ligação entre as diversas formações do sistema não produziria, por si só, uma sinergia no sentido da expansão dos mercados. Concordamos com Brenner, pois, de fato, essas formas de produção "pré-capitalistas" representariam uma barreira à expansão da produção complementar e dos mercados necessários, sobretudo, à manufatura. No entanto, trata-se de um raciocínio estático que perde de vista que, justamente por conta dessas barreiras, há uma tendência à expansão horizontal dos mercados e, pois, ao domínio progressivo do capital mercantil, que faria, como demonstrou Wallerstein, alargar os horizontes do sistema mundial. No entanto, por essa mesma razão, não é possível considerar o movimento da produção capitalista no campo ou na manufatura, ambos sob um regime de mais-valia absoluta, do ponto de vista de uma dinâmica autorreferida. Ainda que as transformações na estrutura no campo, com a combinação entre avanço da mercantilização e elevações da produtividade, potencializassem o mercado interno – bem como as expropriações criassem uma oferta de força de trabalho – a precariedade da base técnica, ou seja, o caráter fomal da subsunção do trabalho ao capital – a mais-valia absoluta – como vimos, obsta qualquer reprodução autorreferida. Assim, posto que a reprodução da subsunção formal e da mais-valia absoluta não pode produzir a expansão de seus próprios mercados, não é possível conceber uma sinergia em que a manufatura, dinamizada exclusivamente por um mercado interno, prescindisse do mercado externo. Novamente, trata-se da necessidade constante de expansão horizontal dos mercados – para dentro e para fora.

O domínio da subsunção formal, que, como vimos, coexiste com diversas formas pré-capitalistas, não se funda na reprodução autorreferida do capital e, pois, não é dinamizado por uma expansão correspondente dos mercados que fosse condicionada por quaisquer encadeamentos estritamente econômicos. Ou seja: o avanço da manufatura precisa de uma expansão relativamente autônoma dos mercados, forçada por mecanismos "extra-econômicos", exteriores aos marcos de sua própria reprodução. Somente no modo de produção capitalista plenamente constituído, sob forças produtivas que lhe sejam correspondentes, a circulação converte-se em momento subordinado na reprodução do capital. Nesse sentido, concordamos com observação de Paul Mantoux:

> Ora é o desenvolvimento da indústria que, obrigando-a a encontrar novos mercados, aumenta e multiplica as relações comerciais; ora é, ao contrário, a extensão do mercado comercial, com as novas necessidades que provoca, que sucita a empresa industrial. Atualmente, o primeiro caso é mais comum. A grande indústria, movida por uma força interior – a do maquinismo –, arrasta em sua marcha o comércio e o crédito, que para ela empreendem a conquista do mundo. Aliás, parece natural que pela produção se regulem os outros fenômenos da vida econômica, da qual ela é, ao que parece, o ponto de partida necessário. Mas, pelo contrário, não é este um dos traços mais novos e mais originais da grande indústria moderna? (...) Não acontecia o mesmo com a antiga indústria. (...) Em suma, era pela situação das relações comerciais que a indústria devia se regrar. (...) O progresso industrial era então quase impossível, se não fosse precedido de algum movimento comercial.[349]

Por essa razão, é necessário considerar, não a primazia do mercado interno ou externo, mas as sinergias produzidas pela expansão horizontal dos dois – mesmo que o mercado externo pudesse ter, quantitativamente, um peso menor.[350] Quanto a isso, é sintomático que no curso do século XVIII, ao fim do qual dar-se-á a revolução industrial, o comércio externo da Inglaterra tenha se expandido de modo sistemático. Mais que isso, é precisamente esse ponto que permite enfrentar o outro eixo da discussão, que diz respeito ao financiamento da industrialização. Como vimos, Dobb procura a chave do momento de ruptura na diferenciação de uma camada de pequenos produtores que visa derrubar as barreiras dos monopólios mercantis e, ao mesmo tempo, direcionar o capital próprio para as transformações que levariam à revolução das técnicas da produção. Desse modo, sugere-se – e Christopher Hill é explícito a esse respeito – a centralidade da poupança privada da *yeomanry*. Ou seja: o capital mercantil concentrado, acumulado no comércio de longa distância ou na alta finança, justamente por valer-se dessas mesmas posições monopolistas, tenderia a permanecer na órbita da circulação. No entanto, entendemos que é precisamente essa exploração empreendida pelo capital mercantil, sobretudo nos espaços coloniais, que permite a sinergia entre a reprodução desse mesmo capital e o fortalecimento do Estado – dois processos inseparáveis –, fundamental para a construção e expansão dos mercados mundiais. São esses mercados tecidos pelos mecanismos de exploração

[349] Paul Mantoux. *A revolução Industrial no século XVIII*, págs. 71 e 72.

[350] "(…) se nos é permitido emprestar uma comparação das ciências naturais, só é preciso uma pequena quantidade de um fermento para modificar, em sua constituição íntima, uma enorme massa de matéria. A ação exercida pelo comércio exterior sobre o mecanismo da produção é difícil de captar: no entanto, não é impossível de encontrar seus traços.". *Idem*, pág. 85.

mercantil a por força do Estado que viriam tornar-se objeto de disputa política entre as diversas frações do capital, mais ou menos concentradas.[351]

De outro lado, entendemos que, se o desenvolvimento do capitalismo e, mais precisamente, a manufatura não poderiam ser considerados, senão em seus vínculos orgânicos com o "sistema mundial", também a chamada "periferia" não poderia constituir-se meramente como um conjunto de "modos de produção pré-capitalistas" relativamente autônomos – mesmo que ligados "exteriormente" pelo comércio. Talvez o exemplo específico da Polônia a que recorre Brenner termine por obscurecer o fundamental: o fato de que a entrada da chamada "periferia" no tempo da história mundial faz-se por força de um verdadeiro *sistema colonial*. Novamente, estamos diante de um emaranhado de formas de produção coercitivas em que o "superestrutural" opera como nexo intrínseco. Mas, no limite, o edíficio "extra-econômico" que rege essas formas, digamos, "periféricas", se consubstancia no *sistema colonial*. Enfim, sob formas pré-capitalistas – novamente: em que o "extra-econômico" é nexo intrínseco à reprodução –, a subordinação da chamada "periferia" a tal ou qual império colonial, não pode nesse caso, ser mero epifenômeno. A construção do sistema colonial, a expansão do domínio do capital mercantil e das monarquias européias subverte, cria ou recria no resto do mundo diversas formas produção; converte velhas estruturas em organismos *complementares* e *reflexos*, ou, no limite, cria mesmo esses organismos; subordina-os aos mecanismos da exploração mercantil, por meio do *exclusivo*, drenando-lhes, sim, o excedente: enfim, por tudo isso, dita-lhes o *sentido*;

[351] Quanto à contribuição do grande capital ao investimento na indústria, é necesário observar certos elos produtivos, então marginais, como a mineração, em que se combinava a exigência de certo nível de concentração de capital e o caráter fabril, já tipicamente capitalista, do empreendimento. Dobb e Sweezy concordam com a existência dessas fábricas, embora Dobb observe que: "(...) no entanto, tais casos em que a técnica mudara o bastante para tornar essencial a produção em fábrica, *embora fossem importantes como precursores de coisas futuras*, não tiveram nesse período mais do que um peso secundário (...)". Maurice Dobb. *A evolução do capitalismo*, pág. 147. Notemos que o financiamento dessas fábricas, que exigiam, como desmonstra Dobb, níveis progressivos de concentração de capital conforme o desenvolvimento da estrutura técnica, vinham do capital de aventureiros ou de potentados aristocráticos monopolistas. A esse respeito, Hill é mais explícito ao reconhecer que os capitais concentrados que financiavam indústrias como as de ferro vinham diretamente da pilhagem colonial. "De onde veio o capital para a Revolução Industrial? Grandes somas espetaculares fluíram de fora para a Inglaterra – do tráfico de escravos e, especialmente, desde meados do século XVIII, do loteamento da Índia. 'As primeiras indústrias de ferro de South Wales', notou o professor Ashton, 'era largamente criação de negociantes de chá e de outros comerciantes de Londres e Bristol, e a Clyde Valley adquiriu muito de seu equipamento industrial dos mercadores de tabaco de Glasgow'". Christopher Hill. *Reformation to industrial revolution*, pág. 245. Ver também, Thomas Ashton. *A revolução industrial*. Para nós, o ponto central é que, mesmo que essas fábricas tenham sido marginais nos primeiros movimentos da Revolução Industrial, elas foram fundamentais nos momentos posteriores de crise dos rendimentos – durante o segundo quartel do século XIX –, em que, enfim, o desenvolvimento das ferrovias abriria caminho para uma produção mais sistemática de maquinaria – passo fundamental para contornar a fragilidade da estrutura técnica e os limites postos à acumulação. Ver Eric Hobsbawm. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*.

comanda o seu tempo histórico. Por isso, esses organismos não podem ser tomados como "modos de produção" relativamente autônomos. Nesses termos, concordamos com o questionamento do professor Fernando Novais: "(...) se não são essas características (extroversão, externalidade da acumulação etc.) fundamentais e definidoras de uma economia colonial, o que, então, as define? Ou será que se não definem? Será que nada de essencial as distingue das demais formações econômicas?"[352].

Com efeito, o exemplo da colonização na América portuguesa revela uma organicidade sistêmica que não poderia ser reduzida a meras ligações "exteriores" entre "modos de produção" relativamente autônomos. Quanto a isso, é sintomático que as tentativas mais sistemáticas de construção de uma economia política do "escravismo colonial" na América portuguesa, tomado como um "modo de produção" específico, tenham redundado no conceito de *modo de produção dependente*.[353] Ciro Cardoso propõe tomar o "sistema" como um *estrutura de estruturas*, para, enfim, enfrentar os problemas da caracterização de "modos de produção" de natureza colonial, cujos determinantes dinâmicos, *em parte*, transcendem suas próprias espacialidades.[354] De nossa parte, entendemos que a colonização da América portuguesa revela, em contraste, o caráter efetivamente "sistêmico" das estruturas em causa e, com isso, os percalços incontornáveis para as tentivas de construção de uma "economia política" como chave epistemológica para um suposto "modo de produção" especificamente colonial. Uma "economia política" que partisse *a priori* da centralidade da produção – e, pois, do predomínio desta sobre a circulação – teria que enfrentar a complexidade de um "modo de produção", o "escravismo colonial", em que a própria presença do produtor depende da circulação. Se é óbvio que toda a circulação pressupõe uma produção, também é evidente que, nesse caso, a produção empreendida pelo braço escravo, supõe o tráfico, a circulação prévia do próprio. Portanto, pressupõe já o capital mercantil e, no

[352] Fernando Novais: "Condições de privacidade na colônia". In Fernando Novais (coord.); Laura Mello e Souza (org.). *História da vida privada no Brasil*, vol. I, pág. 448, nota 15.
[353] Caros Alberto Cordovano Vieira. *Interpretações da colônia*.
[354] "Parece-me que os diversos sentidos do conceito de modo de produção mencionados anteriormente *não convém* para a análise dos modos de produção coloniais da América. Para chegar a constituir sua teoria e compreender seu caráter essencial, creio que é necessário propor o conceito – melhor dizendo, a hipótese – de outra categoria: a de *modos de produção dependentes*. (...) a dependência – que tem como um de seus corolários a transferência de uma parte do excedente econômico para as regiões metropolitanas –, por circunstâncias do próprio processo genético-evolutivo das sociedades em questão, é um dado inseparável do *conceito* e das estruturas de tais modos de produção.". Ciro Cardoso: "Sobre os modos de produção coloniais na América". In Theo Santiago (org.). *América colonial*, pág. 69.

limite, o seu papel decisivo nos conflitos próprios entre as diversas sociedades africanas.[355] Além da extroversão e da externalidade da acumulação, nesse caso, é a existência do próprio produtor que depende da circulação e, pois, dos condicionantes sistêmicos.[356]

> Fica claro, portanto, que não é lícito identificar o modo de produção dominante nas formações sociais coloniais a partir, apenas, da forma que assumem as relações sociais básicas, como se escravidão fosse igual a modo de produção escravista, e servidão, a feudalismo. Este procedimento exclui, pura e simplesmente, o nível e a organização das forças produtivas, sua articulação com as relações sociais de produção e, não menos importante, os processos históricos que constituíram e deram 'sentido' a tais sociedades. Que semelhança, senão a formal, guardariam, por exemplo, a economia marcantil-escravista brasileira e a economia mercantil-escravista romano-cartaginesa?[357]

Em suma: a conformação de uma organicidade sistêmica por meio do capital mercantil é o que confere *sentido* às diversas formas de produção em jogo. Nesses termos, entendemos ser possível traduzir a proposição segundo a qual as "relações de produção" referem-se à reprodução do *sistema*. Por essa razão, não é possível pensar o período transitório como a justaposição dos dois "modos de produção", sob dominância do "feudalismo" em decomposição, tanto quanto não é possível tratar o capital mercantil como mero vínculo "exterior" entre "modos de produção" relativamente autônomos. A propósito, como notamos, é sintomática a observação de Marx quanto à comutação. Marx observa não somente que a transição à renda em dinheiro constitui "(...) uma transformação que só é possível em geral em certo grau de relativo desenvolvimento do mercado mundial, do comércio e da manufatura (...)", como também observa que "essa forma só consegue tornar-se regra nos países que na transição do modo de produção feudal para o capitalista, dominam o mercado mundial"[358].

No entanto, no outro pólo, também não é possível tomar essa centralidade da circulação mercantil como expressão característica da vigência de um "capitalismo". Nesse caso, haveria o

---

[355] Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes*.
[356] Ver Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*; Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*; e Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*.
[357] João Manuel Cardoso de Mello. *O capitalismo tardio*, pág. 35. "Que modo de produção é este que não parece reter *em si* qualquer especificidade quanto ao tipo e ao nível das forças produtivas e correspondentes relações sociais de produção? Que modo de produção é este que não se reproduz e cuja dinâmica depende, quase inteiramente, de contradições que lhe são próprias?". *Idem*, pág. 42. Ver: Eric Williams. *Capitalismo e escravidão*.
[358] Karl Marx. *O Capital*, livro III, vol. V, págs. 240 e 241.

risco de, a pretexto de se contornar o tratamento formal das formas de produção, oferecer, em seu lugar, um tratamento não menos formal do "capital". E esse contraste, se expressa noutro: se nas primeiras vertentes, há uma centralidade *a priori* da produção, o tratamento formal do "capital" termina por levar a um mesmo problema, mas no sentido oposto: a centralidade *a priori* da circulação. Como observamos, a posição epistemológica subjacente à noção de "sistema histórico", não obstante pudesse representar um passo no exame do estatuto das diversas dimensões da vida social – e, com isso, contribuir na busca do *sentido* concreto das formas de produção – traz o risco de abstração das formas sociais da divisão do trabalho e, pois, das próprias formas de produção e propriedade. Ora, no estudo do "sistema-mundo", a problematização dessas mesmas formas em termos de "métodos de controle do trabalho" – que, na verdade, substitui o conceito de "relações de produção" – faz obscurecer a especificidade do caráter formal da subsunção do trabalho ao capital. Porém, como vimos, a historização dos conceitos supõe sua concreção e ressignificação nos marcos de totalidade determinadas. Nessa chave, é possível buscar um caminho para problematizar o "capital", não como objeto que possuísse uma existência etérea, encerrada *em si*, mas como uma produção histórica, prenhe de movimento, expressão de relações sociais determinadas. Daí porque o estudo do capital supõe, desde logo, o exame do desenvolvimento de suas formas. Em contraste, a já referida definição de "capitalismo" nos termos de uma "acumulação de capital sem fim", põe a perder, precisamente, o desenvolvimento das formas. Concretamente, no estudo da transição, esse tratamento formal do "capital" faz esfumaçar a organicidade entre a forma mercantil do capital e o caráter essencialmente pré-capitalista da sociedade do Antigo Regime. Em decorrência disso, faz esfumaçar também que o estatuto da "produção" ou da "circulação" diz respeito, não a uma suposta natureza do capital *em si*, mas a suas formas específicas, expressões das totalidades em que se inscrevem.

Quanto a isso, é sintomático que Wallerstein procurasse, explicitamente, contrapor-se a qualquer problemática da *transição*: "se analisarmos o período de 1450 a 1750 como uma longa 'transição' do feudalismo para o capitalismo, corremos o risco de reificar o conceito de transição, pois desse modo reduzem-se continuamente os períodos de feudalismo 'puro' e de capitalismo 'puro' e mais cedo ou mais tarde chegamos ao zero, ficamos sem nada, apenas com transição"[359].

[359] Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*, vol II, pág. 40. "Na realidade tudo é transição; mas sempre que alargamos um partitivo até fazer dele um atributo universal não fazemos mais do que descolar

Mas, nessa passagem "transição" é entendida como um amálgama de elementos "capitalistas" e "não-capitalistas" – e é precisamente isso que Wallerstein procura criticar. Ora, como dissemos, não se trata da mera justaposição mecânica de elementos "não-capitalistas" no "capitalismo" – do mesmo modo como não se trata de elementos "capitalistas" em meio a um certo "feudalismo". Trata-se de uma forma específica do capital e de uma forma específica de subsunção do trabalho ao capital, correspondentes a uma determinada estrutura; e, mais que isso, trata-se de uma estrutura cuja dinâmica caminha no sentido da cisão entre produtores e condições de produção, da acumulação primitiva.

A perda dessa especificidade leva a uma construção conceitual – e uma visão da história – em que formas particulares são diluídas em conceitos mais gerais, o que obscurece a apreensão de qualquer *differentia specifica*: o capital mercantil dilui-se no "capital" em geral; a mais-valia absoluta ou relativa na "mais-valia"; a mais-valia no "excedente". A centralidade *a priori* da circulação faz perder de vista que a consumação da transição à subsunção real e, com isso, o predomínio da mais-valia relativa converte essa mesma circulação num momento subordinado do metabolismo do capital. E, nesse momento, o capital mercantil transita de "função por excelência" do capital para uma "função específica". Aqui o movimento mesmo do capital cria ou recria as condições de sua própria reprodução, bem como as polarizações correspondentes às relações sociais fundamentais. Somente nesse sentido é que se pode falar de um verdadeiro "regime do capital" que confere organicidade à totalidade da reprodução social. Mas, no período de *transição*, não se consumou a cisão definitiva entre produtores e condições de produção e não se generalizou a relação-capital sob forças produtivas tipicamente capitalistas. O quadro é o de uma estrutura marcada por certas formas de produção e propriedade fundadas na coerção "extra-econômica" direta, no limite, pela subunção formal e, pois, pelo predomínio da mais-valia absoluta. Nesses marcos, o capital só pode ter proeminência sob uma forma determinada: a do capital mercantil. Isso significa, como sabemos, que as formas de produção pré-capitalistas não podem criar e recriar, por força da mera produção material, as condições de sua própria reprodução. Assim, também, as formas já "capitalistas", formalmente subordinadas ao capital.

terminologicamente a questão. (...) É sempre fácil encontrar supostos exemplos de comportamento 'não-capitalista' num mundo capitalista – em toda a Europa, tanto em 1650 e 1750 como em 1850 e 1950. A amálgama de empresas, comportamentos e estados 'não-capitalistas' com empresas, comportamentos ou (o termo menos feliz de todos) estados 'capitalistas' no seio de uma economia-mundo capitalista não é anômala nem própria de um período de transição. Ela é a essência do sistema capitalista como modo de produção e revela como a economia-mundo capitalista afetou historicamente as civilizações com que coexistiu no espaço social.". *Idem*, pág. 40.

Seu movimento depende da violência direta, ou do "extra-econômico". Visto de outro ângulo, nem o capital possui um movimento relativamente autônomo capaz de criar e recriar as condições de seu próprio metabolismo, nem pode, *por si só*, comandar a produção material e o conjunto da vida social. Por isso, à diferença do mundo da genaralização da mercantilização e da relação-capital, sob forças produtivas tipicamente capitalistas, o mundo da transição não poderia ser concebido como um "regime do capital". Nessas condições, o capital move-se dentro de certos limites que lhe obstam a possibilidade de conferir organicidade ao conjunto da vida social: o capital ainda não é e nem pode ser o limite de si próprio.[360]

Em síntese, o *sentido* do movimento do "capital", em sua forma determinada, deve ser considerado à luz da reprodução do conjunto de relações sociais específicas a que corresponde. "A política dos senhores feudais consolida e desdobra as relações feudais de produção. *A política do capital comercial amplia a esfera de dominação do capitalismo comercial*. A política do capital financeiro reproduz, em medida ampliada, a base de produção do capital financeiro."[361]

Enfim, essas críticas nos levam à tese de que esse "período transitório" – sua estrutura e dinâmica – não é nem dominantemente feudal, nem propriamente capitalista. Trata-se de uma formação específica *de transição*, cuja estrutura e dinâmica não podem resumir-se às do modo de produção feudal ou capitalista. Nesses marcos de uma formação especificamente *de transição* é que se move o capital mercantil, em ligação estreita com o absolutismo.

Nesse ponto, entendemos que a formulação de Sweezy abre uma senda: "(...) o período intermediário não foi uma simples mistura de feudalismo e capitalismo: os elementos predominantes não eram *nem* feudais *nem* capitalistas"[362]. Em suma, a corrosão da servidão e a centralização monárquica transformam substancialmente o modo de produção feudal. Como dissemos, porquanto fosse um modo de produção "pré-capitalista" fundado na violência direta, a crise estrutural que redunda em transformações nas formas de coerção, termina por transformar radicalmente o próprio modo de produção. A crise viria desestruturar a velha combinação entre particularismo e universalismo, destruindo a organicidade entre o poder senhorial e eclesiástico.

[360] Quanto a isso, é sintomático que em Braudel, o "capitalismo", embora em expansão, permaneça como domínio circunscrito; e que, em Wallerstein, cujo raciocínio sistêmico se pretende mais "totalizante", a totalidade do sistema capitalista só tenha organicidade em conexão com o sistema interestatal.

[361] Nikolai Bukharin. *A economia mundial e o imperialismo*, pág. 105 (grifos nossos).

[362] Paul Sweezy: "Uma crítica". In Paul Sweezy et alli. *A transição do feudalismo para o capitalismo*, pág. 49. No entanto, em Sweezy, não há um tratamento mais exaustivo em torno da caracterização desse período transitório. A definição em termos de "produção pré-capitalista de mercadorias" parece não ser suficiente. Assim, entendemos ser necessário traduzir essa formulação de Sweezy em termos diversos.

A reprodução do conjunto da vida social, dar-se-á em bases novas, fundadas na monarquia centralizada. Para esse centro coercitivo, a monarquia centralizada, confluem as dinâmicas de reprodução da estrutura estamental e do capital mercantil, plasmado na nova divisão do trabalho. Aqui, a subordinação dos elos da divisão do trabalho ao capital mercantil e, principalmente, a construção do sistema colonial dão à coexistência das diversas formas de produção aí imbricadas uma certa organicidade, um caráter efetivamente *sistêmico*. Isso posto, quais seriam, pois, as "relações de produção" basilares para a reprodução da vida social *no seu conjunto*, senão aquelas relações que respondem pela reprodução do *sistema*? À luz do sistema é que as diversas formas de produção e propriedade aí envolvidas ganham um *sentido*.[363] Em termos gerais, como vimos, a conexão entre o capital mercantil e o absolutismo, ao mesmo tempo em que dá sobrevida à estrutura estamental herdada do feudalismo, potencializa decisivamente a acumulação primitiva – em particular por força do sistema colonial – e, pois, até certo ponto, o movimento de transição ao capitalismo.

Absolutismo e equilíbrio de classes

Visto sob o prisma das estruturas do Estado, a problemática da transição traz à tona as questões em torno do substrato socioeconômico da centralização monárquica. Naturalmente, trata-se de um problema fundamental no exame da dinâmica da transição e, em particular, dos momentos cruciais da gênese desse mesmo Estado, ligada à crise do feudalismo, e do seu termo, nas revoluções burguesas. A leitura dos debates em tela revela que, de um modo geral, as teses que procuram sustentar o caráter essencialmente feudal das monarquias, paradoxalmente, terminam por conferir uma posição proeminente ao capital mercantil e, pois, a certa burguesia – notadamente, ao comércio de longa distância e à alta finança. Noutro pólo, as visões que propõem circunscrever o Estado nos marcos de um "sistema" caracterizado como "capitalista" são levados, também de um modo paradoxal, a considerar a presença de forças subjacentes claramente nobiliárquicas. Trata-se, pois, de examinar o edifício estamental e nobiliárquico sob um Estado progressivamente sustentado no desenvolvimento mercantil. É sintomático que uma e

[363] Caio Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*.

outra visão tenham dado um tratamento mais ou menos enfático a cada um dos momentos cruciais, de gênese ou de ruptura do absolutismo. Como vimos, as concepções das monarquias como Estados feudais estão intimamente ligadas às teses em torno da centralidade da revolução burguesa como momento crítico da transição. No entanto, tal visão termina por obscurecer, em certa medida, os conflitos constitutivos da gênese dos processos de centralização monárquica – basicamente, os conflitos entre as forças em favor da centralização e o poder local dos senhores. De outro lado, as concepções em torno de um "sistema interestatal" como peça do "sistema-mundo" moderno – como dimensão constitutiva da "economia-mundo" capitalista –, se permite demarcar as mudanças que correspondem à gênese de uma nova forma de Estado, a partir da crise do "feudalismo", de outra parte, fazem obscurecer o sentido disruptivo do conjunto dos processos revolucionários posteriores. Pretendemos, pois, sustentar que uma apropriação crítica dessas visões que procurasse ressignificar contribuições fundamentais e enfrentar seus limites nos permitiria estabelecer uma correspndência estreita entre o caráter especificamente *transitório* do período – nem propriamente feudal, nem já capitalista – com uma formulação que postulasse a vigência de um equilíbrio de classes como substrato do Estado absolutista.

Se a crise do feudalismo significou a corrosão da velha dominação senhorial nos termos da já referida unidade entre "exploração econômica" e "autoridade política", o que levaria à subversão da ordem estabelecida, naturalmente, pode-se considerar a formação das monarquias – a centralização da coerção – como o desenvolvimento de uma nova força para a preservação da ordem, em especial, para a contenção da rebelião dos de baixo. Justamente por isso, com o processo de dissolução das velhas formas de dominação e, ligado a isso, de fratura da unidade da cristandade, o Estado conforma-se como centro da manutenção de uma sociedade essencialmente estamental e nobiliárquica; fundando-se, pois, no privilégio. Nesses termos, como primeira aproximação, entendemos que é possível propor uma determinada apropriação da formulação de Anderson e considerar, sim, que, em certa medida, tratava-se do "aparelho" de uma "nobreza atemorizada"[364]. No entanto, como vimos, nas formações pré-capitalistas, a coerção "extra-econômica" constitui um nexo intrínseco na reprodução das relações sociais. Ora, precisamente é uma observação de Anderson que esclarece que "(...) os modos de produção pré-capitalistas não podem ser definidos exceto por suas superestruturas políticas, jurídicas e ideológicas (...)"[365].

[364] Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*, pág. 18.
[365] *Idem*, pág. 403.

Nesse sentido, entendemos que essa transformação na dimensão da chamada "superestrutura", como nexo intrínseco à reprodução social, não pode ocorrer, senão em correspondência com uma redefinição radical das estruturas e da própria dinâmica da reprodução social. Concretamente, entendemos ser necessário tomar em conta as forças que a centralização pressupõe e mobiliza, e como a mobilização dessas mesmas forças transforma a totalidade das relações de produção em jogo e, pois, o próprio "modo de produção".

Isso revela as dificuldades postas na passagem do conceito à reconstituição, ou, do nível "analítico" ao "cronológico", que aqui tomariam a forma de uma tensão permanente entre o reconhecimento da espessura do tempo histórico, da coexistência de múltiplas temporalidades, e da necessidade de transitar, como propõe Edward Thompson, à unicidade da experiência[366]. Como vimos, Anderson traduz a metáfora topográfica de Marx, o jogo entre as forças da "infra" e da "superestrutura" como um confronto entre diversas temporalidades e, nesse plano, procura um diálogo com Braudel. Não obstante, procura sustentar que, em Braudel, não se consuma uma síntese do conjunto das temporalidades, ou seja, uma reconstituição plena que pudesse reunir os diversos tempos, na unidade de um tempo cronológico. Como notamos, Anderson diz que "(...) seus três estratos nunca alcançam uma síntese significativa".[367] Porém, de nossa parte, entendemos que, em Anderson, o recorte lógico – o "Estado feudal" – limita, *a priori*, a construção de uma reconstituição sintética. Não por outra razão, Anderson começa por excluir do campo de visão, como notamos, "(...) fenômenos tão fundamentais como a acumulação primitiva do capital, a eclosão da Reforma religiosa, a formação das nações, a expansão do imperialismo ultramarino e o advento da industrialização – que se inserem adequadamente dentro do âmbito formal dos 'períodos' aqui tratados, como contemporâneos de várias fases do absolutismo na Europa (...)" –, pois que "as suas datas são as mesmas: os seus tempos são diferentes"[368]. Procuramos sustentar que, na unicidade da experiência, todos esses processos são, verdadeiramente, fundamentais, a ponto de transfigurar profundamente o suposto caráter estritamente feudal do absolutismo.

Quanto a isso, em Anderson, tanto a gênese quanto os desenvolvimentos do absolutismo são permeados por paradoxos. Como dimensão "superestrutural" de uma sociedade compósita, o

[366] Edward Thompson. *A miséria da teoria*.
[367] Perry Anderson. *Teoría, política y história*, pág. 83.
[368] Perry Anderson. *Linhagens do estado absolutista*, págs. 10 e 11.

Estado absolutista consiste na centralização da coerção feudal – como meio para a preservação da dominação de classe correspondente ao velho modo de produção em decomposição –; mas, paradoxalmente, termina por estimular o avanço de novas forças – notadamente da burguesia mercantil – que viriam abrir caminho para o novo modo de produção. No exame dos casos concretos, Anderson termina com um quadro marcado, de um lado, por conflitos recorrentes entre a monarquia e os potentados locais, constitutivos do processo de centralização; de outro, por um progressivo entrelaçamento dessas mesmas monarquias com o capital mercantil.[369]

No caso da Espanha, apesar de toda extensão territorial dos domínios dos Habsburgo, o movimento de centralização, em prejuízo dos reinos locais, não foi suficiente para consumar, efetivamente, a unificação total do Império – em particular, em termos de um sistema fiscal e administrativo. Em contrapartida, era, precisamente, sua posição peculiar no sistema colonial em formação, principalmente, o domínio sobre as minas americanas, que garantia os recursos, sob forma líquida, necessários para sustentar a expansão sobre a Europa. Nesse sentido, a exploração do trabalho compulsório nas minas coloniais era fundamental na conformação da base material desse Estado.[370] De um lado, naturalmente, havia as transferências estatais diretas; de outro, e em maior medida, as transferências privadas, que formavam parte substancial da base fiscal e, simultaneamente, financiavam, por meio da circulação generalizada de obrigações, o circuito do endividamento público. Ou seja: a expansão dos Habsburgo na Europa estava intimamente ligada à constituição de seu Império na América espanhola. O momento de crise da extração mineira e da reorganização do comércio colonial – em prejuízo da Espanha – revelam a desestruturação da

[369] Posto que a monarquia significava a constituição de um novo monopólio da violência, a centralização só poderia ocorrer de fato em prejuízo do arbítrio senhorial. Quanto a isso, Anderson é explícito ao sustentar que, dada a fragmentação da coerção característica do feudalismo tradicional, a monarquia centralizada só poderia consumar-se como Estado efetivamente feudal por meio de uma relativa autonomia, ou, no limite, uma oposição, da monarquia em relação às diversas frações da nobreza, que, em última instância, ela mesma representava. De certo modo, o suposto "Estado feudal" é, *paradoxalmente*, anti-senhorial. Por isso, "(...) o padrão comum era a supressão das revoltas aristocráticas, e não das revoltas burguesas, mesmo onde ambas encontravam-se intimamente interligadas". A propósito do caso francês, Anderson observa: "A condição de sua eficácia enquanto Estado estava na sua distância estrutural em relação à classe na qual se recrutara e cujos interesses defendia. (...) as suas decisões não podiam ser atribuídas à ordem titular que lhe deu vida. (...) A plenitude do poder real, mesmo quando exercido com brandura, alimentava reservas dos senhores diante dele.". Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*, págs. 66 e 107.

[370] "Efetivamente, a partir de 1560, os múltiplos efeitos do império americano sobre o absolutismo espanhol passaram a ser cada vez mais determinantes para o seu futuro (...). A descoberta das minas de Potosí aumentara agora enormemente o fluxo do tesouro colonial para Sevilha. O suprimento de imensas quantidades de prata das Américas tornou-se doravante uma 'facilidade' decisiva para o estado espanhol em ambos os sentidos do termo, pois provia o absolutismo hispânico com um rendimento extraordinário e abundante que se situava totalmente fora do âmbito convencional das receitas estatais na Europa.". *Idem*, pág. 69.

economia espanhola derivada do próprio parasitismo colonial e coincidem com o recuo dos Habsburgo na Europa: "(...) se o império americano representava a desagregação da economia espanhola, o seu império *europeu* significou a ruína do Estado Habsburgo, e o primeiro tornou a extensa luta pelo último financeiramente possível"[371].

A construção do absolutismo francês revela a mesma dificuldade de concretizar a prevalência das forças de centralização sobre o poder senhorial tradicional e, de outro lado, a necessidade do suporte de uma burguesia mercantil – sobretudo, de uma alta finança. No curso dessas tensões, por meio da venalidade dos cargos, do circuito dos títulos públicos e da mercantilização dos títulos nobiliárquicos, que drenavam os capitais da circulação mercantil propriamente dita ou da produção manufatureira, a burguesia mercantil seria diluída na esfera do Estado e, pois, assimilada à dinâmica do desenvolvimento da monarquia. Isso terminaria por promover o entrelaçamento entre nobreza e burguesia – mais propriamente, certa aristocratização da burguesia, ou, como já dissemos, uma tendência permanente à conversão do lucro à renda.[372] A consolidação do absolutismo se consubstancia, pois, à parte da superação dos particularismos senhoriais, nesse entrelaçamento entre burguesia e nobreza no topo da hierarquia social, contra os de baixo: no século XVII, "(...) as classes proprietárias estavam agora mais unidas (...) a confluência da rebelião do topo e da base nunca mais voltaria a se dar"[373]. Portanto, paradoxalmente, a consumação da centralização em consonância com uma verdadeira política mercantilista potencializa o desenvolvimento do capital mercantil, mesmo que à custa da subsunção da burguesia à órbita do Estado.[374] Reversamente, o fracasso da expansão francesa

[371] *Idem*, pág. 72. Num primeiro momento, a drenagem dos metais americanos fazia-se por meio do comércio monopolista de produtos primários espanhóis. Mas, o momento do esgotamento da produção mineira é, também, o da reorientação da economia colonial a uma produção primária – cuja contrapartida era a importação de produtos manufaturados. Posto que a própria drenagem de metais permitiu um parasitismo que minou os estímulos às manufaturas metropolitanas, essa reorientação, progressivamente, forçava o caminho para a generalização do contrabando, principalmente dos manufaturados holandeses e ingleses. Ver Halperin Donghi. *História da América Latina*.

[372] "Nesse sentido, a compra de cargos representava um investimento tão lucrativo que o capital era perpetuamente atraído das aventuras mercantis e manufatureiras para um conluio de usura com o Estado absolutista. Sinecuras e gratificações, cobranças e empréstimos, honrarias e obrigações públicas, tudo isso afastava da produção a riqueza da burguesia. (...) A conseqüência social desse fato foi a criação de uma burguesia que tendia a tornar-se cada vez mais assimilada à própria aristocracia, via isenções e privilégios dos cargos. O Estado, por sua vez, patrocinou manufaturas régias e companhias oficiais de comércio, que, de Sully a Colbert, proporcionavam alternativas de negócios para essa classe.". *Idem*, pág. 96.

[373] *Idem*, pág. 99.

[374] "(…) lançava-se um ambicioso programa mercantilista para acelerar o crescimento manufatureiro e comercial na França e a expansão colonial ultramarina: as subvenções reais fundaram novas indústrias (...), criaram-se companhias privilegiadas para explorar o comércio das Índias Orientais e Ocidentais, os estaleiros foram

frente aos avanços da Inglaterra no século XVII, cujo Estado, desde a revolução, tomava um caráter burguês, estaria na raiz do reposicionamento das classes diante da monarquia. O recrudescimento dessas tensões, que culminavam, enfim, na cristalização de um Estado mais radicalmente nobiliárquico, cada vez menos permeável, concorria para limitar o espaço da burguesia. Visto de outro ângulo: os limites postos à expansão de uma política mercantilista em decorrência da luta entre as potências, em particular, da construção da hegemonia da Inglaterra, terminava por limitar, também, o desenvolvimento da burguesia mercantil na França; das sinergias entre manufatura, sistema colonial e alta finança. Desse modo, se é correto que Anderson vincule o fracasso da monarquia francesa na luta entre os Estados à estrutura de classes vigente na própria França, notadamente, à radicalização do caráter feudal do Estado, de outro lado, paradoxalmente, também é certo que, nessa mesma visão, há um nexo entre o reposicionamento das classes em jogo – da nobreza e da burguesia mercantil –, como desdobramento da própria luta entre os Estados, travada no plano do "sistema mundial". Ou seja: a revolução burguesa na Inglaterra e a vitória definitiva de sua política mercantilista e colonial rumo a uma hegemonia total selava o destino da França.

Na Inglaterra, o caráter compósito do substrato social remete à metamorfose da própria nobreza. Não é necessário retomar os pontos já esboçados noutro capítulo, mas, somente observar que, para Anderson, a especificidade do absolutismo inglês reside no fato de tratar-se, novamente, de um Estado essencialmente feudal, mas, nesse caso, sobreposto a uma nobreza que tenderia, progressivamente, a ligar-se à mercantilização e, enfim, ao desenvolvimento de um certo capitalismo. Aqui, o paradoxo residiria no caráter de uma parte da própria nobreza. A privatização das terras que sucedeu o confisco das propriedades eclesiásticas, os cercamentos e, enfim, a construção do sistema tripartido que vinculava as camadas senhoriais, rendeiros e trabalhadores, base do desenvolvimento do salariato, abria caminho para uma metamorfose da propriedade rural, e, pois, das próprias classes que lhe correspondiam, na direção da produção capitalista. Assim, Anderson reconhece que o absolutismo inglês, não obstante ser considerado,

---

amplamente subsidiados e, finalmente, impôs-se um sistema tarifário extremamente protecionista. Foi precisamente tal mercantilismo, contudo, que levou diretamente à decisão de invadir a Holanda em 1672, com o intuito de suprimir a concorrência de seu comércio – que provara ser facilmente superior ao comércio francês –, através da incorporação das Províncias Unidas aos domínios da França.". *Idem*, pág. 102. Precisamente nesse ponto, Anderson sugere uma conexão entre a política mercantilista e o capital mercantil, ou os propósitos comerciais, o que, de certa forma, representa uma reformulação de sua tese inicial, a qual, como vimos, conferia ao mercantilismo um caráter estritamente "feudal", cujo desiderato era a mera expansão territorial, com vistas à expansão das rendas.

pois, como um essencialmente "Estado feudal", no período Tudor, tornava-se intimamente ligado aos desenvolvimentos do capital; e, no período Stuart, precisamente no momento em que, aí sim, os traços feudais teriam se tornado mais proeminentes, perdia seu substrato socioeconômico, em face da metamorfose de parte da nobreza. É justamente a conversão da propriedade rural no sentido da produção capitalista, a presença de uma pequena nobreza mercantilizada, e, pois, do desenvolvimento de novas forças mercantis e manufatureiras, diante de uma monarquia que preservava os privilégios da nobreza tradicional e das grandes companhias mercantis, que comprometia o sentido do Estado absolutista e precipita a revolução.[375]

Noutro pólo, numa perspectiva *sistêmica*, em particular nas formulações de Wallerstein, o problema se põe, não propriamente de um modo oposto, mas em termos diversos. Isso porque, no tratamento da modernidade como um "sistema-mundo", na base do conceito fundante de "sistema-histórico", o Estado e as classes são problematizados à luz de sua funcionalidade na reprodução do próprio sistema. Não se trata, portanto, de partir de fundamentos epistemológicos que, por meio de um encadeamento de determinações formais, permitissem definir tais categorias *a priori*, mas, sim, de tomá-las, em si, concretamente, como partes necessariamente constitutivas do sistema-mundo moderno – e, pois, irredutíveis a quaisquer construções conceituais mais gerais que permitissem transitar de um dado sistema histórico a outro. "O desenvolvimento da economia-mundo capitalista envolveu a criação de todas as principais instituições do mundo moderno: classes, grupos étnico-nacionais, famílias – e os 'estados'" –; o que vale dizer: "todas essas estruturas sucedem – e não antecedem – o capitalismo; todas são conseqüências e não causas"[376]. Com efeito, no materialismo histórico, a problemática da *transição* de um modo de

[375] "O sistema tripartido de senhores de terra, rendeiros e trabalhadores rurais – futuro arquétipo da área rural inglesa – já se prenunciava nas zonas mais ricas da Inglaterra rural. Ao mesmo tempo, verificava-se em Londres uma concentração sem precedentes de comércio e manufaturas (...). No final do século [XVII] a Inglaterra já constituíra algo semelhante a um mercado interno unificado. O capitalismo agrário e mercantil registrara, portanto, progressos muito mais rápidos que em qualquer outra nação, à exceção dos Países Baixos, e importantes fileiras da própria aristocracia inglesa – o pariato e a pequena nobreza – conseguiram adaptar-se a ele com sucesso. Desse modo, o refortalecimento político de um Estado feudal deixara pois de corresponder ao caráter social da maior parte da classe em que teria inevitavelmente de se basear.". *Idem*, pág. 138. Cumpre observar novamente que, em virtude do jogo entre as classes produzido no curso dessa metamorfose, Christopher Hill considera o período Tudor e, pois, o Estado, à luz de um equilíbrio de classes entre a nobreza tradicional e as forças ligadas ao desenvolvimento do capitalismo.

[376] Immanuel Wallerstein: "States in the institutional vortex of the capitalist world-economy". In Immanuel Wallerstein. *The politics of the world-economy*, pág. 29. "Penso que muito de nossa discussão coletiva tem sido prisioneira da palavra 'estado', que temos utilizado transhistoricamente, para designar qualquer estrutura política imbuída de autoridade (...). Não somente assumimos que o que designamos por 'estados' no século XX estão no mesmo universo discursivo do que o que designamos como 'estados', digamos, no século X; mas, ainda mais

produção a outro, supõe, numa direção ou noutra, o exame da dinâmica da luta de classes, como substrato das transformações nas formas do Estado. Daí a necessidade de perscrutar o período em causa à luz de um conjunto de questões relativas ao modo de produção dominante ou à correspondente classe dominante, ao sentido da centralização monárquica ou, enfim, ao conteúdo de classe do Estado absolutista. Em Wallerstien, como vimos, a tese em torno do processo de constituição do sistema-mundo moderno, no curso das transformações produzidas no século XVI, corresponde a um deslocamento da problemática da transição no sentido de uma outra, referente ao *desenvolvimento* da *economia-mundo capitalista* já constituída. Assim, o caráter do Estado e a dinâmica do jogo entre as classes – mais que isso: o próprio fundamento conceitual dessas categorias – referem-se, não a tensões constitutivas de uma transição entre dois modos de produção, do feudalismo ao capitalismo, mas à sua funcionalidade na dinâmica da "economia-mundo" *capitalista*.

Nesses termos, o Estado, como criação específica do sistema-mundo moderno, deve ser problematizado nos marcos de um sistema interestatal e, portanto, à luz das conexões de sentido que o vinculam à economia-mundo capitalista. Concretamente, não poderia definir-se, senão em conexão com o capital e no bojo das lutas recíprocas – uns Estados contra os outros – próprias do sistema interestatal. Cumpre recordar que, as várias formas de produção entrelaçadas nas teias da divisão do trabalho da economia-mundo são tratadas, em Wallerstein, como métodos de controle do trabalho, correspondentes e, mais que isso, funcionais, à reprodução sistêmica. Isso significa que as classes sociais envolvidas numa ou noutra forma de produção são constitutivas, não de tal ou qual modo de produção, mas do próprio sistema. Porquanto Wallerstein procurasse demarcar heuristicamente o sistema-mundo como o campo privilegiado da "ação social", a posição das classes em jogo e o sentido mesmo de parte substancial de sua "ação" deveriam definir-se em termos da reprodução do sistema[377].

---

fantástico, nós tentamos estabelecer linhas de continuidade histórica entre dois 'estados' – com o mesmo nome, ou fundados na mesma localização em termos de longitude e latitude – tomados como contínuos porque *scholars* podem postular afinidades linguísticas, cosmológicas (...).". *Idem*, págs. 28 e 29.

[377] "Assim, sustentamos que os estados são instituições criadas que refletem as necessidades das classes que operam na economia-mundo. Não são, no entanto, criados no vácuo, mas nos marcos estruturais de um sistema interestatal. Esse sistema interestatal é, na verdade, a estrutura na qual os estados são definidos. O fato de que os estados de uma economia-mundo capitalista existem nos marcos de um sistema interestatal é a *differentia specifica* do estado moderno que o distingue de outras formas políticas burocráticas.". *Idem*, pág. 33. "Os estados não se desenvolvem e não podem ser compreendidos senão no contexto do desenvolvimento do sistema mundial. O mesmo é verdadeiro quer em relação a classes sociais quer a agrupamentos (nacionais, religiosos) étnicos. Também eles se constituíram no contexto de estados e do sistema mundial, simultaneamente e por vezes de formas contraditórias. São uma função

Justamente por isso, embora Wallerstein retomasse os debates em torno do conteúdo de classe do Estado – como vimos, tema estreitamente ligado à problemática da *transição* – o centro da discussão passa a ser o modo como a conformação dos diferentes Estados e seus confrontos recíprocos, em suas conexões específicas com o capital, correspondem a determinada hierarquia no sistema-mundo. Noutros termos: trata-se de examinar, não o caráter feudal ou burguês do Estado, ou mesmo a feição específica da forma absolutista da monarquia, mas, sim, o modo como os diversos interesses em jogo condicionam as posições relativas entre os Estados na hierarquia do sistema.[378] Isso posto, em contraste com as teses em torno do caráter essencialmente feudal da centralização, Wallerstein procura sublinhar as conexões estreitas entre a formação do Estado moderno e o desenvolvimento do "capitalismo" – entendido, é claro, como "economia-mundo". Nessa visão, torna-se mais evidente uma primazia dos nexos entre as monarquias e o capital. Por meio dessa construção particular, para Wallerstein, em contraste com Anderson, o Estado deixa de ser a "superestrutura" de um modo de produção em decomposição, para ser o elo fundamental na conformação do "sistema" que define o mundo moderno. Por isso, mesmo que a gênese da centralização remontasse às respostas diante da crise do feudalismo, em Wallerstein, "(...) o desdobramento implicava em que se substituísse a dominação feudal pela dominação capitalista". Em suma: "(...) o desenvolvimento de estados fortes nas áreas centrais do mundo europeu foi uma componente essencial do desenvolvimento do capitalismo moderno"[379].

> É evidente que a ascensão da monarquia absoluta na Europa Ocidental é síncrona com a emergência da economia-mundo européia. Mas é ela

da organização social da época. O sistema de classes moderno começou a tomar forma no século XVI.". Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*, vol I, pág. 73.

[378] "Para Anderson, 'o absolutismo foi essencialmente (…) *um aparelho reorganizado e potenciado da dominação feudal*, concebido para conter as massas camponesas na sua posição social tradicional (...)'. Eu poderia aceitar a afirmação de Anderson se o adjetivo *feudal* fosse eliminado. Para mim, *o desdobramento implicava em que se substituísse a dominação feudal pela dominação capitalista*, qualquer que fosse a roupagem exterior da terminologia pública utilizada. Mesmo o próprio Anderson admite que existe um 'paradoxo aparente no Absolutismo'; ele afirma que embora o absolutismo protegesse a 'propriedade e os privilégios aristocráticos', assegurava, simultaneamente, os interesses essenciais das classes mercantil e manufatureira nascentes'. (...) Do que precede podemos deduzir por que razão nem todas as monarquias absolutas eram Estados fortes e por que razão nem todos os Estados fortes eram monarquias absolutas. O elemento chave é a força do Estado e não o absolutismo da forma de governo. (...) no século XVII os Estados mais fortes eram os que dominavam *economicamente*: as Províncias Unidas estavam em primeiro lugar, a Inglaterra em segundo e a França estava só em terceiro. A Revolução Inglesa fortaleceu o Estado inglês, enquanto a afirmação de Luís XVI, L'*Etat c'est moi*, era um sinal da relativa fraqueza do Estado.". Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*, vol II, pág. 41 (grifos nossos).

[379] Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*, vol I, pág. 136.

> causa ou conseqüência? Há bons argumentos num sentido e noutro. Por um lado, não fora a expansão do comércio e a afirmação de uma agricultura capitalista e dificilmente teria existido a base econômica para financiar as estruturas estatais burocráticas alargadas. Mas, por outro lado, as estruturas estatais eram em si próprias um suporte econômico fundamental do novo sistema capitalista (para não dizer que eram sua garantia políticа). Como diz Braudel, 'quer o quisessem quer não, [os estados eram] os maiores empresários do século.[380]

Por certo, Wallerstein reconhece que o processo de gênese da centralização remete à crise dos rendimentos – e à correspondente agudização dos conflitos na sociedade feudal – e estariam, pois, na raíz das revoltas camponesas e das guerras intra-senhoriais. Não obstante, o que procura sublinhar é o nexo entre a construção do corpo burocrático e militar – sobretudo, por meio de uma burocracia venal e de um exército mercenário permanente – e os desenvolvimentos da mercantilização; em particular, do comércio de longa distância e dos circuitos financeiros ligados à dívida pública. A dinâmica da formação e consolidação dos Estados, condicionada por suas lutas recíprocas, traz o imperativo do fortalecimento progressivo de seus mecanismos coercitivos. Se o fortalecimento do poder coercitivo do Estado, de um lado, potencializava sua capacidade de extração de excedentes, de outro, implicava em tendências à elevação progressiva dos custos. Reversamente, a necessidade de enfrentar esses mesmos custos crescentes criava novas necessidades de fortalecimento desses mesmos mecanismos de coerção etc., numa espécie de espiral, que só poderia viabilizar-se por meio de um desenvolvimento virtuoso do comércio de longa distância e dos circuitos financeiros. O ponto central reside, pois, em que, a maior ou menor capacidade de determinado Estado enfrentar essas tensões crescentes dependia da posição relativa que esse mesmo Estado ocupasse na hierarquia da economia-mundo. É essa posição que garantia maior ou menor domínio sobre o mercado mundial e sobre os circuitos monetários e financeiros; enfim, maior ou menor poder para a apropriação dos excedentes.[381] Com efeito, se a

[380] *Idem*, pág. 135.

[381] "Naquelas áreas da economia-mundo em que a transformação econômica se processava de forma a garantir uma parte desproporcionada do excedente mundial, os estados viram facilitados a tributação e o empréstimo, um mero reflexo da confiança que depositavam no futuro os elementos que possuíam moeda. Os estados usavam esses rendimentos acrescidos para aumentarem o seu poder coercitivo que, por sua vez, aumentava o que se poderia designar por 'confiança no potencial coercitivo' do Estado.". *Idem*, pág. 140. "No século XVI, alguns monarcas alcançaram grande força por intermédio de burocracias venais, de exércitos mercenários, do direito divino dos reis e da uniformidade religiosa. Outros fracassaram. *Isto está diretamente relacionado, como sugerimos, com o papel da sua área no contexto da economia-mundo. Diferentes papéis conduziram a diferentes estruturas de classes, que conduziram a políticas diferentes.*". *Idem*, pág. 157 (grifos nossos). "É desnecessário dizer que a força de um Estado

hierarquia da economia-mundo continha diferentes *tipos* de produção, com os seus respectivos *métodos* de controle do trabalho, e se isso, por sua vez, correspondia, em cada Estado, a uma conformação específica das classes, também as diversas posições relativas na hierarquia, cada qual com seu quinhão do excedente mundial, corresponderiam a diferentes possibilidades no que respeita à coesão do Estado. Enfim, as possibilidades de harmonização dos conflitos de classe e de coesão do Estado seriam condicionadas pelos termos em que se promovesse as redistribuições do excedente; o que, por sua vez, era condicionado pelo posicionamento relativo do Estado na hierarquia do sistema.

Reciprocamente, seria necessário observar as posições dos diversos tipos de produção e, pois, das diversas classes nos marcos da economia-mundo, a natureza de seus vínculos, e, a partir daí, suas posições na conformação do Estado – na determinação de sua "força" e, com isso, de sua posição na hierarquia do sistema. Nesse sentido, Wallerstein opõe-se à tese clássica, que viria ser desenvolvida por Brenner, de que os fundamentos que selaram os destinos diversos da Inglaterra e da França residiriam na forma de organização da economia, mais propriamente, da produção – a primeira, mais orientada no sentido da mercantilização e do capitalismo, a outra, presa a grilhões feudais mais rígidos. Para Wallerstein, foram pequenas diferenças, cristalizadas no período precedente, que se projetaram e jogaram em favor da vitória da Inglaterra, em meados do século XVIII. Anderson demonstrou que, em geral, o século XVII fora marcado por conflitos entre as monarquias e suas respectivas nobrezas, enquanto o século XVIII, por tendências a reconcializações. Quanto a isso, Wallerstein procura observar que, na Inglaterra, a reconciliação passava por uma coesão mais estreita do conjunto dos estratos dominantes, o que comportava, naturalmente, as forças ligadas a um "capital mercantil triunfante". Na França, as dimensões do próprio Estado e a diversidade de seu substrato econômico obstaculizaram a coesão das classes. No centro dessa bifurcação, é possível observar as posições relativas das diferentes classes em jogo nas teias da economia-mundo, e com isso, as diversas tendências quanto à construção do Estado – a sua maior ou menor "força". Assim, enquanto na Inglaterra, a coesão entre a nobreza e a burguesia confluía para a formação de uma economia nacional que fosse, ao mesmo tempo, proeminente na economia-mundo, na França, pesava uma certa nobreza de caráter centrífugo,

---

se relaciona com o papel econômico dos proprietários-produtores desse Estado na economia-mundo.". Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*, vol II, pág. 117.

cujos vínculos com a economia-mundo pressionavam na direção de posições mais ou menos periféricas e que, portanto, se divorciava do fortalecimento do Estado.[382]

Esse contraste entre uma reconciliação plena e outra parcial marcou definitivamente a conformação dos dois Estados e teria sido ponto central na opção do capital mercantil holandês pelos circuitos financeiros ingleses. Aí, sim, o vínculo financeiro estreito entre a Inglaterra e a Holanda, entre uma potência capitalista em ascensão e outra em declínio, teria precipitado a derrota da França e, com isso, a consumação da recentragem, com a consolidação do novo centro hegemônico.[383] Assim, "(...) a força engendrou a força e a fraqueza engendrou a fraqueza": uma posição proeminente no sistema, concorre para a coesão das classes e, pois, para o fortalecimento do Estado; reciprocamente, uma coesão entre as diferentes classes e o fortalecimento do Estado concorrem para sua proeminência no sistema. Nesse sentido, as "classes", evidente, nessa acepção particular, surgem como forças fundamentais.

Isso posto, na passagem da problemática em torno do sentido da centralização e, pois, da hierarquização da economia-mundo, para, propriamente, a do conteúdo de classe do Estado, a discussão é, praticamente, recolocada noutros termos. Se a conexão de sentido entre a formação da economia-mundo e do sistema interestatal "(...) implicava em que se substituísse a dominação feudal pela dominação capitalista", o Estado que materializa essa transição, paradoxalmente, é visto sob o prisma de um equilíbrio entre "nobreza" e "burguesia".

> Apresentamos a monarquia absoluta com uma estrutura na qual o rei e a sua corte aspiravam à primazia política com a ajuda direta duma burocracia patrimonial e venal, e de exércitos regulares de mercenários. Por um lado, o rei procurava apoio de segmentos favorecidos da burguesia comercial urbana, que lhe forneciam dinheiro e eram um certo contrapeso político face às tendências centrífugas da velha nobreza. Por

[382] "O que diferia, no entanto, era que, em Inglaterra os elementos capitalistas nascentes, tanto rurais quanto urbanos, sentiam que tinham muito a ganhar com uma economia nacional mais forte. A França, no entanto, tinha elementos mercantis que sentiam que estavam a ser sacrificados a uma Paris remota, e uma agricultura capitalista no Sul cuja estrutura e, portanto, cujas necessidades estavam mais perto das dos proprietários fundiários de países periféricos como a Polônia (que precisavam acima de tudo de uma economia aberta) do que das dos proprietários ingleses em cujos domínios estavam a crescer novas indústrias a domicílio.". Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*, vol I, pág. 264.

[383] "Os dilemas internos da França obrigaram-na, no entanto, a transformar-se numa potência orientada para uma expansão militar terrestre que reprimiu os seus protestantes. Para os detentores holandeses de capital, republicanos ou monárquicos, a negociação com a Inglaterra deve ter parecido menos desconcertante que um acordo com a França. A França ameaçava abraçar os holandeses até asfixiá-los. Os ingleses ofereciam uma lenta osmose dos dois setores capitalistas. (...) Assim, como acontece com freqüência, a força engendrou a força e a fraqueza engendrou a fraqueza.". Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*, vol II, págs. 282 e 283.

> outro lado, o rei era a cúpula do sistema de *status* tradicional e, em última instância o protetor da nobreza contra os efeitos corrosivos do sistema capitalista em desenvolvimento. Por conseguinte, em termos destes dois estratos sociais, a antiga nobreza e a burguesia comercial urbana, a monarquia absoluta era para cada um deles o mal menor, e a sua força cresceu na base da falta de alternativas, dado que sevia bem a ambos ao criar a possibilidade de a nação como entidade conseguir uma participação desproporcional no produto excedente da economia-mundo européia no seu conjunto.[384]

Com efeito, entendemos que tal formulação específica, porquanto reconheça essa espécie de equilíbrio entre classes na base do Estado, parece abrir caminhos mais fecundos, de modo a contornar os paradoxos em que se enredam as visões que postulam, unilateralmente, atribuir-lhe um caráter estritamente feudal ou burguês. Além disso, entendemos que esse mesmo caminho permite, enfim, conferir maior organicidade entre os processos que constituem esse período de transição. Por ora, pretendemos observar que essa formulação em torno do equilíbrio de classes; da existência de uma nobreza tradicional, que permanece vinculada às velhas formas em crise, e mesmo de um certo entrelaçamento entre estratos superiores de camadas nobiliárquicas e mercantis, parece se coadunar menos com uma problemática em torno da dinâmica da economia-mundo, que com a da *transição*. Mas, em Wallerstein, "nobreza" e "burguesia" deveriam referir-se à reprodução do sistema: "esses grupos procuram transformar as constelações de poder porque, em certo sentido, essas transformações favoreceriam, direta ou indiretamente, suas possibilidades de lucro nas operações do mercado mundial"[385]. Mas, numa visão em que o jogo entre as classes, ou, mais que isso, a formação do Estado "(...) implicava em que se substituísse a dominação feudal pela dominação capitalista", não deixa de ser paradoxal a entrada em cena de uma nobreza – ou de uma "nobreza tradicional".

Diante disso, Wallerstein só poderia contornar o paradoxo por meio do referido conceito próprio de "classe". E, posto que a visão de "capitalismo" em causa pressupõe uma redução do conceito específico de mais-valia ao conceito geral de excedente, nesse caso, todas as classes dominantes envolvidas no sistema poderiam ser reduzidas a espécies particulares de "burguesia". No limite, consumada a formação da economia-mundo, confluências e dissensões entre "burgusia" e "nobreza" seriam ocorrências constitutivas de um sistema "capitalista" já

[384] Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*, vol I, págs. 300 e 301.
[385] Immanuel Wallerstein: "The states in the institutional vortex of the capitalist world-economy". In Immanuel Wallerstein. *The politics of the world-economy*, pág. 30.

consolidado, em pleno movimento. No entanto, entendemos que, tratando-se, como dissemos, de uma estrutura de transição, em que o capital na forma especificamente mercantil e a subsunção formal não podem, por si, promover a autonomização do "econômico", e, portanto, a reprodução da vida deve fundar-se em mecanismos de coerção extra-econômica, o caráter notadamente estamental, nobiliárquico, dessa sociedade, que é conformador do próprio Estado, não pode ser tomado como expressão exterior, meramente perfunctória. Isso porque, o caráter estamental da sociedade e, pois, do Estado, constituem as formas específicas dessa coerção e, justamente por isso, jogam, organicamente, em sua especificidade, na reprodução das formas de produção e propriedade, e, pois, do conjunto da vida social. Assim, concordamos com Anderson, o caráter especificamente estamental da sociedade e do Estado, enfim, a forma especificamente absolutista das monarquias, não são meros epifenômenos. Portanto, fica evidente a necessidade de se precisar a forma do capital mercantil e a natureza da subsunção formal, da mais-valia absoluta. O capital mercantil, a manufatura e todas as demais formas pré-capitalistas de produção coexistentes, como vimos, não podem recriar, por força da mera circulação ou da produção material, as condições de sua própria reprodução e das suas respectivas classes. A reprodução dessas formas está diretamente ligada a um edifício social fundado na coerção direta e no privilégio. Com efeito, a referida abstração da especificidade do capital mercantil e, pois, do conceito de mais-valia que marca a visão de Wallerstein, ressurge, agora, numa diluição da especificidade do caráter nobiliárquico do Antigo Regime. Mais do que isso: se a diluição conceitual embaraçava a demarcação do momento de crítico de ruptura da revolução industrial, da transição à mais-relativa relativa, do mesmo modo, a abstração da natureza específica do Antigo Regime compromete o exame dos processos de derrubada das monarquias e, enfim, das revoluções burguesas.

Em suma: se as teses em torno do caráter feudal da monarquia terminam por reconhecer, no seu substrato, *paradoxalmente*, uma presença progressivamente ostensiva da burguesia, a tese contrária, que procura estabelecer um nexo estrutural entre a formação do Estado e um "sistema capitalista", na forma da economia-mundo, também *paradoxalmente*, deve enfrentar o problema do caráter notadamente estamental da sociedade do Antigo Regime. No mesmo sentido, a caracterização do estado como feudal, se permite revelar a centralidade do momento de ruptura produzido pela revolução burguesa, o faz, necessariamente, tomando como paradoxal conflitos constitutivos da centralização entre a monarquia e a nobreza tradicional. Em contraste, o nexo

entre os processos de formação de uma economia-mundo e do sistema interestatal, se permite sublinhar rupturas engendradas nos desdobramentos da crise estrutural do feudalismo, no curso do século XVI, o faz em prejuízo da problemática da revolução burguesa. Portanto, entendemos que esses *paradoxos*, de um lado e de outro, revelam as dificuldades – em nossa opinião, incontornáveis – de se conferir um caráter de classe únivoco, estritamente "feudal" ou "burguês", às monarquias do Antigo Regime. Desse modo, em consonância com a tese de que o conjunto do período deve ser caracterizado em termos de uma estrutura específica de *transição*, cuja dinâmica não poderia ser reduzida à do "feudalismo" ou do "capitalismo", procuramos sugerir que uma proposição que problematizasse o Estado absolutista como Estado de *transição* – nem feudal, nem burguês – à luz de um equilíbrio de classes, entre "nobreza" e "burguesia mercantil", ambas imbricadas no movimento específico da *transição*, permitiria melhor coadunar os processos contraditórios e os *paradoxos* em jogo.

No campo do materialismo histórico, essa visão é sugerida por Paul Sweezy. Embora sua caracterização desse período *transitório* nos termos da "produção pré-capitalista de mercadorias" careça de uma fundamentação mais explícita, a demarcação de um período especificamente *de transição*, nem propriamente feudal, nem capitalista, abre uma senda fecunda para se enfrentar o problema das bases do Estado. Em particular, porquanto aventa a possibilidade de que "(...) no período em questão houvesse não uma porém várias classes dominantes, baseadas em diferentes formas de propriedade (...)"[386]. Tal posição reverbera uma passagem do *Manifesto*, que considera a burguesia mercantil "(...) ao tempo da manufatura contrapeso contra a nobreza na monarquia de estados ou absoluta"[387]; ou, mais explicitamente, a de Engels, n'*A origem da família*:

> (...) há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o Poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes. Nesta situação, achava-se a monarquia absoluta dos século XVII e XVIII, que controlava a balança entre a nobreza e os cidadãos (...).[388]

[386] Paul Sweezy: "Uma tréplica". In Paul Sweezy et alii. *A transição do feudalismo para o capitalismo*, pág. 107.
[387] Karl Marx e Friedrich Engels. *O manifesto do partido comunista*, pág. 36.
[388] Friedrich Engels. *A origem da família da propriedade privada e do Estado*, pág. 194. De um modo diverso, Nikos Poulantzas propõe uma tese em torno do caráter especificamente *de transição* do absolutismo. Para Poulantzas, seria característico de um período específico *de transição* a não correspondência entre a base e a superestrutura política. Assim, o período de transição é visto à luz de uma dinâmica própria, que se revela, na base, por uma coexistência de distintos modos de produção, cujas relações de dominância ou subordinação sofrem deslocamentos contínuos – o que está estreitamente ligado ao caráter formal da subsunção do trabalho ao capital. Quanto ao Estado, embora constituído também de elementos feudais, possuía uma tipologia próxima à do Estado

Por certo, a raíz da centralização, como da expansão mercantil que criou a nova divisão do trabalho, remete, como demonstrou Anderson, às necessidades de "recomposição prática" da classe senhorial, diante dos desdobramentos disruptivos da crise feudal – consiste, pois, no meio para manutenção da ordem face a uma radicalização corrosiva da luta de classes. Mas, nesse ponto, é necessário considerar o caráter estrutural da crise. Ou seja: como sustentou Maurice Dobb, nesse momento crítico, os senhores não poderiam enfrentar o quadro geral de radicalização da luta de classes – revoltas camponesas, guerras intra-senhoriais etc. – sem promover uma transformação radical, num ou noutro sentido, dos mecanismos de coerção. No entanto, entendemos que, se, como vimos, nessa formação, os mecanismos de coerção direta constituem nexos intrínsecos na reprodução das formas de produção e propriedade, essas mudanças em curso significariam, pois, transformações profundas na conformação do próprio modo de produção. Assim, o processo de centralização corresponderia, não a mera "recomposição prática" da unidade da classe senhorial, mas a uma transformação das formas de dominação. Com efeito, as condições de gênese jogam o seu peso na conformação do Estado, posto que, a monarquia é, ela própria, parte constitutiva do edifício nobiliárquico; mas, porquanto essa mesma centralização expressasse uma transformação no núcleo mesmo do modo de produção – a forma específica da coerção "extra-econômica" –, o sentido de seu desenvolvimento não poderia ser reduzido a tal condicionamento genético. Trata-se de um momento de crise estrutural, em que, num quadro de indeterminação, as tentativas de recomposição da ordem podem produzir resultados em direções diversas – e mesmo para fora dos limites da própria ordem.[389]

Em suma: nobreza e burguesia vivem intimamente ligadas ao Estado; e, reciprocamente, este àquelas.

---

burguês. A autonomia da superestrutura política, característica da transição, revela-se na funcionalidade do próprio Estado, desvinculada da dinâmica específica de qualquer modo de produção plenamente constituído. Nesse sentido, à despeito do caráter compósito da base, essa funcionalidade orienta-se no sentido de produzir as relações constitutivas de um modo de produção em formação, o capitalismo, estabelecendo os limites da nova sociedade – em particular, trata-se da pedra angular do processo de acumulação primitiva, porquanto esta pressupõe relações de poder e dominação extra-econômicas. "A função do Estado absolutista não é precisamente operar nos limites fixados por um modo de produção já determinado, mas a de produzir relações ainda não determinadas de produção – as relações capitalistas – e liquidar as relações feudais (...).". Nikos Poulantzas. *Poder político e classes sociais do Estado capitalista*, págs. 156 e 157.

[389] Immanuel Wallerstein: "The west, capitalism and the modern world system".

Num pólo, a monarquia é parte da estrutura estamental, como "(...) cúpula do sistema de *status* tradicional", cuja legitimidade é cimentada pela religião. Está, portanto, atada à nobreza. De outro lado, a nobreza cuja base social e material está em decomposição liga-se ao Estado. Na nova estrutura, o Estado centralizado constitui-se como centro da coerção direta – evidentemente contra os de baixo – e, simultaneamente, por meio da construção de uma sociabilidade de corte, como centro da redistribuição do excedente produzido nos marcos da nova divisão do trabalho. Mas esse vínculo, por encerrar o deslocamento da coerção direta – insistimos: nexo intrínseco na reprodução dessa formação – e por envolver uma produção mercantil progressivamente sistêmica de parte substancial desse excedente – portanto, por envolver um conjunto de diversas formas de produção constitutivas, principalmente, do sistema colonial –; a consolidação desse vínculo revela a formação de uma nova estrutura, e, pois, de uma nova dinâmica que não poderia ser reduzida à do feudalismo. A revolta de frações da nobreza tradicional mais ou menos privada dos mecanismos de redistribuição do excedente ou mais ou menos excluída das teias mercantis, que denota as dificuldades da reconcialiação, seria expressão da profundidade das transformações em curso: a decomposição do velho modo de produção corroía sua base material e a centralização, a formação de um exército mercenário permanente, a expropriava dos meios de coerção.

Noutro pólo, de outra parte, a construção das monarquias pressupõe o suporte da burguesia mercantil – suporte que é tanto mais decisivo, quanto essa construção faz-se, como vimos, em luta recíproca, uns Estados contra os outros. Daí a centralidade do domínio das teias mercantis: dos circuitos comerciais e financeiros e, principalmente, do *sistema colonial*. É esse domínio que condiciona o enfrentamento recíproco por posições relativas na hierarquia do espaço mundial. A burguesia mercantil, por sua vez, não pode subsistir sem o Estado. Mas isso, não em virtude, como quer Wallerstein, de supostas conexões de sentido necessárias entre um "capitalismo" e um "sistema interestatal". Esses vínculos explicam-se, antes, pela forma especificamente mercantil do capital. Como vimos, o capital mercantil e a subsunção formal não destróem, definitivamente, as formas pretéritas da produção; seu mundo é, pois, o da coexistência de um mosaico de formas, cuja organicidade faz-se nas teias da circulação. Nesse quadro, o movimento do capital permanece necessariamente ligado à coerção extra-econômica: depende, portanto, do concurso decisivo do poder político, nesse momento, centralizado no Estado. Mas, posto que esses mesmos vínculos, que definem os marcos do movimento do capital e da burguesia servem à reprodução de uma estrutura específica *de transição*, em que o Estado

constitui-se, simultaneamente, como a cúpula de uma sociedade estamental; esse vínculos não podem expressar uma dominação burguesa plena. E, nesse sentido, mesmo sem postular um caráter estritamente feudal do Estado, é possível preservar a pertinência de uma problemática em torno da revolução burguesa.[390]

Antigo Regime e transição

O marco histórico em que se estabelecem os vínculos orgânicos entre o capital mercantil e o absolutismo, o marco do Antigo Regime, se consubstancia numa formação especificamente *de transição*, com um movimento próprio, cuja estrutura e dinâmica não podem ser reduzidas às de um modo de produção estritamente feudal ou capitalista. A crise estrutural do modo de produção feudal não envolve somente a transição de uma forma econômica a outra, mas, como vimos, uma reorganização dos nexos entre as diversas dimensões da vida social. Nesses marcos, o "econômico" permanece contido, indiferenciado no amálgama da vida social.

A idéia de *Antigo Regime* permite melhor articular os elementos em jogo – em particular, a conexão entre capital mercantil e absolutismo.

> Estado absolutista, com extrema centralização do poder real, que de certa forma unifica e disciplina uma sociedade organizada em 'ordens', e executa uma política mercantilista de fomento do desenvolvimento de uma economia de mercado, interna e externamente – no plano externo pela exploração ultramarina, tais são as peças do todo que convém articular. (...) Absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial são, portanto, partes de um todo, interagem reversivamente neste complexo que se poderia chamar, mantendo um termo da tradição *Antigo Regime*. São no conjunto processos correlatos e interdependentes, produtos todos das

[390] Entendemos que, nesses termos, é possível contornar a preocupação de Anderson no sentido de que "(...) a classificação do absolutismo como mecanismo de equilíbrio político entre a nobreza e a burguesia desliza, com freqüência, para a sua designação implícita ou explícita fundamentalmente como um tipo de Estado burguês enquanto tal". Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*, pág. 16. Tomando-o como Estado de transição, parece ser possível desenvolver uma senda sugerida por Sweezy: "(...) poderíamos então interpretar o estado da época de acordo com a conhecida passagem de Engels (...). Segundo esta interpretação, a guerra civil foi a revolução burguesa no sentido imediato de que permitiu à classe capitalista dominar o estado e alcançar a ascendência definitiva sobre as outras classes". Paul Sweezy: "Uma tréplica". In Paul Sweezy *et alii*. *A transição do feudalismo para o capitalismo*, pág. 107.

> tensões geradas na desintegração do feudalismo em curso para a constituição do modo de produção capitalista.[391]

No processo de formação e expansão da nova divisão do trabalho, a *produção*, no sentido de *produção da vida*, progressivamente se materializa por meio da reprodução *sistêmica*. Nesses termos, traduzindo a observação de Wallerstein, o centro do movimento reside nas "'relações de produção' do sistema como um todo". Aí coexistem formas de produção e propriedade em que se combinam heranças de sociedades já estabelecidas, transfiguradas ou não, ou criações do próprio sistema em desenvolvimento. Em geral, trata-se da coexistência orgânica de diversas formas escravistas ou servis no mundo colonial e a transição ao trabalho livre nas metrópoles; e, mesmo aí, no mundo metropolitano, o caráter meramente formal da subsunção do trabalho ao capital faz preservar um outro mosaico de formas. Essa organicidade é obra do capital mercantil, na forma específica do *antigo sistema colonial*.

Essa formulação remete ao problema do estatuto da órbita da produção e da circulação na reprodução material. Entendemos que no mesmo sentido em que, no exame dos nexos próprios dos modos de produção, não é possível tomar o "econômico" diferenciado como determinante *a priori*, também não se pode tomar, como um mero postulado, a primazia, também *a priori*, da produção ou da circulação. Que as mercadorias jogadas na circulação tenham necessariamente sido previamente produzidas é óbvio. Mas isso não nos diz nada a respeito dos condicionamentos recíprocos que possam existir entre as duas órbitas. O estudo do escravismo colonial demonstra o exemplo limite em que um movimento na órbita da circulação – nesse caso, o tráfico e comércio do próprio produtor! – deve, necessariamente, condicionar a produção. De outro lado, não se pode partir *a priori*, de um primado da circulação. Aqui, em contraste, é o exemplo do próprio modo de produção capitalista que revela a possibilidade da produção condicionar a circulação, convertendo-a num momento subordinado de seu metabolismo. Os condicionamentos entre as duas órbitas devem tomados como problema efetivamente histórico. Nesse sentido, a construção da nova divisão do trabalho na base de formas de produção e propriedade pré-capitalistas ou, no caso mais extremo, na base da subsunção formal, termina por criar uma produção mercantil que, *por si só*, não pode promover a expansão dos mercados; ou seja: não pode, *por si só*, criar as condições de sua própria reprodução. Assim, a expansão relativamente autônoma da circulação

[391] Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, págs. 63 e 66.

confere *sentido*, não só quanto à gênese dessas mesmas formas – ou à transfiguração de formas preexistentes –, como também quanto à sua dinâmica. Ou seja: essa produção mercantil necessita de mercados que, *por si*, não pode criar; depende, portanto, de uma expansão autônoma, regida por forças "extra-econômicas" que lhe sejam exteriores. Precisamente por essas razões – e não por quaisquer postulados *a priori* – nesse marco histórico, a circulação comanda a produção.[392]

Ora, essa circulação é o domínio do capital mercantil. Portanto o sentido de sua expansão é, pois, a acumulação sistemática do capital sob essa forma específica. Em última instância, é nessa necessidade estrutural de acumulação mercantil que as diversas formas de produção e propriedade constitutivas do sistema encontrarão seu *sentido*. No entanto, como vimos, também a acumulação mercantil, *em si*, não pode criar e recriar as condições de sua própria reprodução sistemática. Esta só pode materializar-se com o concurso da coerção "extra-econômica" e, nesse caso, vinculada ao Estado – daí a política mercantilista, o sistema colonial etc.

> No sistema mercantilista, continuação do sistema monetário, o que decide já não é a metamorfose do valor-mercadoria em dinheiro, e sim a produção de mais-valia a partir, no entanto, do ponto de vista não conceitual da esfera da circulação, e de tal maneira que essa mais-valia se configura em sobre-dinheiro, em excedente da balança comercial. Ao mesmo tempo, porém, o que caracteriza corretamente os interesses dos comerciantes e fabricantes daquela época, bem como o período do desenvolvimento capitalista que eles representam, é que, na transformação das sociedades agrárias feudais em industriais e na correspondente luta industrial entre as nações pelo mercado mundial, o que realmente importa é o desenvolvimento acelerado do capital, que não pode ser alcançado pelas assim chamadas vias naturais, mas só por meios coercitivos. Acaba fazendo grande diferença se o capital nacional se transforma paulatina e vagarosamente em capital industrial ou se essa transformação passa a ser acelerada por meio de impostos que, mediante a política aduaneira protecionista, recaem principalmente sobre os proprietários de terras, camponeses médios e pequenos, e artesãos, pela expropriação acelerada dos produtores diretos autônomos, pela acumulação e concentração dos capitais aceleradas à força, em suma, pela imposição acelerada das condições do modo de produção capitalista.[393]

[392] Porquanto essa formulação tome os condicionamentos entre produção e circulação, não como postulados *a priori*, mas em sua historicidade, entendemos não ser absolutamente pertinente sua qualificação, um tanto pejorativa, como *circulacionista*. O que se quer designar com esse termo é a tendência à redução – sempre *a priori* – do conceito de modo de produção capitalista à mera existência do capital na órbita da circulação. Por tudo o que foi dito, nossa formulação, definitivamente, não pode enquadrar-se nessa crítica.

[393] Karl Marx. *O capital*, Livro III, Vol. V, pág. 231.

Nessa estrutura mercantil "pré-capitalista", que é sistêmica e, principalmente, colonial, o Estado constitui o centro da coerção "extra-econômica" e, pois, o *nexo intrínseco* fundamental na reprodução social. Nesse sentido, o movimento de transição que, como vimos, é mais que a mera passagem de uma forma econômica a outra, se consubstancia numa redefinição do estatuto das diversas dimensões da vida, em que o entrelaçamento entre o poder local e universal se rompe e dá lugar à centralidade do Estado. Na transição, o fundamentao "civilizacional" da cristandade, que caracteriza o feudalismo, dá lugar a um fundamento essencialmente "político" – sob um processo de laicização da cultura. O caráter transitório do período revela-se nos percalços postos às tentativas de definir o conteúdo de classe do Estado, em termos estritamente feudais ou burgueses. Com efeito, esse equilíbrio entre as classes que caracteriza a transição se materializa na centralidade do Estado tanto na preservação da sociedade estamental, quanto na reprodução do capital mercantil. Como notamos acima, Engels observa que esse tipo de equilíbrio corresponde a certos períodos em que "(...) o Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea face às classes"[394]. A monarquia é parte ou, mais propriamente, o topo do edifício nobiliárquico; e, em face da corrosão das velhas formas servis, absorve a nobreza, ou parte dela, a suas estruturas. Ao mesmo tempo, inscreve-se no que Wallerstein denominou "sistema interestatal"; e, nesse caso, em suas lutas recíprocas, as monarquias vinculam-se e, também, de certo modo, absorvem a burguesia mercantil. Nenhuma dessas classes sobrevive sem o Estado – que, em última instância, em favor de ambas, deveria garantir a ordem, em prejuízo dos de baixo. Nesse sentido, Braudel observa que "(...) a monarquia na França – e em toda a Europa moderna – é toda a sociedade"[395]. É, portanto, sob o manto do *Antigo Regime* que se define o período de transição, em que, a conexão entre o capital mercantil e o absolutismo jogam na preservação da estrutura estamental e nobiliárquica, mas, ao mesmo tempo,

[394] Friedrich Engels. *A origem da família da propriedade privada e do Estado*, pág. 194.

[395] Fernand Braudel. *Civilização material*... Os jogos das trocas, pág. 493. "(...) a monarquia saiu do magma da feudalidade. O rei da França foi um senhor como os outros que, depois, se distinguiu dos outros, elevando-se acima deles, servindo-se da linguagem, dos princípios deles para os superar. A realeza ficou assim marcada pelas suas origens, 'a nobreza lhe é consubstancial'. Combate-a, mas não rompe com ela; aprisiona-a no fausto da Corte, mas não se aprisiona com ela. A monarquia desenraíza a nobreza e nada faz, pelo contrário para abrir-lhe as portas do comércio. Mas com isso tomou-a a seu cargo. Quanto às cidades, a monarquia multiplicou-lhes as graças, os privilégios, havendo a possibilidade de sobrecarregá-las com imposições ou de se apoderar de uma parte de suas rendas. Mas as cidades tiram proveito do mercado nacional que pouco a pouco vai se estabelecendo. Patriciados e burguesias das cidades têm o monopólio do comércio: é pouco? Enfim, o rei vende 'à mercadoria' uma parte do seu poder.". *Idem*, pág. 491.

potencializam radicalmente os processos de acumulação primitiva que viriam redundar, enfim, na consumação da transição ao modo de produção capitalista.

Conclusão

A definição do período como especificamente *de transição*, permite reconhecer, em nível fenomênico, traços que pudessem remeter a formas feudais ou capitalistas. Nesse sentido, seria possível reconhecer a pertinência das formulações que, numa ou noutra direção, ressaltassem tais traços. No entanto, uma *apropriação crítica*, nos termos propostos, supõe que esses traços sejam ressignificados, nos marcos de numa nova visão de conjunto, que já não poderia ser reduzida a nenhuma das vertentes em tela em especial.

Nessa leitura, preserva-se o conceito fundamental de modo de produção, como forma de captar a *differentia specifica* das diversas formas societais, em especial, da modernidade. Nesse sentido, o nexo orgânico entre formação do Estado moderno e desenvolvimento capital mercantil enquadra-se numa problemática da transição de um modo de produção a outro; do feudalismo ao capitalismo. No entanto, esse movimento só seria plenamente possível sob uma conceitualização totalizante do modo de produção, que contornasse o tratamento formal da dimensão das formas de produção. Nesse caso, posto que o processo de transição envolve uma redefinição do estatuto das diversas dimensões da vida social, seria possível sustentar que a combinação entre a crise do feudalismo e centralização monárquica, transformou na raíz os termos da reprodução social.

Ao mesmo tempo, essa reconfiguração envolvia a criação de nexos sistêmicos por meio do capital mercantil. Contudo, também para preservar a *differentia specifica*, esses nexos não poderiam ser examinados a partir de um tratamento formal do capital. Mais concretamente, uma abstração das especificidades das formas do capital faria esfumaçar as froteiras entre o *Antigo Regime* e o mundo contemporâneo e diluiria, num conceito geral de "capitalismo", tudo o que pudesse distinguir um "regime do capital". Ora, sob a subsunção formal, em que necessariamente coexistem diversas formas de produção e propriedade "pré-capitalistas", o movimento do capital, *por si*, não pode criar e recriar as condições de sua própria reprodução; depende de nexos "extra-econômicos". Mas a passagem à subsunção real e à dominância da mais-valia relativa faz surgir um verdadeiro "regime do capital", em que a própria dinâmica autorreferida da acumulação cria e recria as condições de sua reprodução ampliada, bem como, a própria relação-capital que lhe é subjacente.

Em suma: o propósito de examinar o período de transição, à luz dos vínculos orgânicos entre o capital mercantil e o Estado, por meio do contraste entre as vertentes historiográficas em

tela, nos permite uma *apropriação crítica* das posições em jogo. Isso nos leva a uma visão do processo, que, sem descartar totalmente essas mesmas posições, não se resume, nem a uma, nem a outra. A centralização monárquica, como desdobramento secular da crise estrutural do modo de produção feudal, mobiliza novas formas de reprodução da vida social, cuja dinâmica não poderia ser reduzida a do feudalismo. De outro lado, o reconhecimento da forma mercantil do capital e do caráter formal da subordinação do trabalho, o que corresponde à possibilidade de preservação de um mosaico de formas pré-capitalistas, revela não tratar-se, também, propriamente, de um "regime do capital". Nem feudalismo, nem capitalismo: *transição*.

Na estrutura do *Antigo Regime*, o Estado figura no centro da sociabilidade, fundado num determinado equilíbrio entre as classes; é o topo da hierarquia nobiliárquica e o móvel do capital mercantil. Abaixo, uma sociedade estamental e uma vida econômica progressivamente mercantil e sistêmica. Entendemos que essa estrutura *de transição* permite apreender a organicidade, como chave para a *reconstituição*, entre os diversos processos constitutivos da acumulação primitiva – estes, elencados retrospectivamente por Marx.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDERSON, Perry. *Passagens da antigüidade ao feudalismo*. 5ª. Ed.Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. *Linhagens do Estado absolutista*. Trad. João Martins. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Teoría, política y história*. Un debate con E. P. Thompson. Trad. Eduardo Terrén. Madrid: Siglo XXI, 1985.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

_____. *A ilusão do desenvolvimento*. 4ª. ed. Pref. Fernando Haddad. Trad. Sandra Vasconcelos. Col. Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

_____: "O império da história". In *Revista de História (USP)*. São Paulo, v. 135, p. 169-177, 1996.

_____: "O século de Braudel". In *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 37-43, 1984.

ASHTON, Thomas. *A revolução industrial (1760-1830)*. 4a. Ed. Trad. Jorge Macedo. Mem Martins: Europa-América, 1977.

ASTON, Trevor; PHILPIN, Charles (ed.). *The Brenner debate*. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. Cambridge: Cambridge Press, 1987.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Introd. Paul Chalus. Trad. Liz Silva. Lisboa: Edições 70, 2009.

_____. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Apres. Lilia Schwarcz. Introd. Jaques Le Goff. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II* (2 vols.). México DF: Fondo de Cultura Económica, 1987.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo*. Séculos XV a XVIII (3 vols.). Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *A Dinâmica do capitalismo*. Trad. Carlos Ferreira. Lisboa: Teorema, 1985.

_____. *Gramática das civilizações*. Trad. Antonio Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *Memórias do Mediterrâneo*. Pré-história e antigüidade. Pref. Jean Guilaine e Pierre Rouillard. Trad. Teresa Antunes et alii. Lisboa: Terramar, 2001.

_____. *Escritos sobre a história*. 2ª. Ed. Col. Debates. Trad. J. Guinsburg e Tereza da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRENNER, Robert. *Merchants and revolution*. Comercial change, political conflict, and London's overseas traders, 1550-1653. Londres: Verso, 2003.

_____: "The origins of capitalist development: a critique of neo-smithian marxism". In *New Left Review*, n. 104, July-August, 1977.

_____: "Dobb on the transition from feudalism to capitalism". In *Cambridge Journal of Economics*, no. 2, 1978.

_____: "Reply to Sweezy". In *New left Review*, no. 108, 1978.

_____: "Marx's first model of the transition to capitalism". In Bernard Chavance (org.). *Marx en perspective*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985.

CARDOSO, Ciro et alii. *Modos de producción en América Latina*. 2ª. Ed. Córdoba: Passado y Presente, 1974.

_____ & BRIGNOLI, Hector. *História econômica da América Latina*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CARR, Edward. *Que é história?*. Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambrige, janeiro-março de 1961. 9ª. Ed. Trad. Lúcia de Alvarenga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
CASTRO, Antônio Barros de Castro: "A economia política, o capitalismo e a escravidão". In José Roberto do Amaral Lapa (org.). *Modos de produção e realidade brasileira.* Petrópolis: Vozes, 1980.
DENEMARK, Robert; THOMAS, Kenneth: "The Brenner-Wallerstein debate". In *International Studies Quarterly*, Vol. 32, N. 1, 03/1988, pp. 47-65.
DILLARD, Dudley. *A teoria econômica de John Maynard Keynes*. Teoria de uma economia monetária. 4ª. Ed. Trad. Albertino Pinheiro. São Paulo: Livraria Pioneira, 1982.
DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 9ª. Ed. Trad. Manuel Braga. Rio de Janeiro: LTC.
DONGHI. Tulio Halperin. *História da América Latina*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social* (2 vols.). Trad. Maria Mansinho *et alii*. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado.* 13ª. Ed. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Trad. Luiz Roncari. Bauru: EDUSC, 1998.
FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6ª. Ed. São Paulo: Ática, 1992.
GRAMSCI, Antonio: "A filosofia de Benedetto Croce". In Antonio Gramsci. *Cadernos do Carcere*. Vol. 1. 3ª. Ed. Introd. Carlos Nelson Coutinho. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
_____: "Breves notas spobre a política de Maquiavel". In Antonio Gramsci. *Cadernos do Carcere*. Vol. 3. 3ª. Ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
HECKSCHER, Eli. *La epoca mercantilista*. História de la organizacion y las ideas economicas desde el final de la Edad Media hasta la Sociedad Liberal. Trad. Wenceslao Roces. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1943.
HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Col. Os economistas. Introd. Tom Bottomore. Trad. Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
HILL, Chistopher. *The English revolution (1640)*. An essay. 3ª. Ed. Londres: Lawrence & Wishart LTD, 1979.
_____. *The century of revolution (1603-1714)*. Nova York: W.W. Norton & Company INC, 1966.
_____. *Reformation to Industrial Revolution*. Col. The Pelican Economic History of England, vol 2. Baltimore: Penguin Books. 1969.
_____. *Change and continuity in 17th century England*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
HOBSBAWM. *As origens da revolução industrial*. Col. Bases. Trad. Percy Galimberti. São Paulo: Global, 1979.
_____. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 5ª. Ed. Trad. Donaldson Garschagen.Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
_____. *A era das revoluções*. Europa: 1789-1848. 9ª. Ed. Trad. Maria Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
_____. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Programa, mito e realidade. 2ª. Ed. Trad. Maria Paoli e Anna Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
_____: "Introdução". In Karl Marx. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 2ª. Ed. Introd. Eric Hobsbawm. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
_____: "Contribuição de Karl Marx para a historiografia". In Robin Blackburn (org.). *Ideologia na ciência social*: ensaios sobre a teoria social. Trad. Aulyde Rodrigues. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Ecos da Marselhesa*. Dois séculos revêem a revolução francesa.Trad. Maria Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
São Paulo: Brasiliense, 1994.
KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. 2ª. Ed. Col. Os Economistas. Apres. Adroaldo Moura. Trad. Mário da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
LACOSTE, Yves (coord.). *Ler Braudel*. Trad. Beatriz Sidou. Campinas: Papirus, 1989.
LEFEBVRE, Henri. *O marxismo*. 5ª. Ed. Trad. J. Guinsburg. Rio de Janeiro / São Paulo: DIFEL. 1979.
LENINE, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Col. Os Economistas. Trad. / Introd. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
_____: "O imperialismo, fase superior do capitalismo". In Vladimir Ilitch Lenine. *Obras Escolhidas* (6 vols). Vol. 2. Trad. Instituto de Marxismo-Leninismo – PCUS. Lisboa: Edições Avante!, 1984.
LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*.Trad. Telma Costa. Porto: Publicações Escorpião, 1974.
LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2ª. ed. Col. Os Economistas. Apres. Paul Singer. Trad. Marijane Lisboa e Otto Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
MACPHERSON, C. B. *A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no século XVIII*. Estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra. Trad. Sonia Rangel. São Paulo Hucitec.
MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Pref. Raymond Aron. Trad. Maria Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
MARIUTTI, Eduardo Barros. *A transição do feudalismo ao capitalismo*. Um balanço do debate. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE-UNICAMP, 1999.
_____. *Colonialismo, imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu*. Tese de Doutorado. Campinas: IE-UNICAMP, 2003.
MARX, Karl. *Miseria de la filosofía*. Respuesta a la 'Filosofía de la miseria' del señor Proudhon. Moscou: Progresso.
_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2ª. Ed. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.
_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. Grundrisse (1857-1858). (3 vols) 14ª. Ed. Trad. José Aricó, Miguel Murmis, Pedro Scaron. México, DF: Siglo XXI, 1986.
_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 2ª. Ed. Introd. Eric Hobsbawm. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
_____. *O capital*. Crítica da economia política. (5 vols.). 3ª. Ed. Col. Os Economistas. Trad. Regis Barbosa, Flavio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
_____. *Teorias da mais-valia.* História crítica do pensamento econômico (Livro 4 de 'O capital'). (3 vols.). Col. Perspectivas do Homem. Trad. Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
_____. *Capítulo VI inédito de 'O capital'*. Resultado do processo de produção imediata. 2ª. Ed. Trad. Klaus Puchen. São Paulo: Centauro, 2004.
_____: "O 18 brumário de Luís Bonaparte". In José A. Giannotti (org.). *Marx*. Col. Os pensadores. Vol XXXV. Trad. Leandro Konder. São Paulo: Abril, 1974.
_____. *Revolution and counter revolution*. London: Unwin Books, 1974.
_____. *The civil war in France*. Introd. Friedrich Engels. Pequim: People's Publishing House, 1966.
_____ & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Moscou: Progresso, 1987.

_____. *A ideologia alemã*. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. 1845-1846. Apres. Emir Sader. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
MOUSNIER, Roland. *Os séculos XVI e XVII*. Os progressos da civilização européia. Col. História geral das civilizações, vol IX. Dir. Maurice Crouzet. Trad. Vitor Guinsburg e Geraldo de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
_____. *Os séculos XVI e XVII*. A Europa e o mundo. Col. História geral das civilizações, vol. X. Dir. Maurice Crouzet. Trad. Pedro Campos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
_____; LABROUSSE, Ernest. *O século XVIII*. O último século do antigo regime. Col. História geral das civilizações, vol. XI. Dir. Maurice Crouzet. Trad. Vitor Ramos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
_____. *O século XVIII*. A sociedade do século XVIII perante a revolução. Col. História geral das civilizações, vol. XII. Dir. Maurice Crouzet. Trad. Vitor Ramos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
NAPOLEONI, Cláudio. *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
_____: "O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial". In Carlos Guilherme Mota (org.). *Brasil em perspectiva*. 20ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
_____: "Caio Prado Jr. na historiografia brasileira". In Reginaldo Moraes et alii (org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
_____: "Condições de privacidade na colônia". In Fernando Novais (coord.) & Laura de Mello e Souza (org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
_____. *Aproximações*. Estudos de história e historiografia. Apres. Pedro Puntoni. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização*. Do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Editora Unesp / Campinas: UNICAMP, 2003.
PAQUET, Marielle (org.). *Uma lição de história de Fernand Braudel*. Jornadas Fernand Braudel: 18, 19 e 20 de outubro de 1985. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. 6ª. Ed. Trad. Lycurgo Motta. São Paulo: Mester Jou, 1982.
_____. *Early democracies in the Low Countries*. Urban society and political conflict in the Middle Ages and the renaissance. Introd. John Mundy. Trad. J. V. Saunders. New York: Norton Library, 1963.
_____. "The stages in the social history of capitalism". In *The American historical review*, v. 19, n. 3, pp 494-515, abr., 1914.
_____. *A history of Europe*. (2 vols.). Introd. Jan-Albert Goris. Trad. Bernard Miall. New York: Doubleday Anchor Book, 1956.
_____. *Medieval Cities*. Trad. F.D.H. New York: Doubleday Anchor Book.
_____. *Mohammed and Charlemagne*. Trad. Bernard Miell. New York: Barnes & Noble Books, 1992.
POULANTZAS, Nikos. *Poder político e classes sociais do Estado capitalista*. Trad. Francisco Silva. Porto: Portucalense, 1971.
PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 11ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.
_____. *O estruturalismo de Levis-Strauss; o marxismo de Althusser*. São Paulo: Brasiliense, 1971.
RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Col. Os Economistas. Apres. Felipe de Holanda. Trad. Paulo Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. 3ª. Ed. Trad. Cid Silveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
ROSDOLKY, Roman. *Gênese e estrutura de 'O capital' de Karl Marx*. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Eduerj, Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaak. *A history of economic thought*. Londres: Ink Links, 1979.
_____. *A teoria marxista do valor*. Pref. Luiz Gonzaga Belluzzo. Trad. José Bonifácio. São Paulo: Brasiliense, 1980.
SANTIAGO, Theo (org.). *Capitalismo: transição*. 2ª. Ed. Introd. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Eldorado, 1975.
_____ (org.). *América colonial.* Rio de Janeiro: Pallas, 1975.
SCHUMPETER, Joseph. *História da análise econômica*. (3 vols.). Trad. Alfredo Reis et alii. Rio de Janeiro: USAID, 1964.
_____. *Imperialismo e classes sociais*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
SILVA, Lígia Osório & OLIVEIRA, Milena Fernandes de: "Capitalismo e Imperialismo em Schumpeter". Anais do VI Congresso de História Econômica e VII Conferência Internacional de História de Empresas. Conservatória, RJ, jun. 2005.
SMITH, Adam. *The theory of moral sentiments*. Introd. E. G. West. Indianapolis: Liberty Classics, 1976.
_____. *A Riqueza das nações*. Investigação sobre sobre sua natureza e suas causas. (2 vols.). 2ª. Ed. Col. Os Economistas. Apres. Winston Fritsh. Introd. Edwin Cannan. Trad. Luiz Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
SOBOUL. Albert. *História da revolução francesa*. 2ª. Ed. Trad. Helio Pólvora. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
_____. *A revolução francesa*. 7ª. Ed. Trad. Rolando da Silva. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 9ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
SWEEZY, Paul et alii. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Um debate. 4ª. Ed. Introd. Rodney Hilton. Trad. Isabel Didonnet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
THOMPSON, Edward. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
TOCQUEVILLE, Alexis de. *O antigo regime e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1989.
VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. Introd. Stuart Chase. Trad. Olivia Krähenbühl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.
VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. *Interpretações da colônia*. Leitura do debate brasileiro de inspiração marxista. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE-UNICAMP, 2004.
WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno I*. A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Trad. Carlos Leite, Fátima Martins e Joel de Lisboa. Col. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Afrontamento, 1974.
_____. *O sistema mundial modern II*. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750. Trad. Carlos Leite, Fátima Martins e Joel de Lisboa. Col. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Afrontamento, 1974.
_____. *The modern world-system III*. The second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730-1840*s*. San Diego: Academic Press, 1989.
_____. *The capitalist world-economy*. Essays by Immanuel Wallerstein. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
_____. *The politics of the world-economy – The states*. The movements and the civilizations. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
_____. *Geopolitics and geoculture*. Essays on the changing world-system. Cambrige: Cambridge University Press, 1991.
_____. *The essential Wallerstein*. New York: The New Press, 2000.
_____. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
_____. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2005.
WEBER, Max. *Economia e sociedade – fundamentos da sociologia compreensiva*. (2 Vols). Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

_____. *História económica general*. Trad. Manuel Sarto. México, DF: Fondo de Cultura, 1956.
_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 14ª. Ed. Trad. Irene Szmrecsányi e Tamás Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira, 1999.
WILLIAM, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Introd. D. W. Brogan. Trad. Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Americana, 1975.
WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.